

Unisal

Eliana dos Santos Aguiar

**Dependência química e Narcóticos Anônimos:
a dimensão educativa nos grupos anônimos de ajuda mútua**

Americana

2011

Unisal

Eliana dos Santos Aguiar

**Dependência química e Narcóticos Anônimos:
a dimensão educativa nos grupos anônimos de ajuda mútua**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação à comissão Julgadora do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Luis Antonio Groppo.

Americana

2011

Aguiar, Eliana dos Santos

A228 Dependência química e Narcóticos Anônimos: a dimensão educativa nos
d grupos anônimos de ajuda mútua / Eliana dos Santos Aguiar. – Americana:
Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2011.

201 f.

Dissertação (Mestrado em Educação). UNISAL – SP.

Orientador: Profº Drº Luis Antonio Groppo.

Inclui bibliografia.

1. Grupos Anônimos de Ajuda Mútua. 2. Adição. 3. Utilitarismo. 4.
Dádiva. 5. Autogestão. 6. Espiritualidade. I. Título.

CDD – 613.83

Catálogo elaborado por Terezinha Aparecida Galassi Antonio
Bibliotecária do Centro UNISAL – UE – Americana – CRB-8/2606

Autor: Eliana dos Santos Aguiar

Título: Dependência química e Narcóticos Anônimos: a dimensão educativa nos grupos anônimos de ajuda mútua

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação no Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Orientador Prof. Dr. Luis Antonio Groppo.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 26/ 02/ 2011, pela comissão julgadora:

Prof^o Dr. Luis Antonio Groppo/ UNISAL

Prof^o Dr. Marcos Francisco Martins/ UfSCar

Prof^a Dra. Renata Sieiro Fernandes/ UNISAL

Tarde te amei, Beleza tão antiga e tão nova, tarde te amei! Eis que estavas dentro de mim, e eu lá fora, a te procurar! Eu, disforme, me atirava à beleza das formas que criaste. Estavas comigo, e eu não estava em ti. Retinham-me longe de ti aquilo que nem existiria, se não existisse em ti. Tu me chamaste, gritaste por mim, e venceste a minha surdez. Brilhaste, e teu esplendor afugentou minha cegueira. Exalaste teu perfume: respirei-o, e suspiro por ti. Eu te saboreei, e agora tenho fome e sede de ti. Tocaste-me, e o desejo de tua paz me inflama.

Solilóquio de amor, Santo Agostinho (2004a)

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos:

Àquele que é, no tempo e na eternidade, ao Deus da minha vida, acima de qualquer coisa, especialmente pelo fato de que eu jamais imaginava poder conduzir esta pesquisa a um resultado que tratasse tão de perto de algo que é tão importante para mim: a espiritualidade. Fui bastante surpreendida neste processo, agradavelmente.

Aos meus familiares, especialmente meus filhos, Celso e Daniele, e minha mãe, pela paciência que lhes foi exigida nos dias em que não tive tempo sequer de ouvi-los (e como vocês me ouviram!) menos ainda de cumprir como gostaria meu papel de mãe, de filha, irmã, cunhada...

Aos amigos e amigas, que por serem tantos, não me atrevo a nomeá-los, para não correr o risco de cometer injustiças, pelo apoio e incentivo, carinho e manifestação de confiança e crédito no meu potencial.

Aos professores do Mestrado em Educação do Unisal, pela contribuição de cada um em meu processo de formação, especialmente ao meu orientador, Luís Antonio Groppo, por me conduzir neste caminho de forma tão tranquila e segura, pelas intervenções discretas e assertivas, pela sua paciência e disponibilidade. Agradeço também aos demais membros da Banca pelas presenças, observações e sugestões: Marcos Francisco Martins, por quem desenvolvi uma admiração e respeito muito especial, pelo seu papel de professor desempenhado com tanta competência, e Renata Sieiro Fernandes.

Enfim, agradeço de forma especial àquelas pessoas que protagonizaram esta pesquisa e viabilizaram a sua concretização: os membros do grupo Narcóticos Anônimos. O aprendizado que me foi oportunizado neste tempo que caminhei com vocês, não serei capaz de expressá-lo completamente em palavras.

RESUMO

Esta pesquisa toma como ‘objeto’ um dentre os grupos anônimos de ajuda mútua: Narcóticos Anônimos (N.A.), por ser bem sucedido em sua abordagem da adição, pois propicia aos membros a livre adesão a um processo, que é ao mesmo tempo terapêutico e educacional, que os possibilita absterem-se das drogas e trilhar um caminho em busca da sobriedade e da serenidade. A pesquisa busca verificar qual o diferencial inerente a esses grupos, no que se refere ao aspecto educativo, ao tratarem deste que é considerado pelos especialistas em geral como um problema coletivo, uma vez que afeta toda uma coletividade: a dependência química. Inicialmente são tecidas considerações gerais acerca da dependência química, seus condicionantes, contexto histórico cultural de uso e conseqüências; deste primeiro capítulo destaca-se que a dependência química, bem como outras compulsões, é considerada por alguns autores, como Kehl (2009) e Bucher (1992b), como um sintoma de doença que se encontra na estrutura atual da sociedade. A seguir é apresentado o histórico dos Alcoólicos Anônimos (A.A.), que é o pioneiro entre esses grupos, e sua “filosofia” de ação. Partindo da análise dos grupos de ajuda mútua, realizada por Godbout (1997) e Mota (2004), é apresentado o paradigma da dádiva, do qual Marcel Mauss (2003) é principal referência, e que é entendido como fundamento das relações estabelecidas entre os membros dos grupos de ajuda mútua. A dádiva, bem como alguns elementos que a compõem, é apresentada comparativamente a alguns aspectos da sociedade moderna capitalista, à luz da análise realizada por Max Weber (2004) do seu desenvolvimento, sociedade esta que pode ser interpretada como portadora destas “doenças”, como o utilitarismo e o individualismo, entre outros, dos quais se originam as compulsividades, como a adição. Por fim, serão apresentados os resultados da pesquisa de campo, que busca compreender a dimensão educativa existente dentro desses grupos, que possibilita aos membros traçar um novo estilo de vida, distinto daquele vivido no contexto sócio-cultural atual, demonstrando que, de acordo com Santo Agostinho (2004b) e Martin Buber (1987 e 2007), esta mudança é viabilizada por um aprendizado que se dá por meio das relações entre as pessoas, e entre elas e o Poder Superior (o Deus de sua compreensão), no seio de uma comunidade que vive um sistema de dádiva, que é composto pela autogestão, por uma espiritualidade pluralista e pela ajuda mútua.

Palavras-chave: Grupos Anônimos de Ajuda Mútua – Adição – Utilitarismo– Dádiva – Autogestão – Espiritualidade.

ABSTRACT

This research has, as its 'object', one among the many mutual help groups: Narcotics Anonymous (N.A.), because it has being successful on its approach of the addition, for this group permits the members a free adhesion to a process which is, at the same time, therapeutic and educative, and makes it possible for them to abstain themselves from the drugs and to do a way to find sobriety and serenity. The research looks for verifying what is the differential aspect which is inherent to these groups when it comes to this, which is considered by the experts in general as a collective problem, because it affects a whole collectivity: the chemical dependence. First of all, this work presents general considerations about the chemical dependence, its conditioning factors, its historical-cultural context of usage and consequences; from this first chapter, it is possible to highlight that the chemical dependence, as well as other compulsions, is considered by some authors, such as Kehl (2009) and Bucher (1992b), as a synptom of an illness which is inside the society of our times. After that, this work presents some historical data about the Alcoholics Anonymous (A.A.), which is the Pioneer among these groups, and its "philosophy" of action. Starting of the analysis of these mutual help groups, made by Godbout (1997) and Mota (2004), it is showed the paradigm of the gift, of which Marcel Mauss (2003) is the main refference, and that is understood as the foundation of the relationships which are stablished among the members of the mutual help groups. The gift, as well as some elements that compose it, is presented in comparison to some aspects of the capitalist modern society, according to the analysis made by Max Weber (2004) of its development, a society which can be interpreted as a bearer of these illnesses, such as utilitarism and individualism, among others, from what come the compulsivities, as the addition. Finally, this work presents the results of the empyrical research, which aims to understand the educative dimension that exists inside these groups and makes possible to delineate a new life style, which is different from that one which was lived on the modern society of our days, showing that, according to Saint Agostine (2004) and Martin Buber (1987 and 2007), this changing is viabilized by a learning process which is possible because of the relationships among the people, and among them and the Superior Power (the God of their comprehension), inside a community which lives a gift system, which is composed by the self-management, by a pluralist spirituality and by the mutual help.

Key-Words: Anonymous Mutual Help Groups – Addition – Utilitarianism – Gift – Self-Management – Spirituality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 – DEPENDÊNCIA QUÍMICA E PREVENÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	16
1.1 ALGUNS CONCEITOS E CLASSIFICAÇÕES.....	17
1.2 AS DROGAS NA HISTÓRIA E NAS DIFERENTES CULTURAS.....	21
1.3 FATORES CONDICIONANTES DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA.....	25
1.4 ALGUNS DADOS SOBRE A DEPENDÊNCIA QUÍMICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	32
1.5 DROGAS, JUVENTUDE E ADOLESCÊNCIA.....	36
1.6 PREVENÇÃO.....	42
1.7 AS DIFERENTES ABORDAGENS PREVENTIVAS.....	44
2 – OS GRUPOS DE AJUDA MÚTUA E OS ALCOÓLICOS ANÔNIMOS.....	54
2.1 OS GRUPOS ANÔNIMOS DE AJUDA MÚTUA.....	55
2.2 A HISTÓRIA DE BILL WILSON E O SURGIMENTO DE A.A.....	64
2.3 OS DOZE PASSOS DE A.A.....	74
2.4 AS DOZE TRADIÇÕES DE A.A.....	85
3 – A DÁDIVA NOS GRUPOS ANÔNIMOS DE AJUDA MÚTUA	92
3.1 O UTILITARISMO.....	95
3.2 A DÁDIVA.....	106
3.2.1 A dádiva nas sociedades de tipo arcaicas.....	106
3.2.2 A dádiva na modernidade.....	110
3.3 A DÁDIVA NOS GRUPOS ANÔNIMOS DE AJUDA MÚTUA.....	114
3.3.1 Uma espiritualidade pluralista.....	117
3.3.2 A autogestão.....	118
3.3.3 A ajuda mútua.....	120
4 – NARCÓTICOS ANÔNIMOS: ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA RELACIONADOS À EDUCAÇÃO	123
4.1 HISTÓRICO DE NARCÓTICOS ANÔNIMOS.....	126
4.2 ESTRUTURA DE NARCÓTICOS ANÔNIMOS.....	130
4.3 SOBRE A METODOLOGIA E A PESQUISA DE CAMPO.....	132
4.4 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS.....	137
4.5 O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO, UM NOVO ESTILO DE VIDA.....	139
4.6 EXPLICITANDO O LUGAR DA EDUCAÇÃO NOS GRUPOS ANÔNIMOS DE AJUDA MÚTUA.....	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERÊNCIAS.....	169

ANEXO I: EXEMPLOS DE ENTREVISTAS COM MEMBROS DE NARCÓTICOS ANÔNIMOS	178
ENTREVISTA 1	178
ENTREVISTA 2	188

INTRODUÇÃO

“Decidimos entregar nossa vontade e nossa vida aos cuidados de Deus, na forma como O concebíamos.”

(3º passo de A.A.)

A dependência química é um problema que atinge às pessoas sem distinção, seja por etnia, classe social, credo etc. E quando se estabelece na vida de alguém, se efetiva um processo de degradação da vida, que pode levar à morte, seja física, psicológica, moral ou social.

Para iniciar a abordagem da adição¹ que é tema da presente pesquisa, optei por trazer uma dentre as muitas histórias dos aditos com quem já tive contato, antes e depois de minha participação nos grupos de ajuda mútua. Esta história atingiu muitas pessoas que conheço e não teve um final feliz. Refiro-me a um homem jovem, íntegro e bem sucedido, que possuía um cargo interessante numa empresa de renome, andava bem vestido e com carros do ano; era uma pessoa simples e parece-me que todos gostavam dele. Estava sempre pelo bairro. Aos poucos fui percebendo que algo estava errado com aquele rapaz, seu aspecto começava a se apresentar meio doentio, os rumores de seu estado degradante de dependência se espalharam, e isto foi ficando evidente na sua aparência física. Mesmo tendo atingido este estado, encontrou uma companheira com quem teve um filho. Certa vez, por volta de dois a três anos atrás, eu passava em frente à sua residência e ele me parou com um pedaço de pau na mão, me pedindo que ligasse para sua família, dizendo que estava sendo perseguido por alguém que estava dentro de sua casa. Seus gestos eram estranhos, parecia que estava tendo alucinações. Fiz como ele me pediu, mas não consegui falar com ninguém. Como não tinha nada para fazer que pudesse ajudá-lo, fui embora e pedi para um vizinho dele, que estava por perto, para observá-lo; obtive como resposta que aquela atitude dele se tornara comum, que estava tendo um surto. A cada dia que passava, seu estado era mais degradante e lastimável. Por mais que tentassem, ninguém conseguia ajudá-lo, até que, no final do ano de 2010, correu pelo bairro a notícia de que sua vida chegara ao fim, por uma doença propiciada

¹ Adição ou adicção, dependência química e toxicomania, são expressões normalmente utilizadas como sinônimas.

pelo uso abusivo de substâncias químicas. Era uma pessoa que possuía muitas coisas e aos poucos foi perdendo tudo, até culminar com o fim da própria vida, por causa da dependência.

Esta foi apenas uma dentre as muitas pessoas que passaram e passam por este dilema sem conseguir encontrar para ele uma solução: a adição. Para lidar com a dependência já estabelecida, descobri por experiência, a partir de minhas participações em grupos de ajuda mútua, que a decisão de buscar ajuda, neste caso, tem que partir do próprio adito. A família pode auxiliar neste processo, adotando comportamentos que podem ser decisivos – mas não necessariamente, é preciso não perder de vista que a decisão é do adito. Aos familiares é possível perceber e compreender os comportamentos que podem ser adotados, passando por um processo educacional. Os grupos de ajuda mútua para familiares de dependentes oferecem esta oportunidade, por meio das trocas de experiências. Como alternativa de recuperação para os aditos, e se constituindo como objeto-sujeito desta pesquisa, está o grupo Narcóticos Anônimos (N.A.), que é um dentre tantos grupos anônimos de ajuda mútua, que se voltam para diversas questões humanas, com o objetivo de encontrar uma resposta, uma alternativa coletivamente. Pensando de modo mais abrangente, é necessário buscar conhecimento e obter a informação adequada para se pensar em alternativas de intervenção. Sob a perspectiva do governo e da sociedade, por meio de uma análise não muito detalhada do histórico das abordagens às drogas, fica perceptível que, a prioridade sempre foi a repressiva, tendo sempre como ponto de partida a substância, desconsiderando o sujeito ou a realidade que se queira intervir.

Em termos históricos, a adição às drogas é um fenômeno que assume proporções mais amplas em tempos recentes. No século XVIII, setores da medicina reivindicavam a definição do alcoolismo como doença. Desde a década de 1960, a adição a substâncias químicas é considerada pela OMS (Organização Mundial da Saúde) como doença. Esta definição e classificação, em nível internacional, é bem atual, considerando-se que as drogas estão presentes em todas as culturas (o único povo que não desenvolveu uma substância psicoativa foram os esquimós, devido à impossibilidade do cultivo de qualquer cultura; contudo, as drogas foram levadas até eles mais recentemente) e desde tempos imemoriais fazem parte do cotidiano da humanidade. Entretanto, é na atualidade que esse fenômeno tornou-se um problema que atinge a sociedade de forma mais globalizada e intensa, de maneira nunca vista antes.

Foi no século XVIII que a adição ao ópio se tornou mais conhecida. No século XIX o preconceito em relação à adição a substâncias químicas foi se delineando quando, por questões econômicas, políticas, sociais e científicas, se iniciou o hábito de censurar e condenar a produção e consumo destas substâncias. Na afirmação de Cardoso (2006), os movimentos de temperança de cunho religioso, originados na Europa e nos Estados Unidos, atribuíam a adição às ‘imoralidades’ da classe operária; desta forma esses movimentos adotavam teses proibicionistas para combater a produção e o consumo. Cardoso (2006) argumenta que a ilegalidade ganhou dimensões internacionais por motivos políticos e econômicos, pois,

Interessados nas possibilidades de reprodução de capital no pacífico, os Estados Unidos não viam com bons olhos o controle do mercado chinês que o comércio de ópio garantia à Inglaterra. Pressionada por uma série de conferências internacionais que visavam discutir o problema do tráfico de ópio, a Inglaterra resolveu incluir na berlinda sua maior rival continental, a Alemanha, que nessa mesma época produzia em grandes quantidades compostos químicos baseados na cocaína. Durante a guerra, as discussões foram suspensas, mas com a derrota alemã e, mais do que isso, com a confortável hegemonia política e econômica dos Estados Unidos decorrente do conflito, a proibição da produção e venda do ópio, cocaína e derivados foi adotada em quase todo o mundo. (CARDOSO, 2006, p. 12).

Os movimentos associados ao consumo de substâncias químicas ganharam expressividade nos anos de 1960, o que provocou a explosão de contestações e rebeldia dos hippies e na contracultura², já que faziam apologia às drogas, utilizando-as como expansores da mente. Estes movimentos significaram uma ameaça à hegemonia social que, de acordo com Cardoso, foi “[...] confirmada pela atuação política dos *Black Panthers* e pelos protestos anarco-pacifistas contra a guerra do Vietnã” (2006, p. 12), mas, com a eleição de Richard Nixon para presidente, a violência e a repressão ao consumo de drogas e ao tráfico se configuraram num modelo a ser seguido pelos seus sucessores e, em seguida, internacionalmente. No entendimento de Cardoso (2006), a forma de abordagem da problemática da adição, bem como da produção e distribuição

²A contracultura pode ser entendida como um conjunto de movimentos que insurgiram contra a cultura dominante, cujo ideário é questionar a estrutura social vigente no ocidente, capitalista e consumista, a fim de levar à libertação das imposições sociais de padrões de comportamento, valores, gostos, formas de vivência da espiritualidade etc. De acordo com Guerriero (2009), o que restou das formas de contestação realizada pela contracultura, que teve seu auge na década de 1960, foi absorvido pela cultura dominante capitalista e consumista, como as formas de expressão musical e a moda, que foram transformadas em produtos de consumo.

de substâncias químicas foi, desde este momento histórico, direcionada pelos Estados Unidos, dada a sua posição hegemônica.

Por conseqüência, no entendimento de MacRae (2001), o tratamento dispensado ao problema da adição às drogas se insere em âmbitos de “[...] interesses políticos e econômicos das diferentes nações envolvidas, [...] as considerações estritamente voltadas para questões de saúde nem sempre têm recebido a atenção que lhes é atribuída no nível dos discursos oficiais” (MACRAE, 2001, p. 12). No entender de Cardoso (2006), as listas de substâncias proibidas internacionalmente, que foram estabelecidas na *Convenção Única de Viena* em 1961 e no *Convênio sobre Substâncias Psicotrópicas* em 1971, sob pressão dos Estados Unidos, são provas de sua influência no direcionamento da questão. Estas constatações demonstram que os interesses políticos e econômicos sempre estiveram em jogo no que se refere às abordagens repressivas das substâncias psicotrópicas, e que os interesses que se relacionam às pessoas envolvidas diretamente são desconsiderados. Sendo assim, entendo que uma abordagem do problema sob uma perspectiva educacional sempre foi ainda mais distante.

Na afirmação de Cardoso (2006), no Brasil há uma relação muito próxima destas abordagens com o tratamento dispensado a diversas questões, como campanhas contra acidentes de trânsito e doenças sexualmente transmissíveis, entre outras situações que colocam a vida humana em risco. Estas campanhas, embora sejam relevantes e possuam um papel de impedir que estas situações se agravem ainda mais, dificultam uma abordagem educativa significativa. No que se refere à prevenção às drogas, esta postura é ainda mais evidente, pois o discurso corrente é sobre o papel da família, em geral desconsiderando as questões sociais, culturais e econômicas em vigor na sociedade atual, pois, de acordo com Kehl (2009) e Bucher (1992b), a adição é como um sintoma de ‘doença’, da qual o sistema social vigente é portador.

Na abordagem da adição encontram-se os grupos anônimos de ajuda mútua que, assim como as abordagens de cunho repressivo, também surgiram nos Estados Unidos, com Alcoólicos Anônimos (A.A.). A diferença na forma de tratar esta questão é o seu foco. A repressão, de modo geral, volta-se para a substância que pode gerar a adição. Os grupos anônimos de ajuda mútua se voltam para a pessoa que se tornou um adito de alguma substância química, além do fato destes grupos se originarem a partir dos próprios sujeitos diretamente implicados nesta problemática, o que não ocorre com os sistemas repressivos.

A realização desta pesquisa tem me reservado muitas surpresas, tanto no aspecto teórico como prático. Inicialmente tive muitas dúvidas acerca de qual abordagem utilizar nesta investigação, para chegar à definição do tema e problema abordados considereí vários outros, até que, pelo meu envolvimento com um destes grupos e a partir de sugestões de amigos, me decidi por apreender o aspecto educativo dos grupos de ajuda mútua. Embora eu percebesse as transformações que acontecem com as pessoas que participam efetivamente destes grupos, inicialmente, não tinha muita convicção sobre a pesquisa a ser realizada. Por este motivo, em primeiro lugar questioneí a mim mesma se haveria ali um processo educativo. Considerando meu conhecimento prévio e a pesquisa bibliográfica, ponderei que a resposta ao meu questionamento era positiva, somente depois disto me dirigi aos grupos, a fim de realizar esta pesquisa para apreender como seria esta prática educativa e quais as especificidades dela.

Esta pesquisa é constituída de duas partes: a pesquisa bibliográfica, contida nos três primeiros capítulos, e no último capítulo apresento os dados da pesquisa de campo, que tem como objetivo apreender o diferencial inerente a esses grupos, discorrendo sobre o viés educacional dos grupos anônimos de ajuda mútua, para compreender o que possibilita que os seus membros tracem um novo estilo de vida sem as drogas, a realização deste estudo se deu a partir de minha experiência e meu conhecimento empírico destes grupos. Entendo-os como portadores de um programa que permite uma abordagem satisfatória da adição às drogas de modo geral, inclusive o álcool que, de acordo com o entendimento de diversos autores, é droga também. Acredito que a dependência química é um problema que merece um olhar mais atento sob a perspectiva da educação, pois as abordagens de cunho repressivo e outras como as que se dizem educativas, mas que apenas transmitem informações gerais sobre os efeitos das drogas e suas conseqüências para a vida dos indivíduos, não produziram os efeitos desejados. Neste sentido, considereí que compreender as especificidades inerentes a esses grupos pode trazer elementos para uma reflexão no âmbito da educação, que se volte para o sujeito antes de desenvolver a adição, para se refletir sobre a possibilidade de alternativas de vida saudável e consciente.

De acordo com Bucher (1992b), tanto os efeitos individuais como os sociais do uso de drogas podem ser entendidos apenas sob uma perspectiva biopsicossocial, e a substância psicotrópica só se torna droga, causando dependência, em um determinado

contexto de relações entre atividades simbólicas e o ambiente, ou seja, sob a perspectiva das motivações que impelem o usuário ao uso contínuo e das significações que ele atribui às próprias experiências com as drogas em seu contexto. O ponto de partida deve ser o sujeito e suas relações com a droga, com as pessoas e com o mundo à sua volta.

Pensar as características gerais do uso e abuso de drogas no primeiro capítulo possibilitará traçar um caminho que leva a perceber as nuances deste problema, sobre o que dizem as pesquisas relativas às conseqüências que acarretam a dependência às drogas para os indivíduos, sobre o contexto com o qual este fenômeno está envolvido e no que se refere aos condicionamentos da adição.

No segundo capítulo será apresentada a irmandade Alcoólicos Anônimos (A.A.), seu histórico, desenvolvimento de seu programa de recuperação e sua ‘filosofia’ de ação, buscando inferir quais as especificidades existentes nos grupos anônimos de ajuda mútua que os fazem diferenciados na abordagem da dependência química.

No terceiro capítulo relaciono os condicionantes da dependência química com a abordagem destes grupos. Entre os condicionantes está uma cultura de vida fomentada pelo capitalismo, para a qual (parece que) os sujeitos não têm alternativas, pois de acordo com Weber (2004), “[...] a ordem econômica capitalista é um imenso cosmos em que o indivíduo já nasce dentro [é como] uma crosta que ele não pode alterar e dentro da qual tem que viver.” (WEBER, 2004, p. 48). Contudo, os grupos de ajuda mútua apresentam uma forma de sociabilidade distinta do utilitarismo desenvolvido na modernidade, concomitantemente ao capitalismo; uma sociabilidade que se fundamenta na dádiva, um paradigma alternativo ao utilitarismo moderno, um paradigma cunhado e abstraído das pesquisas e reflexões de Marcel Mauss (2004), que vem sendo aprofundado pelo “*M.A.U.S.S.*” (Movimento Anti Utilitarista das Ciências Sociais), que se originou na França em 1982. Na maneira como é vivenciada nestes grupos, em minha compreensão, a dádiva é composta por, pelo menos, três elementos que viabilizam esta forma de sociabilidade distinta do individualismo e do narcisismo prevalente na sociedade atual, a saber: a autogestão, uma espiritualidade pluralista e a ajuda mútua.

No quarto capítulo apresento os dados da pesquisa de campo, a partir da observação participante realizada em Narcóticos Anônimos (N.A.), um dentre tantos grupos anônimos de ajuda mútua que se originou de A.A., adotando o seu programa e sua filosofia de ação. Os dados apresentados são relacionados àqueles elementos que, em meu entendimento, são componentes da dádiva, privilegiando o aspecto da

espiritualidade, pois, de acordo com os grupos que conheci, o programa utilizado por eles, desenvolvido a partir da experiência de A.A., é entendido como um programa espiritual.

Os especialistas no tema da adição entendem que ações isoladas não serão capazes de produzir efeitos minimamente satisfatórios. Sinto-me instigada pelos grupos anônimos de ajuda mútua devido à sua abrangência, pelos resultados alcançados no tratamento deste problema complexo que é a adição, como também de sua conquista de um espaço social, atingindo inclusive outras compulsividades consideradas por muitos como inerentes à sociedade atual, como também a algumas doenças crônicas (por exemplo, HIV), isso por meio de sua ação desinteressada, pelo menos no que diz respeito à utilidade material e de interesse imediato.

Da mesma forma que a situação de vida atingida por aquele rapaz que citei anteriormente mexeu com a vida de diversas pessoas, direta ou indiretamente, por meio de familiares ou amigos que passam pelo problema da adição, como também pelas conseqüências sociais que acarreta, esta é uma questão que atinge a todos, eu diria indistintamente, portanto, creio que uma reflexão que nos dê a compreender as suas nuances e especificidades, tanto no que se refere às substâncias, como ao contexto de uso, aos próprios sujeitos usuários, às formas de abordagens existentes e às possíveis de se concretizarem, seja interesse de todos. Nesta perspectiva empreendi esta pesquisa de forma cuidadosa, considerando a possibilidade de contribuir de forma minimamente significativa para esta reflexão, que poderá ser verificada pelo próprio leitor, e se esta reflexão se manifestar possível a partir deste trabalho, me dará o sentimento de um ‘dever cumprido’.

1 – DEPENDÊNCIA QUÍMICA E PREVENÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A dependência química deve ser entendida como um fenômeno complexo de natureza biopsicossocial (COSTA e GONÇALVES, 1988) e não pode ser entendida como uma patologia individual. Alguns a consideram também como um sintoma de doença; para outros ainda os seus próprios condicionantes, como família, escola, comunidade, encontram-se num estado de patologia social, o que leva à interpretação de que os problemas da família, da escola e da comunidade têm raízes na estruturação atual da sociedade³.

Os problemas relacionados às drogas, como a adição, a cada dia que passa preocupa e angustia mais os pais, a família, professores, e instiga diversos setores da sociedade, como órgãos ligados à saúde pública, à pesquisa, às autoridades, entre outros. Há o apelo generalizado pela necessidade de intervenção, seja com medidas preventivas ou repressivas, em relação ao tráfico, à violência, à marginalidade e à dependência química. Contudo, o consumo de drogas continua se espalhando e atingindo a muitos, em especial aos jovens, cada vez mais cedo e de forma mais intensa (apresento dados mais adiante).

Entre os pesquisadores, governo e órgãos relacionados ao problema do uso e abuso de drogas, considera-se que este seja um problema coletivo, como também de saúde pública que, uma vez estabelecido, afeta sempre uma coletividade. Desta forma já é consenso também que o fenômeno deva ser abordado de maneira coletiva, preferencialmente numa abordagem universal⁴, que consiga atingir às pessoas antes de se exporem, ou de serem expostas a situações de risco; ou, se houver a exposição, que os sujeitos tenham possibilidades de encontrar alternativas adequadas, opções que se voltem para a valorização da vida.

Para uma abordagem que se queira pertinente no que diz respeito à problemática da droga, no sentido de se pensar em formas adequadas de enfrentamento, se faz necessário compreender as faces deste fenômeno, seus condicionamentos, os impactos

³Informação fornecida por Mara Sílvia Carvalho de Menezes, na palestra Prevenção às drogas pela Escola, no 1º Encontro de COMENs E COMADs do Estado de São Paulo, no Anfiteatro do Instituto Dom Bosco, na cidade de Americana/SP, em 20 de maio de 2010.

⁴ Em prevenção há três variações quanto ao público alvo da intervenção, denominadas de: prevenção universal, prevenção seletiva e prevenção indicada. Na medicina, tradicionalmente, a prevenção é abordada conforme o estágio do uso da substância que se dá em três momentos: prevenção primária, prevenção secundária e prevenção terciária (aprofundo esse assunto no item 1.6).

para a sociedade e a vida dos indivíduos, alguns aspectos históricos, econômicos, culturais e sociais, bem como o caminho percorrido até então para tratar e prevenir a dependência química. Neste primeiro capítulo apresento uma síntese destas informações, que, no meu entendimento, propicia uma compreensão das especificidades relativas à abordagem dos grupos anônimos de ajuda mútua, e sua forma de atuação perante este fenômeno que é adição.

1.1 Alguns conceitos e classificações

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (O.M.S.), droga é toda substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas, produzindo alterações em seu funcionamento (apud NICASTRI, 2008). As substâncias que alteram o funcionamento cerebral com sua utilização são drogas psicotrópicas ou substâncias psicoativas (SPA). Bicca, Pereira e Gambarini (2002) incluem nesta classificação toda substância capaz de causar mudanças de humor e dificuldade de aprendizagem.

As drogas não são boas ou más por si sós, no entender de Nicastri (2008), pois existem substâncias utilizadas para efeito terapêutico, em forma de medicamentos, e há casos em que a mesma substância pode trazer benefícios ou malefícios, dependendo da dosagem utilizada. As drogas são classificadas, do ponto de vista legal, em drogas lícitas (exemplo: álcool, tabaco, antidepressivos) e ilícitas (exemplo: maconha e cocaína) (NICASTRI, 2008). Há também a classificação delas do ponto de vista de sua atividade sobre o sistema nervoso central (S.N.C.), de acordo com as mudanças perceptíveis na atividade mental ou no comportamento do usuário, a saber, as drogas depressoras, as estimulantes e as perturbadoras da atividade mental.

Entre as depressoras, que possuem a capacidade de causar a redução da atividade global do S.N.C., ou de certos sistemas específicos do S.N.C., estão o álcool, os barbitúricos, os benzodiazepínicos, os opióides, os solventes ou inalantes.

As drogas estimulantes são capazes de aumentar a atividade de certos sistemas neuronais, o que provoca um estado de alerta elevado, assim como insônia e aceleração de processos psíquicos, e entre elas estão as anfetaminas e a cocaína.

Aquelas que são perturbadoras do sistema nervoso central provocam, principalmente, alterações no funcionamento cerebral que têm como consequência

fenômenos psíquicos anormais, como delírios e alucinações, por isso, essas drogas são chamadas de alucinógenas. Entre elas estão a maconha, o Dietilamida do Ácido Lisérgico (LSD), o ecstasy e os anticolinérgicos.

De acordo com Nicastri (2008), existem outras drogas cujos efeitos psicoativos não se encaixam em um único grupo, entre depressoras, estimulantes ou perturbadoras da atividade cerebral. Em meio a estas estão a cafeína, os esteróides, os anabolizantes e o tabaco, que é considerado como um dos maiores problemas de saúde pública na grande maioria dos países, já que “[...] é uma das mais importantes causas potencialmente evitáveis de doenças e mortes” (p. 36). No caso do álcool e do cigarro, de acordo com Bucher (1992a), embora sejam lícitos, são responsáveis pelos mais sérios problemas de saúde pública causados por drogas.

Relativos à dependência de drogas, Bicca, Pereira e Gambarini (2002) apresentam alguns conceitos definidos pela O.M.S. com base na Classificação Internacional de Doenças (CID 10), cujo esclarecimento se faz necessário para a compreensão deste processo, a saber a:

Compulsão: por um hábito prolongado de uso e, dependendo de uma série de fatores de disposição pessoal como de contexto e de relacionamento, vai se constituindo a compulsão;

Adição: é um aspecto que está mais ligado a comportamentos do abusador de drogas do que ao aspecto fisiológico, e se volta para a importância que uma substância ou comportamento possui para o indivíduo. Isto vale para o uso (simples exposição) e também para o uso compulsivo da substância ou comportamento, como é caso do jogo, por exemplo. Normalmente este termo é utilizado como sinônimo de dependência;

Tolerância: se desenvolve a partir do uso/abuso freqüente de drogas, lícitas ou ilícitas, de acordo com a necessidade de doses cada vez maiores para se obter o efeito desejado;

Dependência: a O.M.S. (apud BALLONE, 2008) classifica a dependência química como uma doença crônica, progressiva e incurável, mas pela abstinência pode ocorrer a estagnação do quadro. De acordo com o Código Internacional de Doenças (C.I.D.) a dependência química é entendida como um

Conjunto de fenômenos comportamentais, cognitivos e fisiológicos que se desenvolvem após repetido consumo de uma substância psicoativa, tipicamente associado ao desejo poderoso de tomar a droga, à dificuldade de controlar o consumo, à utilização persistente apesar das suas conseqüências nefastas, a uma maior prioridade dada ao uso da droga em detrimento de

outras atividades e obrigações, a um aumento da tolerância pela droga e por vezes, a um estado de abstinência física. A síndrome de dependência pode dizer respeito a uma substância psicoativa específica (por exemplo, o fumo, o álcool ou o diazepam), a uma categoria de substâncias psicoativas (por exemplo, substâncias opiáceas) ou a um conjunto mais vasto de substâncias farmacologicamente diferentes. (apud BALLONE, 2008, s/p).

De acordo com Ballone (2008), a definição da dependência está associada inicialmente à dependência a substâncias químicas, mas pode se associar à necessidade irresistível de consumo de qualquer outra substância e até mesmo a algum alimento, ou realização de qualquer atividade, como o jogo, por exemplo. Uma vez interpretada pela medicina como uma patologia, Giddens (1993) entende que a dependência se trata de um estado do organismo, que se traduz num comportamento compulsivo que “[...] está associado a uma sensação de perda de controle sobre o eu” (p. 84). A adição gera uma espécie de sensação de conforto para o indivíduo, amenizando a ansiedade, contudo essa sensação é transitória. Esses comportamentos são caracterizados de adições.

Para Ballone (2008), em qualquer dependência se destacam os Transtornos por Consumo de Substância com dependência, produzindo um grupo de sintomas cognitivos, comportamentais e fisiológicos que podem estabelecer algumas ligações com atos infracionais. De acordo com critérios do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (D.S.M. - 4) – da Associação Psiquiátrica Americana – o diagnóstico de dependência química, com exceção da cafeína, se aplica a qualquer substância. Na realização desse diagnóstico de dependência, a fissura, tradução próxima do termo em inglês *craving*, configura-se pela necessidade obstinada de uso da substância ou de realização da atividade, e é observada na quase totalidade dos dependentes.

Nos grupos de ajuda mútua, a dependência é entendida como sendo de causas múltiplas, com múltiplas repercussões, porém tratável; contudo, a abstinência por si só não é suficiente para dar conta de todos os transtornos que a dependência química gera na vida do usuário; faz-se necessário trilhar um caminho de busca e manutenção da sobriedade. Poderíamos dizer que sobriedade é uma característica daquele que conhece a si mesmo e seus limites, o autodomínio, o controle das emoções e sentimentos, é uma condição de maturidade emocional. A abstinência tem ligação com a sobriedade, mas este é um conceito mais profundo. A abstinência é a privação, deliberada ou não, de algo, neste caso de drogas, que não supõe mudanças no estilo de vida, enquanto sobriedade compreende um estado de vida totalmente consciente, e a adaptação a um

estilo de vida diferente daquele que levou o indivíduo a fazer uso abusivo da droga (A.A. 2004).

No entender de Bucher (1992a) e Batista *et al* (2008), há diferenças conceituais em relação ao uso, ao abuso e à dependência de drogas. No caso da resistência a seguir as prescrições médicas, que são as formas adequadas de utilizar os medicamentos, o hábito de se automedicar ou utilizar a dosagem acima da indicada constituem abuso, pois todas as drogas são, em potencial, tóxicas e podem trazer danos à saúde do abusador. Neste sentido, Costa e Gonçalves (1988) argumentam que a quantidade utilizada de antidepressivos, ansiolíticos ou qualquer outra substância que altere o estado de humor parece demonstrar que “[...] o homem sente necessidade de utilizar um amortecedor entre ele e o mundo” (p. 47).

Para Duarte e Morihisa (2008), o “**Uso** de drogas é a auto-administração de qualquer substância psicoativa [...]. **Abuso** de drogas pode ser entendido como um padrão de uso que aumenta o risco de conseqüências prejudiciais para o usuário” (p. 46). De acordo com a Classificação Internacional de doenças (C.I.D.), o **uso nocivo** ocasiona prejuízos no aspecto físico e/ou mental, e no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (D.S.M.) o **abuso** também compreende conseqüências sociais.

Batista *et al* (2008) argumenta que a **dependência** vai além, associando-se à dificuldade de ficar sem a droga. Neste caso há indícios de tolerância desenvolvida, a compulsão pelo uso da substância, sintomas de abstinência, em graus distintos, entre leves e pesados. Duarte e Morisha (2008) destacam os dados de definição da dependência química de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (C.I.D.):

Três ou mais das seguintes manifestações ocorrendo conjuntamente por, pelo menos, um mês ou, se persistirem por períodos menores que um mês, devem ter ocorrido juntas de forma repetida em um período de 12 meses.

1. **Forte desejo ou compulsão** para consumir a substância.
2. **Comprometimento da capacidade de controlar** o início, término ou níveis de uso, evidenciado pelo consumo freqüente em quantidades ou períodos maiores que o planejado ou por desejo persistente ou esforços infrutíferos para reduzir ou controlar o uso.
3. **Estado fisiológico de abstinência** quando o uso é interrompido ou reduzido, como evidenciado pela síndrome de abstinência característica da substância ou pelo uso desta ou similar para aliviar ou evitar tais sintomas.
4. **Evidência de tolerância aos efeitos**, necessitando de quantidades maiores para obter o efeito desejado ou estado de intoxicação ou redução acentuada destes efeitos com o uso continuado da mesma quantidade.
5. **Preocupação com o uso**, manifestado pela redução ou abandono das atividades prazerosas ou de interesse significativo por causa do uso ou do tempo gasto em obtenção, consumo e recuperação dos efeitos.
6. **Uso persistente**, a despeito de evidências claras de conseqüências nocivas, evidenciadas pelo uso continuado quando o sujeito está efetivamente

consciente (ou espera-se que esteja) da natureza e extensão dos efeitos nocivos. (p. 47).

Entendo que embora haja a necessidade de intervir no processo que leva o indivíduo a se tornar um dependente químico, a fim de evitar os prejuízos de toda ordem que são causados pelo consumo abusivo dessas substâncias, não podem ser ignorados os seus diferentes usos: a experimentação, o uso ocasional, o abuso e, por fim a dependência. É necessário fazer essa distinção para evitar situações alarmantes, pois nem todo experimentador irá se tornar um dependente químico, entretanto há que se considerar que é difícil fazer uma previsão de quais indivíduos possuem essa predisposição, uma vez que existem tentativas de associações com tipos de personalidade, entre outras, mas nada que possa ser considerado de forma significativa para colaborar nesse processo de intervenção.

Para Bucher (1988), não há soluções mágicas para fazer com que o problema desapareça, o que existe é a possibilidade de abordagens mais pertinentes que levem a um melhor conhecimento sobre o assunto, que passam pelo viés antropológico e sócio-cultural, a fim de se pensar em uma aproximação mais compreensiva do que repressiva, abrindo mão de visões preconceituosas e moralizantes sobre esse fenômeno.

É difícil determinar o limite de uso patológico da droga (BUCHER, 1988), uma vez que todos, de uma forma ou de outra, sempre fazem uso dessas substâncias, como medicamentos, álcool e fumo, que são consideradas legais, mas o são apenas em função de certos interesses, em muitos casos são mais por questões econômicas do que morais. E a distinção entre drogas legais e ilegais também não é suficiente para se pensar o problema, e nos dois casos, de acordo com Bucher (1988), o que caracteriza esta doença que ameaça o indivíduo primeiramente, depois a sociedade, é a dependência, a loucura e a morte.

1.2 As drogas na história e nas diferentes culturas

A utilização de substâncias psicotrópicas, que causam mudanças de humor, é uma prática milenar, que remonta a épocas bastante antigas, realizada por diferentes povos e diferentes culturas, em diversos contextos históricos. De acordo com Costa e Gonçalves (1988), não há registro de nenhuma cultura ou de sociedade que não tenha feito uso de substâncias químicas em seu cotidiano, de uma forma ou de outra – mesmo

no caso dos esquimós, que não chegaram a produzir nenhum tipo de substância psicoativa: as drogas acabaram chegando até eles. O diferencial no mundo de hoje é a generalização e a rápida expansão do uso, abuso e dependência dessas substâncias, de forma nunca vista antes.

Há muito tempo a humanidade faz uso de substâncias psicoativas no cotidiano, em cerimônias religiosas e rituais sagrados, em festividades sociais, no tratamento de doenças, para obter prazer, para aliviar a dor, como tranqüilizante, como abortivo etc. Algumas drogas eram e ainda são consideradas como sagradas, sendo utilizadas para entrar em transe, e dessa forma entrar em contato com os espíritos. Há registros de que no Egito já se fazia uso do vinho e da cerveja (TOTUGUI, 1988), enquanto teorias arqueológicas tentam demonstrar a existência de bebidas fermentadas na pré-história. Ainda hoje o vinho é utilizado nas cerimônias cristãs e judaicas, no candomblé e no espiritismo. Sendo assim,

[...] a utilização das drogas não representava (ou representa), em geral, uma ameaça à sociedade, pois seu uso estava relacionado aos rituais, aos costumes e aos próprios valores coletivos e, ainda, não se sabia dos efeitos negativos que elas poderiam causar. (BUCHELE e CRUZ, 2008, p. 66).

No caso do álcool, os vestígios de consumo pelo homem são encontrados em vasos paleolíticos, com evidências da utilização dessa substância há mais de quatro milênios (ANTONY, 2009). Fica demonstrada também a facilidade de produção do álcool desde a antiguidade, pelo processo de fermentação de frutas antes da descoberta do processo de destilação. Os danos causados pelo álcool já se verificavam desde três mil anos atrás, a partir de documentos que comprovam que já se fazia restrição à venda de bebida alcoólica a quem tinha problemas associados a ela. Entre os muçulmanos o uso do álcool sempre foi proibido, e na modernidade surgiram

[...] movimentos pela temperança ou proibição, baseados no receio das conseqüências nocivas do consumo de álcool, ou uma preocupação de que a intoxicação possa comprometer a relação do indivíduo com sua divindade (como no Antigo Testamento da Bíblia ou no Alcorão do Islamismo) estão mais disseminados. É notável que, no mundo Islâmico, as tradições de abstinência (ou moderação) datam de mais de 1.000 anos atrás, e não deve ser surpresa que os padrões de consumo de álcool atuais sejam resultado dessas antigas tradições. (idem, p. 3).

De acordo com Totugui (1988), entre os gregos o ópio era considerado uma dádiva dos deuses para aliviar os enfermos, e na China a planta de origem dessa droga

(a papoula) chegou a ser um símbolo nacional. No século XIX, a repressão à droga na China, pelo governo, levou a uma crise com a Inglaterra, que detinha o monopólio do comércio do ópio, o que fez com que a droga fosse liberada entre os chineses; por consequência, em 1900, mais da metade da população masculina adulta deste país era dependente de ópio. O monopólio inglês agravou o problema do consumo de drogas também no Ocidente, que se disseminou para alguns lugares da Europa. A aceitação do ópio no Oriente foi uma “imposição” devida a questões econômicas ligadas ao comércio da substância, que também passou a ser encontrada facilmente para comprar como qualquer outra mercadoria, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos, até o final do século XIX - somente no início do século XX foi proibido o comércio livre do ópio.

Totugui (1988) argumenta que na Malásia o uso do ópio estava associado às condições difíceis de vida, entre os pescadores e em reuniões familiares. Ainda hoje, o ópio faz parte do cotidiano desse povo, entretanto o que era tradicionalmente utilizado para relaxar, adquirir coragem para realizar atividades difíceis, entre os jovens passa a ter um uso igual ao do consumo de drogas no mundo ocidental moderno.

Embora o consumo da ganja seja ilegal na Jamaica, Totugui (1988) salienta que a planta da qual se origina é cultivada neste país há mais de cem anos. Na seita político-religiosa ratafári atribui-se a essa droga poderes místicos como o de afastar espíritos maus. Entre os operários jamaicanos a ganja é utilizada para dar energia no trabalho, e a oferecem também aos seus filhos para ficarem inteligentes; entre esse povo fumar ganja é um rito e não fator de alienação, porém há diferenças nos costumes de usos nas classes sociais da Jamaica, sendo evitado e discriminado o uso pela elite.

As tribos indígenas utilizam as drogas alucinógenas para entrar em contato com os espíritos, por meio do Xamã, que ajudará na cura das doenças, para proteger a comunidade dos ataques mágicos e propiciar boas caçadas. O uso dessas drogas é estritamente pelo bem coletivo, não é permitido ao Xamã ou ao Pajé utilizá-las para a sua satisfação individual. A bebida *Ayahuasca* é mais uma substância psicoativa que é utilizada por mais de setenta e duas tribos indígenas, conhecida também como: “Santo Daime”. Este termo é utilizado também para denominar a doutrina religiosa que a utiliza (REHEN, 2007). Outra substância que faz parte do conhecimento dos povos das Américas é o vinho da jurema, produzido à base da erva jurema (*Mimosahostilis Benth*), que é entendida como “[...] uma divindade e de sua [própria] morada sagrada, a região celeste (juremá), de onde chegam os encarnados quando invocados a comparecerem no

espaço ritual” (CAMARGO, 2001, s/p.), utilizada pelos índios, pelos caboclos e depois absorvida e utilizada nos rituais de algumas crenças afro-brasileiras, como a umbanda e o candomblé.

É possível perceber que o consumo de drogas é dotado de significado conforme a cultura, bem como suas regras e objetivos de uso, quais drogas são aceitas ou poderão ser prescritas pelo médico, curandeiro ou sacerdote, e quais serão definitivamente proibidas. As drogas podem ser consideradas um bem ou um mal, dependendo da realidade na qual estão inseridas. O grau de aceitação das drogas muda de uma cultura para a outra, como é o caso do álcool, que é aceito entre quase todas as sociedades ocidentais, mas é condenado de forma categórica entre os muçulmanos, enquanto a maconha é condenada no ocidente, mas é aceita em alguns países árabes.

Com relação aos alucinógenos é possível referenciar-se nos anos 1960, aos movimentos sócio-culturais de manifestação dentro do movimento hippie, de contracultura, do rock, em que o uso da droga estava revestido de um caráter de contestação radical às regras e formas de organização políticas e sociais vigentes no momento, essas substâncias também eram vistas como uma forma de abrir as portas da percepção para a produção cultural e artística – Carvalho (2002) cita Charles Baudelaire, (poeta de meados do século XIX), que, juntamente com outros artistas e intelectuais, em sua época, já utilizava o haxixe e o ópio, e “[...] fizeram das experiências alucinógenas a matéria prima de suas obras” (p. 4). A partir desse movimento dos anos de 1960, com uma ideologia libertária, muitos jovens tencionavam, do seu jeito, ‘cair fora’ “[...] do sistema social e cultural convencional do Ocidente, bem como criar um mundo alternativo onde se pudessem ter novas maneiras de pensar, de sentir e perceber o mundo e as pessoas.” (TOTUGUI, 1988, p. 5).

Essa revolução dos anos de 1960, com diferentes descobertas de estados de prazer, consciência e sensibilidade, insere a utopia do movimento hippie, da possibilidade da construção de um mundo de paz e amor, por meio das experiências sensoriais com o uso dos alucinógenos. Porém a mudança da economia no Ocidente faz com que esses ideais sejam absorvidos pelo capitalismo, que acaba com o sonho da construção desse mundo novo, em que o prazer social foi cedendo lugar à violência e à destruição, o que leva a constatar que

O psicodelismo [é] uma grande utopia de transformação social que se produziu no ocidente; que aqueles projetos de revolução individual e cultural

[por meio dos alucinógenos] não podiam passar de uma fantasia e de uma ilusão. (TOTUGUI, 1988, p. 6).

Finda o movimento hippie, porém ficam as drogas, com todas as suas conseqüências sociais e na vida das pessoas, drogas que atualmente são procuradas devido a questões individuais, como alternativa às angustias, ao sofrimento, ao sentimento de solidão e vulnerabilidade internas.

1.3 Fatores condicionantes da dependência química

Embora a utilização dessas substâncias não seja recente e nem sempre tenha representado perigo para as sociedades pela sua forma de uso e seu contexto sócio-cultural, o fenômeno do uso/abuso/dependência de drogas, há muito, vem se enraizando e se estabelecendo na história das sociedades como uma problemática comum e que merece a atenção de todos os setores da sociedade e estudo minucioso no que concerne às suas especificidades, a fim de possibilitar uma abordagem e enfrentamento pertinentes para, ao menos, minimizar os efeitos sociais relativos a esse fenômeno e seus condicionamentos.

Há muito já se tornou consenso que o que leva ao consumo patológico de drogas é um conjunto de fatores associados, dependendo da soma e da incidência entre eles, porém de acordo com Bucher (1992a), a personalidade do dependente é muito mais determinante para o estabelecimento da adição do que a droga ou o contexto, ou seja, a dependência está mais associada à personalidade do usuário do que ao contexto em que ele vive ou mesmo às características viciantes da droga, pois os especialistas argumentam que entre 10 a 15% da população mundial se tornarão dependentes, e essa probabilidade está mais relacionada a aspectos individuais. De acordo com Angelo e Mena (2010), 9% dos usuários ocasionais de maconha desenvolverão a dependência, entre adolescentes essa taxa aumenta para 16%, no caso do tabaco a taxa é de 32%, 23% para heroína, 15% para o álcool e 17% para a cocaína.

Acredita-se que existe uma predisposição individual, que pode estar relacionada a aspectos fisiológicos e psicológicos, que leva uma pessoa a se tornar um toxicômano, as pesquisas neste sentido apontam para diversas hipóteses. Bergeret (1991) apresenta algumas definições que podem ser identificadas como tipos de personalidade toxicomaniaca. Batista *et al* (2008) demonstram a ligação, direta ou indireta, existente

entre os neurotransmissores e os mecanismos de ação das diferentes substâncias químicas. Os circuitos do sistema de recompensa de nosso cérebro estão ativados quando há sensações de prazer e de bem-estar; quando se faz uso de substâncias psicotrópicas esses sistemas são ativados por intermédio da dopamina; e as pessoas que têm esses circuitos deficientes, buscam externamente uma forma de ativá-los, por meio de substâncias de abuso, por exemplo, (BATISTA *et al*, 2008). Contudo, Costa e Gonçalves (1988) argumentam que a dependência não pode ser entendida como uma doença individual, mas como um fenômeno biopsicossocial.

Em relação ao papel da família, há uma unanimidade, isso é possível observar na literatura relativa a esse tema, resultante de diversas pesquisas. Este consenso está em se considerar a família como um fator protetor ou de risco quanto à inserção dos seus membros mais jovens na dependência química. Neste sentido Schenker e Minayo argumentam que

Observa-se que os pais, ou figuras substitutas, têm dificuldade em passar normas e limites para seus filhos. Há pouca habilidade para criá-los e educá-los, advindo daí uma má qualidade de vínculos familiares. Em relação aos jovens isso se manifesta na falta de assertividade e na ambigüidade com relação às leis e normas. Observa-se primeiro na conduta da criança e, posteriormente, do adolescente, que os limites do que lhes é concedido estão esgarçados, havendo grande prejuízo para a sua formação e sérias conseqüências para a vida em família e em sociedade. As crianças e os adolescentes aceitam a autoridade dos pais – o estabelecimento de regras claras e coerentes e a imposição de limites – quando há uma relação de confiança e afeto entre eles (2003, p. 304).

As formas como se estabelecem os laços parentais são, para muitos, determinantes nesse processo, e de acordo com Moura, Silva e Noto (2009), aumenta o risco de desenvolvimento de dependência química no caso de convivência com apenas um dos pais em relação aos que convivem com os dois, o que atinge as classes de baixo poder aquisitivo de forma mais acentuada. Os traumas vividos no ambiente familiar, como brigas, separações, agressões, estão associados a adolescentes com maior grau de dependência. A defasagem escolar também está associada à gênese dessa problemática. Em contrapartida, os valores, a afetividade vivida em seus relacionamentos de amizade, como também o rendimento escolar dos mesmos, são fatores que previnem o uso de drogas.

De acordo com Bucher (1992a), O.M.S. (Álcool e Drogas sem Distorção, 2004. www.einstein.br/alcooledrogas), entre outros, o uso e abuso de substâncias químicas entre os adolescentes é favorecido pelo seu ambiente de convívio, afirmam que os

primeiros experimentos se dão pela pressão que sofrem do grupo de amigos, se estes já forem usuários, especialmente o álcool, que tem seu consumo favorecido pela facilidade de obtenção devida ao fato de ser uma substância lícita e fortemente propagandeada, cujo consumo se torna cada vez mais precoce e mais abrangente.

Os elementos desencadeadores de dependência estão ligados à estrutura da vida do adolescente, e no entender de muitos, há outros fatores que contribuem que podem ser de natureza sócio-econômica – como é o caso do desemprego -, bem como de natureza relacional – como a falta ou enfraquecimento da sua rede social, entendida como o conjunto das situações e relações vivenciadas pelo indivíduo na escola, na família, na comunidade, que se compõe pelos indivíduos e pelos grupos em suas vivências históricas e sociais, por isso, no entender destes, há a necessidade do fortalecimento dos vínculos afetivos e a reconstrução dessas redes sociais (MOURA, SILVA E NOTO, 2009).

Para Kehl (2009), assim como para Bucher (1992a), a droga funciona como um mecanismo de defesa, como uma fuga, uma forma de fugir de algo que deveria ser enfrentado, a droga é utilizada, por muitos, também como forma de estímulo à criatividade artística. Kehl argumenta que inicialmente se utiliza a droga como um objeto de desejo, ela entra como um remédio para uma doença ou um mal que se quer evitar, como a angústia ou a necessidade de busca pelo prazer que é imposta socialmente, por exemplo. Na drogadição, é como se o sujeito por um momento desaparecesse com a sua subjetividade e com o seu sofrimento, mas esse efeito é momentâneo, depois é preciso fazer uso novamente, pela sensação de prazer que se esvai (BUCHER, 1992a). Pela busca da sensação de esvaziamento do sujeito e da sua dor, a droga, de objeto de desejo, vai se transformando em objeto de necessidade, é quando o sujeito passa a ser dominado pela substância e se torna um dependente químico. No entender de Kehl (2009), é por se transformar num objeto de necessidade que a droga tem uma ligação tão estreita com a violência.

De acordo com depoimento de alguns usuários, o prazer propiciado pelo consumo da cocaína e do crack é semelhante ao orgasmo, e o uso da maconha provoca sensação de prazer, calma e desligamento (VESPUCCI e VESPUCCI, 1999). De acordo com Bucher (1992b), a busca pelo prazer se destaca entre as razões para o uso/abuso de drogas, o que não é condenável em si. As substâncias psicoativas são capazes de provocar alterações no sistema nervoso central (SNC) do usuário, que atingem

[...] as sensações (internas, cinestésicas), as percepções (externas, fazendo a ponte com o mundo ambiental) e o “humor” ou ânimo da pessoa, seja no sentido de euforia, seja de disforia. Ora, as repercussões provocadas nestas três dimensões ultrapassam as reações psico-fisiológicas, produzindo significações que têm a ver com três aspirações fundamentais do ser humano, a saber, à felicidade, à beleza e ao prazer propriamente dito – ou seja, em suma, a um bem-estar físico, psíquico e social. (BUCHER, 1992b, p.146).

Para Kehl (2009), no mundo moderno, cada vez mais individualista, hedonista, que difunde uma verdadeira cultura do prazer pelos meios de comunicação de massa, os jovens e adolescentes são cada vez mais estimulados à busca do prazer pelo prazer e, de acordo com Buchele e Cruz (2008), esse mundo privilegia o ter em detrimento do ser, favorecendo também a competitividade e o individualismo, que geram desigualdades sociais, como também a relativização dos valores e de certezas religiosas e morais, políticas e econômicas. Nessa divulgação do prazer, há o apelo ao consumo, como um imperativo social, que é acessível a alguns, mas não a todos e em muitos casos é aí que entram as drogas. Nesse sentido, Kehl (2009), como Oliveira (1988) e outros, entende que a adição, além de uma doença, é também um sintoma, ou seja, a toxicomania aparece como que para denunciar os problemas implícitos e explícitos na vida do dependente e do mundo a sua volta.

Nesse sentido, eu gostaria de lembrar aqui a experiência de alguém que muito fez por aqueles que têm muitos problemas com as drogas, o Irmão Bernardo, fundador de uma instituição voltada para esse trabalho (Comunidade Casa Esperança e Vida, CCEV), da qual participei efetivamente por longo período. Ele sempre diz que quando há um usuário de drogas numa família, é como se fosse um sinal ou, como ele gosta de dizer, um “pisca alerta”, a denunciar que algo não vai bem. Para Kehl (2009), pode ser na família esse problema, como pode ser um fator social ou cultural, ou no meu entender, o conjunto desses fatores, que se apresentam como uma doença; a doença da família pode ser considerada também sintoma de algo maior, situado no contexto sócio-econômico-cultural. Dessa forma a droga se apresenta, também, como um sintoma. No entender de Bucher (1992b), as dependências não são doenças, mas sintomas que podem estar em outros aspectos da vida humana e da sociedade, que sustentam a ordem social, dos quais as dependências se originam.

De acordo com Hallal e Halpern (2002), os resultados apresentados diante das intervenções preventivas têm sido irrisórios, pois, nos países desenvolvidos, grandes somas são investidas nesse sentido. Desta forma, questiona-se se realmente seria

possível prevenir o uso de drogas, tendo em vista a complexidade do fenômeno. A resposta depende do olhar voltado para este tema. Pois se, se acredita que o problema está no produto, bastaria a repressão, contudo as autoras entendem que o problema está no seu “encontro com o indivíduo, numa situação de vida pessoal e num determinado contexto sociocultural” (p. 206).

Hallal e Halpern (2002) entendem o ambiente ecológico como estruturas que se encaixam uma dentro da outra. Desta forma o ambiente é concebido numa esfera muito mais ampla. Analogamente, o ambiente social é comparado ao ambiente ecológico em que, de forma conjugada, esses sistemas e as relações aí estabelecidas condicionam a vida do indivíduo. Esses sistemas são:

Microssistemas: ambiente mais próximo, núcleo familiar;

Mesosistemas: ambientes um pouco mais ampliados, como a família ampliada, ou parentes mais distantes, com os quais não se convive diariamente, a escola, trabalho etc;

Exossistemas: referem-se a outros ambientes que não envolvem o indivíduo diretamente, mas dos quais recebe interferência indiretamente por meio da sua rede social;

Macrossistema: é o contexto mais amplo no qual o indivíduo está inserido, relativo aos níveis da cultura, crenças ou ideologias prevalentes.

O consumo de drogas é entendido como um fenômeno humano, cultural, ou seja, esteve presente em quase todas as sociedades, e há registros de que há milhares de anos o ser humano se utiliza de substâncias para alterar os sentimentos e estados psíquicos, sendo no passado utilizado especificamente por adultos, em festas e cerimônias religiosas ou na preparação para a guerra, representando o lúdico e o sagrado, neste período a droga raramente constituiu-se como um aspecto normal da cultura, da religião e da sociedade. Na atualidade a drogadição envolve aspectos individuais, familiares e culturais, que se difundem rapidamente entre jovens e adolescentes. Um exemplo disso é a mercantilização de substâncias químicas, que acabou por se transformar num negócio lucrativo que obedece às dinâmicas econômicas de mercado mundiais. Neste sentido o tráfico, o crime organizado, também condicionam a experiência da drogadição, como da criminalidade. Há dados demonstrando que a receita anual da produção de drogas ilegais chega a U\$ 400 bilhões, corrompendo governos,

relativizando valores morais e interferindo no mercado econômico (HALLAL e HALPERN, 2002).

Os anos de 1960 são um momento chave para esta transformação no sentido do consumo de drogas. De acordo com Hallal e Halpern (2002), existem fatores decisivos para essa evolução: em tempos pré-modernos, a responsabilidade pela socialização era do núcleo familiar; com a industrialização essa responsabilidade foi sendo delegada a outras instâncias sociais, como a escola e os meios de comunicação. Com a perda parcial da função mediadora entre família e sociedade, ocorreu um afrouxamento dos laços primários, que no entender das autoras são fundamentais na constituição da identidade do indivíduo. Numa sociedade que tudo racionaliza e automatiza, o indivíduo vai sendo transformado em um ser anônimo, e a drogadição, na modernidade, se associa ao processo de industrialização, que provoca o fenômeno da aculturação com o êxodo rural. Desta forma, ocorrem os choques culturais e a descaracterização étnica, levando ao abandono dos valores tradicionais. E para agravar esse quadro ocorre que, na atualidade, busca-se cada vez mais se utilizar de substâncias químicas como solução para todos os problemas do cotidiano. Conforme denunciou Illich (apud HALLAL e HALPERN, 2002), vivemos em uma “sociedade drogada”.

A dependência deve ser pensada a partir do encontro entre um sujeito, a droga e um contexto sociocultural (que incentiva o consumo de tudo que gerar lucro, inclusive de substâncias viciantes). O prazer e a contestação, a autodestruição consciente ou não, são aspectos que, em certa medida, são inerentes ao uso/abuso de drogas, cuja busca está no condicionamento da dependência química (BUCHER, 1992b).

A estrutura social moderna propicia a perda da dimensão humana do homem que, na busca pelo saber e poder, acreditou ter chegado à plena autonomia, sendo capaz de dominar o “mundo” e transformá-lo como bem entendesse. Dessa forma ele próprio deixou-se “[...] reduzir a um objeto científico” (idem, p. 142), executando as tarefas que o conhecimento objetivo lhe conferia e, com “[...] estarecimento e desencanto” (idem), descobriu que não é tão livre quanto sonhara. Os indivíduos foram sendo padronizados e se apagando em suas

[...] feições originais e inconfundíveis de cada pessoa que, aos poucos, se viu privada de sua intimidade e dos seus valores sagrados e secretos. Implicitamente pois, o mundo tecnocrático representa, com seus poderes de decidir sobre vida ou morte dos cidadãos, “uma decomposição do mundo humano” (MONOD, 1970). Acompanhado da automatização e desumanização crescente da ordem social, da convivência e da comunicação

compartilhada, assiste-se a uma “demolição do humano” (título ilustrativo de um livro de KONRAD LORENZ, 1986), mas que uma pequena minoria apenas reconhece como representando os sintomas não somente de uma crise, mas de uma enfermidade, espécie de anomia social acoplada à perda da intimidade humana. (BUCHER, 1992b, p. 143).

A verdade humana, fundamentada em experiências subjetivas e nas expectativas e crenças de cada um, às vezes se opõe à ciência no momento em que esta instrumentaliza o homem a fim de utilizá-lo “[...] para fins alheios aos seus anseios mais íntimos” (idem, p. 144). O mercado de tudo se utiliza para transformar em lucro as necessidades “[...] individuais de autonomia pessoal, autodefinição, vida autêntica ou perfeição pessoal são todas traduzidas na necessidade de possuir e consumir bens oferecidos pelo mercado.” (BAUMAN apud GIDDENS, 2002, p. 183). Essa transformação não se manifesta no valor do uso desses bens propriamente, mas apenas na aparência de uso, que é inadequado, levando o indivíduo à derrota, pois propicia “[...] o alívio momentâneo dos desejos e à frustração duradoura das necessidades” (idem). O mercado produz uma distância muito grande entre necessidades e desejos, que se traduz na condição indispensável para a sua manutenção. O mercado se alimenta da infelicidade que produz sofrimentos, medos e ansiedades, relativos à inadequação pessoal, induzindo ao consumo “compulsivo” indispensável à sua continuidade. No entender de Giddens (2002), estilos de vida e auto-realização são distribuídos de acordo com os critérios de mercado, inclusive o projeto do eu pode vir a ser mercantilizado.

Se na modernidade o individualismo se traduz em conforto, prazer e segurança material, o homem moderno se tornou vítima do utilitarismo e consumismo, sendo isolado de forma desumana. De acordo com Giddens (2002), esse é o “Isolamento existencial” que é, mais o cerceamento da possibilidade de uma vida plena e satisfatória, do que estar separado de outros indivíduos. A modernidade produz diferença, marginalização e exclusão, e as instituições modernas não produzem meios de realização humana, ao contrário, impedem a sua emancipação, por meio da alienação do sujeito, da busca narcísica e do distanciamento nas relações humanas.

Nesse sentido Bucher (1992b) considera que, além de outros aspectos cruciais da atualidade, o consumo de drogas surge neste contexto como um agressor da vida humana, originado de questões sociais, econômicas, políticas e culturais que são mais profundas, estruturantes e interdependentes. Além de todos os condicionamentos inerentes e que, também são resultantes do mundo moderno, como os citados anteriormente, há a atual situação familiar, a busca pelo prazer, a necessidade de auto-

afirmação, os conflitos inerentes à adolescência, entre outros. Hallal e Halpern (2002) argumentam que para entender o fenômeno das drogas na modernidade, o indivíduo e o ambiente não podem ser observados como entidades isoladas. Faz-se necessário voltar-se para as complexas relações em todas as esferas do sistema social.

1.4 Alguns dados sobre a dependência química e suas conseqüências

Carlini (2008), ao tratar das taxas de consumo de drogas no Brasil, toma como referência o consumo de álcool, argumentando que há semelhança nos sintomas e nas formas de abordagem do problema em relação a outras drogas.

Esta é a droga mais utilizada e constitui, no entender de muitos, um dos mais graves problemas de saúde pública do mundo ocidental, pela proporção de uso, por ser uma droga lícita e pelo seu consumo estar profundamente enraizado em nossa cultura e sociedade. A autora aponta para alguns dados de uma série histórica de pesquisas que foi empreendida no Brasil a partir de 2001 por diversas instituições. A primeira delas foi realizada pelo CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas) em parceria com o SENAD (Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas), sendo esta o I Levantamento Domiciliar sobre o uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil; novos levantamentos têm garantido o acesso a informações atualizadas sobre a prevalência do uso das diversas drogas pela população e suas tendências.

A abordagem do primeiro levantamento foi realizada com pessoas de ambos os sexos, de 12 a 65 anos, e demonstrou que 68,7% dos entrevistados haviam feito uso de álcool pelo menos uma vez na vida; estimou-se que 11,2% da população brasileira apresentavam sinais de dependência desta substância, o equivalente a 5.283.000 pessoas. Em 2005 foi realizado o II Levantamento e houve um aumento nestas proporções para 12,3% de pessoas com idade entre 12 e 65 anos com indicações de dependência do álcool, o que corresponde a 5.799.905 pessoas, além de indícios de que o consumo de álcool atinge faixas etárias cada vez mais precoces, indicando a necessidade de revisão de medidas de controle, prevenção e tratamento.

As pesquisas realizadas pela O.M.S. indicam que o Brasil, em 2004, estava no 80º lugar em relação à dependência de álcool nas estatísticas, entre 185 países, posição não muito significativa se for comparada isoladamente, mas comparando a evolução

entre os anos de 1970 e 90, houve um aumento de 70% da dependência de álcool, dado que situa o Brasil entre os 25 países que tiveram avanço mais acentuado neste período (CARLINI, 2008). Ainda segundo a autora, o uso do álcool está altamente associado a diversos tipos de acidentes com vítimas fatais e

Uma análise dos exames toxicológicos realizados no Instituto Médico Legal de São Paulo, durante 1994, apontou que 52% das vítimas de homicídio, 64% das vítimas de afogamentos fatais e 51% das vítimas fatais de acidentes de trânsito apresentaram álcool na corrente sanguínea em níveis mais elevados do que o permitido por lei (a taxa máxima de álcool no sangue prevista pelo Código Brasileiro de Trânsito era de 0,6 gramas por litro). (CARLINI, 2008, p. 55).

A partir de 2008, com a Lei nº 11.705, hoje bem conhecida como “lei seca”, fica estabelecida a taxa de alcoolemia zero para os condutores de veículos, e instituem-se penalidades mais severas para o condutor com taxa acima do previsto nesta lei.

De acordo com análises de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), e do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde, entre os períodos de 2007 (antes da “lei seca”) e 2008 (depois da referida lei), Malta et al (2010) aponta para o decréscimo no número de mortes e internações provocadas por Acidentes de Transporte Terrestre (A.T.T.) no período posterior à promulgação da lei. Foram colhidos dados de 26 capitais brasileiras e do Distrito Federal. Os dados indicam uma redução média de 23% nas internações, com uma variação entre 17,4% (Região Sul) e 28% (Região Norte) de acordo com a localidade analisada. Em relação às mortes ocorridas no período que antecedeu a lei e no posterior, houve um decréscimo em média de 22,6% de acordo com a localidade, variando entre 42,4% (nas capitais da Região Sudeste) e 4,4% (na região Norte).

Dentre as drogas de maior poder para gerar dependência está o cigarro, e nesse caso vale notar que, analisando a evolução dos índices de consumo de 1970 a 98, houve um decréscimo em seu consumo *per capita* mundialmente, inclusive no Brasil. Contudo, ainda há motivos para preocupação, visto que o Brasil está entre os maiores produtores de cigarro, com seu preço relativamente baixo e a ausência de controle quanto à comercialização, o que faz do jovem um consumidor em potencial. De acordo com o Ministério da Saúde (apud CARLINI, 2008), os fumantes no Brasil, em geral, se tornam dependentes antes dos 19 anos de idade, e provavelmente, as indústrias de tabaco os terão como consumidores de seus produtos durante toda a sua vida adulta.

Para a O.M.S. (Álcool e Drogas sem Distorção, 2004, www.einstein.br/alcooledrogas), a dependência química é um problema de saúde pública e deve ser tratada não apenas como uma questão criminal, pois a dependência dessas substâncias não é um problema de vontade ou de força de caráter, mas um transtorno médico que pode afetar qualquer pessoa. A O.M.S. sugere que o consumo abusivo de drogas lícitas e ilícitas deve ser tratado de forma conjunta, sendo que, no Brasil, a maior preocupação da O.M.S. é o consumo de álcool. Num relatório que enviou ao governo brasileiro, sugere que se intervenha no sentido de controlar as campanhas publicitárias referentes às bebidas alcoólicas, pois de acordo com Maristela Monteiro, da Organização Pan-Americana de Saúde, “[...] utilizar pessoas jovens na propaganda do álcool cria um clima social de aceitação, onde só existiriam aspectos positivos para o seu consumo [...], fica demonstrado que ficar bêbado é bom” (Site Álcool e Drogas sem Distorção, 2004. www.einstein.br/alcooledrogas).

Mota (2004) apresenta dados da O.M.S., nos quais constam que 10% da população mundial adulta é dependente de álcool e uma a cada dez pessoas que inicia o hábito de beber acaba se tornando alcoólica, “[...] uma típica roleta russa” (p. 24). O número de alcoólatras no mundo todo é estimado em 280 milhões, sendo que desses, 18 milhões morrem em função do álcool. No início da modernidade, com a revolução industrial, o álcool se tornou um alívio para o proletariado e

[...] se transformou quase num artigo de primeira necessidade para o nascente proletariado urbano, massificado, sem raízes, explorado e alienado em seu trabalho e submetido a terríveis condições de vida. O álcool possibilitou a evasão momentânea dessa lamentável situação de vida. Por isso, ao longo do século XIX, o alcoolismo foi se constituindo uma autêntica praga social, que crescia sem cessar, paralelamente ao desenvolvimento econômico das sociedades ocidentais (KALINA, 1999, p. 25).

As conseqüências advindas do uso abusivo de drogas são de ordens múltiplas. Para a saúde do abusador, o consumo prolongado de álcool pode “provocar alterações funcionais e estruturais no cérebro, bem como a deterioração dos sentidos e a diminuição da massa cerebral” (Álcool e Drogas sem Distorção, 2004. www.einstein.br/alcooledrogas). Há também os problemas relacionados à delinquência, acidentes de trânsito etc. De acordo com Antony (2009), perto de 7% de todas as mortes, entre consumidores e não consumidores, são atribuídas ao consumo de álcool; os prejuízos causados giram desde em torno de 0,6% até 2% do PIB mundial, (aproximadamente de US\$ 210.000.000 até US\$ 665.000.000).

O abuso de substâncias químicas tem se constituído como um problema de saúde pública a ser tratado coletivamente (ANTONY, 2009) e tem suscitado o surgimento de diversas instituições para tratar dessa questão. Atualmente, no Brasil, existem várias instituições governamentais que atuam no combate e prevenção ao uso de drogas, a saber, algumas delas: SENAD (Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas), CEBRID (Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas), CONEN (Conselho Estadual de Entorpecentes), COMEN (Conselho Municipal de Entorpecentes), INFOdrogas (serviço ligado ao Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo, IMESC, para fornecer informações sobre o tema), PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, da Polícia Militar), OBID (Observatório Brasileiro de Informação sobre Drogas), CONAD (Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas), FUNAD (Fundo Nacional Antidrogas), SISNAD (Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas), além de inúmeras instituições não-governamentais.

Existem também organizações ligadas à sociedade civil, como os grupos de ajuda mútua que, de acordo com Mota (2004), podem ser tidos como movimentos populares, dependendo da forma como estes forem concebidos, se se considera “[...] um movimento social pelo efeito que ele causa na vida das pessoas, então A.A. é um movimento social” (idem, p. 21). Esses grupos são organizados por pessoas que passaram por esse problema e que atuam no sentido de continuarem a garantir a própria sobriedade, bem como entre os seus membros e ajudar a quem quer deixar de consumir qualquer substância química a atingir o seu objetivo. Dentre esses grupos, sendo o pioneiro deste gênero para tratar da dependência química, neste caso especificamente o álcool, situam-se os Alcoólicos Anônimos (A.A.). Inúmeros são os grupos de apoio que surgiram depois de A.A., a partir de suas bases, relacionados à dependência química, como também a outros dilemas da vida humana, como Narcóticos Anônimos (N.A.), que se constitui como ‘objeto’ desta pesquisa. No meu entender, no mínimo, suscita curiosidade a razão desses grupos se difundirem de forma tão generalizada, demonstrando um grau elevado de eficácia em seus objetivos, em quase todos os países.

1.5 Drogas, juventude e adolescência

Como um dos mais sérios problemas sociais enfrentados pelo mundo contemporâneo, a utilização excessiva de substâncias psicoativas, lícitas ou ilícitas, constitui uma ameaça à inserção do indivíduo em vários aspectos da vida social, como a destruição dos vínculos familiares, dos relacionamentos interpessoais, do mundo do trabalho, levando-o, em última instância, a mais completa degradação da vida em todos os seus âmbitos.

Contudo, no entender de Carlini (2005), no mal estar geral recorrente na sociedade em relação ao fenômeno das drogas ilícitas há exageros, visto que uma fatia muito pequena da população jovem entra por essa via. Esse quadro é bastante discreto de acordo com a autora, sobretudo se comparado com as proporções de uso de drogas lícitas, como o álcool e o tabaco – por exemplo, 52% das vítimas de homicídios, 64% dos afogamentos fatais e 51% das vítimas fatais de acidentes de trânsito estavam sob o efeito do álcool ou foram vitimizados em decorrência do uso de outrem. Se comparado, também, com a incidência de uso das drogas ilícitas entre Brasil e outros países – em 2001 o levantamento sobre drogas psicotrópicas demonstra que no Brasil o uso de maconha é de 7,6%, enquanto nos Estados Unidos essa proporção é de 34% - porém comparados com pesquisas realizadas anteriormente no Brasil, os dados revelam que essas proporções vêm aumentando.

Ainda de acordo com a autora, os problemas causados pelo álcool não são somente em decorrência da dependência, visto que, sendo o álcool o principal fator de risco para uma série de ocorrências em relação à saúde pública, como acidentes, doenças, deficiências físicas, violência, criminalidade etc., na sua grande maioria, esses problemas não estão ligados a pessoas que desenvolveram a dependência química. Basta que em algum momento o jovem ou o adulto esteja sob o efeito do álcool para que se exponha a situações de risco.

Carlini (2005) aborda o uso, abuso e dependência química pelos jovens partindo do contexto histórico em que a droga era um meio de contestação ao sistema político de opressão vigente na sociedade, como também uma forma de afirmação de individualidades. Neste momento a saúde coletiva e uso de drogas não eram temas

convergentes ou associados. A busca do prazer, de uma vida alternativa, de convivência harmoniosa, a partir do uso de drogas, cedeu lugar à violência e à autodestruição. De acordo com Bucher (1992b),

[...] o movimento *hippie* se desarticula. Mas as drogas continuam aí, prometendo algo mais – não apenas o prazer, repudiado pelo ritmo implacável da vida social que se contesta, mas ainda o esquecimento da solidão, do sentimento de vazio e das recordações sombrias, além da liberação de angústia, sofrimento e depressão. (p. 29).

O consumo de drogas é utilizado para fugir dos problemas inerentes à vida, se num primeiro momento é prazeroso, a escalada progride e o consumo vai se tornando cada vez mais freqüente “e o sonho de uma vida prazerosa, sem dor nem limites [...] a consciência da decrepitude moral e física se torna intolerável” (BUCHER, 1992b, p. 29). Surge o drogado moderno.

No entender de Bucher (1992b), se o consumo freqüente desse “drogado” se faz como um “grito abafado” devido à dificuldade de se situar num contexto social que oprime e sufoca, não é somente em decorrência da recusa em comunicar-se, mas por ter essa comunicação cerceada por fatores conjunturais. Não se buscam mais as drogas pelas ideologias. Buscam-se as chamadas drogas duras, que têm efeitos mais trágicos e degradantes, inicialmente para esquecer seus dilemas, medos e inseguranças, com a intenção de encontrar no grupo de amigos a companhia e a superação do vazio interno – contudo, mesmo com a droga o vazio permanece. A transgressão às regras também pode levar o jovem a consumir drogas, por curiosidade ou por prazer. De qualquer forma, no entender de Bucher (1992b), o que esses jovens precisam não é de punição, mas de compreensão, de medidas sócio-educativas para perceberem o caminho pelo qual estão trilhando.

Diversos especialistas no assunto concordam que o público alvo privilegiado das drogas e das substâncias químicas são os jovens e adolescentes, sendo acometidos pelo uso, abuso e dependência química cada vez mais cedo. De acordo com Oliveira (1988), a relação de dependência é uma característica humana, e é nessa relação de dependência que a pessoa humana vai se constituindo e sendo constituída como um ser único, como é o caso da relação entre mãe e filho. Esse primeiro convívio é essencial para a estrutura da personalidade e do psiquismo da criança, de acordo com o modo como essas experiências forem vivenciadas.

Segundo Soares (2005), a construção da identidade para o jovem é algo difícil e penoso, que se realiza por meio das referências que nem sempre são positivas e às vezes até se confundem. Há a necessidade de conquistar a admiração do sexo oposto ou de um grupo, pois é no reconhecimento do outro que se cria uma identidade, nas atitudes. “Roupas, posturas e imagens [que] compõem uma linguagem simbólica inseparável de valores [assim] construir uma identidade é [...] uma experiência histórica e social.” (p. 137 e 138). Nesse processo há sempre a participação de uma coletividade num contexto histórico e cultural. No entender do autor, da mesma forma que nos reconhecemos no espelho, é nos outros que reconhecemos a nós mesmos, a partir do olhar do outro, numa identificação.

A relação de dependência e independência é conflitante para o adolescente, devido ao desejo e à necessidade de preservar a relação de cuidado e proteção da infância, como também o anseio e o imperativo de se tornar um ser autônomo, que se revela cada vez mais intenso. Além das transformações que acontecem no corpo, ligadas ao surgimento da puberdade, Kehl (2009) afirma que a mensagem transmitida pelos meios de comunicação passa uma idéia de uma juventude “gozante”, que foi feita para o prazer; mas isso é contraditório, porque os conflitos inerentes a essa fase não facilitam e nem tornam nada tão simplesmente prazeroso na vida deles.

Para entrar na vida adulta, Oliveira (1988) entende que é preciso que o adolescente estabeleça uma nova relação com os pais, com o mundo a sua volta e consigo mesmo. Isso é muito mais do que compreender e se adequar às mudanças ligadas ao próprio corpo, que também é importante. Para os jovens e adolescentes há a necessidade de se elaborar esses processos de mudanças que são próprios dessa fase.

É nesse quadro de mudanças e conflitos que a droga pode surgir, e de acordo com Schenker e Minaio (2003), sendo a juventude e a adolescência o período mais crítico da vida para desenvolver habilidades e tomada de decisões no âmbito pessoal e interpessoal, o uso de drogas pode ser visto como uma forma de enfrentamento das diversas situações-problema da vida, configurando-se, dessa forma, como um fenômeno complexo que, em parte, pode ser interpretado num contexto sociocultural e familiar, em que se configura.

Andrade e Silveira (2010) argumentam que dados de uma pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apresentam resultados preocupantes quanto ao uso, abuso e dependência química. Ficou demonstrado que entre adolescentes

de 13 a 15 anos de idade, 71% já fizeram uso de álcool na vida e 22% já beberam até se embriagar. Há indicadores de que indivíduos que fazem uso de álcool antes dos 16 anos de idade possuem um risco de 1,3 a 1,6 vezes maior de tornarem-se dependentes, e quanto mais tarde se inicia o hábito de ingerir bebida alcoólica, menor a probabilidade de se desenvolver a dependência.

Por esse motivo Andrade e Silveira (2010) consideram a imposição de uma idade mínima para o consumo e venda de bebida alcoólica uma estratégia preventiva importante, embora seja polêmica e não haja um padrão mundialmente uniforme. Por exemplo, na Itália a idade mínima para o início do consumo é de 16 anos, no Brasil é de 18, nos Estados Unidos 21, e em alguns lugares da Índia esse limite chega a 25 anos. Dentre os vários métodos para atingir o jovem com a intenção de minimizar os problemas causados pelo consumo de álcool, o mais utilizado comumente é o fornecimento de informações sobre as drogas em ambiente escolar, o trabalho com a auto-estima, o fortalecimento da resistência aos estímulos por parte do grupo em relação ao uso da bebida, como também esclarecer os pais dos alunos quanto aos prejuízos do uso, abuso e dependência química.

A esse respeito Carlini (2005) considera que a política brasileira tem maximizado o profissionalismo das propagandas em relação ao álcool, pois além da proibição da venda de bebida alcoólica para menores de 18 anos (que não é fiscalizada), não há nenhuma política pública expressiva. O controle de propagandas não atinge as bebidas de maior consumo entre os jovens, que são a cerveja e o chope, ficando por conta do mercado o controle dos preços, produção e distribuição de bebida alcoólica no Brasil. Como resultado, o Brasil está entre os países em que mais aumenta o consumo de bebida alcoólica.

De acordo com Duarte (2008), no Brasil, até o ano de 1998, as políticas nacionais sobre redução de demanda e oferta de droga não eram específicas. Naquele ano houve a realização da XX Assembleia Geral Especial das Nações Unidas, com discussões sobre esse tema. Depois da adesão aos direcionamentos sugeridos, o Brasil tomou as primeiras medidas nesse sentido. Neste momento, no lugar do Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN) surgiu o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD); nesta ocasião também foi criada a Secretaria Nacional de políticas sobre drogas (SENAD). Em seguida foi realizado o I Fórum Nacional Antidrogas, a fim de elaborar a Política Nacional sobre Drogas (PNAD). Depois do II Fórum, realizado

em dezembro de 2001, com o Decreto Presidencial nº 4.345 de 26/08.2002, a PNAD foi oficialmente instituída. Em 2005 houve um realinhamento dessas políticas com a participação da sociedade civil, científica e governamental. Esse processo contou com a realização do I Seminário Internacional de Políticas Sobre Drogas, de seis Fóruns Regionais e o Fórum Nacional sobre Drogas (DUARTE, 2008).

A PNAD (Legislação e Políticas Públicas sobre Drogas no Brasil, 2008) é o resultado de todo esse processo, que (no mínimo) demonstra preocupação com esse tema. O conteúdo da lei deixa entrever e confirmar o que, de modo geral, costuma-se dizer no senso comum, quando se fala da necessidade de implantação de leis no Brasil: leis existem, o que faltam são mecanismos que as façam funcionar, que as coloquem em prática. Contudo, creio que ainda é preciso avançar. Embora a descriminalização do uso esteja prevista em lei, de acordo com Angelo e Mena (2010), a falta de referência quanto à quantidade para se considerar o portador traficante ou usuário tem levado muitos dependentes às prisões. Dados demonstram que, depois de 2006, 50% dos presos por tráfico no Brasil foram pegos em flagrante com pequenas quantidades, o que indica que são usuários e não traficantes e que a pena a eles imposta não é condizente com o “crime” que cometeram. Desta forma, o então secretário nacional de justiça, Pedro Abramovay, que ocupou este cargo de julho de 2010 até o início da segunda quinzena de janeiro de 2011, constata: “Ao colocarmos essas pessoas na prisão estamos dando elas de bandeja para o crime organizado.” (ANGELO e MENA, 2010, p. 5). O debate acerca da descriminalização da maconha no Brasil provoca confrontos acalorados entre os grupos pró e contra. De qualquer forma, com base nas pesquisas realizadas para esta dissertação, acredito que seja perceptível que o modo como os usuários, entre outras questões, são tratados em relação ao porte de droga para consumo próprio precisa ser revisto.

Ballani e Oliveira (2007) fizeram uma pesquisa que, entre outras coisas, procurou verificar nos depoimentos de jovens dependentes químicos e familiares, os fatores desencadeantes da dependência, e uma das constatações foi de que a “ausência” e/ou precariedade de políticas públicas podem estar associadas às causas subjacentes e proximais de dependência mencionadas pelas famílias. “A interface entre políticas de educação, segurança pública, assistência social, economia e saúde, inadequadas e deficientes, parecem determinar a ocorrência do uso de drogas de abuso nos casos investigados.” (2007, p. 494). De acordo com as autoras, há a necessidade de

implementar políticas que ofereçam apoio às famílias em risco psicossocial, para oportunizar a mudança de hábitos prejudiciais à saúde, como também de estilo de vida.

No entender de Ballani e Oliveira (2007), as políticas públicas são insuficientes no que se refere: à assistência social, em especial para as famílias em que as mães de adolescentes trabalham fora do lar em período integral; à reinserção social e emprego para os jovens, usuários ou não; à prisão de jovens que transportam drogas para manterem a adição, que os estigmatiza com a “passagem pela polícia”, fazendo-os viver o dia-a-dia da violência carcerária; por fim, segundo as autoras, faltam políticas de segurança pública inclusivas, de redução de oferta da droga que se volte para o controle do narcotráfico.

A dependência química é considerada como sendo de causas múltiplas, de ordem social, biológica, psíquica e inclusive espiritual (FEBRAE, Federação Brasileira de Amor Exigente, abril de 2010), e de acordo com Moura, Silva e Noto (2009), pode coexistir com várias situações de risco, como a prostituição, o tráfico, a corrupção, entre outras, como fica demonstrado no relato de uma adolescente entrevistada pelos autores, sobre seu envolvimento com o roubo e a prostituição para se drogar:

[...] já transei para usar droga, só quando eu me prostituí a primeira vez... e é melhor sem droga, por que você está mais consciente, com a droga depois você fala “será que foi só isso?” (Ke13FI)“... já, uma vez eu fiquei grávida... eu perdi naturalmente, mas uma vez eu tomei uns remédios... eu tinha onze anos...o primeiro eu perdi, eu estava na rua com uma amiga minha, a gente roubava carro, e começou me dar hemorragia aí ela me levou pro médico... (Ka13FI). “... quando a gente usa fica sem medo de roubar...” (F13MR). (idem, p. 38).

De acordo com Moura, Silva e Noto (2009), outras adolescentes, que se denominaram como “mulher de traficante”, relataram que “apanharam” dos policiais, e no que diz respeito à própria saúde, argumentaram não ter como cuidar porque, “[da] saúde não tem como eu cuidar, porque muitas pessoas não podem me ajudar... porque uma pessoa sem documento não é nada, né...” (idem, p. 30). Diante das constatações a respeito da dependência de drogas por adolescentes em situação de risco, os autores argumentam que:

Assim, para trabalhar usuários e dependentes de drogas, é necessário movimentar uma rede de atendimento a essa população, como um sistema aberto entre os diversos serviços existentes não só da área da saúde, mas também de outras áreas como: educação, cultura, lazer, esportes, segurança, religião, etc. Diante disso, os serviços isolados, sem a participação dessas outras áreas, ainda que específicos para atendimento ao uso e dependência de

drogas, têm-se mostrado insuficientes. O movimento dos vários serviços interagindo um com o outro, conhecido como articulação da rede, possibilitará à comunidade local um melhor encaminhamento e atendimento à população. (idem, p. 42).

A vulnerabilidade do adolescente em relação à dependência química não é uma especificidade brasileira, mas faz parte de uma problemática que atinge diversos países, conforme o seu contexto sócio-histórico-econômico-cultural, e no entender de Moura, Silva e Noto (2009), milhares de famílias estão submetidas a situações de pobreza e exclusão social, o que as coloca na zona de vulnerabilidade, que as impede, em muitos casos, de exercer o seu papel de proteção e cuidado. Para Moura, Silva e Noto (2009), crianças e adolescentes em situação de rua estão mais vulneráveis e, por migrarem constantemente de um lado a outro da cidade, estabelecem relações que variam entre o risco e a proteção.

Oliveira (1988) acredita que, para uma abordagem um pouco mais segura que se traduza em ações efetivas no combate às drogas, é preciso perceber que há diferença entre os tipos de usuários presentes em nossa sociedade, como o experimentador, que é aquele que experimenta a droga e nunca mais volta a fazer uso de qualquer substância, os usuários recreativos, ocasionais, semi-ocasionais e, por fim, o toxicômano, que vê a droga como um objeto de necessidade (KEHL, 2009), que precisa da droga para viver. O trabalho a ser realizado com essas crianças e adolescentes deve prever esses relacionamentos estabelecidos, bem como a articulação de sistemas abertos com a associação de diversos serviços existentes, que abarquem os diversos segmentos sociais (OLIVEIRA, 1988).

1.6 Prevenção

Os problemas que surgem em função do uso, abuso e dependência da droga suscitam formas variadas de enfrentamento referentes a esse fenômeno, e de acordo com Bucher (1992a), e diversos outros especialistas no tema, a melhor forma de abordagem é a prevenção.

Nos estudos e pesquisas voltados para a intervenção preventiva, segundo Peres (2002), há três níveis de abordagem de prevenção:

- **Prevenção primária:** é entendida também como universal, que tem por objetivo atingir a sociedade em seu todo, para promover a qualidade de vida,

chegando antes da ocorrência desses fenômenos, como o álcool, as drogas, a violência etc;

- **Prevenção secundária:** tem a intenção de intervir quando um processo de inserção nesses eventos já se iniciou, a fim de interromper esse processo;

- **Prevenção terciária:** se faz necessária depois que esse processo já se estabeleceu e chegou a uma situação crítica, como no caso do indivíduo abusador de drogas; o objetivo é o seu restabelecimento físico e emocional, para depois reinseri-lo no meio social, a fim de impedir uma recaída e a ocorrência de maiores prejuízos.

Para Menezes (2007), esses níveis estão relacionados com a prevenção ao uso de drogas, podendo também ser estendidos a outros fenômenos sociais. As classificações em níveis de prevenção, primária, secundária e terciária, são parâmetros tradicionalmente utilizados na medicina, como também em outros setores que tencionam a intervenção preventiva de algum fenômeno social ou situação que possa trazer qualquer tipo de prejuízo, desde antes de sua ocorrência, no seu início, até o momento em que o fenômeno se estabelece. Na medicina, esses níveis de abordagem são considerados como medidas de profilaxia (MENEZES, 2007).

Vuylsteek (1991) apresenta algumas formas de abordagem de acordo com os respectivos níveis de prevenção. Para a prevenção primária: educação para a promoção da saúde, medidas sociais, legais e informações. Prevenção secundária: intervenção, vigilância e investimento. Prevenção terciária: desintoxicação, tratamento e reinserção social.

No entender de Silva e Silva (2002), a classificação em níveis se dá de acordo com o momento em que deve ser realizada a intervenção. Conforme a população alvo da intervenção costuma-se utilizar as classificações:

Universal: se volta para toda a população;

Seletiva: têm suas ações voltadas para grupos de risco, como familiares de dependentes;

Indicada: sua ação interventiva está voltada para pessoas que têm o problema da adição estabelecida.

De acordo com a informação obtida em IMESC/INFOdrogas (1999-2003), a atuação das estratégias de prevenção primária (ou universal) se volta, especialmente, aos fatores de risco, com a finalidade de impedir a ocorrência de situações indesejáveis, e para tanto, há a necessidade de se prever e compreender os mecanismos que acarretam

o aumento dessas situações, para que se possa agir previamente, impedindo-as de se manifestarem.

Verifica-se que as propostas de prevenção devem se destinar ao resgate da pessoa humana em toda a sua dimensão, e em diversas situações em que esta se encontra desrespeitada em sua humanidade, e não somente a um ou outro caso específico, como o uso indevido de drogas (BUCHER, 1992b). Por essa razão, a prevenção constitui-se numa tarefa árdua e complexa, isso porque abarca o restabelecimento de sentidos para a vida social, com a intenção de desenvolver normas e éticas de vida que estão fundamentadas no respeito à pessoa e às diferenças, como também nas tradições históricas, religiosas e culturais. A essa idéia no seu conjunto, os órgãos internacionais chamam de “melhoria de qualidade de vida”, a qual deve ter o seu foco voltado para o sujeito como ser humano, e não ao combate às drogas, por exemplo.

Dessa forma alguns órgãos públicos, destinados a planejar, orientar e direcionar ações que visem ao enfrentamento dessa problemática, reconhecem a utilidade dos grupos anônimos de ajuda mútua, recomendando-os aos dependentes e familiares, no sentido de unir forças para que se possa ir um pouco mais longe nesta “luta”, no combate à dependência química. Contudo, a intervenção por esse meio se dá de forma predominante no nível da prevenção terciária e, em menor escala, no nível secundário. A prevenção primária ou universal é desejável, contudo as iniciativas ainda são bastante incipientes, em geral reduzindo-se à transmissão de informações sobre o tema, o que, no entender de Bucher (1992b) e outros, é insuficiente.

1.7 As diferentes abordagens preventivas

Antes de refletir sobre um modelo adequado e coerente de prevenção educacional a ser praticado, além da abordagem já realizada acerca da droga, como dos grupos de ajuda mútua e sua dinâmica de funcionamento a ser tratada mais adiante, creio que seja necessário direcionar o olhar para a prevenção como vem sendo praticada até o presente momento, para possibilitar uma visão ampla sobre o tema, a fim de nortear reflexões no sentido de articular medidas preventivas viáveis, sem “pecar pelo excesso de tecnicidade” (BUCHER, 1992b, p. 140), nem tampouco cair na ilusão de “uma prevenção ampla, geral e irrestrita” (p. 140). Para tanto, o rigor científico no planejamento de tais ações se torna imprescindível, para garantir uma intervenção que

se queira eficaz, considerando que “[...] o homem é um fim e não um meio.” (p. 140), a fim de evitar privilegiar aspectos que embora sejam importantes, não são os centrais. De acordo com Bucher (1992b), as abordagens preventivas devem ter o foco na qualidade de vida, pensando nos indivíduos e não nas drogas. Neste sentido, o autor entende que a forma mais adequada de se pensar a prevenção é, antes de tudo, sob a perspectiva da educação, nos termos enunciados anteriormente, como prevenção primária ou universal.

Existem formas distintas de abordagem preventiva do fenômeno das drogas, seja por meio da fiscalização, da repressão ao tráfico, do ponto de vista da saúde pública, educacional, da difusão de informações sobre o tema, de medidas legais inibindo o acesso às drogas, medidas coercitivas, tratamento para os dependentes etc. De acordo com Bucher (1992b), sejam quais forem as abordagens utilizadas, suas ações devem se pautar por ideias e valores claramente definidos numa concepção humana do homem, numa perspectiva de valorização da vida que leve em conta as características psicológicas e sociais do indivíduo em relação ao qual se quer intervir e ao que se quer prevenir.

Para além do consumo de drogas propriamente dito, neste processo da adição existem três elementos que se encontram e devem ser considerados numa abordagem preventiva, de acordo com suas especificidades, a saber: um sujeito com seus valores e crenças, a droga com seus efeitos no organismo e um contexto sociocultural que, de um lado, estimula o consumo de tudo que representar lucro, e de outro incentiva ações preventivas, repressivas e inclusive punitivas em relação aos danos ocasionados pelo uso das mesmas substâncias que foram estimuladas a serem consumidas (BUCHER, 1992b).

Existe a tentativa de se fazer uma associação destes três elementos do consumo de drogas aos elementos do modelo de prevenção epidemiológico clássico da área médica, cujas intervenções em saúde pública são direcionadas por um modelo sanitarista de prevenção em que a droga é associada a um agente ativo, como uma bactéria, e o indivíduo a um hospedeiro passivo:

Querer planejar ações preventivas baseadas em tais transposições epidemiológicas simplórias, significa desconhecer o fenômeno do consumo de drogas, as motivações dos usuários levando à procura daquele “agente”, e os seus efeitos triplices no corpo, na cabeça e no coração; significa, em particular, ignorar a relação da droga com o prazer, a contestação e transgressão, a autodestrutividade consciente ou inconsciente. (BUCHER, 1992b, p. 141).

De acordo com o modelo epidemiológico a infecção não é voluntária, consciente ou inconscientemente. No caso das drogas essa concepção não se sustenta, porque o homem não é um hospedeiro ou uma vítima passiva, mas é um sujeito ativo, que até pode ser considerado uma vítima, mas ativamente, que está disposta a fazer uso da droga, seja por quais influências forem, portanto “[...] a prevenção consiste precisamente em difundir [o] senso da responsabilidade pelas opções que se apresentam na vida e que cada um efetua concretamente” (BUCHER, 1992b, p. 146).

Ao referir-se às drogas e seus efeitos sociais cada vez mais amplos, preventivamente e de forma efetiva, a abordagem não deve ser realizada sob a perspectiva epidemiológica, nem por outra disciplina de forma segmentada. Pode-se pensar em abordagens semelhantes à da questão da responsabilidade pela preservação ambiental, que se dá por meio de um crescente apelo para uma consciência ecológica que necessita de ações específicas, mas tendo como eixo o ser humano. Podem, a partir dessa constatação, ser tecidas considerações sobre as semelhanças, combinando elementos para uma “[...] reflexão ética sobre valores humanos que a eles dão sentidos [...]” (BUCHER, 1992b, p. 147); desta forma as ações serão, além de tecnicamente aplicáveis, eticamente aceitáveis.

Historicamente, houve formas distintas de abordagem à adição do ponto de vista preventivo, que nortearam as práticas de diversos setores da sociedade com vistas a intervir neste processo. Inicialmente houve o *modelo jurídico-moral*, que aborda essa problemática de forma repressiva, com o foco voltado para o produto droga ilegal, em detrimento de medidas preventivas que atinjam também as drogas legais como é o caso do álcool, que, de acordo com pesquisas diversas, causam ainda maiores danos para as pessoas envolvidas e para a sociedade. Essa tolerância em relação às drogas legais se deve a fatores diversos, especialmente culturais e econômicos.

As formas de intervenção são no sentido de controlar o acesso às drogas, influenciando o preço, punindo os usuários e traficantes. A abordagem educacional é no sentido da divulgação de advertências sobre os prejuízos na área da saúde física e mental, como também das questões sociais que são próprias do consumo abusivo de drogas, a partir do amedrontamento, apelando para a punição pela transgressão cometida. Com essas medidas o efeito que se espera é a abstenção das drogas ilegais.

O segundo modelo apresentado por Bucher (1992b) é o *modelo de saúde pública* que se opõe ao anterior, porque seu foco não está no efeito prejudicial do uso,

abuso de drogas, mas na dependência às drogas, independente de serem legais ou ilegais. Nesta abordagem as medidas vão desde a utilização de absorção de antinarcóticos, até a utilização de programas educacionais informativos sobre os riscos relativos ao uso/abuso de substâncias que causam dependência. No primeiro modelo, a droga é considerada como um problema de competência da lei, neste é considerada um problema médico.

De acordo com Bucher (1992b), essas duas abordagens enfocam o aspecto repressivo de “visão reducionista e unilateral”, de efeito limitado, por não atingir o seu público alvo, pois parte do aspecto legal e dos riscos decorrentes da dependência. Estão centradas no produto droga, sendo assim abordagens “drogacentradas”, relegando ao segundo plano a procura e as motivações que levam o usuário a consumi-lo. Além disso, são desconsiderados os problemas recorrentes do uso das drogas legais altamente prejudiciais nos âmbitos da saúde pública, das relações sociais e pessoais, que geram custos sociais.

Aqui se cometem excessos do tipo moralista e passional, impedindo uma abordagem objetiva que utilize dados cientificamente comprovados. Desta forma os resultados são a falta de credibilidade e a ineficácia. De acordo com Bucher (1992b), o *slogan* “diga não às drogas”, por exemplo, demonstra-se insuficiente e ineficaz, pois não inclui elementos que estimulem a valorização da vida, que normalmente advêm de uma atitude positiva, valorizando os vários aspectos essenciais para a vida humana na íntegra, inclusive a legitimação do prazer que, em geral, é um aspecto negligenciado nas diversas abordagens interventivas denominadas, de forma imprópria, de preventivas, como se o prazer fosse algo secundário para a vida humana, e “[...] sem tais sensações de prazer, não haveria um ‘problema de drogas’ e não haveria drogaditos ou viciados. Ninguém, de fato, torna-se dependente por drogas não prazerosas” (p. 147). Até que se estabeleça a dependência todas as drogas são prazerosas, pelo menos inicialmente.

O terceiro é o *modelo psicossocial*, que coloca o indivíduo em primeiro plano, como agente ativo e responsável pelo consumo de drogas. Este modelo insiste no significado e função do uso de drogas para o indivíduo, considerando que o consumo só persistirá enquanto houver uma função para o usuário, por isso considera as diferenças entre quantidade, frequência e modalidade de uso. A compreensão dessas diferenças se torna decisiva no sentido de entender o usuário e suas motivações. Desta forma, o

contexto é entendido como um contribuinte ao uso de drogas e a outros problemas associados, pois esta influência passa pelos comportamentos e atitudes das pessoas.

O último apresentado é o *modelo sócio-cultural*, que enfatiza a complexidade e a existência de contextos distintos. Neste caso entende-se que “[...] são os padrões sociais que definem o uso e os usuários de drogas, o que ressalta particularmente a *relatividade cultural* de qualquer tipo de consumo” (BUCHER, 1992b, p. 149, destaque do autor). Para além dos aspectos sociais e psicológicos, este modelo evidencia “[...] as razões das pressões culturais que intervêm no interior das condições sócio-econômicas e ambientais que cercam o indivíduo” (p. 149). Desta forma as situações de miséria, o desemprego, as más condições de sobrevivência em todos os âmbitos são observados em sua probabilidade de propiciar o consumo de drogas, mais do que as motivações internas relativas ao indivíduo e à própria família. Portanto, as ações devem ser pensadas com a intenção de intervir nas variações estabelecidas nestes contextos, a fim de reduzir as influências e diminuir os possíveis danos a serem causados aos indivíduos.

De acordo com Bucher (1992b), a dificuldade é integrar ao máximo as várias abordagens interventivas existentes, e a mais adequada e mais difícil será aquela que conseguir realizar de forma mais abrangente essa interação em benefício da pessoa humana e das qualidades do usuário de drogas. Deve levar vantagem nesse processo aquela abordagem que considerar a dimensão humana. Neste sentido Vuylsteek (1991) argumenta que:

A abordagem centrada sobre a pessoa, a situação e a cultura, sobre a interação dos fatores que intervêm nas decisões, sobre os conflitos culturais e sociais, sobre os fatores de risco de ordem pessoal e coletiva, integrando, aí, a informação correta e adequada sobre a substância, é, de longe, a preferível. (p. 297).

Basicamente pode-se dizer que existem duas concepções de prevenção: a prevenção repressiva e a prevenção educativa. Ambas com perspectivas diferentes da relação das drogas com a sociedade, com diferentes concepções sobre as relações sociais e do ser humano, partindo de diferentes éticas, antropologias, concepções filosóficas, valores estabelecidos para a vida, no que se refere à liberdade de escolha como do sentido de convivência humana. Para Bucher (2007) nesta direção as drogas são entendidas sob prismas diferentes, até mesmo opostos, tendo por base divergentes ideologias sociais.

Nas concepções que têm por base a prevenção repressiva, as drogas são entendidas como um mal externo à sociedade, trazidas de fora pelos traficantes, por exemplo, sendo eles entendidos como os responsáveis pelo “flagelo” da droga. Partindo da prevenção por meios educativos percebe-se a droga – assim como outros fenômenos sociais como a marginalização, a violência, os menores de rua, os pichadores, etc. – como inerente à sociedade, um mal conseqüente de seus desequilíbrios. As drogas são aí entendidas como válvulas de escape para canalizar as tensões que já não se suportam. As relações estabelecidas com a droga neste caso são manifestações da forma como a sociedade elabora as suas tensões, uma vez que as drogas há muito estão presentes na sociedade, e hoje de forma globalizada. Partindo dessas afirmações acerca da droga, Bucher (2007) considera que esta pode ser entendida de forma maniqueísta (observando-se a dualidade do bem que se deve buscar, e do mal a ser enfrentado), ou como um mito (fabricado por instâncias sociais para camuflar problemas sociais mais profundos).

Assim, não procede focalizar a droga como simplesmente “ruim” ou “perigosa”, mas sim, situar a questão do consumo de drogas dentro do contexto social mais amplo: ele é em primeiro lugar uma realidade, e ser encarado como um sintoma – dentre uma série de outros – de mal-estar, de um disfuncionamento social, vinculado a fatores como a injustiça social, as crises econômicas, políticas e de valores existenciais que marcam as sociedades mais avançadas. (BUCHER, 2007, p. 121).

Bucher (2007) considera que se deve realizar uma prevenção valorativa que coloque em relevo as questões éticas, e não moralistas do consumo, a qual deve estar ligada à responsabilidade de cada um pelo seu corpo, sua saúde, sua vida, seu desenvolvimento como pessoa humana cidadã. Desta forma, os responsáveis pela intervenção devem se interessar “[...] pelas vivências das crianças e adolescentes, pelos seus sistemas de pensamento, seus conflitos, afetos, expectativas, ideias e ideais, erros, enganos e acertos” (p. 121) e suas ações devem ser coerentes para que atinjam os jovens pelo exemplo, com razoabilidade e coerência.

A prevenção sob a perspectiva da valorização da vida é um processo que amplia os compromissos do indivíduo consigo mesmo, com o outro, com o meio ambiente, buscando a realização de projetos tanto pessoais como coletivos, voltados para uma verdadeira ecologia humana, que é de responsabilidade em primeiro lugar das autoridades e da comunidade civil (BUCHER, 2007).

No entender de Bucher (1992b), para realizar uma prevenção integrada à educação de forma efetiva e eficaz é necessário “[...] fornecer elementos para fundamentar as opções individuais em torno do uso (ou não) de drogas” (p. 157). Neste sentido é imprescindível o investimento na “[...] auto-realização, na auto-estima, ao desenvolvimento do senso de responsabilidade com relação à própria vida, ao próprio corpo” (p. 157), valores que devem ser cultivados em cada indivíduo, de acordo com sua opção pessoal de comportamento, que pode ser considerado apropriado e saudável. Além dos conhecimentos e das informações acerca do tema, deve-se propiciar aos jovens elementos necessários para uma reflexão que os leve a tomar decisões adequadas de forma consciente, a partir de visões abertas e pertinentes.

No entender de Vuylsteek (1991) e Bucher (1992b), mais do que *informar*, a prevenção por meio da educação deve *formar*, mobilizando nos jovens valores e atitudes que sejam construtivas, propiciando condições para o desenvolvimento da personalidade, identidade, criatividade e de atitudes que sejam norteadas por esses valores. Numa filosofia que tem por finalidade a orientação, o potencial sócio-afetivo é direcionado para um estilo de vida que não desperte sequer o interesse pelo uso de drogas ou, se despertar, seja controlável de forma que não prejudique o indivíduo ou a sociedade. Vuylsteek (1991) defende que a prevenção primária, por meio da educação, deve ter como objetivo desenvolver a capacidade de tomada de decisões de forma responsável em diversos âmbitos da vida e, especialmente em relação ao uso de drogas, além disso, é necessário, também, oferecer alternativas construtivas ao uso de drogas, desta forma os indivíduos estarão menos expostos à dependência. Portanto, um programa de prevenção primária deve se utilizar de estratégias que visem à redução da oferta de drogas, mas acima de tudo e essencialmente, considerando uma série de fatores, deve oferecer ao indivíduo condições e possibilidades de fazer escolhas para que haja diminuição na procura (VUYLSTEEK, 1991 e ZEMEL, 2008).

Entendo que as reflexões a serem realizadas passam pelo sentido da existência, o significado dos próprios atos, pelos valores pelos quais cada um opta, por meio de sua liberdade pessoal, e pelos quais tem que se responsabilizar partindo de reflexões éticas. Espera-se que as intervenções preventivas a serem realizadas abarquem as diversas estratégias de forma integrada, promovendo alternativas positivas e atrativas em contraposição ao uso/abuso de drogas. Desta forma é necessário o envolvimento de

todos os setores da sociedade, como também governamentais, a mobilização da comunidade e seus recursos (BUCHER, 1992b).

A prevenção ao uso indevido de drogas com enfoque educacional demonstra-se a forma mais pertinente de abordagem desde que, além das informações sobre os malefícios provocados pelo uso de drogas, sejam consideradas as variáveis e motivações sociais e individuais que intervêm nesse processo, como as relações familiares, os conflitos inerentes à adolescência, as pressões de grupo, o contexto econômico e cultural, alcançando maior impacto nas ações preventivas, desde que apresente fundamentação científica, ética e conseqüentemente maior credibilidade perante a sociedade.

Zemel (2008) apresenta algumas definições que devem ser consideradas ao se fazer um planejamento de prevenção, como os fatores de risco e os fatores de proteção, que podem estar ligados: aos aspectos biológicos; às relações interpessoais; às interações familiares; à genética; às possibilidades de contato e convivência com a droga; aos efeitos e sensações produzidos pelo uso da droga e ao contexto sócio-cultural de cada indivíduo. Além da resiliência, que é a capacidade do indivíduo de superar adversidades e condições de vida potencialmente traumáticas e a redução de dano: a troca de seringas usadas por novas, como acontece na Holanda e em outros países, e a substituição de substâncias químicas ilícitas por outras farmacológicas mais leves, com acompanhamento médico, são exemplos de estratégias de redução de danos, mas que não podem ser consideradas isoladamente, e sim em um conjunto de ações que visem à defesa do dependente.

Na elaboração de um programa de prevenção é necessária a articulação de um grupo de agentes com especialistas e representantes da comunidade local, considerando as especificidades do contexto em que se pretende intervir (ZEMEL, 2008). Há também a necessidade deste grupo receber formação específica, a definição dos objetivos, das estratégias, dos recursos físicos e do local onde será realizada a intervenção, como de acontecimentos externos que possam interferir nesse processo.

No entender de Bucher (1992b), a abordagem da dependência química por meio da prevenção universal, ou seja, por meios educacionais que valorizem e priorizem a qualidade de vida, “[...] deve ser a conciliação da produtividade tecnológica com a criatividade artesanal, ou ainda, da verdade científica com verdade existencial” (p. 144), pensando a partir de uma ecologia humana, a fim de que a liberdade de escolhas de cada

indivíduo, em especial o jovem, não encontre obstáculos desnecessários, além dos já determinados pelas condições de existência humana.

Em alternativa ao “[...] ‘desencantamento do mundo’, denunciado por Max Weber” (BUCHER, 1992b, p. 144), que é próprio da sociedade atual no Ocidente, desde o renascimento, seria desejável o surgimento de um “novo encantamento”, com a proposta de valores distintos dos predominantes na modernidade.

A questão não é, portanto, procurar um “bem estar” incondicional na civilização, como se o “mal estar” apontado por Freud fosse acidental e não de essência. Trata-se, isto sim, de resgatar possibilidades de realização humana abandonadas em consequência das opções operadas pela humanidade no processo do seu próprio progresso [...] Neste sentido, enfatiza-se a importância de uma volta à educação afetiva, filosófica e valorativa para substituir o adestramento instrumental de abordagens de cunho totalitário – que trás, em seu bojo, uma tendência reativa, nem sequer camuflada, de encetar consumos de drogas variadas, oferecendo-se como forma sorrateira de expressar resistências e indignações diante das manipulações sofridas. (BUCHER, 1992b, p. 145).

A prevenção ao uso indevido de drogas vem ganhando importância e prevalecendo, se não na prática, pelo menos em nível de debate, em relação a outras formas de abordagem da dependência química. O caminho percorrido até o momento me leva a crer que somente a partir de uma mudança de postura frente aos desafios impostos pelo problema “drogas”, será possível levar as pessoas a viverem de forma saudável, criando novas maneiras de viver, novos estilos de vida. A educação é um processo que tem a possibilidade de envolver uma diversidade de influências e interações que têm potencial para favorecer o desenvolvimento da pessoa humana em relação a modos de vida, valores, concepções acerca do ambiente e da sociedade, ideais que poderão possibilitar ao indivíduo enfrentar de formas diferenciadas os desafios diários.

Nos grupos anônimos de ajuda mútua essa nova perspectiva de vida, esse resgate das possibilidades de realização humana – como sugere Bucher (1992b) – torna-se uma realidade para aqueles que se propõem a viver o programa apresentado pelos grupos, como sugestão. Sob uma lógica distinta da que prevalece na sociedade atual, esses grupos se multiplicam no atendimento às pessoas com diversas compulsividades, inclusive a dependência química. Por atuar primordialmente na intervenção indicada (prevenção terciária), ou seja, atendendo ao indivíduo que apresenta um quadro de dependência estabelecida, e obtendo resultados favoráveis comprovados, acredito que

uma análise cuidadosa da ação desses grupos pode levar a uma reflexão que possibilite pensar numa atuação ao nível da intervenção universal.

2 – OS GRUPOS DE AJUDA MÚTUA E OS ALCOÓLICOS ANÔNIMOS

Diversos profissionais da área de psicologia, psiquiatria, de serviço social, entre outros, entendem e consideram relevantes as contribuições dos grupos de ajuda mútua na abordagem dos problemas aos quais se propõem. Em relação à dependência química, órgãos afins incentivam a “utilização deste serviço” oferecido por esses grupos de forma organizada, mas não profissional. Suas atividades são comparadas à terapia de grupo, contudo, no meu entender esse processo é muito mais amplo, pois permite e propicia ao indivíduo aprender um novo jeito de viver, de lidar com as próprias vicissitudes, e a reconstruir seus relacionamentos. Há um processo de aprendizagem que se dá de forma interativa, uns com os outros, a partir de um programa de vida bem sistematizado, cujos membros o levam a sério, pois entendem que dele dependem as suas vidas, de seus familiares e seus relacionamentos.

Existem três formas de designar esses grupos:

grupos de mútua ajuda: na literatura acadêmica parece que há quase um consenso na utilização deste termo, sua utilização deve-se à compreensão de que nesses grupos as pessoas se ajudam mutuamente. Na abordagem que faço desses grupos, optei por essa denominação;

grupos de apoio: este é o termo mais utilizado nos grupos que conheço. É utilizado por se considerar que ali as pessoas encontram o apoio de que precisam;

grupos de auto-ajuda: alguns consideram esse termo um equívoco, com o argumento de que nesses grupos ninguém ajuda a si só, mas em interação, uma pessoa ajuda a outra reciprocamente, mas há quem defenda a idéia de o termo auto-ajuda referir-se ao grupo como um todo, ou seja, os membros do grupo se ajudam ou o grupo se ajuda. Nesta dissertação cito dois autores que optam por essa denominação: Luis Ferri de Barros e Antony Giddens.

A exposição do surgimento desses grupos, apontando dados sobre sua existência e a importância que adquiriram na abordagem de questões existenciais humanas, sua abrangência quantitativa e qualitativa, se faz necessária para levar o leitor a compreender o fundamento da ação desses grupos e suas características, demonstrando a forma como foi sendo moldada e sistematizada a “filosofia” de todos esses grupos,

que em geral são baseados nos Doze Passos e, em alguns casos, também nas Doze Tradições de Alcoólicos Anônimos (A.A.).

A compreensão deste, que é considerado pelos membros em geral como um programa de vida, me propiciará demonstrar que entre esses grupos há um processo de aprendizagem profundo, capaz de levar as pessoas a refletirem e reverem posicionamentos e valores fundamentais para a vida humana. Esse programa levou muitos a se recuperarem de estilos de vida destrutivos, pessoas que hoje se satisfazem em retribuir o bem que receberam, ajudando outros a encontrarem o equilíbrio num processo relacional vertical e horizontal com o transcendente e com o imanente, ou seja, com Deus (na forma como cada um o conceba) e com outros seres humanos, ou poderia dizer “irmãos”, ou seus “iguais”, ou “próximos”, seja como for, pois “Se a patologia é fundada na relação disfuncional do indivíduo com a droga, a recuperação é aprender a se relacionar com o outro de uma forma amorosa, ela se dá na relação, é por isso que o grupo é importante” (FREIRE, 2005, p. 93). As atividades desses grupos consistem num complexo e profundo (re) aprendizado de um novo estilo de vida, baseado em valores relacionais humanos, solidários e democráticos, para além do individualismo hedonista utilitarista predominante em nossa sociedade hoje.

É interessante realizar uma reflexão para compreender de que forma essas ações podem ser traduzidas em estratégias educativas preventivas primárias universais, pois se utilizarmos a definição de prevenção para as atividades desses grupos seria, predominantemente, sob a perspectiva da prevenção secundária/seletiva e terciária/indicada.

2.1 Os grupos anônimos de ajuda mútua

É num contexto de desespero, de degradação da vida, de impotência diante dos problemas que emergem deste fenômeno social que é o uso, abuso e dependência das substâncias químicas, que surgem e se espalham os grupos anônimos de ajuda mútua. Esses grupos se alastraram e seus princípios de organização, especialmente a vivência dos Doze Passos, que se apóiam numa nova forma de viver diante dos problemas, são utilizados na abordagem de diversos conflitos internos e externos de seus membros, de forma a elaborar os problemas existentes e criar condições para melhorar a qualidade de vida de si próprios e das pessoas que os procuram.

Atuando no enfrentamento à dependência química, especificamente, e sendo o pioneiro entre os grupos de ajuda mútua, está a irmandade Alcoólicos Anônimos (A.A.), cujos princípios são a convivência e partilha de grupo, em que os membros ajudam-se uns aos outros. A partir da sistematização de sua forma de lidar com o alcoolismo e suas experiências de grupo, A.A. alcançou expressividade mundial em pouco tempo, se transformando em referência para a grande maioria dos grupos de ajuda mútua existentes (de acordo com MOTA, 2004, cerca de 97% destes são originados de A.A.), inclusive para os grupos que não estão relacionados à dependência química, com base em seus princípios de vida.

Os A.A. se recusam a receber qualquer tipo de ajuda externa ao grupo, desconfiam do dinheiro e, a fim de evitar a burocracia e a profissionalização, cada grupo de A.A. deve autofinanciar-se somente do dinheiro arrecadado na sacolinha durante as reuniões. No entender de Godbout (1997), em A.A. encontram-se características de uma estrutura moderna e tradicional concomitantemente. Tradicional na vivência de comunidade, na atitude de ouvir um membro contar a sua história; a equivalência das transformações que acontecem em seguida, é comparada somente aos ritos de iniciação descritos pelos antropólogos. Mas a necessidade de abandonar-se a um Poder Superior para recuperar-se é moderna, porque se trata de um Deus pessoal como cada um O concebe; é também ao mesmo tempo moderna pela necessidade de acreditar que é preciso o auxílio deste Poder Superior para se libertar do “[...] narcisismo característico do indivíduo moderno” (idem, p.98).

De acordo com Burns e Filho (s/d.), às vezes os diversos profissionais, bem como conselheiros e membros do clero, encontram algumas dificuldades em relacionar-se com os grupos de ajuda mútua, por serem totalmente pragmáticos e não seguirem nenhuma linha de trabalho organizada com base teórica; pela sua proposição de vivência de uma espiritualidade não aceitável por algumas correntes terapêuticas; a falta de registro dificulta uma avaliação precisa dos resultados; há uma resistência ao uso de qualquer substância psicoativa, e membros que procuram ajuda profissional aos quais são prescritos medicamentos à base dessas substâncias são discriminados; os laços criados entre os membros desses grupos podem chegar à beira do fanatismo, fazendo com que rejeitem ajuda externa aos grupos. Acredito que em casos isolados essas afirmações sejam verdadeiras, mas não identifiquei nada parecido nos grupos dos quais participei e ainda participo. Tenho conhecimento de conselheiros, membros do clero e

profissionais de diversas áreas que, inclusive, indicam os grupos para os dependentes e familiares. Se há alguma dificuldade de pessoas desses setores em se relacionar com os grupos de ajuda mútua, creio que deva ter outros motivos ou, no mínimo, por falta de conhecimento e/ou por não necessitarem de seus “serviços”.

Barros (2001) argumenta que “O prestígio e o correspondente *status* de ‘notória eficácia’ que tais grupos já adquiriram nos países em que se expandiram podem vir a ser desconsiderados entre profissionais de saúde que os desconhecem [...]” (2001, p.14). Este autor também apresenta a declaração de uma conferencista norte-americana, na USP, em São Paulo, no ano de 1995, sobre os grupos voltados para saúde mental: “No tratamento das doenças mentais, os benefícios originados pela emergência dos grupos de auto-ajuda na última década somente podem ser comparados aos benefícios do desenvolvimento da farmacologia.” (2001, p. 14). Entendo que a partir deste depoimento, vindo de uma autoridade internacional no assunto, fica patente que possíveis controvérsias em relação às atividades desses grupos são menos relevantes do que os argumentos favoráveis.

Para citar mais uma vez o Irmão Bernardo (Fundador da CCEV ‘Comunidade, Casa, Esperança e Vida’, da qual participei durante longo período), já o ouvi dizer que, a doença (para o dependente) pode ser, nem sempre o é, a relação estabelecida com a família, por exemplo; e se for necessário, para adquirir a sobriedade, é melhor afastar-se dela. De acordo com Giddens (1993), nem sempre a família está preparada para ajudar o dependente nessa nova fase de sua vida, porque muitas vezes (quase sempre) se tornou co-dependente⁵.

Vespucci e Vespucci (1999) argumentam que de acordo com os índices existentes, A.A. é a forma mais eficaz de tratar o alcoolismo. Relatam a dinâmica de grupo, defendendo que entre eles se encontra apoio para manter a abstinência e enfrentar as dificuldades diárias sem o uso do álcool, além de propor uma nova forma de se posicionar mediante a vida, assim como diante das possibilidades e limitações humanas. De acordo com os autores, estudiosos das relações humanas e sociólogos se

⁵A co-dependência caracteriza-se por um transtorno emocional, inicialmente relacionado a familiares de dependentes químicos, mas atualmente refere-se a qualquer quadro de transtorno de personalidade e de conduta que pode estar vinculado a pessoas com diversos tipos de distúrbios, como a dependência e outros comportamentos compulsivos de outrem, pode ser o cônjuge ou um filho, por exemplo. Quando atrelado à dependência química, o co-dependente age de maneira a contribuir com a manutenção do comportamento compulsivo do dependente. O co-dependente vive em função do dependente, fazendo desse relacionamento a razão de sua vida, desta forma não consegue cuidar de si próprio nem ajudar na recuperação de “seu” dependente.

interessaram pela “simplicidade organizacional e desburocratização que marcam a entidade” (1999, p. 119), por considerarem que as Tradições podem ser utilizadas em outras organizações e sociedades. Esses autores ponderam que a partir de seus princípios humanitários, A.A. acabou se abrindo para a aceitação do “diferente”, desde que fossem alcoólicos, como as prostitutas, homossexuais, criminosos, mendigos, ateus etc. Sensíveis às novas idéias, o objetivo comum da irmandade era a manutenção da sobriedade, sendo mais forte e mais resistente do que as diferenças religiosas, culturais, étnicas, econômicas etc. No entendimento de Vespucci e Vespucci (1999), dados pessoais acerca do membro não interessam para A.A., e consideram esta irmandade como simples e revolucionária, cujas decisões estão a cargo da consciência coletiva, sem que os membros percam a liberdade individual, pois na situação em que se encontram

[...] todos têm de se tolerar, ocupar seu espaço com parcimônia, equilibrar-se mutuamente, compreender, perdoar, compartilhar [...] tomando consciência de que a desintegração do grupo os exporá até mesmo ao risco de vida [...] analisando as situações com bom senso e prudência e encaminhando as questões para decisão coletiva (VESPUCCI e VESPUCCI, 1999, p. 120).

A partir de sua experiência no tratamento do alcoolismo, da observação do trabalho de outros colegas de profissão e suas leituras, Mascarenhas (1990) concluiu que a psicanálise contribui para que o alcoólico se conheça melhor, expanda suas idéias e potencialidades, mas não pode curá-lo; com a psicanálise, o dependente “Vai se tornar um bêbado psicanalisado, porém bêbado” (MASCARENHAS, 1990, p. 32). Este autor argumenta que não deseja diminuir o valor da psicanálise, e que esta serve para muita coisa, mas não é capaz de aplacar a fúria da compulsão pela substância química. Ainda, no seu entendimento, é como se certas regiões da mente do dependente fossem feitas de “pedra”, altamente resistentes a mudanças, inclusive em relação a outras compulsividades, como por exemplo, comer ou fumar. E, para aquele que já foi acometido pela compulsão, não há a menor possibilidade de se tornar um fumante ou bebedor moderado. Por todas essas conclusões ao longo de sua experiência em psicanálise, Mascarenhas (1990) reconhece a funcionalidade dos grupos anônimos de ajuda mútua, como A.A.

De acordo com Ramos (1997), – médico, psiquiatra e psicanalista – a eficácia de A.A. é indiscutível, sendo apropriado e indicado para qualquer alcoólico, mas os dependentes de nível econômico mais elevado, e aqueles que ainda não apresentam

grandes perdas por causa do alcoolismo, têm resistências em freqüentar esses grupos, e argumenta que, aos profissionais de saúde, cabe incentivar os seus pacientes a participarem dos grupos de ajuda mútua, pois acredita que não há conflitos entre o programa de A.A. e a psicoterapia de grupo, ao contrário, é bom que o paciente freqüente ambos simultaneamente, cuidando apenas para não levar problemas de um grupo para o outro.

Gambarini (1997) discorre sobre a dinâmica de A.A., ressaltando aspectos como a liberdade para falar com tranqüilidade, as metas de qualidade de vida, a eficácia e simplicidade do programa proposto, que viabiliza reflexões e revisões acerca de outras áreas da vida do indivíduo, entendendo que

A divisão de responsabilidade, a identificação com outros companheiros, a expectativa depositada nele de melhora da qualidade de vida ou, ainda, a necessidade de estar presente, e apoiar as pessoas que chegam procurando ajuda, são fonte de gratificação e abrem novos horizontes frente à vida (GAMBARINI, 1997, p. 218).

De modo geral, os estudiosos destes grupos apontam para aspectos positivos inerentes à sua dinâmica e resultados alcançados. De acordo com Barros (2001), as críticas existentes são por falta de compreensão e conhecimento, especialmente no que se refere à sugestão da vivência de uma espiritualidade, o que leva esses grupos a serem confundidos com alguma forma de expressão religiosa, o que não é real. Cardoso (2006) argumenta que a dinâmica desses grupos parece ter sido cristalizada no tempo e no espaço numa atitude de ascese, impossibilitando os membros de resgatarem a vida anterior à vivência em N.A. No meu entendimento, o que existe neste sentido é um cuidado para que as antigas situações de risco em que o dependente se expunha sejam evitadas sob pena de recaídas; essas sugestões existem, mas são sugestões, as segue quem entende que fazem sentido para si.

No entendimento de Cardoso (2006), alguns estudiosos desses grupos fazem deles uma abordagem acrítica. Para ele, a despeito das indiscutíveis melhoras que ocorrem na vida dos dependentes, a abordagem dos grupos está voltada para uma mudança pessoal, que possibilite ao membro viver neste mundo como ele é, mas em vez disso, ele acredita que deveriam investir na transformação do mundo em que vivem. Ninguém duvida ou desacredita que, nas estruturas sociais vigentes atualmente, predominam as situações de injustiça, de exclusões, de segregação social etc., mas entendo que a proposta desses grupos, como tentarei demonstrar mais adiante, está

explícita em seus enunciados e é muito simples: ajudar o dependente a enfrentar o seu problema e a se manter sóbrio. A proposta não é a realização de uma revolução social, até acredito que haja essa possibilidade utilizando-se de seus pressupostos, que inclusive são considerados por alguns estudiosos, como Godbout (1997) e Barros (2001), como revolucionários.

Esses grupos são caracterizados por Bucher e Costa (1988) como *Modelo comportamental de atendimento* (incluindo nesta definição a adesão a uma religião, para a superação do problema com as drogas). Embora esses autores reconheçam que os grupos de ajuda mútua são mais bem sucedidos na recuperação do que outras iniciativas, eles têm muitas críticas, argumentando que os membros trocam uma dependência por outra (creio que no caso dos grupos se refiram à necessidade de freqüência constante, sem a qual os dependentes compreendem que podem ter recaídas); entendem também que o programa proposto é uma forma de cerceamento da liberdade da pessoa, e que ela passa por um processo de re-intoxicação, desta vez ideológica, e que muitos agem como numa espécie de fanatismo. Os autores questionam até que ponto os grupos são realmente bem sucedidos na “cura” do adito. Contudo, penso que não seja demais lembrar que a O.M.S. reconhece a dependência química como uma doença que não tem cura, o que é possível é a estagnação do quadro, em que o adito se insere em um processo de reconstrução das relações, desta forma o indivíduo está sempre exposto ao risco de recaídas, por esse motivo entende que seja necessário um tratamento contínuo. No argumento de Masur (apud CARDOSO, 2006), a droga é entendida como uma doença crônica, da mesma forma que a diabete, sendo assim, o tratamento não deve ser interrompido.

Partindo da compreensão de que a dependência não tem cura, de que para recuperar-se deste problema é necessário um empenho diário, da necessidade de abstinência total da substância, como também de que não há a possibilidade de se pensar em “temperança”, ou seja, em uso moderado da substância (a experiência tem levado a essa constatação de diversas formas), os grupos anônimos de ajuda mútua sugerem a vivência de um dia de cada vez, evitando pensar na ideia de que “nunca mais poderá beber”, não se preocupando com o dia de amanhã em seu processo de recuperação; há a proposta de 24 horas de abstinência. Esse é um mecanismo que possibilita ao membro do grupo não cair no desânimo, por pensar em uma “luta” que será travada durante toda a vida. “**Só por hoje**’ eu estou limpo há [tanto tempo], e o

mais importante é o dia de hoje...”. Esse é um exemplo de fala que faz parte do *discurso* dos membros em cada partilha, desta forma a recaída é encarada como parte do processo, ressaltando sempre a importância de se manter vigilante diante das próprias limitações e, se houver recaídas, sempre recomeçar.

Giddens (1996) afirma que esses grupos contribuem para a mobilização da *democracia dialógica* (apontada pelo autor como alternativa à democracia liberal, pelo fato de, atualmente, esta se mostrar deficiente), atribuindo a eles o papel de agentes *democratizadores da democracia*, pelas práticas de diálogo fomentadas entre os participantes, em relação aos assuntos de interesse comum. Desta forma também contribuem para “[...] a reflexividade intensificada da atividade social local e global [inserindo] dentro do domínio discursivo, aspectos de conduta social que não eram discutidos anteriormente, ou que eram resolvidos por práticas tradicionais” (idem, p. 25), assim ajudam na contestação daquilo que já está posto oficialmente, dentro das normas sociais vigentes. Essas práticas de diálogo e *reflexividade social* propiciam ao membro a aquisição da serenidade e equilíbrio nas relações (aquisições muito caras para os membros, de muito valor), que entre eles se configuram numa relação de igualdade de condições, que em meu entendimento pode ser comparada ao que este autor denomina *democracia das emoções*. Para Giddens

À medida que passa a existir, uma democracia das emoções tem implicações maiores para o fomento da democracia pública formal. Os indivíduos que têm um bom entendimento de sua própria constituição emocional, e que são capazes de se comunicar de maneira eficiente com os outros em uma base pessoal, provavelmente estão bem preparados para as tarefas e responsabilidades mais amplas da cidadania. (1996, p. 25).

De acordo com Barros (2001), o aspecto dos grupos ressaltado por Giddens, de força democratizadora da democracia na *modernidade tardia*, se origina de sabedoria milenar, e seus fundamentos podem ser encontrados nas tradições de diversas religiões. “Disse Agostinho: quem manda, não se julgue investido do poder para dominar; mas, do amor para servir”. (Regula ad servos Dei 7; PL 32, 1381, apud BARROS, 2001, p. 45).

Na trilha dos grupos de ajuda mútua é possível identificar inúmeras possibilidades e adaptações, de acordo com o que se queira abordar, cujos resultados em geral se demonstram satisfatórios para os diversos distúrbios do comportamento, como alimentar (obesidade, anorexia e bulimia), o jogo, toda e qualquer dependência física ou não, e apoio para diversos tipos de doenças ou situações discriminatórias.

De acordo com Mota (2004), os principais dentre esses grupos nos Estados Unidos são:

Quadro 1: Grupos originados de A.A.

<i>Ano de fundação</i>	Nome do grupo em inglês	Tradução em português	Questão abordada
1935	Alcoholics Anonymous	Alcoólicos Anônimos	Alcoolismo
1948	Alcoholics Victorious	Alcoólicos Vitoriosos (cristão)	Alcoolismo
1951	Al-Anon	Al-Anon	Famíliares de alcoólicos
1953	Narcotics anonymous	Narcóticos Anônimos	Toxicomania
1953	Nar-Anon	Nar-Anon	Famíliares de adictos
1957	Alateen	Alateen	Adolescentes filhos de alcoólicos
1960	Overeaters Anonymous	Comedores Compulsivos Anônimos	Obesidade e distúrbios alimentares
1964	Neurotics Anonymous	Neuróticos Anônimos	Neuroses e depressão
1971	Emotions Anonymous	Emocionais Anônimos	Fobias, problemas emocionais
1971	Families Anonymous	Famílias Anônimas	Famíliares de alcoólicos adictos
1976	Debtors Anonymous	Devedores Anônimos	Dívidas e consumo compulsivo
1976	Adult Children of alcoholics	Filhos adultos de Alcoólicos	Famíliares de alcoólicos
1976	Sex and Love Adicts Anonymous	Dependentes de Amor e Sexo Anônimos	Sexo Compulsivo
1982	Cocaine Anonymous	Cocaína Anônimos	Dependência de Cocaína
1982	Survives of Incest Anonymous	Sobreviventes de Incesto Anônimos	Vítimas de Incesto
1983	Workaholics Anonymous	Trabalhadores Compulsivos Anônimos	Trabalho Compulsivo
1985	Nicotine Anonymous	Fumantes Anônimos	Tabagismo
1986	Co-Dependents Anonymous	Co-Dependentes Anônimos	Co-Dependência
1987	Marijuana Anonymous	Maconha Anônimos	Dependência de Maconha
1988	Obsessive Compulsive Anonymous	Obsessivo Compulsivo Anônimos	Transtorno Obsessivo Compulsivo

Fonte: MOTA, 2004, p. 44.

De acordo com Mota (2004), a estimativa é de que no Brasil há cerca de dezessete diferentes tipos de grupos anônimos de ajuda mútua, que atuam baseados na filosofia de A.A. Não é possível obter dados precisos, uma vez que não possuem uma estrutura hierárquica e burocrática. Alguns grupos iniciam e terminam sem qualquer tipo de registro (MOTA, 2004).

Tenho percebido que, de modo geral, os especialistas da área da medicina consideram necessária a participação em um desses grupos de ajuda mútua, tendo em vista a afinidade do dependente e sua preferência, desde que o grupo se volte para o seu

problema específico. Muitos deles são encontrados com as bases de Alcoólicos Anônimos. Dentro das diversas clínicas ou comunidades terapêuticas, há o reconhecimento de que a terapia por eles desenvolvida é ineficaz sem que os aditos estejam inseridos na dinâmica de uma destas coletividades: os grupos de ajuda mútua.

Nos grupos de ajuda mútua não se dão conselhos; a troca de experiências vai desenvolvendo o autodomínio, o auto-equilíbrio, dando ao dependente ou ao familiar a oportunidade de aprender a lidar e a tomar atitudes com relação a si próprio (a), às pessoas a sua volta e aos problemas relacionados à dependência, bem como a outras situações da vida. As trocas são entendidas como indispensáveis nesse processo de recuperação e de aprendizagem, não há imposições, para de utilizar a substância química quem realmente quer ou consegue, não deixando de fazer parte do grupo por esse motivo.

De acordo com Godbout (1997), esses grupos são negligenciados pelo Estado, por outros grupos associativos comunitários, pela mídia e inclusive pelos pesquisadores, que têm o costume de esquecer-los nas suas tipologias de associações sem fins lucrativos. Entretanto, a sua importância não tem como passar despercebida. Estima-se que nos Estados Unidos os grupos de ajuda mútua mobilizam por volta de um milhão de pessoas, além de formar redes amplas em diversos países. Nesses grupos dar e receber se confundem, e visam “[...] a solução de um problema e não o prazer dos laços. Mas é muitas vezes no próprio laço que se encontra a solução do problema” (idem, p. 98). Um aspecto fundamental é a ausência deliberada de ruptura entre produtor e utilizador; por ser o alcoolismo considerado uma doença incurável, um membro de A.A., é e sempre será um alcoólico, ainda que esteja sóbrio,

Sendo assim, não é introduzida nenhuma ruptura entre os membros, entre aquele que acaba de aderir e aquele que é membro há vinte e cinco anos. Não há de um lado o doente, o cliente, e do outro aquele que está curado, que é competente, aquele que sabe. Os A.A. levam este princípio muito longe [...] Segundo a nossa perspectiva, esta recusa radical da distinção produtor-utilizador (que está, ela própria, na origem da actual importância dos intermediários nos sistemas mercantil e estatal) é fundamental e explica as características comunitárias e a ausência de burocracia dos A.A., apesar do seu espetacular desenvolvimento. O dom pode circular, não é interrompido, os intermediários não podem manobrar um sistema como este, que se apóia sobre o princípio comunitário e a democracia directa. (GODBOUT, 1997, p. 101).

Em meu entender, se faz importante retomar dados históricos relativos ao surgimento de A.A., contudo é impossível fazer esse relato sem abordar detalhes da vida

de um de seus co-fundadores, Willian Griffith Wilson (Bill), uma vez que foram determinantes no processo de surgimento, estabelecimento e reconhecimento da irmandade, cujos princípios desenvolvidos nesse processo serão abordados neste trabalho.

2.2 A história de Bill Wilson e o surgimento de A.A.

Para relatar o surgimento, desenvolvimento e consolidação da irmandade Alcoólicos Anônimos, tomo como base o livro “Levar Adiante” (2004), Mota (2004), Mascarenhas (1990) e, em poucos momentos, utilizo algumas referências de sites oficiais de A.A e outros autores.

Alcoólicos Anônimos iniciou-se em 1935, em Akron, Ohio, com o encontro de Bill Wilson (Willian Griffith Wilson), um corretor da Bolsa de Valores de Nova Iorque, com o Dr. Bob Smith (Dr. Robert Smith), um cirurgião de Akron, Ohio. Ambos haviam sido desenganados pelos médicos enquanto alcoólicos. Dr. Bob já não possuía esperanças de que algo pudesse ajudá-lo a se livrar da bebida e recuperar a sobriedade.

O surgimento dos Alcoólicos Anônimos se deu em um contexto em que se buscava continuamente compreender e intervir para evitar os graves problemas que o alcoolismo envolvia, e ainda envolve. De acordo com Mascarenhas (1990), em 1919, a lei seca fora imposta nos EUA, mas antes disso ainda haviam ocorrido alguns movimentos denominados de Temperança, que se referiam ao problema do alcoolismo propriamente dito. Estas medidas tinham o objetivo de evitar maiores prejuízos pelo abuso do álcool, como a pobreza e a violência. A partir da lei seca, Dr. Bob Smith esperava que logo não houvesse mais estoque de bebida disponível, dessa forma ele deixaria de beber obrigatoriamente, mas não foi o que aconteceu (A.A., 2004).

As formas de explicação para o alcoolismo eram diversas, idéias que parecem se manter até nossos dias (MASCARENHAS, 1990), pelo menos no senso comum, como aquelas que partem da moralidade, com a concepção de “falta de vergonha na cara”, “vontade fraca”, até a teoria do Dr. Silkworth, que de acordo com A.A., foi a primeira a apresentar o alcoolismo como uma doença. Para este médico, o alcoolismo seria uma “alergia” (foi uma forma que ele encontrou para descrever a doença, contudo, sabendo que não era exatamente uma alergia) (A.A, 2004), sendo que as pessoas que a possuem nunca poderão fazer uso do álcool, porque jamais serão capazes de fazê-lo

moderadamente. Dessa forma fica entendido que a compulsão pela bebida não seria vencida pela força de vontade, por se tratar de uma doença. Essa era a novidade no modo como esse médico tratava o problema. Ele cuidou de Bill, que por sua vez se impressionava com a forma com que se dedicava aos pacientes acometidos pelo alcoolismo, com atenção e paciência, de forma especial e individualizada, demonstrando o quanto se importava com cada um. Para Bill, a compreensão da compulsão pela bebida como uma doença que atingia a mente, as emoções e o corpo constituiu um alívio.

Outro evento importante para Bill Wilson, que precedeu o surgimento de A.A., foi o fato de um amigo seu (Ebby) ter sido tratado pelo Dr. Carl Jung (psicanalista conhecido) que, depois de algumas recaídas, teria sido advertido pelo psicanalista, em quem tinha muita confiança, de que a sua única saída seria a vivência de uma experiência religiosa, uma conversão. Para Bill, esse fato fará parte da história de A.A. Ele, inclusive, irá escrever ao Dr. Jung uma carta de reconhecimento e agradecimento por suas palavras, que abriram caminho para a sua sobriedade. A carta resposta que Bill recebeu de Carl Jung nesta ocasião, está exposta no escritório de A.A. de Nova Iorque.

Bill lutou contra o alcoolismo depois de perceber o drama que estava vivendo, queria parar de beber, mas não era capaz por si próprio. Durante suas ressacas passava por alucinações, não dormia, e necessitava dos cuidados constantes de sua esposa Lois. Em 1934, foi internado pela terceira vez no hospital Towns, onde tentava recobrar a consciência, mas tão logo conseguiu, caiu em depressão. Dr. Silkworth acreditava que Bill seria uma exceção entre seus pacientes alcoólicos, que poderia se recuperar, tendo em vista a sua força de vontade, seu caráter e inteligência, mas sua obsessão pela bebida tornou-se profunda, apresentando sinais de prejuízos cerebrais, então o médico passou a temer pela sanidade mental de seu paciente. Depois, sugeriu a sua esposa que o trancasse em algum lugar para evitar mais recaídas, sob pena de vê-lo acabar com a própria vida.

Bill ficava intrigado com sua situação, não conseguia compreender porque havia chegado a tal ponto, pois tinha uma bela esposa, a quem amava e sabia ser amado, com ela tinha uma maravilhosa convivência e relacionamento, sua carreira profissional sempre foi promissora, cheia de entusiasmo e interesse e, no entanto, estava dominado por uma obsessão que o condenava a beber até mesmo sem vontade própria. Desta vez, Bill se sentia totalmente atemorizado.

Ao sair do hospital com muito esforço, a vida parece que foi tomando um novo rumo, a reconquista da confiança de alguns amigos, a realização de alguns negócios que renderam algum dinheiro, dessa vez tudo parecia que se encaminharia bem, pois já conseguia resistir ao álcool sem muitos esforços. Contudo, ainda teve mais uma recaída e acabou dominado pela compulsão alcoólica novamente. Passou a sair de casa só para comprar mais bebidas, se entregando a uma bebedeira interminável, sem esperanças de se ver livre outra vez.

Seu amigo, Ebby, a quem não via há alguns anos, passou por todos os mesmos problemas que ele por causa do álcool, enfim, Ebby conseguiu viver sobriamente e, sabendo dos problemas de Bill, resolveu procurá-lo. Este ficou surpreso em ver a mudança de seu amigo, pois esta era visível. Ao procurar saber do ocorrido, Ebby respondeu que tinha religião. Como uma pessoa cética, Bill considerou essa conversa de religião como a última coisa que lhe interessaria. Mas observou que no caso de seu amigo isto estava dando certo. Quis saber mais sobre o que estava se passando com ele, seu amigo estava fazendo parte do grupo Oxford, grupo ecumênico, muito mais ligado à espiritualidade do que à religião, que se baseava em valores espirituais, considerados, pelos seus fundadores, universais e fundamentais, como honestidade, pureza, desprendimento e amor, doar-se sem esperar nada em troca. Ebby lhe contou sua história de maneira simples, com bondade e sem o tom de evangelização (A.A., 2004).

Bill continuava a beber, mas essa conversa havia mudado alguma coisa no seu interior, enquanto travava um diálogo consigo mesmo, reconhecendo a importância de fazer um inventário de sua vida, independentemente da dificuldade que encontraria para ser honesto consigo mesmo. Mas a idéia de Deus não lhe agradava, porque ia contra tudo em que acreditava, era agnóstico e cético quanto às organizações religiosas existentes. Porém, o que não lhe saía da cabeça é que Ebby estava sóbrio, e ele permanecia bêbado.

Bill acabou conhecendo o grupo Oxford, contudo precisou da internação para desintoxicação. Estando sóbrio, decidira que queria a sobriedade de Ebby, mas não conseguia acreditar no Deus de que ele lhe falara, assumia que acreditava na existência de algo como um espírito criador que rege o universo, lembrando-se de que seu amigo Ebby lhe disse que isso bastaria para começar. Neste momento, Bill teve uma experiência que sempre relatou como fora do normal, depois disso teve a sensação de uma presença sobrenatural e pensou “[...] este deve ser o Deus dos pregadores” (A.A.,

2004, p. 130). Depois dessa experiência ele nunca mais tomou um único gole, e afirmava nunca mais ter duvidado da existência de Deus.

Com o ocorrido, Bill passou a se questionar por que teria tido esse privilégio da sobriedade, enquanto outros se encontravam às margens da loucura e até morreriam por causa desse problema, como ele nos tempos de outrora. Ao refletir sobre essas coisas ponderou que o segredo estaria no seu amigo Ebby, que sendo também um alcoólico, o compreendia e se identificava com ele como não seria possível a mais ninguém.

Como recente participante do estranho mundo do alcoolismo, ele podia, na memória, reingressar a esse mundo e ficar ao meu lado na caverna sombria onde eu me encontrava. Todas as outras pessoas tinham que ficar do lado de fora e olhar para dentro. Mas Ebby podia entrar, tomar-me pela mão e guiar-me com confiança até a saída. (A.A., 2004, p. 135).

Desta forma imaginou que muitos alcoólicos poderiam se recuperar também, e começou desde então a pensar num movimento com alcoólicos já recuperados que ajudassem outros a se recuperarem. Bill foi tomado por um entusiasmo ao pensar nessa possibilidade, acreditando que dessa forma poderia ajudar as pessoas a receber o que ele mesmo recebeu gratuitamente.

Bill e sua esposa passaram a freqüentar assiduamente o grupo Oxford e ele, a levar a sua mensagem a outros alcoólicos, mesmo contra as convicções dos membros do grupo que já tinham tentado fazer esse trabalho, mas sem sucesso e com algumas decepções. Bill estava decidido, cheio de confiança, e perseguia os alcoólicos de manhã até a noite, inicialmente sempre sem sucesso, o que, mais tarde, atribuiu a um método errado, que consistia em pregar para os alcoólicos, lhes falar de sua experiência e dos princípios do grupo Oxford. O Dr Silkworth fez a advertência quanto ao método, dizendo que ele deveria falar da doença e dos seus males; vindas de outro alcoólico essas informações poderiam atingir os egos dos alcoólicos.

Algum tempo depois da conquista da sobriedade, Bill foi para Akron, Ohio, a negócios. Diante de um grande fracasso no negócio, e com a necessidade de permanecer nessa cidade durante todo o final de semana sozinho, sentiu-se atraído pelo bar que se encontrava no saguão do hotel, porém conseguiu raciocinar a tempo e se dirigiu ao lado oposto do bar, até uma lista que continha números de telefones das principais igrejas e seus respectivos representantes. Escolheu aleatoriamente um telefone e, sem que soubesse, este era do integrante mais fervoroso do grupo Oxford, em Akron. Fez a ligação e pediu a esse sacerdote que o colocasse em contato com um bêbado com quem

pudesse conversar e, de ligação em ligação, entre os nomes e números que lhe foram passados, ele chegou a Dr. Robert Smith, que também era membro do grupo Oxford.

Dr. Bob era um alcoólico desde a juventude. Naquele momento tinha 55 anos de idade, sua vida havia se transformado numa rotina constante entre trabalhar e beber, mantendo-se sóbrio somente o tempo suficiente para adquirir dinheiro para comprar mais bebidas. Para conseguir manter-se sóbrio o tempo necessário para esse fim, ele utilizava sedativos para acalmar as tremedeiras e há muito já não tinha mais esperanças para o seu caso.

Aceitou conversar com Bill em consideração à sua esposa, com a condição de que seria apenas por quinze minutos. Depois que foram deixados a sós, na biblioteca, a conversa se prolongou por horas, logo Dr. Bob foi percebendo que Bill sabia do que estava falando por experiência própria, parece que falavam a mesma língua.

Depois desse encontro Bill permaneceu na cidade durante quatro meses, com esforços de amigos do Dr. Bob, para que pudesse ajudá-lo, e por suas necessidades profissionais. Foi então que se realizaram as primeiras reuniões com um grupo assustado de alcoólicos, preocupados e na expectativa da próxima recaída. Dr. Bob bebeu pela última vez no dia 10 de junho de 1935, depois de experimentar uma recaída. Essa data hoje é comemorada como o dia em que A.A. foi fundado. A relação de Bill e Dr. Bob era como de dois irmãos, apesar de em muitos momentos divergirem em suas opiniões.

O terceiro membro de A.A. a conquistar a sobriedade foi procurado por Bill e Dr. Bob quando estava internado, e a partir do dia em que saiu do hospital em quatro de julho de 1935, nunca mais bebeu, permanecendo um membro ativo de A.A. até o fim de sua vida. E desses três primeiros membros a alcançar a sobriedade, ressaltou-se que suas respectivas esposas os apoiavam irrestritamente.

A.A. permaneceria ligado ao grupo Oxford por quatro anos, mas além dos princípios do grupo, a irmandade também havia aprendido do Dr. Sikworth que alcoolismo era uma doença psíquica e física, e que não poderia ser entendida como falha de caráter ou um pecado que deveria ser evitado. Também acreditavam que a manutenção da sobriedade, que era para eles a coisa mais importante, dependia de ajudar outros alcoólicos a encontrá-la. Bill conseguiu prever a eficiência da terapia de grupo e semelhantes, sendo que, até o momento, a ajuda para essas situações advinha sempre de profissionais e especialistas.

Os Willson deixaram o grupo Oxford em 1937, porque lá não se admitia a realização de reuniões específicas para o grupo de alcoólicos, e Bill, apesar de reconhecer a importância do grupo Oxford no início de sua recuperação, acreditava que alguns princípios e suas formas de apregoação não ajudavam os alcoólicos, ou seja, não funcionavam para o alcance da sobriedade, e uma vez que o mais importante é manter-se sóbrio, convém deixar o que impede de consegui-lo.

Bill considerou algumas posturas do grupo Oxford ineficientes para alcoólicos, causando algumas divergências, como o evangelismo agressivo; a publicidade pessoal era considerada negativa, sendo preferível o anonimato; os princípios de honestidade, pureza, altruísmo e amor são necessários, mas sem o adjetivo absoluto, que evidencia certo radicalismo; a coerção revela-se igualmente ineficaz; a orientação é necessária, mas deve ter uma base espiritual sólida; a tolerância e o amor deveriam ser vivenciados na prática, sendo inclusivos sempre, sem jamais excluir, nunca insinuar que a concordância com os princípios vigentes é condição necessária para a permanência no grupo; a exigência relativa à vivência de qualquer tipo de religiosidade em A.A. se torna inviável, visto que se devem evitar os conflitos de crenças e até de descrenças, com a finalidade de não privar qualquer pessoa que deseje sinceramente parar de beber, de se tornar um membro de A.A.

Gradual e lentamente alguns alcoólicos foram aderindo ao novo grupo, que nem nome tinha ainda. Em 1937, dois anos depois de seu início, foi realizada uma avaliação do grupo por Bill e Bob. Neste momento, eles contavam com cerca de cinquenta membros ativos que estavam sóbrios. Depois de consultar o grupo, ficou decidido que deveriam levar a sua mensagem adiante, assim surgiu a idéia de escrever aquele que seria o primeiro livro com a mensagem de A.A., do qual o grupo herdaria o nome “Alcoólicos Anônimos”, conhecido como “O grande livro”. O nome dado ao livro foi amplamente discutido entre os membros, Bill já tinha entendido que não poderia tomar qualquer decisão por conta própria, que a consciência do grupo deveria ser considerada e consultada.

O objetivo do lançamento deste livro era a divulgação da mensagem a lugares mais distantes, onde era difícil os membros chegarem pessoalmente, como também evitar que ao se transmitir a mensagem oralmente, ela fosse se modificando e perdendo suas características e conteúdos iniciais, sendo, desta forma, deturpada. Antes da publicação várias pessoas e entidades foram consultadas a respeito do conteúdo do

livro, a fim de conquistar o maior número possível de aprovações. No final, havia tantas observações que o texto ficara quase ilegível.

Antes da decisão de se publicar um livro com a mensagem de A.A. e em meio a muitas controvérsias, surgiu a idéia de que o grupo teria que ser auto-sustentável, depois de terem pedido ajuda a um milionário, John D. Rockefeller. Mais tarde, de acordo com o parecer do próprio Bill, a sugestão de auto-sustentabilidade foi considerada como um presente mais valioso do que dinheiro. Essa idéia foi amadurecida e consolidada com o tempo, a partir desta e de outras experiências de A.A., sem esperar investimentos vindos de fora. A finalidade central dessa decisão era que questões financeiras não deveriam interferir nem desviar o grupo de seu objetivo principal, que era ajudar quem sinceramente quisesse parar de beber. Assim, aos poucos, as idéias e princípios de trabalho do grupo foram se delineando.

A irmandade contou com empenho integral do Dr. Bob nos primeiros anos e de Bill em toda a sua vida. Sob o efeito do entusiasmo por causa do que havia ocorrido a eles, abrigaram muitos alcoólicos em suas casas. As reuniões eram realizadas nas casas dos membros, de acordo com a benevolência de cada um. Era experimentado um clima de harmoniosa alegria e bom humor característico da personalidade de Bill. Com muita freqüência ele e sua esposa sustentavam bêbados que encontravam e julgavam que precisavam de ajuda, porém a experiência demonstrou que não é dessa forma que se poderá ajudá-los. Poderia acontecer até mesmo o contrário de, ao tentar ajudar, impedi-los de quererem se recuperar e de se responsabilizarem por esse processo.

Os A.A. foram se desenvolvendo paralelamente em Akron, com Dr. Bob, e em Nova York, com Bill. O terceiro grupo surgiu mais tarde em Cleveland. Até esse momento, A.A. contava com 100 membros sóbrios. Legalmente, A.A. passa a existir como fundação no ano de 1938. Mascarenhas (1990) afirma que A.A. é uma ideia simples e genial que “[...] se espalhou como fogo em capim seco.” (p.39) nos Estados Unidos e no mundo.

As estratégias de A.A. foram organizadas nos chamados “passos de A.A.”. Inicialmente, eram seis, inspirados no grupo Oxford. Mais tarde foram desdobrados, se transformando em doze, e sistematizados por Bill. Além dos passos, tendo levado um pouco mais de tempo para serem elaboradas, há também as Doze Tradições de A.A., que são regras gerais, que têm a finalidade de preservar o objetivo principal da irmandade, como também contribuir para seu bom funcionamento.

Depois da publicação do livro “Alcoólicos Anônimos”, em 1939, houve algumas publicações de artigos na revista *Liberty*, no *Cleveland Plain Dealer* e um artigo de Jack Alexander – um jornalista conhecido, cínico e cético, que se converteu em custódio de A.A.– (A.A., 1984) no *The Saturday Evening Post* (em 1941), – revista norte-americana de expressão nacional. Com esta última publicação, a irmandade recebeu membros novos aos milhares. Jornais, revistas, rádio e televisão passaram a procurar a irmandade, a fim de publicar a sua história e de seus membros (site: AA 1º de Maio, <http://www.aa1demaio.no.comunidades.net/index.php>, consultado em 2 de maio de 2010). Com isso, A.A. passou a receber inúmeros pedidos de ajuda. Naquele momento, até os membros mais novos, com pouco tempo de sobriedade, tinham que assumir responsabilidades na orientação dos novos casos que chegavam. Em poucos meses, A.A. passou a ter uma progressão geométrica em número de membros, alcançando visibilidade nacional e, pouco depois, internacional.

Foi em meio a toda essa publicidade que se solidificou a tradição do anonimato, pois a irmandade chegou à conclusão, depois de muitas controvérsias, de que não queria correr o risco de ter o seu nome explorado por oportunistas, dessa forma A.A. acredita propor a vivência da humildade, no anonimato, para proteger a si e a seus membros (idem).

O periódico mensal de A.A. teve sua primeira publicação em 1944. No início era um folheto com a finalidade de levar informações aos membros alistados nas forças armadas. Com o passar do tempo, se transformou na revista oficial de A.A., “*The Grapevine*”, por meio da qual Bill, em seus artigos, se comunicava com os grupos e membros.

Depois da realização de convenções regionais e estaduais, a primeira convenção internacional ocorreu em Cleveland, em maio de 1950 (desde então as convenções internacionais ocorrem de cinco em cinco anos, até hoje). Essa seria a última aparição em público do Dr. Bob, que falou para os participantes sobre a necessidade de manter o programa de forma simples. Dr. Bob faleceu em novembro deste mesmo ano.

A segunda convenção da irmandade aconteceu em St. Louis, na qual foi declarada a “Maioridade” de A.A., segundo o desejo de Bill. Nesse momento, a irmandade contava com 131.619 membros e 5.927 grupos. As palestras de Bill nessa conferência, que foram três, trataram dos Doze Passos, das Doze Tradições e da Conferência de Serviços Gerais de A.A., intituladas “Como aprendemos a nos

recuperar”, “Como aprendemos a permanecer juntos” e “Como aprendemos a servir” (A.A., 2004). Esses temas estavam ligados àquilo que seria considerado o triplo legado de A.A.

Desde o ano de 1945 até a segunda metade dos anos de 1960, Bill se concentrou em projetar uma estrutura de serviços para A.A., a fim de que a irmandade se tornasse independente em relação aos seus co-fundadores, embora os membros não sentissem necessidade dessa separação, pois na realidade eles queriam continuar sendo liderados por Bill.

A partir desse empenho foi realizada a primeira Conferência de Serviços Gerais de A.A., que aconteceu em abril de 1951, não sem muitas discussões antes da decisão de levar a idéia a cabo. Para a concretização dessa conferência, houve a necessidade da organização de uma estrutura de representatividade dos membros dos grupos existentes, a fim de garantir que “a irmandade permanecesse autônoma, funcionando por intermédio de um autogoverno verdadeiramente democrático, representativo e eleito.” (A.A., 2004, p. 378), pois até esse momento A.A. estava nas mãos de uma Junta de Custódios isolados, tendo ligação direta apenas com Bill e Dr. Bob.

Na década de 1940, juntamente com irmã Ignattia e os médicos do hospital Saint Thomas, Dr. Bob se dedicou a tratar de pacientes alcoólicos internados, segundo os princípios e a experiência de A.A. Esse hospital era administrado pela Igreja Católica, ali foram atendidos cerca de 5.000 alcoólicos. Depois da morte do Dr. Bob, Irmã Ignattia ficou responsável por sua continuidade. Esse trabalho demonstrou que medicina e religião podem atuar juntas em benefício dos alcoólicos. Outros hospitais passaram a atender e a tratar seus pacientes da mesma forma, com resultados satisfatórios (site: AA 1º de Maio, <http://www.aa1demaio.no.comunidades.net/index.php>, consultado em 2 de maio de 2010).

No início dos anos de 1950, as atividades do escritório de Nova York expandiram-se de forma que

[...] passaram a incluir trabalhos de relações públicas, conselhos aos novos Grupos, serviços em hospitais, nas prisões, junto aos Internacionalistas e Solitários e cooperação com outras agências no campo do alcoolismo. O escritório também publicou livros e folhetos "padrão" de A.A. e supervisionava a tradução dessas publicações para outros idiomas. Nossa revista internacional, A.A. Grapevine, já tinha uma grande circulação. Essas atividades, e outras mais, se tornaram indispensáveis para A.A. em sua totalidade. (site: AA 1º de Maio, <http://www.aa1demaio.no.comunidades.net/index.php>, consultado em 2 de maio de 2010).

Depois de passar por um enfisema pulmonar, que durou um longo período, Bill faleceu de pneumonia no dia 24 de janeiro de 1971 (A.A. 2004). Sete meses antes havia participado da Convenção Internacional do 35º aniversário da irmandade, em que se dirigiu aos presentes de forma bastante debilitada, falando apenas três ou quatro minutos. Os A.A., nesse momento, contavam com mais de 300.000 membros (site: AA 1º de maio, consultado em 2 de maio de 2010).

A primeira Reunião Mundial de Serviço de A.A. aconteceu em 1969, e desde 1972 é realizada a cada dois anos, alternando sua sede entre Nova Iorque e uma cidade de outro país, tendo se tornado uma irmandade mundial (idem).

No Brasil, a história de A.A. teve início em 1946, por iniciativa de um norte-americano, Herbert L. Daugherty e sua esposa Elizabeth, não alcoólica (A.A., Área estado de São Paulo, 26/07/2010). Ele esteve no Rio de Janeiro a trabalho, e com o objetivo de manter sua sobriedade entrou em contato com a irmandade, que indicou alguns contatos de alcoólicos que viviam no Rio. Não conseguindo contatar de imediato as indicações que recebera de A.A., tentou contato com os brasileiros, com muita dificuldade, pois não falava português. Um ano depois, em 5 de setembro de 1947, foi inaugurado o primeiro grupo de A.A. no Brasil (GAABP, Grupo Alcoólicos Anônimos Brasil e Portugal *on line*, 2010). Inicialmente as reuniões e a literatura utilizada eram em inglês. Até hoje são realizadas reuniões em inglês por alguns grupos no Rio de Janeiro (MOTA, 2004).

De acordo com Mota (2004), a primeira divulgação ao público no Brasil foi um artigo intitulado “Alcoólicos Anônimos: uma sociedade sem fins meritórios”, na primeira página do jornal O Globo, em 16 de outubro de 1949. A maior dificuldade enfrentada nesse início no Brasil foi o idioma, os próprios membros traduziam os textos primeiro para o espanhol, depois para o português. O primeiro estatuto foi registrado em 1952, o primeiro grupo no Brasil se chamava Grupo A.A. do Rio de Janeiro e o segundo, fundado em 1952: Central do Brasil. Em 1961, A.A. contava com dez grupos no Brasil, em 1968, chegou a 88 grupos por todo país, em 1975, o número era de quinhentos grupos e em 2001, já havia seis mil grupos de A.A. em todo Brasil. Alcoólicos Anônimos era divulgado por jornais e programas de rádio.

Para Mascarenhas (1990), uma vez que a dependência é uma doença que não tem cura, Alcoólicos Anônimos não descobriu a cura dessa doença, mas uma forma de

controlá-la, com um método de tratamento e não com teorias sobre o álcool. Descobriu-se também que esse controle seria possível apenas com a ajuda mútua.

Das experiências que foram constituindo o jeito de ser e de viver em A.A., um dos princípios é de que a consciência coletiva direciona o grupo. Um exemplo é dado pela própria experiência vivida por Bill. Em uma situação de dificuldade financeira, foi sugerido a Bill que atuasse como terapeuta leigo de alcoólicos. Essa idéia o seduziu, mas ao consultar o grupo, todos se opuseram, argumentando que esse tipo de procedimento abriria precedentes, inclusive suscitando interesses de oportunistas, e a irmandade poderia passar a ser objeto de ambição, desta forma poderia se desviar de seu objetivo primordial que era (é) ajudar o alcoólico que ainda sofre. Lois e Bill citavam esse fato como um dos primeiros exemplos da consciência coletiva em ação no grupo.

Na elaboração dos Doze Passos, de acordo com o que eles já vinham praticando, depois de apresentados à irmandade, os palpites eram diversos, especialmente no que dizem respeito às citações sobre Deus. O resultado foi que, depois da referência a Deus, acrescentou-se a frase “na forma em que O concebíamos”. De acordo com Bill, essa foi a grande contribuição dos ateus e agnósticos presentes entre eles, alargando o caminho que estava sendo traçado para acolher a todos, independente de crença ou “descrença”.

2.3 Os Doze Passos de A.A.

De acordo com Mota (2004), o programa dos Doze Passos é o início de um processo de recuperação por meio do qual a pessoa toma outro rumo em sua vida, outra direção, e assume outra visão de mundo a partir de um despertar espiritual que propicia aos membros a liberdade que não possuíam anteriormente.

Elaborado por A.A. com base nos princípios do grupo Oxford, depois em suas próprias experiências, esse programa se tornou referência para diversos grupos de ajuda mútua. Os passos podem ser assim classificados:

- Do primeiro ao terceiro são os passos da *decisão*;
- Do quarto ao nono são os passos da *ação*;
- Do décimo ao décimo segundo são os passos da *manutenção*.

De acordo com Mota (2004), os Doze Passos não são contestados abertamente, porém não há coerção quanto a sua aceitação. São apresentados como sugestão, o que

não permite a interpretação de que em A.A. os Doze Passos sejam tratados como dogma.

Primeiro passo

“Admitimos que éramos impotentes perante o álcool - que tínhamos perdido o domínio sobre nossas vidas.”

Para A.A., assumir a própria impotência pessoal perante o álcool é condição *sine qua non* para iniciar e permanecer no programa de recuperação da dependência do álcool. De acordo com Garcia (2004), a noção de “fundo do poço”, para Alcoólicos Anônimos, é fundamental para o processo de recuperação do dependente. Se ele não considerar que se acha em seu “fundo do poço”, ou seja, que a sua vida está numa situação em que não há saída, o dependente ainda encontrará motivos para se esquivar de sua responsabilidade quanto à própria recuperação. De acordo com A.A. (1995), se de início era necessário que um A.A. chegasse à beira da loucura e perdesse absolutamente tudo em sua vida para iniciar esse processo, com o passar dos anos da irmandade, a experiência adquirida começou a servir de parâmetro para outros alcoólicos que, em muitos casos, já não precisavam ir tão longe para assumir sua derrota total frente à dependência. Deste modo, seria possível poupar anos de sofrimento, assumindo sua incapacidade de governar a própria vida quando ainda possuía muitas coisas como família, emprego, bens etc.

Não é fácil para ninguém admitir que se tornou totalmente impotente frente à bebida. Aproximar-se de A.A., para muitos, foi como uma forma de buscar a afirmação de sua força de vontade e auto-confiança, contudo já de início se diz que de nada vale a auto-confiança, e que ela pode até mesmo chegar a ser um empecilho, já que o primeiro princípio afirma “que não encontraremos qualquer força duradoura sem que antes admitamos a derrota completa, [esse princípio] é a raiz principal da qual germinou e floresceu a nossa irmandade toda” (Os doze passos e as doze tradições, 1995, p. 18).

A aceitação de que possui uma doença incurável “deve surgir sem muitos questionamentos ou racionalizações [pois isso induziria] o indivíduo a beber novamente” (MOTA, 2004, p. 41), porém vale ressaltar que a sobriedade não é uma imposição aos membros em A.A., nem quanto à natureza de seu comportamento em

qualquer sentido. Embora constitua um apoio importante para quem quer alcançar a sobriedade, A.A. por si só não faz ninguém parar de beber, visto que há a responsabilidade individual mediante um esforço constante, pois assumir-se impotente constitui uma humilhação para o alcoólico.

Segundo passo

“Viemos a acreditar que um Poder superior a nós mesmos poderia devolver-nos a sanidade”.

Em A.A. ninguém é obrigado a acreditar em coisa alguma, cada passo é apenas uma sugestão de como viver perante o alcoolismo, um programa que já foi seguido por diversas pessoas, e para grande parte delas a sobriedade foi atingida, ainda que existam os casos em que não se obteve sucesso.

Segundo A.A. (1995), a única coisa de que se precisa para iniciar e dar prosseguimento aos doze passos é ter a mente aberta, compreendendo e vivenciando um passo de cada vez. Em relação ao “poder superior”, existe a possibilidade de se utilizar o método da substituição, pode-se considerar A.A. por si só como a força superior.

O seguimento de A.A. na vivência dos doze passos implica uma revisão de vida e do seu relacionamento com a espiritualidade, pois “a verdadeira humildade e a mente aberta poderão nos conduzir à fé, e toda reunião de A.A. é uma segurança de que Deus nos levará de volta à sanidade, se soubermos nos relacionar corretamente com Ele” (A.A., 1995).

Terceiro passo

“Decidimos entregar nossa vontade e nossa vida aos cuidados de Deus, na forma como O concebíamos.”

Nesse passo encontra-se mais um obstáculo para muitas pessoas que chegam ao A.A. pela primeira vez, pois ele implica assumir a existência de Deus, e para os ateus, agnósticos e céticos, constitui uma dificuldade muito grande assumir tal existência, ou, ainda que acreditem em Deus, ter que assumir que Ele pode interferir diretamente em

suas vidas e, ainda mais: direcioná-las, conduzi-las, em um sentido que as próprias pessoas não foram capazes de dar a elas.

Contudo, a dependência desse Poder Superior também é condição indispensável para readquirir o controle da própria vida, que fora perdido devido à dependência química. Essa entrega da própria vida ao Poder superior funciona como uma dependência benigna e necessária (MOTA, 2004).

Mota (2004) argumenta que em A.A., há a necessidade de o membro fazer uma dupla rendição para prosseguir com o programa dos doze passos. No primeiro passo terá que assumir sua total impotência perante a sua dependência, sua derrota; no terceiro passo há a importância de se render ainda mais uma vez, para a sua total recuperação, desta vez ao Poder superior que lhe dará condições para superar todas as suas mágoas e ressentimentos adquiridos no tempo das bebedeiras, porque a condição de impotência se aplica a outras situações da vida, bem como a pessoas e sentimentos.

A resistência em se entregar ao Poder superior, na forma em que O conceba, significa o insucesso na luta contra a dependência de acordo com os ensinamentos de A.A. (MOTA, 2004), pois “[...] seu ego e sua vontade devem ceder lugar à humildade, à aceitação do fato de que ele não é Deus.” (p. 61). Contudo, esse assunto gera controvérsias, visto que ao mesmo tempo em que se busca a superação da dependência química, ou seja, se quer ser independente nesse aspecto, deve-se se colocar em condição de dependência em outra esfera, neste caso de Deus - mas para muitos a conquista da sobriedade justifica este passo.

No entender de Mota (2004), o livre arbítrio deve ser inibido nesse processo, embora entenda que a responsabilidade pessoal seja mantida, pois a recuperação depende do reconhecimento de que só será possível com a *ajuda* do Poder Superior, neste caso, no meu ponto de vista, submeter-se livremente a Deus pode ser entendido como exercício de liberdade, fazer algo com a orientação de alguém não significa não ser livre.

Quarto passo

“Fizemos minucioso e destemido inventário moral de nós mesmos.”

Em meu entendimento, este é o passo do autoconhecimento, e para A.A., da honestidade, em que o indivíduo vai fazer um exame minucioso dos fatos ao longo de sua vida, a fim de perceber onde, como e por que ele perdeu o controle sobre suas ações e até de suas vontades.

A.A. (1995) aponta que instintos naturais, como a busca por alimentos, segurança e sexo, são deturpados com frequência, escravizando o indivíduo em relação a esses instintos que se tornam obstáculos em sua vida. Aí está o objetivo do quarto passo, perceber quando esses instintos se tornaram doentios e passaram a dirigir a vida de cada um.

Para muitos esse passo é bastante difícil, porque significa mexer em feridas não superadas, mas camufladas, que estão vivas, por isso esse processo pode se tornar muito doloroso. Contudo, há a necessidade desse inventário para, como se diz em A.A., “fazer a faxina da casa”, a fim de desvendar os ‘defeitos de caráter’⁶ adquiridos ao longo dos anos de bebedeiras, e iniciar um processo de mudança, não obstante, “A resistência em efetuar mudanças no comportamento pode ser uma armadilha para a recaída, uma vez que o alcoolismo se nutre de hábitos distorcidos, profundamente arraigados na personalidade do indivíduo” (MOTA, 2004, p. 62).

Quinto passo

“Admitimos perante Deus, perante nós mesmos e perante outro ser humano, a natureza exata de nossas falhas.”

Uma vez concluído o inventário moral, tendo realizado uma busca profunda em seu histórico, de todos os problemas causados pelas bebedeiras, tendo observado seus defeitos de caráter, é preciso admitir todas essas situações, é preciso falar sobre, chegou a hora de fazer a sua “confissão” (MOTA, 2004). Recomenda-se que seja escolhida uma

⁶ Defeitos de caráter é uma expressão utilizada nos diversos grupos de ajuda mútua que conheço, para definir o comportamento, muitas vezes indesejável, que o adito assume ou que é potencializado na sua dependência, e em função dela.

pessoa de confiança para compartilhar, que esteja disposta e possa ouvir os dilemas da vida de um alcoólico, que não são poucos. É necessário que seja alguém de confiança, porque o dependente irá expor a sua vida, sua intimidade, e há casos em que existem crimes que foram cometidos em momentos de embriaguês. Portanto, para evitar maiores problemas, recomenda-se que se dirija a pessoas como um terapeuta, um membro de A.A. no qual se tenha absoluta confiança, um líder religioso, como um pastor ou um padre, entre outros.

A resistência quanto ao cumprimento desse passo, ou praticá-lo superficialmente, pode custar recaídas em relação à sobriedade. A experiência de A.A. demonstra que a incapacidade de algumas pessoas de se manterem sóbrias se deve ao fato de elas quererem carregar sozinhas o peso da irritabilidade, da ansiedade, do remorso etc. (A.A., 1995). Na religião, há muito tempo que se pratica a confissão como forma de “redenção”, mas é verdade também que atualmente psiquiatras e psicólogos apontam para a necessidade de se expor quanto às próprias verdades, a fim de superar os mais diversos problemas de ordem emocional e psicológica.

Sexto passo

“Prontificamo-nos inteiramente a deixar que Deus removesse todos esses defeitos de caráter.”

Até que se manifestem de forma prejudicial para as vidas de cada pessoa, a tendência é omitir os defeitos de caráter, e mesmo quando já foram demasiadamente prejudicados por eles, muitos ainda resistem, e até com justificativas nem um pouco convincentes: “eu sou assim mesmo”, “é o meu jeito”. Se, com o auxílio do Poder Superior, já se trilhou um caminho por meio do qual o sujeito se encontra sóbrio, a compulsão pela bebida já não assola mais, da mesma forma Ele (Deus na forma em que é concebido) também poderá ajudar a superar outros defeitos de caráter.

É certo que analisando um pouco mais detalhadamente, parece que seguir cada um dos passos seria o mesmo que querer atingir a perfeição. Porém, se os passos constituem um modelo a ser seguido, isso não quer dizer que se conseguirá vivê-los em sua totalidade, por isso o que importa aqui é a disposição sincera de seguir em frente

numa “[...] atitude possível que se pode tomar para dar um começo nesta obra de toda uma vida.” (A.A., 1985, p. 57).

Sétimo passo

“Humildemente rogamos a Ele que nos livrasse de nossas imperfeições.”

Já é sabido pelo leitor que ao referir-se a Deus em A.A., não necessariamente isto deve corresponder à sua noção tradicional, mas como cada um O concebe, mas nunca é demais lembrar.

Este passo corresponde novamente à entrega da vida a esse Poder Superior, pois no entender de A.A. (MOTA, 2004), a luta de cada um é diária, constante, pela superação de seus defeitos de caráter, e pela manutenção da sobriedade – que se difere da abstinência alcoólica, por estar diretamente ligada ao lado espiritual da vida. Mas como já ficou esclarecido no passo anterior, objetivar a eliminação de todos os defeitos de caráter seria, talvez, algo de suma perfeição, talvez impossível de se atingir, mas deve ser encarado como um processo ao qual cada um se dispõe, segundo sua possibilidade, de colocar-se humilde e sinceramente nele.

A humildade, como palavra e ideal, tem passado bem mal em nosso mundo [...] muitas pessoas não praticam, mesmo ligeiramente, a humildade como um modo de vida. Uma boa parte da conversa cotidiana que ouvimos, e muito do que lemos, salienta o orgulho que o homem tem de suas próprias realizações [...] certamente nenhum alcoólico e nenhum membro de A.A. quer condenar os avanços materiais [...], porém estamos convencidos de que nenhuma classe de pessoas no mundo jamais se atrapalhou tanto tentando viver segundo tal pensamento, como os alcoólicos [...] quando parecíamos estar obtendo êxito, bebíamos para viver sonhos ainda maiores e quando estávamos frustrados, mesmo um pouco, bebíamos até o esquecimento [...] Nunca havia o suficiente daquilo que julgávamos querer [...] ao invés de considerar a satisfação de nossos desejos materiais como meios pelos quais podíamos viver e funcionar como humanos, entendemos que estas satisfações constituíam a única finalidade e objetivo da vida [...] com uma ostentação adequada de honestidade e moralidade [acreditávamos que] teríamos uma oportunidade de obter o que realmente desejávamos [...] raramente encarávamos a formação do caráter como sendo uma coisa desejável em si [...] Essa falta de ligação sólida a qualquer valor permanente e esta cegueira ao verdadeiro propósito de nossa vida, produziu um outro resultado negativo. Pois enquanto estávamos convencidos que podíamos viver exclusivamente pela nossa força e inteligência, tornava-se impossível a fé num Poder Superior que funcionasse [...] era possível ter crenças religiosas sinceras que permaneciam estéreis porque nós mesmos ainda tentávamos fazer o papel de Deus [assim] permanecia fora de cogitação uma autêntica fé num poder Superior [...] faltava [a] humildade, o desejo de [...] fazer a vontade de Deus. (A.A., 1985, p. 62 a 64).

A superação dos defeitos de caráter é uma luta constante em A.A., o apelo à Força Superior se faz necessário quando os apelos internos ao indivíduo se tornam, pode-se dizer, mais fortes do que o alcoólico. Nesse sentido, a humildade para reconhecer as próprias fraquezas e limitações adquiridas e potencializadas, especialmente no tempo das bebedeiras, é imprescindível nesse processo (MOTA, 2004). De acordo com A.A. (1995), somente depois de muitas humilhações, quedas e derrotas frente à bebida e aos próprios defeitos de caráter, foi possível o domínio decisivo da auto-suficiência do alcoólico e que muitos aprenderam algo acerca da humildade. Inicialmente os passos são dados sem vontade, contudo a perseverança na humildade como virtude pessoal desejável, com certeza, aos poucos levará a compreender e verificar que os obstáculos mais prejudiciais serão superados, e como fruto dessa insistência se obterá a serenidade, daí também resultará um novo jeito de viver, um novo estilo de vida. No entender de A.A (1995), “a humildade transforma a fraqueza em força” (p. 66).

De acordo com Rahm (1999), é como alguém que está num leito de doente e conta com a ajuda de alguém para cuidar dele, neste caso, Deus, olhando para dentro de si, reconhecendo a natureza exata de suas falhas e tendo a disposição para lutar para superar cada um dos “defeitos de caráter”.

Oitavo passo

“ Fizemos uma relação de todas as pessoas a quem tínhamos prejudicado e nos dispusemos a reparar os danos a elas causados.”

Inicialmente volta-se, por meio da vivência desses passos, ao passado, a fim de identificar os erros. Em seguida, faz-se um esforço para corrigi-los. No oitavo e nono passos, é hora de investir nas relações da forma mais saudável possível (A.A., 1995). Nesse momento, dá-se continuidade ao processo iniciado nos passos anteriores, aprofundando-se, indo mais além no inventário moral no sentido de perceber a extensão dos prejuízos causados a outrem, quantos são esses prejuízos e quem são esses outros.

Aprender a viver em paz, companheirismo e fraternidade [...] é uma aventura comovente e fascinante. Todo A.A. acabou descobrindo que pouco pode

progredir nesta nova aventura de viver sem antes voltar atrás e fazer, realmente, um exame acurado e impiedoso dos destroços humanos que porventura tenha deixado em seu passado. (idem, p. 69).

Nono passo

“Fizemos reparações diretas dos danos causados a tais pessoas, sempre que possível, salvo quando fazê-las significasse prejudicá-las ou a outrem.”

Dando continuidade ao oitavo passo, este tem igualmente a finalidade de investir nas relações, com cautela, prudência e bom senso, pois mexer em feridas ainda abertas pode significar outros prejuízos. Por isso, no próprio enunciado deste passo se prevê a possibilidade de que, em caso de impossibilidade de êxito, não se realize nenhuma tentativa de aproximação. Existem casos em que se recomenda que se escreva uma carta antes de qualquer contato. Em todo caso, o importante é agir com sinceridade, evitando desculpas inconsistentes, promessas irrealizáveis, como no tempo das bebedeiras (MOTA, 2004).

Décimo passo

“Continuamos fazendo o inventário pessoal e, quando estávamos errados, nós o admitíamos prontamente.”

Ao chegar ao décimo passo entende-se que o membro de A.A. adquiriu um novo jeito de viver, a maneira de viver de A.A. (A.A., 1995), lembrando sempre que a cura de sua doença não existe (MOTA, 2004), portanto há a necessidade de estar sempre atento às próprias atitudes, evitando o acúmulo de situações que possam favorecer recaídas, pois o alcoólico recai primeiramente no caráter, no seu comportamento, para depois cair na bebida (idem).

Nos grupos de ajuda mútua de que participei, era freqüente ouvir a expressão, por parte dos familiares, “o meu dependente já caiu no comportamento, apenas não está usando a droga ou o álcool, ainda” ou, como se diz em A.A., “está agindo como bêbado seco”, ou seja, em seu tempo de bebedeira, o alcoólico adquire alguns defeitos, que lhe são “necessários” para conseguir manter o vício, por exemplo, o roubo, a mentira, as

justificativas (desculpas esfarrapadas) para os seus erros etc. A abstinência da substância não é suficiente para a conquista da sobriedade, é necessária a superação desses “defeitos de caráter” (todos os grupos de ajuda mútua pelos quais passei utilizam essa expressão), a recaída é considerada quase certa para o dependente que conserva os seus “defeitos de caráter”, que não busca identificá-los e superá-los. E mesmo aquele que já conseguiu superá-los em alguma medida deve cuidar da manutenção, pois sempre está exposto ao risco de queda, uma vez que a dependência não tem cura, e acredita-se que a “queda” no comportamento acontece antes de se voltar a consumir qualquer substância química.

Décimo primeiro passo

“Procuramos, por meio da prece e da meditação, melhorar nosso contato consciente com Deus, na forma em que O concebíamos, rogando apenas o conhecimento de sua vontade em relação a nós, e forças para realizar essa vontade.”

Para os que se apegam em A.A. como sua força superior, é difícil a ideia da oração, da mudança de vida por meio dela. No entanto, há aqueles que

[...] se estão utilizando regularmente da oração seriam incapazes de dispensá-la como ao ar, ao alimento ou à luz do sol, tudo pela mesma razão. Quando recusamos ar, luz ou alimento, o corpo sofre. Se viramos as costas à meditação e à oração também estamos negando às nossas mentes, emoções e intuições, um apoio imprescindível. (A.A., 1985, p. 86).

Os costumes de auto-avaliação propostos em A.A. estão interligados com a meditação e a oração. Os membros podem utilizá-las separadamente, mas conciliando-as “[...] resultam em uma base inabalável para toda a vida” (idem, p. 87). Ao se examinar os próprios pensamentos, sentimentos e ações, é que se chega a uma nova visão, um novo jeito de viver. Se se conseguiu chegar até aqui, o A.A. acredita que é desejável ir além, “[...] que o bem existente cresça ainda mais, e floresça sob a luz do sol. A meditação é um passo em direção ao sol” (idem, p. 87).

Para muitos esse passo pode ser difícil, não têm ideia nem de como começar, pois antes de pertencer a A.A., era costume buscar “solução” para os problemas na bebida. Agora, uma das alternativas propostas é a oração. Levando-se em conta todos os problemas decorrentes do alcoolismo, para o A.A. essa prática se torna ainda mais

indispensável, contudo é possível perceber que não é simples para ninguém, pois de acordo com A.A. (1995),

Todos nós, sem exceção, já passamos por períodos em que só rezamos depois de impelidos pela maior força de vontade possível. Às vezes, chegamos a ir mais longe ainda, quando somos acometidos por uma rebelião tão mórbida que simplesmente não rezamos. Quando estas coisas acontecem, não devemos ser demasiadamente rigorosos conosco. Devemos apenas voltar à prática da oração tão logo pudermos, fazendo o que sabemos ser bom para nós. (1995, p. 93).

Décimo segundo passo

“Tendo experimentado um despertar espiritual, graças a esses passos, procuramos transmitir esta mensagem aos alcoólicos e praticar estes princípios em todas as nossas atividades.”

Uma vez tendo experimentado a transformação da própria vida, em consequência da vivência destes princípios e do contato íntimo com Deus, na forma em que cada um O conceba, o membro de A.A. que alcançou a sobriedade, a “honestidade, tolerância, dedicação, paz de espírito e amor [como] presente de graça” (A.A., 1995, p. 95), a partir da vivência dos Doze Passos que propiciou essa “dádiva⁷”, que em A.A é denominada despertar espiritual, depois de toda essa caminhada rumo ao equilíbrio, encontra-se a alegria em dar de si ao alcoólico que chega pela primeira vez no grupo. É quase como um sentimento de obrigação de retribuir a dádiva que recebeu.

Mais do que uma obrigação imposta de fora, a vivência deste passo advém de uma exigência interna a cada membro, que se sente grato pelo bem alcançado e deseja levar esse mesmo bem a outra pessoa. Ela existe desde os primórdios de A.A., quando Bill, depois da experiência vivida no hospital, a partir da qual não bebeu mais, vivia a “perseguir” os alcoólicos com a intenção de que eles experimentassem o mesmo que ele, libertando-se da bebida. Essa idéia está na base de A.A.: recebe-se livremente e livremente se dá. Ao se dar também se recebe, pois “Até o último dos recém chegados descobre recompensas nunca sonhadas quando procura ajudar seu irmão alcoólico, aquele que está ainda mais cego que ele” (idem, p. 97).

⁷ A dádiva (ou dom) é um conceito importante no desenvolvimento deste trabalho, pois constitui-se um elemento fundamental das relações estabelecidas no âmago dos grupos anônimos de ajuda mútua. No próximo capítulo esse tema é abordado com maior profundidade, pois o considero de grande relevância no processo de aprendizagem interativa entre os membros desses grupos.

Nas reuniões do grupo, enquanto uns dão o seu depoimento, compartilham suas experiências, outros ouvem. Dessa forma, doam algo de si tanto os que falam quanto os que ouvem. Falar e ouvir são partes do mesmo processo, pois há a necessidade de falar e de ser ouvido, como também a necessidade de se ouvir e aprender do outro com a sua experiência.

Para manter o equilíbrio emocional é necessário que se aprenda a viver bem em sociedade, conviver fraternalmente com todas as pessoas das quais se está cercado, e para isso a experiência de A.A. demonstrou que é preciso dar de si mesmo sem nada esperar em troca. A melhor fonte de estabilidade emocional é Deus, portanto é desejável depender exclusivamente dEle, sem se apoiar ou depender dos cuidados humanos.

Na prática, a vivência dos doze passos tem se demonstrado algo rigoroso e de difícil adesão total, como Mota (2004) constatou em sua pesquisa. Dos membros entrevistados por ele, nenhum confirmou viver integralmente todos os passos, por isso ele os compreende como sugestões a serem vividas de acordo com as possibilidades. É preciso enfatizar, porém, que há o risco de uma vivência superficial e, em momentos de instabilidade emocional ou de qualquer outra ordem, de ficar mais exposto a recaídas (A.A., 1985).

A prática deste programa tem a finalidade de evitar que o alcoólico continue a beber e não estacione na abstinência, que consiga avançar nesse processo de conquista da sobriedade. Que não bebendo mais, também não continue ostentando os mesmos defeitos de caráter adquiridos nos tempos de bebedeiras (MOTA, 2004), o tão chamado, entre os grupos de ajuda mútua, “bêbado-seco”, o que gera sofrimento, dificuldades nos relacionamentos e outros prejuízos, além disso, agora ele já não terá a desculpa da bebida.

2.4 As Doze Tradições de A.A.

As tradições:

1. Nosso bem-estar comum deve estar em primeiro lugar; a reabilitação individual depende da unidade de A.A.

2. Somente uma autoridade preside, em última análise, ao nosso propósito comum – um Deus amantíssimo que se manifesta em nossa consciência coletiva. Nossos líderes são apenas servidores de confiança; não têm poderes para governar.
3. Para ser membro de A.A., o único requisito é o desejo de parar de beber.
4. Cada grupo deve ser autônomo, salvo em assuntos que digam respeito a outros grupos ou a A.A. no seu conjunto.
5. Cada grupo é animado de um único propósito primordial – o de transmitir sua mensagem ao alcoólico que ainda sofre.
6. Nenhum grupo deverá jamais sancionar, financiar ou emprestar o nome de A.A. a qualquer sociedade parecida ou empreendimento alheio à irmandade, a fim de que problemas de dinheiro, propriedade e prestígio não nos afastem do nosso objetivo primordial.
7. Todos os grupos de A.A. deverão ser absolutamente auto-suficientes, rejeitando quaisquer doações de fora.
8. Alcoólicos Anônimos deverá manter-se sempre não-profissional, embora nossos centros de serviços possam contratar funcionários especializados.
9. A.A. jamais deverá organizar-se como tal; pode, porém, criar juntas ou comitês de serviço diretamente responsáveis perante aqueles a quem prestam serviços.
10. Alcoólicos Anônimos não opina sobre questões alheias à irmandade; portanto, o nome de A.A. jamais deverá aparecer em controvérsias públicas.
11. Nossas relações com o público baseiam-se na atração em vez da promoção; cabe-nos sempre preservar pelo anonimato pessoal na imprensa, no rádio e em filmes.
12. O anonimato é o alicerce espiritual das nossas tradições, lembrando-nos sempre da necessidade de colocar os princípios acima das personalidades. (A.A., 1995).

Depois dos primeiros artigos publicados acerca de A.A., a irmandade recebia muitas cartas com dúvidas e reclamações sobre a convivência no grupo. As doze tradições foram elaboradas com base, também, nestas correspondências. Um exemplo disso foi o caso da aceitação de membros negros na irmandade. Inicialmente, houve a necessidade da criação de grupos específicos para negros, o que gerou uma controvérsia, resolvida com a chamada terceira tradição, a qual afirma que o único requisito necessário para ser membro de A.A. é o desejo de parar de beber. Uma das

finalidades de Bill na criação das tradições era fazer de A.A. uma instituição verdadeiramente democrática (A.A., 2004). Bill Wilson e Dr. Bob estabeleceram as doze tradições a fim de dar autonomia à irmandade em relação aos seus co-fundadores (MOTA, 2004).

Na análise da estrutura de A.A., tem-se a impressão de que esta foi pensada ou idealizada com a intenção de inibir as ambições pelo poder e prestígio por parte de seus membros. Entre as práticas, estão a rotatividade nos cargos de direção, o caráter voluntário do trabalho, a não interferência em assuntos externos a A.A. e o anonimato. As doze tradições têm também esta função, a de proteger a irmandade dessas ambições, a fim de que não se perca o seu objetivo principal, que é o de oferecer ajuda àqueles que sofrem pela dependência do álcool.

Essa tarefa não é de fácil realização. A adoção da conduta prevista na instituição nem sempre é realizada livremente, contudo a manipulação e conquista de posição de destaque no grupo não é possível de se conseguir com base nas suas regulamentações, pois em A.A. não se governa, se serve.

Na primeira década de existência, A.A. acumulou experiência suficiente para perceber que certos hábitos adotados pelo grupo nesse período poderiam garantir a sobrevivência da estrutura da irmandade. Esses hábitos e costumes foram transformados nas Doze Tradições de A.A., pelos seus co-fundadores (Bill Wilson e Dr. Bob) e outros membros pioneiros, e foram aprovadas pela convenção internacional de Cleveland, Ohio, em 1950 (Alcoólicos Anônimos: site oficial de A.A. no Brasil <http://www.alcoolicosanonimos.org.br/> 01/04/2010).

De acordo com A.A. (2004), a adoção do nome “tradições” para esses princípios deixa entrever a inteligência de Bill, que ao sistematizá-las, se as tivesse denominado de leis, regras ou estatutos, poderia sofrer a resistência de seus membros. Os Doze Passos são sugestões e nas Doze Tradições não existem imposições, não se encontra um único “Não faça” ou “Você tem que”, a observação “Devemos” é frequente, mas não há nenhum tipo de determinação. Por outro lado, alguns desses princípios já haviam se integrado às práticas do grupo. Como já foi dito anteriormente, as Doze Tradições, bem como os Doze Passos de A.A., são frutos da experiência e da vivência do grupo como tal; muitos são os exemplos de situações que se encontram na literatura de A.A. que demonstram essa afirmação.

No entender de A.A. (1995), o princípio mais importante e mais necessário para a continuidade da irmandade é a unidade. Entende-se que, ou A.A. se mantém unido ou a irmandade se acaba, e “[...] as dádivas divinas dadas só seriam gastas à toa” (p. 115). O bem-estar comum, a manutenção da sobriedade por parte de cada membro depende dos cuidados acerca da unidade. A liberdade individual, da forma como é valorizada em A.A., é comparada a um sistema anarquista (MOTA, 2004; GARCIA, 2004; MASCARENHAS, 1990; A.A., 1995). Ninguém é obrigado a nada, ninguém pode ser punido ou expulso de A.A. Os iniciantes questionam: “[...] consegue funcionar um tal bando de anarquistas? Como lhes é possível colocar em primeiro lugar o bem-estar comum? Que coisa os mantêm unidos?” (A.A., 1995, p. 116). A resposta está na necessidade que cada um tem do grupo. O bem-estar comum está em primeiro lugar, mas o individual vem logo em seguida, e os membros têm consciência disso:

A princípio ele se submete porque precisa, mas depois descobre um modo de vida que realmente lhe agrada. Ademais, ele descobre não poder reter essa dádiva sem preço se por sua vez não entregá-la aos outros [...] aprende-se que o clamor dos desejos e das ambições interiores tem de ser silenciado sempre que ameaça prejudicar o grupo. Torna-se claro que o grupo tem de sobreviver para que o indivíduo não pereça (idem, p. 116).

De acordo com A.A. (1995), a irmandade não tem governante ou diretores, apenas servidores fiéis (no entender dos participantes), não há julgamentos, emissões de ordens, nem orientações espirituais, qualquer um que venha a fazer parte do comitê de serviços de A.A. cedo ou tarde vai descobrir que é um “servidor e não um senador” (p. 120). De acordo com Barros (1997), os membros antigos e os novos são respeitados igualmente. Os antigos, “Os especialmente dedicados à irmandade e mais solícitos no apoio aos outros são considerados *“velhos mentores”*: são representantes supremos da memória coletiva” (Barros, 1997, s/p). A liderança de A.A. é formada por aqueles cuja experiência colocam à disposição dos membros mais novos e inexperientes. Pela experiência adquirida os A.A. chegaram à conclusão de que a consciência coletiva do grupo, aconselhada e orientada pelos mais velhos, se mostrará mais eficaz do que a de um líder individual. Obviamente, de vez em quando, surgem aqueles que acreditam que o grupo não pode sobreviver sem eles. Contudo, ao se verem esvaziados de todos os princípios e valores de A.A., acabam se embebedando. A sobriedade, além da abstinência, se faz efetivamente importante também nesse processo.

No início de A.A., a irmandade funcionava como uma sociedade secreta, pois se temia que alguém ou alguma situação viesse a colocar tudo a perder. Havia muitas regras de proteção para admissão de um novo membro, de modo que mendigos, prostitutas, homossexuais, entre outros, não tinham lugar em A.A. A preocupação com a “reputação” dos membros do grupo também direcionava essa seleção, mas com o tempo A.A. foi percebendo que a ninguém deveria ser negado o direito de frequentar e buscar a sobriedade por meio de A.A., pois o que eles receberam de graça deveriam dar de graça sem distinção de pessoas. A experiência demonstrou que qualquer um que queira pode ser membro de A.A., e mesmo assim não será obrigado por ninguém a parar de beber (A.A., 1995).

Dentre os direitos reservados a cada grupo de A.A., está o de acertar e de errar. Cada grupo é rigorosamente dependente apenas de sua consciência para orientar sua ação. Qualquer grupo de duas ou três pessoas reunidas, com a finalidade de manterem-se sóbrios, tem o direito de se denominar A.A., desde que não estejam filiados a outras organizações. Neste sentido há apenas duas ressalvas: um grupo não deve fazer qualquer coisa que atinja a irmandade como um todo, nem se filiar ou aliar-se a qualquer outra instituição, organização ou pessoa. De acordo com A.A. (1995), em qualquer outra questão a ser resolvida, o grupo tem total autonomia e liberdade de ação.

A vida da irmandade depende da perseverança na participação das reuniões pelos membros e do princípio da transmissão da mensagem de A.A. ao alcoólico que sofre (A.A., 1995). De indivíduo para indivíduo facilmente transmite-se a reabilitação, “[...] trata-se da nossa dádiva divina, e cuidar que ela seja também conferida a outros como nós é o único objetivo que move os AAs em todo o mundo” (p. 136). Sob a égide do paradoxo (dar o que recebeu) de A.A. o único objetivo da irmandade é propiciar a outros a dádiva que recebeu: o dom da sobriedade.

De acordo com A.A. (1995), inicialmente, na irmandade, imaginava-se que se os membros haviam encontrado a solução para os seus problemas com álcool, os mesmos princípios poderiam ser aplicados para diversos outros problemas, e sonharam de forma ambiciosa, mas bastaram alguns empreendimentos tímidos para que percebessem que, ainda que os princípios de A.A. possam ser aplicáveis a outras situações e dilemas (o que ficou comprovado com o passar do tempo, com a variedade de grupos de ajuda mútua que surgem para os mais diversos problemas), os A.A.

propriamente ditos não deveriam se desviar do objetivo primordial, e jamais se envolver com quaisquer situações alheias à irmandade.

A auto-suficiência também se mostrou necessária com a experiência. Para exemplificar, num dado momento, A.A. ganhou um hospital, do qual imediatamente o filho do doador foi nomeado diretor extraordinário e começou a se envolver com a vida da irmandade; noutra situação, por causa de uma doação, o doador se achou no direito de determinar regras em A.A. Por isso, até hoje a irmandade não recebe ou aceita doações, para evitar que pessoas alheias aos grupos interfiram em seus assuntos, mantendo-se apenas por meio da sacolinha que é passada durante as reuniões entre os membros (A.A., 1995), conforme a 7ª tradição, como eles dizem. De acordo com A.A. (1995), esses cuidados em relação ao dinheiro não são apenas para evitar interferência de fora, mas também para cuidar que, tornando-se uma sociedade rica, A.A. poderia se desviar de seu principal objetivo. No entender da irmandade, ela teria que permanecer pobre. Mas essa compreensão foi à custa de muita polêmica.

A ausência de organização, de regras a serem seguidas em A.A., se deve a sua ausência de dirigente. De acordo com A.A. (1995), tentou-se diversas vezes regulamentar por meio de normas a irmandade, mas sempre fracassando. Houve tentativas de excluir alguns membros por não agirem de acordo com o que o grupo esperava deles, mas estes sempre se recusaram a deixar de freqüentar as reuniões. Orientações, que mais pareciam cobranças, de como os membros deveriam proceder em diversas situações, sempre foram rejeitadas pelos próprios membros. A.A. é animado apenas pelo espírito de servir e guiado pela consciência coletiva do grupo.

Por fim, no que se refere às tradições, o anonimato é um dos principais mecanismos de defesa da irmandade, para que os membros não sucumbam aos apelos da riqueza, do dinheiro e do poder. Além de evitar a autopromoção, fica claro que em A.A. não há lugar para ambição. Em geral acredita-se que o anonimato é para a proteção do indivíduo, é também, mas em primeiro lugar da coletividade.

De acordo com Barros (2001), deve ser ressaltado que em A.A. há uma diversidade de recursos e práticas que contribui no processo de recuperação de um alcoólico. Portanto, ao contrário da visão que muitos têm de A.A., a espiritualidade, a relação com O poder superior como cada um O concebe, não é a única característica, nem a mais importante que possibilita a recuperação dos membros, há outras especificidades desses grupos que, de acordo com Barros (2001), nada têm a ver com espiritualidade, mas são igualmente importantes, como aspectos psicológicos,

sociológicos e existenciais, entre outros. Para este autor, a experiência coletiva, na recuperação, é que valoriza a espiritualidade, assim como outras práticas, como as partilhas, a ajuda mútua, a organização de serviços na irmandade etc. Partindo dessa perspectiva, das relações de trocas e de ajuda mútua estabelecidas entre os membros, Mota (2004) realizou sua pesquisa de mestrado em grupos de A.A. fazendo uma leitura à luz do paradigma da dádiva, cujos resultados se tornaram referência básica para este estudo.

No próximo capítulo desta dissertação, me proponho a abordar alguns desses recursos e práticas, inerentes aos grupos anônimos de ajuda mútua que, em minha compreensão, auxiliam no processo de recuperação e (re) aprendizagem de seus membros. Entre esses recursos e práticas estão a autogestão, a ajuda mútua e uma espiritualidade pluralista, que compõem as relações estabelecidas entre os membros, de cada um consigo mesmo e com O Poder Superior, em um sistema de dádiva: em dar, receber e retribuir.

3 – A DÁDIVA NOS GRUPOS ANÔNIMOS DE AJUDA MÚTUA

As atividades e reflexões realizadas dentro dos grupos anônimos de ajuda mútua estão sempre voltadas para a melhoria da qualidade de vida de seus membros, preocupando-se com cada um que está presente ali no momento, como se encontram emocional e psicologicamente em relação às suas dificuldades com as drogas, como também em outras situações ligadas à vida de cada um. Informações acerca de substâncias químicas que causam dependência não são entendidas como essenciais nesse processo de recuperação (embora sejam importantes), posso dizer que, na realidade, raramente são lembradas. Os vínculos que se cultivam visam, antes de tudo, a instituir o sentido do ser humano como pessoa, não como indivíduo, desta forma a pessoa é entendida como um “[...] misto de simpatias, sentimentos e gestos que transcende a letra morta de um registro civil” (MOTA, 2004, p. 185).

Neste sentido entendo que suas ações estejam em consonância com a proposta de Bucher (1992b) e outros especialistas no assunto. Eles entendem que, qualquer abordagem preventiva que se queira pertinente, deve se voltar para o resgate da pessoa humana em toda a sua dimensão, e em diversas situações em que esta se encontra desrespeitada em sua humanidade, e não somente a um ou outro caso específico, como o uso indevido de drogas, por exemplo. Nos grupos de ajuda mútua o restabelecimento de sentidos para a vida social de cada membro é imprescindível e finalidade de todos, é possível perceber o esforço para que haja o desenvolvimento de éticas e estilos de vida diferentes dos vividos nos tempos de adição, que possibilitem a reconstrução dos laços, de seus relacionamentos em diversos âmbitos, não se restringindo ao problema da dependência, mas indo para além disto, em um processo que mexe nas estruturas de cada pessoa, a partir do que é possível aos poucos começar a viver de maneira equilibrada, em todos os sentidos, por meio de uma “forma de articulação e apresentação [que] é um **aprendizado** que se adquire com o tempo e a participação” (GARCIA, 2004, p. 165, grifo meu).

Numa análise detalhada destes grupos, é possível perceber em suas bases alguns pressupostos que são fundamentais para a sua constituição enquanto tal, como a ajuda mútua, uma espiritualidade pluralista, a auto-sustentabilidade, a auto-identificação, a autogestão. Esses elementos são conciliados à vivência de um sistema de dádivas. Por sua forma cooperativa, este tipo de organização inibe o anseio pelo poder, não que este

anseio inexistia completamente, mas não se encontram nas bases dos grupos meios para alcançá-lo. Os grupos de ajuda mútua são uma espécie de organização anárquica, libertária, que visa o bem comum, considerando sempre a coletividade em primeira instância, mas a partir do entendimento de que o bem estar individual depende do bem estar coletivo.

As relações em A.A. e, de modo mais geral, nos grupos anônimos de ajuda mútua, contradizem em todos os seus aspectos e formas de sociabilidade os pressupostos do utilitarismo. Modestamente, declarando sempre como único objetivo do grupo aquele que é o drama comum de cada um dos membros, neste caso, livrar-se da dependência química, esses grupos se espalham, no entender de Godbout (1997), analogamente, não como tentáculos, mas da mesma forma que as células se reproduzem, em que cada grupo é autônomo, não estando vinculado a nenhum sistema que possa ser caracterizado como uma hierarquia por meio da qual são geridos de dentro para fora ou de cima para baixo. As regras aí existentes são frutos da convivência coletiva, partindo sempre do entendimento do que seria melhor para o grupo, definidas pelo próprio grupo.

Provocando mudanças no estilo de vida de seus participantes, por meio das relações aí estabelecidas, nesses grupos são viabilizadas as condições necessárias para que adquiram a sobriedade. A sobriedade não é apenas um comportamento, mas antes um estado interior equilibrado daquele que conhece a si próprio, de saúde emocional, psíquica e espiritual. A abstinência é parte desse processo, se traduz pela privação, voluntária ou não, de determinada substância ou comportamento. Contudo, a sobriedade vai para além disto. Em meu entender, com base em alguns autores que refletiram sobre os grupos de ajuda mútua, a compreensão das relações estabelecidas nesses grupos abre precedentes para pensarmos numa forma de sociabilidade distinta das estabelecidas atualmente, que se encontram nos condicionamentos de diversas formas de compulsão, adição e de diversos fenômenos sociais anômicos, como a violência por exemplo.

No entendimento de diversos autores, os indivíduos não devem ser considerados isoladamente, mas nas interações com o seu meio social, tanto imediato - como o núcleo familiar - como também o mais amplo - o contexto sócio-econômico-cultural - e suas relações com a droga. Neste sentido é necessário pensar num sistema preventivo por meio da educação que, de acordo com Bucher (1992b), não deve perder de vista o humano do homem. De acordo com Godbout (1997), a dádiva é um processo longo e

contínuo de aprendizagem, que valoriza o contexto comunitário e resgata as possibilidades de sociabilidade aí existentes, portanto, a meu ver, refletir sobre a possibilidade de uma educação preventiva, com base nos pressupostos desses grupos, considerando as relações como num sistema de dádivas, valorizando e fomentando a sociabilidade primária, é algo que pode representar uma contribuição significativa no enfrentamento de diversas situações anômicas.

Para que se torne possível pensar nessa forma de educação com base nos pressupostos desses grupos e na sociabilidade existente entre seus membros, propus-me a observá-los mais de perto com um novo olhar, diferente do que eu tinha anteriormente, a fim de perceber o que os torna diferenciados, especialmente no que se refere ao processo de aprendizagem, pois, de acordo com alguns autores, as relações aí estabelecidas possibilitam aos participantes uma nova visão de mundo, uma nova compreensão acerca da própria dependência e das relações que são estabelecidas em suas vidas. Isto, conseqüentemente, provoca mudança de postura frente às próprias compulsões e aos relacionamentos, propiciando a aquisição da sobriedade e a reconstrução das relações que se tornaram doentias por causa da dependência. Entendo que todo esse processo só é possível por meio de uma (re) aprendizagem contínua.

Além de fazer uma abordagem dos elementos constituintes desses grupos, é interessante observar outros elementos que aí não têm lugar, mas que fazem parte da estrutura da sociedade contemporânea, de cunho capitalista neoliberal, a saber: o individualismo, o interesse imediato e calculado, o hedonismo, o narcisismo. Bem como dito acima, as relações de poder e de dominação também não são encontradas na estrutura dos grupos anônimos de ajuda mútua.

Creio que não seja coincidência o sucesso destes grupos, pois se de um lado há quase um consenso em considerar que esses elementos, frutos da sociedade moderna capitalista, estão na origem de comportamentos compulsivos, como também de outras anomalias sociais, de outro, a ação dos grupos de ajuda mútua (que têm sua eficiência creditada) propõe, como alternativa para o enfrentamento da adição, e outras compulsões, a vivência de uma sociabilidade partindo de elementos distintos desses apresentados. Talvez esteja exatamente nisto o êxito de suas abordagens.

Entendo que os elementos encontrados nesses grupos são uma alternativa aos elementos encontrados na sociedade contemporânea capitalista neoliberal. Em tais grupos, se propõe e pratica a reciprocidade nas relações, a autogestão, a auto

sustentabilidade, a vivência de uma espiritualidade pluralista e o fortalecimento da sociabilidade primária, como as relações comunitárias, estes elementos conjugados, vividos de forma simultânea compõem um sistema de dádiva encontrado nestes grupos, de acordo com Godbout (1997), a dádiva é uma alternativa às relações nos moldes do mercado e do Estado.

3.1 O utilitarismo

De acordo com Godbout (1997), os grupos de A.A. contrariam os pressupostos do utilitarismo, pois levam o indivíduo a se “libertar” do narcisismo prevalecente na modernidade, que é substituído pela consciência de ser parte de algo maior e mais amplo, experimentando a “extensão da consciência” (p. 102), que lhe assegura a possibilidade e a força para enfrentar o seu dilema: o alcoolismo.

Tendo como base o liberalismo clássico de Adam Smith (apud MOTA, 2004), existem inúmeras denominações para expressar aspectos diferentes desse paradigma: *homo oeconomicus*, teoria da escolha racional, utilitarismo, teoria econômica neoclássica, entre outros. De acordo com Godbout (1999), esses termos trazem algo em comum: o ser humano tem necessidades a serem supridas, e a sociedade é entendida por meio da circulação de bens e serviços movidos pelo interesse material, em que a equivalência da troca determina uma relação pontual, sem possibilidade de estabelecimento de laços.

Alguns aspectos do utilitarismo, como a racionalidade econômica e o interesse material, entre outros, de acordo com Weber (2004), são característicos e foram determinantes para o desenvolvimento do capitalismo. Em “A ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo”, Max Weber (2004) delinea suas argumentações para demonstrar que o desenvolvimento do capitalismo moderno foi propiciado pelo modo de vida ascético, metódico e sistemático, intramundano, de determinados seguimentos do protestantismo em que, nas relações com a profissão e o ganho, os crentes partiam do entendimento de que o trabalho é um dever para com Deus, sendo compreendido como uma vocação, à qual devem seguir como um meio de glorificar a Deus, pois esta é a finalidade de sua vida. Neste sentido, o acúmulo de bens materiais é realizado como um fim em si mesmo.

Controlar constantemente os progressos morais foi uma condição que antecedeu o estabelecimento do racionalismo econômico (WEBER, 2004). Este racionalismo dos puritanos deu condições para a afirmação de um novo tipo de homem: o capitalista. Para este homem puritano capitalista, o aproveitamento do tempo, a racionalização do seu comportamento, o cultivo de uma vida sóbria, e severa autodisciplina, são essenciais para o cumprimento do seu dever: glorificar a Deus por meio de seu trabalho, cujo retorno é o acúmulo de bens, entendido por ele como uma eleição divina, uma vez que buscava compreender, por meio do sucesso em seu trabalho, se era um predestinado à “salvação”.

Esse comportamento, de viver para trabalhar, para acumular bens materiais como um fim em si mesmo, não para a satisfação das necessidades humanas, é entendido por Weber (2004) como uma inversão da ordem natural das coisas, que “[...] implica uma gama de sensações que tocam de perto certas representações religiosas” (p. 47), pois o ser humano, tradicionalmente, não quer ganhar dinheiro e sempre mais dinheiro, mas simplesmente viver como estava acostumado a viver, ganhando o necessário para este fim (WEBER, 2004), logo, a finalidade é (seria) viver de determinada maneira, e o dinheiro a ser ganho é (seria) apenas um meio para se atingir este fim.

Aprender de quais idéias e representações religiosas surgiu o entendimento da profissão como vocação, o impacto que as vivências religiosas de todo um povo causaram sobre a cultura moderna, a partir de quais estímulos psicológicos essas vivências foram constituídas. Em suas argumentações Weber (2004) discorre sobre essas questões, e nesta pesquisa o que me interessa é, em primeiro lugar, a observação do autor de que as condições para o desenvolvimento do capitalismo e do estabelecimento desse ‘ethos’, que se tornou característico da cultura capitalista moderna, perdurando até os dias atuais, propiciado pela ética protestante, não estão dadas naturalmente, mas são produto de um longo processo educativo. Em segundo, me interessa exatamente o resultado desse modo de vida, esse *ethos*, que se estabeleceu como um estilo de vida que condiciona a vida na sociedade atual, em todos os seus âmbitos. Em terceiro lugar, me proponho a observar a existência de uma conexão entre esse *ethos* e aqueles aspectos da sociedade atual (individualismo, hedonismo, consumismo, narcisismo), que de acordo com autores diversos, estão na raiz das diversas compulsões.

Weber (2004) discorre sobre essas representações religiosas que, no seu entendimento, suscitavam estímulos psicológicos que direcionavam e amparavam a conduta e um estilo de vida do indivíduo – diverso daquele estilo tradicional – que culminou no desenvolvimento da ‘cultura capitalista’, um *ethos* que, no entendimento do autor, “[...] só [poderia] ser o produto de um longo processo educativo” (WEBER, 2004, p. 54), pois o capitalismo, como “*auri sacra fames*” (sagrada fome de ouro, incontida avidez por riqueza, que, de acordo com Weber (2004) é tão antiga quanto a história da humanidade), o anseio pelo ganho, pela aquisição e o acúmulo de bens materiais, já dava sinais de sua existência em outros tempos e lugares, como na Antiguidade, na Idade Média, na China, na Babilônia; mas, para desenvolver-se como ocorreu na Europa Ocidental e na América do Norte, faltou esse caráter que foi conferido ao capitalismo pela forma de vida ascética protestante. De acordo com Weber (2004), qualquer estratégia utilizada (seja com o aumento ou a diminuição dos salários), desprovida desse ‘*ethos*’, para convencer os trabalhadores é, tradicionalmente, ineficaz, portanto

[...] seu efeito é o oposto do pretendido. Pois aqui não se faz indispensável simplesmente um elevado senso de responsabilidade, mas também uma disposição que ao menos durante o trabalho esteja livre da eterna questão de como, com um máximo de comodidade e um mínimo de esforço, ganhar o salário de costume; e mais, uma disposição de **executar o trabalho como se fosse um fim absoluto em si mesmo - como "vocação"**. Mas tal disposi o não está dada na natureza. E tampouco pode ser suscitada diretamente, seja por salários altos seja por salários baixos, **só podendo ser o produto de um longo processo educativo**. (WEBER, 2004, p. 54, grifos meus).

O protestantismo, com seu modo de vida asc tico intramundano, forneceu ao capitalismo uma  tica de racionaliza o do comportamento humano: a perda de tempo é entendida como pecado, é exigido o domínio dos impulsos e das irracionalidades, o crente não deve ceder aos apelos da concupiscência etc.; em decorrência obteve-se trabalhadores disciplinados para o trabalho, empresários ávidos pelo lucro de forma racional (WEBER, 2004). A  tica capitalista moderna surgiu dessa vivência asc tica, que condiciona também o comportamento social e o estilo de vida do indivíduo, economicamente ativos ou não, em todos os âmbitos. No entendimento de Weber, ao passo que foi desaparecendo

[...] lentamente a raiz religiosa [...] a busca pelo reino de Deus começou pouco a pouco a se resolver em sóbria virtude profissional [e] deu lugar   intramundanidade **utilitária**, [então] Surgira um *ethos* profissional

especificamente burguês. Com a consciência de estar na plena graça de Deus e ser por ele visivelmente abençoado, o empresário burguês, com a condição de manter-se dentro dos limites da correção formal, de ter sua conduta moral irrepreensível e de não fazer de sua riqueza um uso escandaloso, podia perseguir os seus interesses de lucro e devia fazê-lo. O poder da ascese religiosa, além disso punha a sua disposição trabalhadores sóbrios, conscienciosos, extraordinariamente eficientes e aferrados ao trabalho como finalidade de sua vida, querida por Deus. (WEBER, 2004, p. 161).

No auge de seu desenvolvimento, o capitalismo não precisou mais desses estímulos advindos da ética protestante, “[...] hoje seu espírito [...] safou-se dessa crosta” (WEBER, 2004, p. 165), pois adquirira o domínio da vida econômica, é capaz de criar os próprios meios de manutenção e sobrevivência, por meio da seleção dos sujeitos econômicos de que necessita, porque

[...] atualmente a ordem econômica capitalista é um imenso cosmos em que o indivíduo já nasce dentro e que para ele, ao menos enquanto indivíduo, se dá como um fato, [como] uma crosta que ele não pode alterar e dentro da qual tem que viver. Este cosmos impõe ao indivíduo, preso nas redes do mercado, as normas de ação econômica, (WEBER, 2004, p. 48)

A racionalização deu origem ao utilitarismo, uma vez que o comportamento racionalizado era de cunho utilitário para o homem, para o qual o trabalho e a economia capitalista devem ser racionalizados, embasados no cálculo, rigorosamente planejado para atingir um único objetivo: o sucesso econômico. Até mesmo a prática das virtudes deveria ter uma utilidade, sem a qual seria considerada “[...] aos olhos de Franklin, um desperdício improdutivo e condenável” (WEBER, 2004, p. 46). A racionalidade se traduz tanto no plano econômico, como no técnico e científico.

Adorno e Horkheimer (1985) entendem a racionalidade técnica como racionalidade da **dominação**, como uma compulsão que isolou a sociedade, e também o indivíduo, de si; para Weber (2004) esse isolamento é produto da transformação das relações tradicionais. Esse é o **domínio** que o capitalismo e o utilitarismo exercem sobre todas as esferas sociais. Nas argumentações de Baxter (apud WEBER),

O cuidado com os bens exteriores devia pesar sobre os ombros de seu santo apenas ‘qual leve manto de que pudesse despir a qualquer momento’ [...]. Quis o destino, porém, que o manto virasse uma **rija crosta de aço** {na célebre tradução de Parsons: iron cage = jaula de ferro}. (2004, p. 165).

De acordo com Godbout (1999), “[...] o que era meio (o produto) torna-se fim. Inverte-se a relação fim-meio. O que fora inicialmente definido como estando a serviço

das preferências individuais - a produção - acaba sendo o valor supremo, a finalidade” (1999, s/p.).

O indivíduo moderno não é capaz de conceber as relações sociais e a circulação de bens e serviços sem ser a partir das perspectivas propostas por esse modelo, de interesse, de racionalidade instrumental, de utilidade, no qual “[...] a noção de valor ocupa lugar de destaque, sobrepujando o próprio homem nesse processo” (MOTA, 2004, p. 149). Como o utilitarismo é considerado um postulado, recorre-se às suas concepções explicativas espontaneamente, como se fossem naturais e legítimas. De acordo com Godbout (1999), isso lhe confere o que se convencionou chamar de privilégio paradigmático, daí a ideia de paradigma dominante apresentada por esse autor.

No entender de Mota (2004), uma das afirmações da modernidade é a de que as relações humanas são baseadas no utilitarismo, pois “O que motiva a política não são os ideais, e sim o poder; a troca de bens não visa o altruísmo ou à generosidade, mas o lucro; por fim, os afetos não se deixam mais guiar pelos sentimentos, mas fundamentalmente pelo sexo” (p. 69). Para Mota (2004), esta concepção utilitarista das relações esbarra frontalmente nos princípios de A.A. Não é possível compreender os A.A. a partir do princípio do interesse e da obrigação, de relações restringidas e dirigidas pelo dinheiro e pelo poder. Martins, P. (2004) argumenta que na análise sociológica realizada por Mota desta irmandade, as relações estabelecidas são interpretadas “[...] numa pluralidade de movimentos não redutíveis uns aos outros [escapando] daquela visão simplista entre valor de troca e de uso, para sugerir um novo valor, o da sobriedade.” (p. 18).

As categorias de análise marxistas muito me ajudaram e me ajudam a compreender vários fenômenos recorrentes em nossa sociedade, como as relações de mercado no capitalismo, que transformam tudo em mercadoria. De acordo com Marx (1998), em qualquer produto do trabalho humano encontram-se as categorias de valor-de-uso – em que se expressa a utilidade e a qualidade das coisas, sendo, dessa forma, características subjetivas, porque definem-se de acordo com o sujeito que delas faz uso (MARTINS, M. 2004) – e valor-de-troca, que está relacionado à quantidade de trabalho empregado na produção de determinada mercadoria. A questão é que no capitalismo o valor-de-troca ultrapassa o valor-de-uso, fazendo de tudo e de todos dependentes dessa relação mercadológica. Assim, de acordo com Groppo (2009), na sociedade capitalista,

as relações se dão de fato entre coisas, em que as pessoas são privadas de sua sociabilidade e passam a ser vistas como coisas.

Contudo, ainda que seja para tratar da utilidade dos grupos anônimos de ajuda mútua, entendendo a utilidade como seu valor-de-uso (MARX, 1998), ou das trocas que se realizam entre seus membros, não é possível utilizar essas categorias de análise, valor-de-uso e valor-de-troca, para analisar as relações aí estabelecidas, pois muito embora os serviços prestados por esses grupos tenham utilidade, e se realizem trocas entre eles, aí, como na dádiva, o foco não está no “produto”, mas sim nas relações, pois valorizam, procuram estabelecer a efetivação dos laços em busca de um valor que está para além do valor monetário, mas sim tem a finalidade da manutenção da sobriedade. Nessas trocas não está explícito, e nem implícito, nenhum valor monetário, nem de quitação de dívida, muito menos o “serviço prestado” nesses grupos está para a lógica de mercado capitalista.

Na dinâmica social da atualidade, a partir do desenvolvimento do capitalismo e da aquisição do direito à propriedade, o individualismo se desenvolve e se instaura na sociedade atual, identificando-se com o interesse próprio, gerando a livre iniciativa, livre concorrência, mercado livre. Esse processo transforma pela raiz o conceito de comunidade, que agora é apenas a associação de indivíduos que se relacionam como proprietários. Agora essas relações são mediadas por coisas, tornando-se em relações indiretas entre pessoas. O dinheiro e o poder tornam-se o centro e o homem um elemento secundário no processo de socialização. As relações estão condicionadas aos interesses e à utilidade, as trocas devem ser traduzidas em valores exatos passíveis de sistematização, em valores-de-troca. A racionalidade, transformada em racionalidade técnica (ADORNO e HORKHEIMER, 1985) e instrumental, converte-se em mediadora moral, e “O individualismo, por conseguinte, condiciona um processo de socialização desigual e excludente, além de imoral sob qualquer ponto de vista, uma vez que obriga os indivíduos a competirem indefinidamente entre si.” (MOTA, 2004, p. 150).

No entender de Mota (2004), a maioria dos cientistas sociais tem suas premissas baseadas nos dogmas do utilitarismo, por meio dos quais as relações humanas são estabelecidas pelos sistemas de trocas mercantis e imposição de leis, pelo interesse e pela obrigação. As duas principais noções desse modelo são a preferência e a otimização. O termo preferência é utilizado para substituir as noções de interesse, valores, fins, necessidades e paixões (GODBOUT, 1998).

O mais importante para esta teoria utilitarista é como o indivíduo toma as suas decisões, uma vez conhecidos os seus interesses. Para tanto, tomam-se os pressupostos da racionalidade instrumental, da escolha racional. Esta carrega consigo a noção de otimização, racionalizando os meios em relação aos fins, que regulariza a ação humana de acordo com seus objetivos. A “[...] idéia de otimização se aplica aos níveis individual e coletivo, pois o modelo do *homo oeconomicus* afirma que quando cada um otimiza seu interesse individual, os membros de uma sociedade produzem um *optimum* de bem-estar coletivo.” (GODBOUT, 1998).

Nesta perspectiva, acredita-se que o egoísmo impulsiona o desenvolvimento da sociedade a partir do interesse individual, promovendo o bem coletivo. De acordo com Mota (2004), neste sentido o mercado é o principal meio para ordenar a vida social, entendendo-se que os interesses egoístas de cada indivíduo são regulados naturalmente por meio da “mão invisível do mercado” (GODBOUT, 1997), que partilha os benefícios entre os indivíduos. Contudo, essa concepção não se sustenta, uma vez que se baseia nas trocas realizadas partindo do interesse individualista, buscando a satisfação de apenas um dos pólos.

A soberania do capitalismo, de acordo com Mota (2004), na sociedade atual, libera como nenhuma outra, com todas as forças, todas as potencialidades do indivíduo. Não obstante os aspectos positivos dessa liberalidade, isto levou cada indivíduo a dessolidarizar-se, ao mesmo tempo em que se serve de outras pessoas para satisfazer seus próprios interesses, desta forma se estabelece o individualismo. A prosperidade de nossa sociedade se dá à custa da falta de solidariedade, ou de solidariedades baseadas em contratos.

De acordo com Godbout (1998), a partir dessa idéia de soberania das preferências, pronunciando-se neutro em relação aos fins, o mercado possui uma estrutura que contém certo respeito pelos valores de cada um. Esse respeito é importante na sociedade moderna, já que as relações não se situam mais no âmbito da comunidade. O indivíduo moderno se vê às voltas com um número imenso de instâncias para lhe dizer o que fazer e o que é bom para ele. Na atualidade essas instâncias situam-se fora da sua comunidade, e não são consideradas legítimas pelo indivíduo.

O conceito de preferência recusa-se a pronunciar-se em relação a valores, e a adequação desta característica de recusa se dá apenas nas sociedades pluralistas em que os valores de cada um são muito diferentes, não se adequando às sociedades

comunitárias. Desta forma, tal recusa libera o indivíduo das relações indesejadas, que são muitas nas sociedades pluralistas. Contudo, isso não nos impede de obtermos o que queremos do outro, sem estabelecermos vínculos efetivos e duradouros com ele. Essa relação de liberdade é o que mais se aprecia nesse modelo, na ruptura com o modelo comunitário, a facilidade de sair de uma relação indesejável. De acordo com Godbout,

Essa liberdade está fundada na liquidação imediata e permanente da dívida. O modelo mercante visa à ausência de dívida. Nesse modelo, cada troca é completa. Graças à lei da equivalência, cada relação é pontual, e não compromete o futuro. Não tem futuro, e portanto não nos insere num sistema de obrigações. (1998, s/p.).

A essência da liberdade moderna está no mercado, que para Berthoud é “[...] um laço social que visa escapar das obrigações normais inerentes aos laços sociais, [...] ser um indivíduo equivale a não dever nada a ninguém” (apud GODBOUT, 1998). A liberdade expressa no neoliberalismo, acima de tudo, está nas relações que não estabelecem dívida. Esses pressupostos justificam a reivindicação dessa teoria que pretende ser reconhecida pelo discurso da liberdade.

No entanto, essa liberdade é limitada pela necessidade de consumir (pela ditadura do consumismo) e de produzir. No utilitarismo tudo tem que ser transformado em mercadoria, generalizando o valor de produto. Há uma pretensa neutralidade desse modelo diante dos valores, independente de quais sejam esses valores, o que importa é que possam ser mercantilizados, que sejam transformados em demandas e bens de consumo. Quando se diz que “[...] a única exigência que fazemos diante da neutralidade é que se consumam, que se adéqüem a esse modelo produtor consumidor [...]” (GODBOUT, 1998, s/p), na realidade, não há aí neutralidade, o que há é uma falsa neutralidade, que fica oculta, não está explícita no enunciado das preferências. Essa condição é necessária porque há um valor fundamental, o crescimento. E todos têm que contribuir para o crescimento do PNB (Produto Nacional Bruto), pela produção e pelo consumo, desta forma, exceto pela condição de produtor e de consumidor, o homem moderno tem toda liberdade, inclusive liberdade de adquirir coisas e de se livrar dos vínculos indesejáveis, de não investir e não cultivar os laços a partir de relações de troca de valores pontuais baseados na liquidação da dívida. Inversamente, como discutirei melhor adiante, a manutenção deliberada da dívida na dádiva é até desejável, e nos grupos anônimos de ajuda mútua é essencial para a recuperação dos membros e manutenção da sobriedade conquistada.

No desenvolvimento do capitalismo, o homem moderno, aos poucos, foi sendo envolvido numa trama complexa essencialmente voltada para a produção, o consumo e o acúmulo de bens. Neste novo modelo de sociedade os laços afetivos foram sendo substituídos pela competitividade, as relações sociais passaram a ser direcionadas pelos vínculos utilitários, avaliadas pelo cálculo racional. Esse processo de desenvolvimento das forças produtivas por meio da ciência não levou em conta as emoções dos indivíduos e suas relações estabelecidas. Neste contexto o homem foi sendo cada vez mais alienado e automatizado. A compulsividade torna-se um fenômeno próprio da modernidade, como que para preencher um vazio interno à pessoa, tendo em vista que se busca continuamente aliviar uma condição de ansiedade contínua por meio dos “[...] vícios [que] passam a representar uma fonte de segurança ontológica em meio a um estado geral de perplexidade” (MOTA, 2004, p. 26).

Se o capitalismo tende a generalizar o valor das coisas, como o valor de produto, por esse mesmo motivo nos liberta dos laços comunitários, contudo nos torna cada vez mais **dependentes** de nossos bens, de nossos produtos e da necessidade de produzir e consumir cada vez mais, portanto, contraditoriamente, estabelece um processo que escraviza o homem, que “[...] equivale ao processo de avassalamento dos comunitarismos” (GROPPO, 2009, p. 216), de sujeição e servidão. “Trata-se da submissão da liberdade do indivíduo ao sistema de mercadorias e ao capital.” (idem, p. 215). Essa sujeição do indivíduo ao sistema inverte os papéis de sujeito e objeto nessa relação: o indivíduo se torna objeto e a mercadoria se torna sujeito, neste sentido fica evidente que o lucro tornou-se finalidade, para além dos laços sociais que possam ser estabelecidos, e que “[...] o ser humano [vive] em função do ganho como finalidade da vida, não mais o ganho em função do ser humano como meio de satisfazer suas necessidades materiais.” (WEBER, 2004, p. 46).

Na “Dialética do esclarecimento”, Adorno e Horkheimer (1985) discorrem sobre a busca incessante que o homem empreendeu, no decorrer de sua história, em direção à compreensão do mundo e domínio da natureza, do conhecimento, em busca da liberdade que, para os autores, é inseparável do esclarecimento. Para Adorno e Horkheimer, “O programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo, [sua] meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber” (1985, p. 5), dominar a natureza e colocar os homens no lugar de senhores do mundo, libertando-os; ocorreu que, nesta busca de libertação, houve um processo de dominação do sujeito, desta forma, em um contexto

de guerra, os autores concluem “[...] a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 19). De acordo com Weber, "A intelectualização e a racionalização geral não significam, pois, um maior conhecimento geral das condições da vida" (WEBER, s/d, p. 14), não foram capazes, portanto, de assegurar um mundo mais humano, como também de suprimir as angústias humanas. Retomo aqui o que foi exposto no final do item sete do primeiro capítulo deste estudo. De acordo com Bucher (1992b), frente ao desencantamento do mundo apresentado por Max Weber (2004), que “deixa um imenso vazio na alma” (MATOS, 1993, p. 27), seria desejável o despontar de um ‘novo encantamento’, com valores e perspectivas distintos dos estabelecidos a partir do desenvolvimento do capitalismo e da modernidade. “Neste sentido, enfatiza-se a importância de uma volta à educação afetiva, filosófica e valorativa para substituir o adestramento instrumental de abordagens de cunho totalitário” (BUCHER, 1992b, p. 145).

Para Weber (2004), o processo histórico religioso de desencantamento do mundo, de rejeição a qualquer recurso mágico e sacramental como meio para alcançar a salvação, que teve início entre os judeus, culminando com o protestantismo, suscitou “[um] isolamento íntimo do ser humano [...] um sentimento de inaudita solidão interior” (WEBER, 2004, p. 96), pela condição de imutabilidade do destino da pessoa, proposta pela doutrina protestante, e da desconsideração de valor de qualquer criatura, também se constituiu “[...] uma das raízes [do] individualismo” (idem, p.96) prevalente em nossa sociedade até os dias atuais. Essa compreensão gerou um processo que isolou o ser humano de si mesmo e de outros seres humanos, transformando-o em indivíduo. O distanciamento de Deus nesse processo também foi inevitável, pois

Do ‘Pai que esta no céu’, mostrado pelo Novo Testamento de forma acessível à compreensão humana, o qual se alegra com o regresso do pecador feito a mulher que acha a moeda que havia perdido, deu lugar aqui a um Ser transcendente que escapa a toda compreensão humana e que, desde a eternidade, por decretos de todo insondáveis, fixa o destino de cada indivíduo e dispõe cada detalhe no cosmos. Uma vez estabelecido que seus decretos são imutáveis, a graça de Deus é tão imperdível por aqueles a quem foi concedida como inacessível àqueles a quem foi recusada. (WEBER, 2004, p. 95).

A proposta dos grupos anônimos de ajuda mútua, não redutíveis ao modelo utilitário, resultante de todo o processo de desenvolvimento do capitalismo e da modernidade, constitui-se numa forma de sociabilidade que valoriza e estimula as

relações com outras pessoas e com o ‘Sagrado’, ou como se diz entre os membros dos grupos, com o Poder Superior como cada um o conceba, que insere o indivíduo numa outra dinâmica de vida, conferindo-lhe, novamente, o ‘status’ de pessoa que faz parte de algo maior, de um todo, numa relação que se estabelece entre iguais a se ajudarem mutuamente. Passam a fazer parte de uma comunidade, com interesses comuns, que não excluem um ao outro, portanto estão para além do interesse material e utilitário. O processo de estabelecimento do capitalismo transformou a comunidade, e em certas instâncias chegou mesmo a suprimi-la. De acordo com Buber (1987), uma vez que, de modo geral, a sociedade passou

[...] pela era do individualismo, pela separação da pessoa de sua interdependência natural, não podemos mais voltar para aquela vida em comunidade [...] mas podemos avançar para outra totalidade, produtiva, que não se desenvolveu como a primeira, mas que é, sem dúvida, feita com material espiritual verdadeiro e que, portanto, não é menos autêntica [...] sem dúvida não podemos voltar a uma etapa anterior à sociedade mecanizada, mas podemos ir além dela para uma nova organicidade. Não podemos reconstruir o crescimento primitivo, mas podemos preparar o caminho de **uma nova organização social em que o princípio a partir do qual tal crescimento surgiu retorna à atividade consciente**. [...] Nossa vida não é mais um ‘viver-um-no-outro’ primitivo, mas um ‘viver-ao-lado-do-outro’ ajustado. (BUBER, 1987, p. 52, grifos meus).

No utilitarismo não há lugar para se pensar um sistema de dom, e para explicitar a prevalência da dádiva em A.A., Mota (2004) demonstra que a lógica materialista, individualista, regida pelo interesse imediato e por valores calculados, não é suficiente para explicar as relações estabelecidas nesses grupos de ajuda mútua. A compreensão das relações aí estabelecidas, a partir de uma lógica diferente do utilitarismo e do individualismo, muito contribui para se refletir sobre o quanto os aspectos constituintes do utilitarismo são determinantes no processo de adição e de outros transtornos compulsivos próprios da modernidade, bem como de outros fenômenos sociais anômicos. Os grupos de ajuda mútua se utilizam da dádiva, que é considerada como “[...] uma alternativa entre a soberania do Estado e a do indivíduo (BOWLES, 1987,p. 337) entre o holismo e o individualismo (DUMONT) de um modo geral entre **espírito e matéria**” (GODBOUT, 1997, p. 102 grifo meu), para alcançarem a sobriedade.

3.2 A dádiva

Constituídos na ausência de ruptura dos laços entre os membros e na dádiva, entendidos ao mesmo tempo como tradicionais e modernos e, a partir de sua dinâmica de grupo, os A.A. questionam a dualidade ocidental moderna, situada entre o mercado e o Estado. Godbout (1997) caracteriza os A.A. como uma “espécie de revolução. Mas apenas por analogia. Pois espalham-se sem agitação nem mártires” (p. 103). Os A.A. insistem na modéstia de seu interesse, que é unicamente ajudar os alcoólicos a se recuperarem do alcoolismo, sendo, por esse motivo, criticados por segmentos políticos. Mas, de forma paradoxal, a equivalência da modéstia de seu objetivo encontra-se justamente na importância dos resultados atingidos, que estão para além da sobriedade alcançada pelos membros. As categorias de análise do pensamento cartesiano não se aplicam às relações baseadas na dádiva. Os A.A. estendem-se anonimamente pelo contato direto, fora de âmbitos estatais e das mídias, como também fora da tradição, ajudando milhares de pessoas a encontrar solução para o alcoolismo, e um novo sentido para suas vidas, um novo jeito de viver. Não é uma seita nem uma religião.

É uma nova forma de sociabilidade que está por pensar; é um modelo da forma como pode funcionar um sistema de dom hoje em dia, que nos dá talvez uma antevisão daquilo que poderão ser a sociedade moderna e as relações humanas se algum dia nos viermos a libertar do paradigma do crescimento, se o mercado se vier a tornar num bom servidor (*a good servant*), em vez de um mal senhor (*a bad master*), se os economistas, de acordo com o voto de Keynes, se contentarem com a modéstia dos dentistas! (GODBOUT, 1997, p. 103).

3.2.1 A dádiva nas sociedades de tipo arcaicas

Mauss realizou um estudo aprofundado sobre o fenômeno da dádiva com a observação dos fatos sociais, considerados pelo autor como totais, nas sociedades arcaicas – que se manifestam nas relações sociais aí estabelecidas entre os indivíduos, entre as famílias e entre os grupos –, a partir da análise de pesquisas acerca dessas sociedades, realizadas por outros pesquisadores. O Ensaio Sobre a Dádiva⁸ (2003) é um

⁸ Publicado em 1925, o “Ensaio sobre a dádiva: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas (Essai sur le don: forme et raison de l’échange dans lés sociétés archaïques)” é a obra mais conhecida de Marcel Mauss.

belo texto, resultado desse estudo. De acordo com Mota (2004), Mauss não produziu nenhuma teoria social completa, com sistematizações lógicas e coesas dos fenômenos sociais. Talvez isso se deva ao fato de sua aversão a qualquer forma de sistematização. Contudo, ao se observar a quantidade de notas explicativas no Ensaio sobre a Dádiva, é possível perceber que essa aversão a sistematizações não pode ser confundida com ausência de rigor científico (MOTA, 2004). Percebe-se que há a tentativa de aclarar os fenômenos sociais por meio de sua dimensão simbólica, contrariando o princípio positivista de objetivação da realidade, pois

Mauss compreendeu que a sociedade é primeiramente instituída por uma dimensão simbólica e que existe uma estreita ligação entre o simbolismo e a obrigação de dar, receber e retribuir em todas as sociedades, independentemente das mesmas serem modernas ou tradicionais (MARTINS apud MOTA, 2004, p. 152).

De acordo com Mauss (2003), as trocas e os contratos realizados nas civilizações de tipo arcaico se constituem por meio de presentes que são “[...] em teoria voluntários, na verdade obrigatoriamente dados e retribuídos” (p. 187). Por meio desses fenômenos, aí se manifestam diversas instituições, como econômicas, religiosas, jurídicas e morais, envolvendo também a família e a política. Desses fatos sociais também se originam fenômenos morfológicos, envolvendo inclusive a estética, em que resultam esses fatos sociais totais, como as festividades em torno do *potlatch* (que quer dizer nutrir, consumir), que são formas mais evoluídas dessas instituições reconhecidas em duas tribos no noroeste americano, que Mauss (2003) chamou também de “[...] prestações totais de tipo agonístico⁹” (p. 191). Essas prestações totais se caracterizam pela troca de tudo entre si, entre os indivíduos e os grupos, colocando a totalidade da sociedade, pessoas e instituições em ação. Neste mesmo sentido tem destaque na obra de Mauss (2003) também o *kula*, que ocorre entre os trobriandeses - que, de modo geral, também consiste em dar e receber num processo de reciprocidade entre as partes, alternando os papéis de doadores e receptores. Entre os trobriandeses “[...] dá-se como se não fosse nada” (GODBOUT, 1998).

Nas suas primeiras considerações sobre essas sociedades, Mauss (2003) argumenta a respeito da presença de muitos temas complexos, mas convencionou abordar apenas um traço que se apresenta aí de modo profundo, mas isolado, a saber,

⁹ Essas prestações são de tipo agonístico quando assumem a característica de alternativa à guerra, como uma forma de negociar a paz entre esses povos.

“[...] o caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, no entanto obrigatório e interessado, dessas prestações” (p. 188), a dádiva, que nessas sociedades é entendida como uma alternativa à guerra, estimulando a convivência pacífica, por meio de um endividamento positivo em favor do vínculo social, o qual desempenha uma função diplomática em que “a dádiva surge como o elemento determinante das primeiras formas de sociabilidade” (MOTA, 2004, p. 153).

Na apresentação da dádiva nessas sociedades, Mauss (2003) identifica a presença de vários elementos dos quais supõe que se originaram diversos traços das sociedades atuais, como a presença do mercado antes da invenção da moeda e da noção de mercadores, que, por Mauss (2003) são entendidos como fenômenos humanos; de modo parcial também são percebidas as relações de troca das quais se alimenta a noção de interesse individual, entre outros elementos presentes no conceito da dádiva segundo Mauss (2003). As relações de troca percebidas nessas sociedades se apresentam por meio da troca de bens não apenas entre indivíduos, mas primordialmente entre coletividades que se obrigam mutuamente. De acordo com Mauss (2003), essas trocas não são apenas de bens úteis economicamente, mas antes de qualquer coisa, como “amabilidades, banquetes, riquezas, serviços militares, mulheres, crianças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos” (p. 191). São prestações e contraprestações que se estabelecem por meio de regalos e presentes, trocados de forma paradoxal, ao mesmo tempo voluntária e rigorosamente obrigatória, sob pena de suscitar a guerra privada ou pública.

O questionamento básico que norteou o trabalho de pesquisa de Mauss (2003) foi compreender qual a força contida na coisa dada, que faz com que ela seja retribuída pelo donatário nas sociedades de tipo arcaicas. Tamati Ranaipiri, um informante maori, diz algo esclarecedor a esse respeito:

Vou lhes falar do *hau*... [espírito da coisa dada] O *hau* não é o vento que sopra. De modo nenhum. Suponha que você possua um artigo determinado (*taonga*) e que me dê esse artigo; você me dá sem preço fixado. Não fazemos negociações a esse respeito. Ora, dou esse artigo a uma terceira pessoa que, depois de transcorrido um certo tempo, decide retribuir alguma coisa em pagamento (*utu*), ela me dá alguma coisa em troca (*taonga*). Ora, esse *taonga* que ela me dá é o espírito (*hau*) do *taonga* que recebi de você e que dei a ela. Os *taonga* que recebi pelos *taonga* (vindos de você), é preciso que eu os devolva. Não seria justo (*tika*) de minha parte guardar esses *taonga* para mim, fossem eles desejáveis (*rawe*) ou desagradáveis (*kino*) (apud MAUSS, 2003, p. 198).

Partindo desse depoimento, na compreensão de Mauss (2003), se “[...] o presente recebido, trocado, obriga, é que a coisa recebida não é inerte” (p. 198). Mesmo depois de doado a uma segunda ou terceira pessoa, ele conserva algo do doador, por meio do que exerce poder sobre o donatário, o *hau* (espírito da coisa dada, da floresta, de seu território), é entendido, também, como uma espécie de indivíduo, que acompanha o detentor e deseja voltar ao lugar de onde veio. Nessas sociedades, dar algo, é dar de si, pela “[...] força do vínculo que obriga” (p. 288).

As obrigações de dar, receber e retribuir são as marcas fundamentais do *potlatch*, das prestações totais existentes nessas comunidades. A recusa em dar, receber e retribuir é o mesmo que declarar guerra, recusando a aliança e a comunhão. A obrigação de dar é estabelecida por um laço espiritual, por meio do qual o donatário tem direito ao que pertence ao doador. Existem comunidades que desenvolveram sistemas de direito e de moral relacionados a essas três obrigações. De acordo com Mauss (2003), em diversas comunidades o *potlatch* está ligado também aos deuses e à natureza, pois se acredita que “As trocas de presentes entre os homens [...] incitam os espíritos dos mortos, dos deuses a serem generosos com eles. A troca de presentes produz a abundância de riquezas, explicam” (p. 204).

De acordo com Mauss (2003), há variações no exercício dessas trocas-dávivas voluntárias-obrigatórias entre as diversas comunidades arcaicas. Se em algumas as trocas assumem já a característica de comércio, em outras a finalidade “[...] é antes de tudo moral, seu objetivo é produzir um sentimento de amizade entre as duas pessoas envolvidas, e, se a operação não tivesse esse efeito, faltaria tudo” (p. 211). Noutras, essas dádivas trocadas não têm clareza jurídica e econômica, apenas na prática esses princípios são suficientemente claros e formalizados. Entre os *tingit* e os *haïda*, o *potlatch* é considerado como honra pelos serviços que prestam uns aos outros. Assume também o caráter religioso, mitológico e xamanístico como demonstração de detenção de poder. Prova-se o poder e fortuna que se possui gastando-a, oferecendo o *potlatch*. Contudo,

Em todas essas sociedades, as pessoas se apressam em dar. Não há um instante um pouco além do comum, mesmo fora das solenidades e reuniões de inverno, em que não haja obrigação de convidar os amigos, de partilhar com ele seus ganhos de caça e de colheita que vêm dos deuses e dos totens; em que não haja obrigação de redistribuir tudo o que vem de um *potlatch* de que se foi o beneficiário; em que não haja obrigação de reconhecer mediante dádivas qualquer serviço, os dos chefes, dos vassallos, dos parentes; sob pena,

ao menos para os nobres, de violar a etiqueta e perder a sua posição social. (MAUSS, 2003, p. 245).

As relações estabelecidas nessas civilizações não são desprovidas de interesse, mas não é o mesmo tipo de interesse que se manifesta em nossa sociedade hoje, nessas comunidades de tipo arcaico busca-se, acima da utilidade material, o bem e o prazer.

No fundo, do mesmo modo que essas dádivas não são livres, elas não são realmente desinteressadas. São já, em sua maior parte, contraprestações, feitas em vista não apenas de pagar serviços e coisas, mas também de manter uma aliança proveitosa. (MAUSS, 2003, p. 303).

3.2.2 A dádiva na modernidade

No entender de Mauss (2003), as bases de seu estudo apontam para um sistema complexo do qual se originam sistemas atuais, também paradoxais, pois ao mesmo tempo em que na dádiva, obrigação e liberdade se misturam, a dádiva coexiste com sistemas de “trocas” de mercadorias no modelo capitalista utilitarista moderno. Ainda hoje o convite deve ser retribuído, também não queremos ficar em “dívida” por um favor recebido, sente-se a necessidade de retribuir mais do que se recebeu, com algo de maior valor, para além do valor material. O sistema de prestações totais ao qual Mauss (2003) se propôs a analisar, em seu entender, é o mais antigo sistema de direito e de economia que se pode observar e verificar, “Ele forma o fundo sobre o qual se destacou a moral da dádiva-troca.” (p. 300) Em todas as sociedades e, na história da evolução humana, a dádiva sempre esteve presente, manifestando-se ainda hoje de diversas formas. Mauss (2003) entende que “[...] não há duas sabedorias [...] sair de si, dar de maneira livre e obrigatória [desta forma] não há risco de nos enganarmos” e ainda, de acordo com um provérbio maori “dá tanto quanto tomas, tudo ficará bem” (p. 301).

De acordo com Mota (2004), a dádiva não tem a intenção de negar os princípios utilitaristas, não nega as explicações da realidade a partir da noção de interesse material, mas argumenta que estes princípios e noções ocupam um lugar secundário no reduto da sociabilidade. A dádiva parte de uma óptica diferenciada, que escapa às concepções do comportamento humano condicionado apenas pela perspectiva do interesse egoísta, ou pela obrigação estabelecida pelos estatutos jurídicos por meio do Estado, num apelo à obediência às suas regras sociais “para o bem comum”. Deste modo, a dádiva situa-se

numa perspectiva diferente da teoria racionalista, como aquela regida pelo mercado e pelo Estado, a dádiva “[...] carrega consigo uma multiplicidade simbólica, ultrapassando nossas noções cartesianas do real” (MOTA, 2004, p. 153), conservando junto a si uma noção de liberdade não desvinculada da obrigatoriedade, mas que recusa as instâncias reguladas pela racionalidade instrumental e pelo Estado. Caracteriza-se pela obrigação de ser livre, mas é algo intrínseco ao indivíduo e às relações que se estabelecem de forma dinâmica, não como algo imposto por regras exteriores. Deste modo, na dádiva o ser, de ordem simbólica, prevalece sobre o ter, de ordem material. Sendo assim, de acordo com Caillé¹⁰ (1998), “[...] os interesses instrumentais são hierarquicamente secundários em relação ao que se poderia chamar de interesses de forma ou de apresentação de si.” (s/p.).

A dádiva emerge num momento em que a visão mecanicista do mundo cai em grave crise, que se origina de forma especial pela dificuldade da ciência moderna em fornecer respostas aos problemas que perduram na atualidade, defendendo um retorno “às práticas de convivência alicerçadas em valores relacionais livres de condicionamentos utilitários, privilegiando os aspectos não mensuráveis, e nem por isso menos relevantes, das relações sociais” (MOTA, 2004, p. 154). Caillé (1998) aponta que a dádiva não é desprovida de interesse, mas privilegia os interesses de amizade, amor, solidariedade, prazer, criatividade, acima dos interesses instrumentais compulsivos de obrigação ditados pelo mercado.

No senso comum a dádiva quase sempre é entendida como caridade ou bênção. Embora esse aspecto unilateral sob a perspectiva cristã exista, de acordo com Mota (2004) e Godbout (1997), essa não é uma regra geral da dádiva, pois a caridade é um ato gratuito e não estabelece de forma obrigatória nenhum vínculo social. Diferentemente da relação de mercado, a dádiva caracteriza-se por instituir um vínculo entre doador e donatário, por isso não pode ser compreendida por meio de atos isolados movidos por interesses imediatos. É por meio de um ciclo que se estabelece a relação entre as partes, que se revezam nos papéis de *dar*, *receber* e *retribuir*. Existe interesse na dádiva, mas este não é mercantil. De acordo com Godbout (1997),

¹⁰ Fundador do Movimento Anti Utilitarista nas Ciências Sociais (M.A.U.S.S.), na França, em 1981, que tem a obra de Marcel Mauss como inspiração, em especial o “Ensaio sobre a dádiva”. Este movimento intelectual reúne um grupo de pesquisadores com o objetivo de fazer, de forma sistemática, a crítica antiutilitarista nas Ciências Sociais. (MELLO, 2010, <http://www.jornaldomauss.org/periodico/?p=1480>)

O dom gratuito efetivamente não existe – ou existe de modo assintótico à não sociabilidade. Porque o dom serve antes de mais nada para estabelecer ligações. E uma relação sem esperança de retorno (por parte daquele a quem se dá ou de um outro que se substituiria a ele), uma relação de sentido único, gratuita neste sentido, e sem motivo, não seria uma relação. Além ou aquém dos momentos abstractos de egoísmo e do altruísmo, da antítese petrificada entre um momento supostamente real do interesse material calculado e um momento supostamente ideal mas inacessível ao desinteresse radical, é preciso pensar o dom, não como uma série de actos unilaterais e descontínuos, mas como uma relação. (p. 15).

Para falar de forma negativa, dádiva é tudo o que não está ligado ao mercado, ao estado ou à violência física, e de modo mais positivo, é tudo o que circula em favor das relações sociais, do estabelecimento de laços e, de acordo com Mota (2004), isto não é um fenómeno irrelevante. Para perceber a sua importância, observemos o que circula entre amigos, vizinhos, parentes, em forma de hospitalidades e serviços. Entre os desconhecidos a dádiva também circula por meio da filantropia, ajudas humanitárias, doações de órgãos e sangue, entre outros.

A dádiva é encarada pela modernidade como coisa para poetas e visionários, sem importância para o estudo das relações sociais. Contudo, podemos citar como exemplo dessas relações que se estabelecem pelo atrativo da dádiva os grupos de ajuda mútua. A dádiva, no entender de Godbout (1997), é definida como uma relação de reciprocidade que busca o endividamento mútuo e positivo entre as partes, com vistas a otimizar o vínculo social, e nesses grupos o objetivo primordial é ajudar mutuamente a superar os mais diversos dilemas relacionados à vida humana, principalmente no mundo moderno: eu te ajudo e você me ajuda. O interesse, embora existente, não é o ponto de partida na dádiva, que não desconsidera a lógica da troca e da obrigação.

Ao contrário das relações de mercado, que propõem a dissolução do laço social por meio da equivalência nessas relações, da quitação da dívida, a dádiva enfatiza o estabelecimento do vínculo, por isso “A dívida deliberadamente mantida é uma tendência da dádiva [...]” (GODBOUT, 1997) e, de acordo com Mota (2004), “[...] não é a falta de obrigação que caracteriza a dádiva, e sim a ausência de cálculo” (p. 157).

Mota (2004) argumenta que a dádiva não partilha de posições preconizadas pelas teorias totalizantes da modernidade, acima de qualquer coisa seu objetivo está em direcionar um olhar para além do utilitarismo e da obrigação moral (GODBOUT, 1998), com fundamentos em uma teoria plural da realidade social, que incentiva a solidariedade entre os homens. De acordo com Caillé (1998), a obrigação de dar,

receber e retribuir, atualmente, manifesta-se apenas, de modo dominante e como tal, na sociabilidade primária.

No entender de Caillé (1998), a plasticidade deste novo paradigma fica evidente no “Ensaio sobre a dádiva”, que é passível de compreensão a partir do reagrupamento das dimensões da ação observadas pelo próprio autor, em dádiva ritual, dádiva doação, dádiva agonística e dádiva harmônica. Existem entradas variadas para se pensar a dádiva, diferentes e às vezes opostas.

Assistemático, inimigo das respostas prontas e mastigadas, o paradigma da dádiva não é uma máquina de soprar soluções, mas de inspirar questões. Nesse sentido, é tudo, menos paradigmático. Chega a ser, num certo sentido, e por excelência, antiparadigmático. (CAILLÉ, 1998, destaque do autor, s/p).

É por meio da dádiva que as relações, as alianças entre as pessoas concretas e inimigas em potencial são constituídas, “unindo-as numa mesma cadeia de obrigações, desafios e benefícios” (CAILLÉ, 1998, s/p). O seu conceito deixa de ser aplicável se um de seus quatro componentes se desligar e funcionar isoladamente, a saber: a obrigação, o interesse, a espontaneidade e o prazer. No entender de Caillé,

[...] a dádiva não é passível de interpretação nem na linguagem do interesse, nem na da obrigação, nem na do prazer, nem mesmo na da espontaneidade, já que não é senão uma aposta sempre única que liga as pessoas, ligando simultaneamente, e de uma maneira sempre nova, o interesse, o prazer, a obrigação e a doação. (1998, s/p).

De acordo com Caillé, o holismo e o utilitarismo pensam a sociedade sob um prisma vertical, um afirmando a soberania do todo sobre a base e o outro afirmando o contrário, a prevalência do indivíduo e seus interesses em relação ao todo. “Em ambos os casos, é preciso supor que um dos dois termos preexiste à geração e seria, assim, transcendente à realidade que gera” (1998). Sob a perspectiva do interacionismo da dádiva, politicamente, o ponto de vista é “radicalmente imanente, horizontalista” (CAILLÉ, 1998), mostrando que, do mesmo movimento são reproduzidos os termos opostos, a base e o topo. Neste sentido pode-se dizer que “não há nem indivíduo nem sociedade – nem natureza nem sociedade, diria Latour –, mas a (inter) ação dos homens concretos” (s/p).

3.3 A dádiva nos grupos anônimos de ajuda mútua

Os princípios dos grupos anônimos de ajuda mútua não são passíveis de compreensão partindo das concepções utilitaristas, pois as relações aí estabelecidas são irredutíveis às relações circunscritas e norteadas pelo dinheiro e pelo poder. Da mesma forma, as relações humanas não podem ser concebidas apenas pelas noções de interesse e de obrigação de forma isolada de outros fatores.

As relações estabelecidas nos grupos anônimos ocorrem primordialmente por meio da ajuda mútua, que “[...] confere ao alcoólico passivo um **aprendizado** que independe de formação escolar” (GARCIA, 2004, p. 167, grifo meu). Inicialmente, dá-se a impressão de que essa ajuda mútua seria desinteressada, no entanto, de forma consciente, considera-se necessário, para a obtenção e manutenção da própria sobriedade, que se ajude outros dependentes a se recuperar. Nessas relações está implícito o dar-se um ao outro por meio de gestos simples como o falar e o ouvir, e, enquanto se fala, se dá de si e também se recebe daquele que ouve, pelo seu gesto de ouvir, e vice versa. Essa característica das relações que se estabelecem em A.A., bem como outras presentes nesses grupos, são analisadas sob a perspectiva da Dádiva por Mota (2004) e GodBout (1997). Este último define a dádiva como “[...] toda prestação de bens ou de serviços efectuada, sem garantia de retribuição, tendo em vista criar, alimentar ou restabelecer os laços sociais entre as pessoas” (p. 30). Nesta definição podemos inserir a vivência da espiritualidade, da autogestão e da ajuda mútua, uma vez que esses aspectos, no seu conjunto, são indispensáveis para que os laços entre os membros dos grupos sejam alimentados e restabelecidos da forma como se apresentam.

É possível notar que os três momentos de obrigatoriedade da dádiva: *dar*, *receber* e *retribuir*, estão presentes na dinâmica dos grupos em várias situações. Ao chegar em A.A ou N.A., por exemplo, pela primeira vez, ainda que inconscientemente, os indivíduos já estão dando (*dar*) de si ao grupo, que entende que a sua presença e seus testemunhos lhe são valiosos, num processo de aprendizagem para lidar com os próprios problemas; esse mesmo indivíduo é recebido no grupo como uma pessoa importante e usufrui já de início dos benefícios que circulam entre os membros (*receber*) por essa acolhida calorosa, e, se se reconhece como um alcoólico ou adito, este passa a fazer parte do grupo e, depois de algum tempo, se coloca a serviço de outras pessoas que desejam se recuperar (*retribuir*) (MOTA, 2004). A dinâmica do dar, receber e retribuir é

perceptível também nos momentos de partilhas em que o indivíduo dá de si ao falar (*dar*) e recebe ao ser ouvido (*receber*), e ao mesmo tempo em que retribui ao ouvir o outro em sua partilha, também já está recebendo novamente. Esse processo se transforma num contínuo dar, receber e retribuir, em que os membros sempre entendem que recebem mais do que dão.

De acordo com Mota (2004), com certeza os alcoólicos que freqüentam as salas de A.A. não são “bonzinhos”, na realidade eles fizeram uma descoberta aparentemente simples, mas que equivale à conquista e manutenção da própria sobriedade: a importância da ajuda a outro alcoólico que pode ser revertida em benefício próprio. Não é uma solidariedade gratuita, entretanto não é redutível às noções utilitaristas de obrigação e de interesse materialista ou de prazer imediato.

Como mais um recurso importante para fortalecer os laços dentro dos grupos, com vistas a possibilitar a conquista da sobriedade, o apadrinhamento é um forte componente que auxilia o recém-chegado nos momentos mais complicados neste processo. Geralmente, o padrinho é a mesma pessoa que encaminhou o dependente ao grupo, com mais experiência e, em geral, com anos de sobriedade conquistada (MOTA, 2004). Existem dois tipos de padrinhos: o que se faz presente na vida do afilhado para ajudá-lo em suas dificuldades e aquele que se apresenta somente nos momentos rituais de entrega de fichas (as fichas são um símbolo material por um tempo determinado de sobriedade contínua, são como uma forma de reconhecimento pelo esforço realizado). Mota (2004) observa que um conselho dado por um padrinho a um iniciante poderá ser sempre lembrado, e o fato de padrinho e afilhado estarem em igualdade de condições, pois ambos são dependentes em recuperação, inibe a formação de hierarquia, e a ausência de hierarquia é imprescindível para a qualidade destes laços entre padrinho e afilhado, como entre os outros membros do grupo como um todo.

A garantia de sobrevivência dos grupos é quase que exclusivamente o serviço prestado pelos membros (que não têm nenhuma obrigação formal com o grupo) que se alternam nas diversas atividades necessárias de serem realizadas (MOTA, 2004). Essas funções não estão vinculadas a nenhuma atividade profissional, não há remuneração ou favores específicos pelo serviço prestado, mesmo a posição de destaque dentro do grupo é inibida, de acordo com Mota (2004): “[...] se existe algo em Alcoólicos Anônimos que é utilizado por alguns membros como sinal de distinção é o *tempo de sobriedade contínua*.” (p. 187, destaque do autor), contudo ninguém é obrigado a seguir as suas

determinações, e esses membros “[...] costumam ser os mais impopulares nas salas de A.A.” (idem). O serviço prestado entra na dinâmica do dar, receber e retribuir, cuja dádiva (recompensa) maior é sempre a sobriedade, da qual se origina um laço mais forte do que qualquer contrato.

Partindo da compreensão de que os alcoólicos são imaturos e egocêntricos, e da própria experiência, Bill Wilson (que assumia sua obsessão por dinheiro e poder como a mola propulsora de sua dependência) procurou estabelecer um sistema que ajudasse os alcoólicos a perceber que esses sentimentos lhes são prejudiciais. No entender de Mota (2004), “os Doze Passos têm como finalidade *desinflar* o ego do alcoólico, ao passo que as Doze Tradições visam a manutenção de A.A. como uma organização sem chefes” (p. 183). Neste sentido não se trata apenas de abster-se da substância química que causa o sofrimento, mas de superar sentimentos que estão na gênese da questão, a fim de evitar as eventuais recaídas.

A dinâmica dos grupos anônimos de ajuda mútua é garantida pela observação dos Doze Passos e das Doze Tradições, que são entendidos como sugestões. O sistema de dádiva característico desses grupos encontra nessas “sugestões” a sua forma. A vivência dos três primeiros passos garante uma aproximação com o Poder Superior da forma como cada um o conceba, há o estabelecimento ou o fortalecimento de um vínculo, de um laço; nos outros passos esse vínculo vai se estreitando na mesma medida em que possibilita o autoconhecimento. Essa aproximação entre o adito e outras pessoas, como por exemplo a família, ocorre de forma distinta de como acontecia antes de sua entrada no grupo, e entre os membros do grupo essa aproximação se dá entre iguais. Todos esses passos podem ser entendidos como uma preparação para a vivência do último passo: “Tendo experimentado um despertar espiritual, graças a estes passos, procuramos transmitir esta mensagem aos alcoólicos e praticar estes princípios em todas as nossas atividades.” (Alcoólicos Anônimos, <http://www.alcoolicosanonimos.org.br/>), que é a ajuda, o dar-se; se todos se apressam em viver esse passo, aí se efetiva aquele processo de dar, receber e retribuir: a dádiva. Numa análise mesmo que breve das tradições, também aí podemos perceber esses elementos. Para exemplificar retomo aqui apenas a primeira, a segunda e a quinta tradição, que dispensam maiores comentários, pois a sugestão da vivência da autogestão, da espiritualidade e da ajuda mútua está explícita:

Nosso bem-estar comum deve estar em primeiro lugar; a reabilitação individual depende da unidade de A.A.

Somente uma autoridade preside, em última análise, o nosso propósito comum - um Deus amantíssimo que Se manifesta em nossa consciência coletiva. Nossos líderes são apenas servidores de confiança; não têm poderes para governar.

Cada Grupo é animado de um único propósito primordial - o de transmitir sua mensagem ao alcoólico que ainda sofre. (Alcoólicos Anônimos, <http://www.alcoolicosanonimos.org.br/>).

Dentre outras possibilidades que poderiam ser exploradas, me chamam a especial atenção esses três elementos que, em meu entendimento, compõem, ou preparam os membros para a dádiva na forma como se apresenta nesses grupos. Sobre esses elementos, me limitarei a uma breve referência, pois, para me aprofundar em cada um deles, seria necessário um tempo maior de pesquisa; são eles: a espiritualidade pluralista, a auto-gestão e a ajuda mútua.

3.3.1 Uma espiritualidade pluralista

A experiência religiosa, entendida como o relacionamento íntimo com Deus, como a vivência de uma espiritualidade (que não deve ser pensada apenas como uma experiência filosófica, de pensamento), está para além de uma experiência empírica, ou seja, não está sujeita a comprovações empíricas, por esse motivo é vulnerável a dúvidas (ÓDEA, 1969). Essas experiências fornecem à pessoa uma espécie de “consciência de criatura” (ÓDEA, 1969, p. 35), que se apresenta como um elemento em que se funda a humildade religiosa, que atribui à consciência humana um imperativo ético.

De acordo com Ódea (1969), a vivência de uma religiosidade é um aspecto encontrado em todas as sociedades humanas de que se tem registro, incluindo as sociedades que tiveram seus restos analisados por arqueólogos. A religiosidade é “[um] tipo onipresente e significativo de comportamento social [...] um sistema social total” (ÓDEA, 1969, p. 9).

Os grupos anônimos de ajuda mútua não se reconhecem como um movimento religioso, contudo eles abarcam alguns elementos espiritualistas que são intrínsecos à sua filosofia. Seu programa de recuperação propõe aos membros um novo estilo de vida e uma ética moral distinta do narcisismo moderno. No entender de Mota (2004), a

crença a respeito da divindade subjacente a esses grupos é elemento fundamental em sua dinâmica. A proposta da busca de um Deus particular como cada um O concebe atribui à espiritualidade desses grupos “[...] a liberdade dos dogmas que acompanham as grandes religiões, justificando a separação entre espiritualidade e religião” (p. 184), permitindo que o programa dos Doze Passos seja utilizado por diversas culturas.

Neste sentido é perceptível também aí a presença da dádiva, pois no entender de Mauss (2003), “[...] o conjunto dessas coisas [as trocas dádivas] é sempre, em todas as tribos, de origem espiritual e de natureza espiritual” (p. 254). As relações de trocas que se estabelecem entre os membros supõem essa relação com o Deus pessoal, como cada um O concebe, sem a qual entende-se que as outras relações ficam restringidas. Sendo assim, entendo a espiritualidade como componente da dádiva. Na vivência dos três primeiros passos “dá-se” a esse Poder Superior algo de si – o reconhecimento de sua existência e de seu poder –, e em seguida entende-se que a serenidade e o equilíbrio, que se adquirem aos poucos, advêm dessa relação com o outro e com o Poder Superior. Entendo que fica evidente nesta compreensão a idéia apreendida por Mauss (2003), de que a coisa dada possui uma “alma” que busca voltar ao lugar de origem, otimizando, dessa forma, a circulação do Dom. Nesta característica dos grupos de ajuda mútua, Mota (2004) entende que se encontra um “antídoto” para o narcisismo e o individualismo moderno, já que, em oposição ao sentimento de auto-suficiência, desenvolveu-se a noção de que nada se pode sozinho, uma compreensão que é indissociável da filosofia de A.A.

3.3.2 A autogestão

De acordo com Groppo (2006), a autogestão é um movimento espontâneo, de baixo para cima, que surge mais da prática do que de teorias, é a gestão de um grupo por ele mesmo, sem interferência de instâncias externas. E é entendida como

[...] um desejo ligado à vontade coletiva, histórica e em geral subterrânea de auto-organização das comunidades, vontade esta cuja expressão tornou-se ainda mais combatida com a ascensão do mercado capitalista e do Estado-Nação moderno [é uma] legítima expressão dos anseios por libertação” (GROPPO, 2006, p. 3).

Em minha compreensão, esses elementos da autogestão são encontrados nos grupos, e são como recursos de (re) educação e de fortalecimento dos vínculos entre os membros; a autogestão é imprescindível, pois, por possibilitar que os membros se vejam em condições de igualdade, favorece o fortalecimento da auto-estima de cada um, como também dos vínculos entre eles, além de possibilitar aos membros exercitarem-se no serviço, na cooperação de grupo. Estas são condições favoráveis para o estabelecimento de um processo de (re) aprendizagem, de um novo jeito de viver, sem alimentar a própria compulsividade, neste caso, pela substância química.

Qualquer tentativa de disciplina imposta dentro desses grupos é entendida pelos membros como violência à liberdade individual e sempre foi rejeitada, desde o seu princípio, pelos pioneiros de A.A. As regras são, quando muito, sugestões e jamais imposições, como observa Godbout:

[...] a dádiva é uma alternativa à dialética do senhor e do escravo. Não se trata de dominar os outros, ou de ser dominado; nem de domesticar a natureza, ou de ser esmagado por ela; mas de pertencer a um conjunto mais vasto, de restabelecer a ligação e tornar-se membro. (1997, p. 313).

Na qualidade de organização destituída de governo, os A.A. estão sujeitos a adaptações de acordo com seu contexto cultural, como observa Mäkelä (apud MOTA, 2004) que afirma que, a partir de suas pesquisas acerca de A.A. em oito países, foi possível encontrar unidade e diversidade.

A autogestão é uma característica fundamental de A.A. Desde o início os membros sempre rejeitaram as imposições, e seus co-fundadores, Bill e Bob, sempre se mostraram sensíveis a essa “exigência” espontânea do grupo. A criação da junta de serviços foi uma medida para inibir o surgimento de hierarquias, que viessem inserir a irmandade num processo que viabilizasse o seu insucesso. A caracterização do alcoolismo como uma doença incurável impede a separação entre produtor/consumidor, inserindo todos em um processo em que se encontram em igualdade de condições. Pode-se enumerar uma série de situações em que fica perceptível esse aspecto em que a formação de hierarquia é cerceada.

Como dito anteriormente, A.A. é direcionado pela consciência coletiva do grupo, há relatos de situações em que houve a tentativa de impor regras para, a partir delas, proscriver alguns membros, entretanto esses membros se recusaram a desligar-se da irmandade. A rejeição de doações se mostrou necessária para evitar que os doadores

se achassem no direito de ditar regras aos membros, como no caso do hospital citado acima, em que o filho do doador tentou impor regras em A.A. Como verificamos, o próprio Bill relata que sentiu a força da consciência coletiva em ação quando lhe foi proposto que trabalhasse em um hospital como terapeuta leigo. O grupo argumentou que esta sua decisão seria arriscada para a sobrevivência de A.A., que, inclusive, poderia suscitar a ambição das pessoas em relação ao grupo pelo dinheiro e pelo poder.

Entretanto, nenhum membro de A.A. que queira se utilizar de sua experiência adquirida com a participação na irmandade, profissionalmente, será impedido. Inúmeras são as instituições, como clínicas e comunidades terapêuticas, que se utilizam dos Doze Passos por intermédio de antigos membros de A.A. como forma de tratamento para dependentes, e nem mesmo lhes são cobrados *royalties* por se utilizarem de conhecimentos adquiridos dentro da irmandade.

3.3.3 A ajuda mútua

De acordo com Kropotkin (2005), a ajuda mútua entre os animais é fator de sobrevivência da espécie, cujos membros sempre se uniram para se defender, caçar, guardar alimentos para garantir a manutenção da vida e a convivência em grupo. Na evolução das espécies animais, quanto maior a capacidade de se apoiar mutuamente, maior a possibilidade de sobrevivência. Quanto aos seres humanos, quando mal fabricavam o martelo de pedra, já conheciam as vantagens de viver agregados em sociedade para se ajudarem mutuamente, a fim de sobreviver. Para Kropotkin (2005), as atrocidades ocorridas no decorrer da história entre os homens sempre foram muito mais pela falta de conhecimento do que pelas ditas más inclinações naturais do ser humano, que na realidade sempre compreendeu a necessidade da cooperação e apoio mútuo para a própria sobrevivência, de outra forma não teria sobrevivido a todas as limitações impostas pela natureza, às intempéries e suas necessidades.

A ajuda mútua é um aspecto dos grupos A.A. que está na sua essência, faz parte de sua “alma”. Criou-se inicialmente a partir da compreensão de Bill de que não conseguiria manter-se sóbrio sozinho, o que o levou a procurar outros alcoólicos para com eles se relacionar, trocar experiências, a fim de manter a abstinência. De acordo com Kropotkin (apud MOTA, 2004), o que torna uma espécie ou comunidade superior

às outras é a cooperação e não a luta generalizada de uns contra os outros, e na afirmação de Mauss, (2003) o desenvolvimento das sociedades se deu à medida que seus membros aprenderam a se relacionar por meio do dar, receber e retribuir em alternativa à guerra. Para Godbout (1997), esses três momentos obrigatórios da dádiva são concomitantes, ao mesmo tempo em que se dá, recebe-se e também retribui-se, e assim sucessivamente. Essa característica é entendida como a maior força da irmandade, que advoga que a maior necessidade entre eles é a manutenção da unidade, especialmente por meio da ajuda mútua. Mota (2004, p. 180) observa que os A.A. se definem como “[...] náufragos que tentam unir seus pequenos pedaços de madeira para que não morram afogados.”

A prevenção primária universal, entendida como possível de ser realizada por meio da educação, se apresenta como uma tarefa árdua, que deve abarcar diversos elementos no sentido de restabelecer sentidos e desenvolver alternativas que valorizem a pessoa como sujeito com valores culturais e religiosos, afetos e desafetos, uma história de vida inserida num contexto sócio-histórico e cultural. O caminho a percorrer é longo, pois há a necessidade de se tornar efetiva qualquer forma de prevenção que possa ser pensada a partir do conhecimento existente, uma vez que em geral os pesquisadores, os diversos órgãos e agentes envolvidos concordam que, na abordagem desta problemática, se faz necessário o envolvimento de todos os setores da sociedade como governo, escola, família e comunidade.

Ainda há os limites impostos pela cultura e pelas conjunturas econômicas acerca das abordagens possíveis de serem trazidas para a prática, como no caso do álcool, por exemplo, que culturalmente é largamente aceito, utilizado e propagandeado em nossa sociedade, mesmo em decorrência dos prejuízos que, já se sabe, são reais. A questão que fica neste caso é: como abordar coletivamente esse tema partindo dessa realidade?

O combate às drogas constitui uma tarefa que perdura há décadas e aparentemente não houve muitos avanços, pois em vista dos resultados (não) alcançados, há quem pergunte se é possível fazer prevenção, talvez tenhamos que estar em uma batalha contínua, sempre renovando o “repertório” de ação, conforme os tempos, os contextos e as pessoas que se quer atingir. Acredito também que seja possível (no mínimo) pensar na educação como forma de prevenção (não somente às drogas, mas a outras compulsividades e fenômenos sociais anômicos), partindo dos

elementos encontrados nos grupos de ajuda mútua. A relação desses elementos com a educação, irei apresentar no capítulo seguinte.

4 – NARCÓTICOS ANÔNIMOS: ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA RELACIONADOS À EDUCAÇÃO

Na definição do objeto/sujeito¹¹ a ser pesquisado, considerei diversas possibilidades, como a observação de grupos distintos, entre eles A.A., Amor Exigente (A.E.), N.A. e Nar Anon (grupo de ajuda mútua a familiares de aditos a substâncias químicas). Fiz algumas visitas iniciais em alguns desses grupos. Pensei em acompanhar as atividades de dois ou três dentre eles. De acordo com as primeiras leituras e informações obtidas, fui me decidindo por pesquisar apenas um grupo de Narcóticos Anônimos, de um determinado lugar, mas aos poucos percebi que os membros de Narcóticos Anônimos permeiam diversos grupos de N.A. de uma mesma localidade, e até de locais mais distantes. Acabei fazendo o mesmo que eles e permeando três grupos distintos, além de participar de eventos comemorativos e de divulgação desta irmandade, por meio de um “braço de N.A.”, o I.P. (como é denominado o grupo de Informações ao Público). Este direcionamento foi se dando no processo da pesquisa, e aos poucos, por algumas motivações que pretendo elucidar, mas antes se faz necessária uma distinção sobre os grupos de ajuda mútua.

Em minha percepção, existem dois tipos de grupos: 1º- os grupos que são “imediatamente derivados” de A.A. (esses trazem em seu título o complemento “anônimo”, podemos dizer que quando se fala em “grupos anônimos de ajuda mútua”, é especificamente a esses que se faz referência), creio que não posso dizer que eles são “filiados” aos A.A., pois como irmandade, A.A. não se filia, se associa ou se envolve com qualquer assunto que lhe seja externo; 2º- são os grupos que se baseiam na filosofia de A.A., mas vão fazendo adaptações de acordo com motivações diversas (a esses se designa grupos de apoio, de auto ajuda ou de ajuda mútua, omitindo o adjetivo “anônimo”). Os grupos anônimos são fundados por pessoas que possuem o problema específico (neste caso, para ser membro desses grupos, é necessário que o indivíduo seja um adito(a)), no caso a que faço referência nessa pesquisa, a dependência química. Mas pode ser uma pessoa que possua uma doença crônica, como a esquizofrenia, ou com outro tipo de adição, como o jogo. Dentre os grupos que não trazem em seu título o adjetivo anônimo, comumente, a fundação pode ocorrer por meio de qualquer pessoa, e

¹¹ Em meu entendimento, a pesquisa consta de dois pólos, o que pesquisa e o que é pesquisado, e ambos são sujeitos ativos neste processo.

há a possibilidade de um não adito se tornar membro, de acordo com a necessidade em relação à coordenação do grupo, por exemplo.

Feita essa distinção, vamos à definição do “objeto/sujeito” de investigação. Meu interesse em realizar essa pesquisa se deu por minha experiência pessoal em um grupo de ajuda mútua, sem o adjetivo anônimo. Existem muitos deles espalhados pelos mais diversos lugares, alguns são formados pelas próprias clínicas ou comunidades terapêuticas que atendem a dependentes químicos – entre as clínicas e comunidades que conheço, pessoalmente ou por meio de terceiros, todas consideram imprescindível a participação do dependente num desses grupos, para dar continuidade no seu processo de recuperação, como também de seus familiares, pois, em geral, considera-se importante que a família também inicie esse processo, uma vez que também é afetada pelo problema e, entende-se que só conseguirá se ajudar e ajudar o “seu” dependente, se conhecer a natureza do problema e da recuperação. Outros grupos estão ligados a algumas igrejas e são fundados por outras pessoas, por estarem envolvidas diretamente com um adito ou por outras motivações.

Familiares, profissionais da saúde, pastores, padres, entre diversos outros, estão entre aqueles que resolveram fundar um desses grupos, que na sua grande maioria são inspirados em Alcoólicos Anônimos. Mas, de acordo com algumas especificidades dos fundadores e instituições às quais estão ligados, vão se fazendo algumas adaptações. Alguns se tornam confessionais, vinculados diretamente a algumas igrejas, abarcando, na sua forma de atuação, certos elementos que remetem às suas práticas religiosas e/ou institucionais. Por esse motivo, entendo que esses grupos, uma vez vinculados a determinadas instituições, estão voltados para um público mais restrito, por exemplo, os grupos originados de clínicas voltam-se mais para aqueles que ali foram internados para iniciar seu processo de recuperação; os pertencentes a igrejas voltam-se mais para quem professa aquela religião. Isso de maneira implícita em suas práticas, pois todos são unânimes (entre os que tive acesso) em afirmar que estão abertos para qualquer pessoa que tenha o problema e deseje encontrar para ele uma solução. Mas no caso dos grupos fundados por membros de igrejas, por exemplo, alguns dependentes encontram resistências internas para deles fazerem parte, embora se encontrem muitos dependentes ou familiares, nesses grupos, que não pertençam àquela religião específica.

Antes de pensar na possibilidade de uma investigação em um ou mais desses grupos citados acima, eu não tinha conhecimento dessa diferença entre os dois tipos de

grupos, pois freqüentava um desses apenas na tentativa de encontrar uma solução para o meu problema pessoal. Uma vez encontrada uma resposta para esse meu problema (não necessariamente a solução), como membro de um grupo, eu não tinha nenhuma preocupação com esses “detalhes”, e nem os percebia. Ao constatar essa distinção, considerei que deveria optar por um grupo que abarcasse um público mais diverso, sem muitas restrições, por esse motivo descartei a possibilidade de investigar os grupos ligados a igrejas e instituições. Ao iniciar minha pesquisa bibliográfica, mais especificamente sobre a história e surgimento de A.A., resolvi me direcionar especificamente aos grupos que trazem o adjetivo anônimo, pois os outros trazem muitas adaptações, de modo especial no que se refere à autossustentabilidade e à autogestão, pois, em geral, eles deixam de ser autogestionários e autossustentáveis. Em meu entendimento, essas duas características dos grupos anônimos, aliadas à participação por identificação, ou seja, torna-se membro aquele que se reconhece um adito como os outros membros, são determinantes no processo de aprendizagem que se estabelece nos grupos anônimos.

De acordo com Vespucci e Vespucci (1999), durante o período de adição ativa¹² “Alguém da família toma as rédeas da casa, substituindo o dependente e caracterizando-o como um ‘café-com-leite’, um incapaz. Ele mesmo passa a se ver nessa imagem” (1999, p. 139). Esse aspecto da vida do dependente possibilita a perda de referências de atitudes básicas e comportamentos que precisam ser reaprendidos no processo de recuperação. Essa reaprendizagem é propiciada na participação nos grupos, pois toda atividade que se refere à organização tem que ser realizada pelos próprios membros, fazendo com que se responsabilizem pelo bom andamento da irmandade, inclusive pelo seu sustento material. Nesse processo a aprendizagem é inescapável. Talvez, por esse motivo, eu tenha ouvido de alguns membros a afirmação de que ser membro ajuda na recuperação, mas o essencial é “servir” à irmandade (registro em diário de campo). Por fim, optei por investigar o grupo de N.A., por ser um grupo de aditos, que abarca um público mais jovem e diversificado, em comparação com Alcoólicos Anônimos, do qual obtive informações de membros.

Tendo feito uma longa discussão sobre o surgimento dos grupos anônimos de ajuda mútua, sobre o que dizem alguns autores a respeito da dependência química, da prevenção, dos grupos e de diversos aspectos que os envolvem, nesta parte do texto

¹² Para N.A. não existe ex-adito, existe o adito em recuperação (adito passivo) e o adito que não está em recuperação (adito ativo).

apresento a pesquisa de campo, bem como a minha percepção desta realidade que, a despeito de meu contato com os grupos, anterior a esta investigação, em grande parte foi sendo delineada no decorrer deste processo, e sua relação com a Educação. Contudo, penso que antes seria conveniente traçar um breve histórico e expor a estrutura de funcionamento da irmandade pesquisada.

4.1 Histórico de Narcóticos Anônimos

As fontes históricas de N.A. são escassas, e a maioria de seus documentos está em mãos privadas, por esse motivo, de acordo com Cardoso (2006), a sua história é obscura. Parte dessa documentação retornou para N.A. quando a família de um dos fundadores da irmandade, Jimmy Kinnon, doou uma caixa com inúmeros registros do grupo, que se encontrava em suas mãos desde os primeiros anos de N.A. Existe um livro, em língua inglesa, cujo título é “Milagres acontecem”, sobre a história de N.A., a partir do qual alguns membros de um dos grupos por mim investigados fizeram uma apresentação em *slides*, intitulada “fatos e fotos”, contendo diversos detalhes sobre seu histórico e desenvolvimento, que me foi cedida gentilmente. Algumas informações podem ser colhidas de forma fragmentada, aqui e ali, nos próprios grupos, com os membros, em sites, folhetos, em partes de livros, entre outros. Neste item vou fazer uma síntese destas informações, na tentativa de construção de uma breve versão histórica desta irmandade.

Inicialmente (na década de 1940), por influência do grupo de A.A., ocorreram diversas tentativas de formar uma associação de ajuda mútua a aditos de substâncias químicas ilegais, mas fracassavam logo no começo. De acordo com Cardoso (2006), esse fracasso devia-se ao fato de não poderem divulgar suas reuniões, por questões de ilegalidade, problemas de adição e problemas com a justiça – entre os membros de N.A., costuma-se dizer que esses primeiros grupos fracassaram, também e especialmente, pela falta de vivência das Doze Tradições, notadamente no que se refere à autoridade,

E essa tem sido a história de Narcóticos Anônimos até há bem poucos anos. Destruíamos ao mesmo ritmo a que construíamos. Nós somos pessoas assim e precisamos de reconhecer isso para podermos recuperar. Todos nós devemos conhecer a natureza da doença, a natureza do adicto, e a natureza da recuperação. Todas essas coisas são necessárias para crescer, e para viver, e para mudar. E nós começamos com ressentimentos; os ressentimentos

fizeram-nos crescer. Antes de NA havia os GDFH, os Grupos de Drogas Formadoras de Habituação. Estes eram clandestinos, havia duas ou três pessoas que se reuniam em apartamentos, aqui e ali. Ninguém sabia onde ficavam, e eram dominados por uma ou duas pessoas. Nós não apreciamos grandemente a autoridade, não gostamos dela [...], formaram um outro grupo conhecido por Adictos Anónimos. Infringiram no nome de AA e morreram muito depressa, pois estavam demasiado dominados por um só indivíduo [...] Por isso descobrimos muito cedo, e a nossa experiência ensinou-nos que não podemos ter pessoas a mandarem [...]. Durante uns tempos depois de nos formarmos [...] algumas pessoas foram colocadas numa posição em que voltaram a ser líderes, o Grande Pai Branco. Sabem, nós não podemos ter um Grande Pai Branco ou uma Grande Mãe, isso não funciona nesta organização. (partilha de Jimmy K. no 20º aniversário de N.A. In: <http://www.na-pt.org/>)

As reuniões realizadas eram secretas, ora no apartamento de um, ora no de outro, essa dinâmica dificultava a divulgação, impossibilitando a participação dos interessados. Desta forma, muitos aditos a drogas ilegais passavam a frequentar o grupo de A.A., o que gerou um problema nesta irmandade, por causa da identificação que ocorria entre os membros dependentes de álcool, (hoje os diversos grupos entendem essa questão de outras formas, como a ideia de que o álcool também é droga, por exemplo). Por esse motivo, os aditos encontraram em A.A. apoio para formar e dar continuidade a um grupo que se voltasse para o problema específico deles, num “espírito de ‘cooperação, não afiliação’” (CARDOSO, 2006, p. 33).

Dos grupos que se formaram inicialmente, como os “Grupos de Drogas Formadoras de Habituação” e os “Adictos Anônimos”, alguns sobreviveram em diversas partes dos Estados Unidos até a década de 1960. O grupo do qual se desenvolveu a irmandade de N.A. foi formado em 1953, no sul da Califórnia, sendo considerado como seu fundador Jimmy Kinnon, (esse primeiro grupo era formado por: Jimmy Kinnon, Frank e Doris C, Guildia K, Paul R, Steve R e outros), sob a denominação “Narcóticos Anônimos e Alcoólicos Anônimos do Vale San Fernando”. Entretanto, mais essa tentativa de formação de um grupo para ajudar os aditos a drogas a se recuperarem foi fracassada, e “[...] os nossos amigos em AA [...] disseram-nos, ‘Não deixem que isso vos incomode’ [...] membros de AA que tinham também um duplo problema [a adição a drogas ilegais e ao álcool] vieram e ajudaram-nos a começar de novo” (Jimmy K. no 20º aniversário de N.A. In: <http://www.na-pt.org/>). De acordo com depoimento de Jimmy Kinnon em relação a N.A., “Surgimos de uma necessidade” (idem). No sentido de incorporar o nome de A.A. à denominação da nova irmandade, foi pedida autorização para a junta de custódios de A.A., mas isso lhes foi negado, lhes

sendo atribuído apenas o direito de utilizar os Doze Passos e as Doze Tradições, desta forma o nome foi mudado para: “Narcóticos Anônimos”.

Neste momento o problema da clandestinidade ainda não havia sido resolvido, o que continuava dificultando a participação dos próprios membros, o local de uma reunião era decidido sempre ao final da reunião anterior. Os recém chegados sempre temiam as autoridades policiais, por isso tinham dificuldades em se aproximar do grupo. A solução para esse problema foi encará-lo de frente. Os membros de N.A. foram até a Divisão de Narcóticos e disseram que iriam realizar reuniões para aditos e

[...] eles levantaram as sobrancelhas, mas nós éramos cinco. Um tipo lá, já não me lembro se era tenente ou capitão, ouviu-nos e disse, ‘Já não era sem tempo que isto acontecesse. Há anos que tento ajudar adictos, sem conseguir. Eu não consigo ajudar ninguém [...] gosto dessa ideia, apoio esta iniciativa, farei tudo o que possa para vos apoiar’” (Jimmy K. no 20º aniversário de N.A. In: <http://www.na-pt.org/>).

Havia outro tenente que não acreditava na possibilidade de recuperação dos aditos, mas, apesar da sua resistência, foi convencido pelo grupo que os procurou depois de muitas argumentações. De acordo com Jimmy Kinnon, o departamento de polícia e a Divisão de Narcóticos nunca os incomodou, argumentando que “[...] nunca nos vigiaram [...] nunca nos apanharam a ir ou a vir de reuniões. E, pelo nosso lado [...] tomámos conta de nós próprios e seguimos as Tradições o melhor que pudemos” (Jimmy K. no 20º aniversário de N.A. In: <http://www.na-pt.org/>).

De acordo com Cardoso (2006), com a possibilidade de utilizar os Doze Passos e as Doze Tradições, e com o problema da repressão policial resolvido, N.A. teve um crescimento gradual, alcançando expressividade mundial, e uma organização de estrutura de serviços similar à de A.A. Mas a nova irmandade teve um crescimento bem mais lento, se comparado ao desenvolvimento de A.A. A primeira assembleia local ocorreu somente em 1978. Nesse ano, N.A. contava com não mais de 200 grupos em três países, e a realização de 2.966 reuniões semanais. O “Texto Básico”, primeiro livro da irmandade, foi publicado em 1983. Depois da década de 1980, a taxa de crescimento teve um aumento de proporções bem mais significativas, atingindo quase 100 países no ano de 1989, e em 2002 contava com quase 31.000 reuniões semanais.

Os dados existentes quanto ao início da irmandade no Brasil, da mesma forma que na formação de N.A., não são precisos. As primeiras tentativas de formar um grupo

para auxiliar os aditos a se recuperarem remontam à segunda metade da década de 1970, de acordo com Cardoso (2006). Algumas fontes apontam para o ano de 1976 e outras para o ano de 1978. Entre os primeiros grupos que surgiram estava o Dependentes Químicos Anônimos (D.Q.A.), que, mais tarde, se juntou ao grupo Toxicômanos Anônimos (T.A.). Estes grupos, D.Q.A. e T.A., eram grupos distintos da irmandade N.A. De acordo com Vespucci e Vespucci (1999), o primeiro grupo de N.A. no Brasil se formou apenas em 1988. Para o grupo de T.A. obter autorização para utilizar oficialmente a literatura, como também as tradições e os passos que foram adaptados por N.A., foi sendo absorvido e incorporou-se a Narcóticos Anônimos definitivamente no ano de 1990. A partir deste momento o crescimento da irmandade no Brasil foi muito rápido. Hoje o Brasil é o terceiro país em número de grupos e reuniões semanais (contava com mais de 700 reuniões por semana em 2006), ficando atrás apenas dos Estados Unidos e Canadá (CARDOSO, 2006).

As reuniões são sempre semanais, e uma vez aberta uma sala de N.A., ela não pode ficar fechada em qualquer dia do ano. Independentemente do tempo, da data, da quantidade de pessoas freqüentando, a sala deve ser aberta. Existem grupos que realizam mais de uma reunião por semana, mas todas as reuniões semanais têm que ser mantidas rigorosamente, nos dias e horários marcados.

Esta pesquisa foi realizada em uma cidade do interior do estado de São Paulo, onde o primeiro grupo se formou no início da década de 1990, em uma sala cedida pela igreja presbiteriana (por não aceitar doações de fora, N.A. sempre paga um aluguel simbólico no caso de lhes cederem o local para as reuniões), na área central da cidade, com poucos membros. O fundador deste grupo já estava “limpo” desde 1986, e para começar seu processo de recuperação, inicialmente freqüentou A.A. e depois grupos de N.A. de cidades vizinhas. Argumentou que, no início, muitas vezes ficou sozinho no grupo, mas tinha o compromisso de abrir a sala no dia e horário marcado e não poderia deixar de cumprir. Atualmente neste grupo são realizadas sete reuniões semanais, contando com uma no início da tarde (12h) e uma ao final da noite (23h), ambas às quartas-feiras. Hoje esta cidade conta com quatro grupos e uma média de treze reuniões semanais.

4.2 Estrutura de Narcóticos Anônimos

O grupo, estrutura básica de N.A., é formado por dois ou mais aditos que se reúnem com o objetivo de se recuperar da adição e encontrar uma nova forma de viver sem as drogas. As reuniões duram em média uma hora e meia e têm início pontualmente no horário marcado. Em geral são fechadas, só para membros, mas periodicamente acontecem reuniões abertas a qualquer pessoa que queira assisti-las. De acordo com Cardoso (2006), essas reuniões têm uma organização ritualizada. São sempre conduzidas por um coordenador que direciona a dinâmica da sala dentro daquela prática ritualizada. A função de coordenador não é fixa. Periodicamente acontecem as reuniões de serviço, a cada 45 dias, das quais participam todos os membros, em que se faz uma rotatividade nas diversas funções do grupo: coordenador, tesoureiro, secretário, entre outras, quando são resolvidas as diversas questões existentes. Os membros costumam dizer que as decisões são tomadas de acordo com a ‘consciência coletiva’ do grupo.

Nas reuniões os membros começam a sua partilha dizendo: eu sou (dizem o nome), estou limpo há (dizem há quanto tempo não usam drogas), os outros participantes respondem sempre da mesma forma, de acordo com o costume do grupo – por exemplo, em alguns grupos de cujas reuniões participei a resposta é uníssona: “Boa noite, (dizem o nome da pessoa)”, e, em outros, a resposta é, também uníssona: “Legal, (nome da pessoa)”. Este procedimento é seguido como uma fórmula ritualizada. Nas reuniões abertas os visitantes também são convidados a se apresentar, e acabam seguindo a mesma fórmula. O princípio do anonimato é rigorosamente observado, por isso não há o menor comentário ao sair da reunião.

Durante as partilhas de cada membro não há interferências, um não atravessa a fala do outro de forma alguma, não se dão conselhos uns aos outros nem mesmo depois de cada fala. Fala-se um de cada vez, sem atropelos. No decorrer da reunião, os membros circulam pela sala livremente de acordo com a necessidade, para tomar água, tomar café, membros que chegam, que saem para fumar ou ir embora, entre outras situações.

Os grupos não aceitam doações de fora. Todas as necessidades financeiras de N.A. são supridas com o dinheiro arrecadado entre os membros “na 7ª tradição” (assim é chamado o momento em que se passa a sacolinha de doação). Na primeira reunião em que estive presente em N.A., em meu entender, algo surpreendente aconteceu: ao passar

a sacolinha, os visitantes e quem estava indo pela primeira vez, ainda que fosse dependente, foram orientados a não contribuir. Fiquei bastante surpresa com tal procedimento, em outras instituições o que se vê é sempre a solicitação, às vezes até “apelativa”, para que todos contribuam, pois “têm muitas despesas e dependem da doação generosa das pessoas”.

A ajuda mútua é perceptível não apenas entre membros, mas também entre grupos. Em uma das reuniões em que estive presente durante a pesquisa, foi dada a notícia de que um grupo de N.A. dos Estados Unidos, de 50 membros, estava em Cuba, auxiliando os grupos de lá que estavam enfraquecidos. Além do aspecto da ajuda mútua, acredita-se que, se não fosse pela tradição de não se envolver com assuntos externos à irmandade, isso não seria possível. O dinheiro das doações é utilizado para suprir as necessidades do próprio grupo e o excedente é passado para as instâncias de serviço (essas instâncias serão apresentadas mais à frente), para atender as necessidades de grupos mais carentes, de uma mesma localidade e até de outros países.

Além dos grupos, N.A. oferece serviço de Informação ao Público (com o grupo de I.P.), e o atendimento em Hospitais e Instituições (H & I). Em I.P. alguns membros se reúnem para organizar o atendimento das solicitações feitas à irmandade, de pessoas ou instituições, para efeito de divulgação. Pode-se dizer que este é o serviço de relações públicas da irmandade. Em H & I realiza-se o atendimento a aditos que estão impossibilitados de frequentar as reuniões, por motivo de prisão ou de internação em clínicas ou comunidades terapêuticas, para se recuperar.

Nas reuniões de serviço são eleitas pessoas para realizar os mais diversos serviços dentro da irmandade, esse grupo de pessoas é denominado de R.S.G. (Representante de Serviço de Grupo), são chamados de servidores fiéis. A estrutura de serviço de N.A. é composta pelos membros, por representatividade, não é possível participar desta estrutura sem estar atuante nos grupos. A base é o grupo.

A ordem desses comitês de serviço é a seguinte: 1º os grupos, 2º C.S.A. (Comitê de Serviço de Área) e 3º C.S.R. (Comitê de Serviço Regional), este último, em nosso contexto, representa o Brasil, depois desse encontra-se o grupo Mundial: N.A.W.S. (Narcotics Anonymous World Service – Serviço Mundial de Narcóticos Anônimos). Além desta estrutura, ainda há os subcomitês, com a finalidade de atender às necessidades dos grupos, como W.S.O. (World Service Office – Escritório Mundial de Serviço – Órgão Jurídico), o L.A. (Longo Alcance) e as linhas telefônicas para

atendimento de pedido de ajuda L.D.A. (Linha De Ajuda). De acordo com membros de N.A. que atuam junto a essas divisões de serviços, quando não há possibilidade de se resolver as questões que surgem dentro dos próprios grupos de imediato, essas questões são levadas de uma instância a outra, e voltam para os diversos grupos, tomando-se ali as decisões, num processo lento, mas que garante a participação de todos até a decisão final.

4.3 Sobre a metodologia e a pesquisa de campo

A pesquisa de campo ocorreu no período de junho a dezembro de 2010 e, ao iniciá-la, me aproximei dos grupos devagar, sem impor a minha presença. Minha atitude sempre foi de respeito para com aquela coletividade, muito mais do que de observação e espera para ver como seria recebida. Eu não queria interferir em sua dinâmica, ou causar a nenhum de seus membros qualquer tipo de constrangimento por causa de meus objetivos. Penso que os membros desses grupos agiram da mesma forma comigo, sem muitos questionamentos e com uma aproximação espontânea. Quando perguntavam qualquer coisa, o faziam de forma natural e amistosa, demonstrando interesse e preocupação em me ajudar. Aos poucos fui percebendo que iam me tratando como pertencente àquela coletividade (não posso dizer que me consideram como membro, porque membros são apenas os aditos). Numa determinada ocasião, encontrei um membro de N.A. na rua, eu estava a pé e ele de carro, ele chamou a minha atenção de longe dizendo: “E aí, companheira?” (eles se tratam desta forma, companheiro e companheira).

Para a abordagem desta pesquisa optei pela observação participante que, de acordo com Groppo e Martins (2009), se originou e é característica da Antropologia. Nesta forma de investigação estabelece-se uma relação próxima entre os sujeitos da pesquisa, e “[...] em vez de se portar como elemento externo à situação, o pesquisador encontra uma posição dentro do grupo pesquisado e o observa de dentro em situações cotidianas” (GROPPO e MARTINS, 2009, p. 53), desta forma os dados são colhidos no ambiente natural do grupo investigado, e toma como referência as representações sociais do objeto-sujeito da pesquisa, neste sentido o “objeto” se apresenta, na realidade e também, como um importante sujeito.

Para a coleta de dados utilizei instrumentos como: o diário de campo – indispensável neste tipo de abordagem – para anotações de observações gerais, ao qual recorro para análise e apresentação dos dados obtidos; um gravador para entrevistas, que transcrevi quase na íntegra posteriormente, e um questionário, este último se apresenta como “[...] uma relação de questões a ser apresentada a alguém que guarda informações sobre o tema e que, conhecidas, poderão ajudar a responder o questionamento manifesto pelo problema” (GROPPO e MARTINS, 2009, p. 54). Inicialmente o questionário tem em vista a expressão quantitativa do fenômeno, mas, de acordo com Groppo e Martins (2009), os dados quantitativos também podem ser analisados qualitativamente.

Eu distribuí por volta de 60 questionários, 38 foram devolvidos, o que corresponde a uma média de 65% de retornos. O questionário que preparei, inicialmente, era composto por questões objetivas e fechadas e outras abertas e mais subjetivas, mas nas primeiras amostras que distribuí, por volta de 18, obtive um retorno demorado de apenas cinco membros, por este motivo e também porque eu tinha a intenção de realizar as entrevistas, por meio do questionário resolvi focar apenas nas questões mais objetivas para facilitar estes retornos, excluindo as questões um e três. As questões iniciais para o questionário foram as seguintes:

Sexo () masculino () feminino

Idade:

Grau de escolaridade:

Há quanto tempo frequenta o grupo?:

Há quanto tempo está sóbrio (limpo)?:

Estado civil:

1- Sua vida mudou depois que começou a frequentar a sala de N.A.? Se mudou, em que?

2 - O que você aprendeu na sala de NA?

3 - No seu entendimento, qual a importância das seguintes características de N A:

- a) A ajuda mútua
- b) A espiritualidade
- c) A ausência de hierarquia (falta de alguém que mande no grupo)

Durante a aplicação do questionário, houve uma adequação deste instrumento, que foi utilizado como um roteiro também nas entrevistas, adicionando, neste caso, algumas intervenções breves, de acordo com o decorrer da conversa com o entrevistado, além de questionar a cada um sobre a compreensão que tem dos Doze Passos e das Doze Tradições para o seu processo de recuperação.

A seleção dos entrevistados se deu de acordo com minha proximidade com os membros, pedi àqueles que mais se aproximaram de mim, um deles se ofereceu para ser entrevistado, teve entrevistas que precisaram ser remar cadas, houve ainda outras que foram combinadas e marcadas que não ocorreram, por inadequação de horário. Na realização das entrevistas que, de acordo com Groppo e Martins (2009), podem ser diretiva e estruturada, ou não diretiva; inicialmente, esclareci sobre a pesquisa e pedi ao entrevistado que falasse de seu processo de recuperação de forma espontânea, eu não tinha a intenção de direcionar as questões, mas, logo na segunda entrevista, percebi que a tendência era o entrevistado falar mais do programa como um todo e pouco de seu processo individual de recuperação, por este motivo, tomei as questões abertas do questionário como um roteiro que segui no momento das entrevistas, tornando-as mais diretivas, mas utilizando as perguntas de forma flexível, sempre deixando claro que eu gostaria de ouvi-los no que se refere à própria recuperação. Foram gravadas entrevistas com 11 membros que ocorreram em diversos lugares: em minha residência, na residência de alguns deles, no próprio ambiente do grupo e uma delas ocorreu na residência da noiva do entrevistado. Entre todas as entrevistas realizadas, não há nenhuma que eu considere irrelevante, mas têm aquelas que são mais significativas e se adéquam melhor aos meus objetivos, que apresentam maiores detalhes sobre a aprendizagem que tem ocorrido durante o processo de recuperação do adito, ou que podem ser relacionados com a educação.

Inicialmente, o objetivo com o questionário era realizar uma caracterização dos membros e do grupo de forma quantitativa, mas fui percebendo que foi um procedimento que se tornou um pouco inviável; poderia ser possível ou mais facilitado para um pesquisador que seja membro em sendo adito, pois teria acesso a todas as reuniões e maior proximidade com cada um dos membros. De minha parte, digo que ficou difícil ao ponto de eu desistir desta finalidade ou não levá-la a “ferro e fogo”, ou seja, de não objetivar obter dados precisos; porque as reuniões com os membros são diárias, em que escolhem aleatoriamente o dia em que irão participar da reunião, sem

nenhum tipo de controle, além daqueles membros que permeiam diversos grupos de uma mesma localidade e até de outras, e o que dizer de pessoas que estão de passagem? Tendo em vista que as reuniões abertas acontecem uma vez a cada quinze dias, encontro com assiduidade aqueles membros que são de frequência diária, ou seja, que estão ali todos os dias, e estes são minoria. Alguns eu vi apenas uma vez, outros ainda estou conhecendo, e não são membros que estão chegando agora, mas que já estão em N.A. há um bom tempo, embora haja também aqueles que vêm pela primeira vez e não voltam mais. Já estive presente em reuniões com a frequência, por volta, de quarenta pessoas, e em outras, por volta de dez membros.

De toda forma apliquei o questionário, e mesmo sabendo que não representa a realidade de forma muito aproximada, irei apresentar os dados obtidos. As entrevistas foram bem mais satisfatórias, de acordo com meus objetivos, embora tenha sido difícil articular os horários com os entrevistados, mas estes se apresentaram sempre bem dispostos, um deles se ofereceu para ser entrevistado, e foi aquele que me deu, por assim dizer, uma resposta que direcionou o desfecho desta pesquisa, não pela resposta propriamente dita (esta, de uma forma ou de outra, eu obtive de quase todos os membros), mas pela sua forma. Não vou deixar o leitor curioso, quase todos os membros falaram da “liberdade” ou da ausência de alguém que determine, ou de uma determinação sobre o que deve ser seguido por cada um, e de um sentimento que se origina do interior da pessoa, que não é imposto, quanto à necessidade de sua própria recuperação.

Ao entrar em campo, fui clara com o grupo em relação à pesquisa e os meus objetivos, consultei alguns arquivos, folhetos e livros que me foram cedidos, ou emprestados, pelos membros de N.A. Boa parte das informações colhidas veio de forma espontânea, na observação e participação nas reuniões, e em conversas que tive com diversos membros, ou ainda em situações de total informalidade em que estive junto a eles, por exemplo, em uma festa de aniversário de um grupo que foi oferecida para os membros. Entre eles havia pessoas de diversas cidades presentes nesta festa, ou em outra situação em que um membro me levou para conhecer um grupo de outra cidade do interior do estado, por iniciativa própria; ele fez questão de me levar até lá, com o argumento de que este grupo é referência, sendo, segundo dizem, o primeiro grupo de N.A. do Brasil.

Em setembro de 2010, houve uma festa de aniversário de um grupo, em que vários membros dos grupos da cidade estavam presentes, havia por volta de duzentas pessoas. Nesta festa apareceu alguém que eu conheço há mais de trinta anos, me surpreendi com a presença dele e mantive a discrição, pois eu não sabia até que ponto ele estava envolvido com N.A., e não sabia se queria ser notado. Este meu conhecido foi até as últimas consequências com o uso de drogas, ficou preso vários anos por mais de uma vez, ninguém considerava que seu caso tivesse solução, creio que viveu essa vida por volta de vinte e cinco anos, esperava-se até que, em algum momento, ele fosse encontrado morto. Em um determinado momento da festa ele se sentou ao meu lado e começamos a conversar. Me contou toda a sua história de recuperação (na data da festa contava com apenas oito meses em recuperação), disse que agora está trabalhando em uma clínica de recuperação de dependentes, fazendo serviços gerais. De acordo com seu depoimento, “Eu fazia um assalto em um dia e no outro também”. Encontrei-o depois outras vezes, em situações bem distintas das costumeiras anteriormente, durante o tempo em que usava drogas. Este não foi o único conhecido que encontrei no período de pesquisa. Além de outros, houve uma pessoa que também fez uso (não sei se parou) por mais de vinte anos, que não me lembro de ter encontrado ‘limpa’ anteriormente, estava sempre sob o efeito de alguma substância química. Ele foi a uma das reuniões abertas em que estive presente, depois disso já o vi duas ou três vezes em condições melhores do que antes. Estas duas pessoas que acabei de apresentar são amigas entre si, penso que a primeira tenha influenciado a segunda. Espero que de fato eles consigam se manter em recuperação.

Em N.A. existem as reuniões abertas (aquelas em que se pode contar com a presença de qualquer pessoa, adita ou não, que queira conhecer a irmandade) e as reuniões fechadas (essas são reservadas apenas aos membros). Frequentei apenas as reuniões abertas, também intituladas reuniões temáticas, pois sempre partem de um tema, como por exemplo, a vivência da espiritualidade, a perseverança, a vivência dos passos etc., sempre com base na experiência de um membro que dá seu depoimento de forma mais detalhada nesta reunião. Tenho frequentado as reuniões de I.P. com assiduidade, inclusive agendei para eles um painel de I.P. para ser realizado na escola em que trabalho (em um painel de I.P., alguns membros organizam uma apresentação sobre o funcionamento da irmandade e sua filosofia, utilizando um retro-projetor e transparências).

Iniciei a pesquisa de campo em um grupo de uma região periférica da cidade, por várias vezes estive presente não apenas nas reuniões abertas deste grupo, mas também passei por ali nos horários de início, momento em que alguns membros chegam por volta de dez a quinze minutos antes, e ficam por ali 'batendo papo'.

Com o passar dos dias fui percebendo a rotatividade dos membros, não perguntei nada, apenas observava, depois comecei a tomar conhecimento das atividades de outro grupo de região mais central da cidade, então resolvi ir até esse grupo. Foi aí que notei com mais clareza que os membros não ficam presos a uma determinada localidade, mas permeiam, de acordo com o desejo de cada um, diversos grupos.

Por esse motivo, entre os questionários distribuídos para que fossem respondidos, muitos não foram devolvidos (pedi que respondessem e devolvessem no mesmo dia, mas houve o argumento de que não estavam acostumados a escrever, que preferiam trazer outro dia), pois alguns membros eu não encontrei mais, mesmo tendo tomado o cuidado de me certificar de que eram membros com determinado tempo de grupo, creio que tenham sido desencontros mesmo, pelo fato de não estarmos presentes nas mesmas reuniões. Desta forma tive que rever as minhas estratégias. Numa ocasião, com a ajuda de um membro, distribuí os questionários a todos que estavam presentes e os recolhi no mesmo dia, alguns antes de iniciar a reunião, outros depois do término, mas esse também foi um procedimento difícil, pois vários dos membros se dispersam rapidamente, alguns chegam e saem com a reunião em andamento.

4.4 Caracterização dos sujeitos

Devido a algumas especificidades dos grupos anônimos de ajuda mútua, estatisticamente é quase impossível uma representação de sua realidade. Mas N.A. possui um costume a partir do qual é possível fazer algumas inferências de forma aproximada. Quando um adito decide ingressar no grupo, ele recebe uma ficha branca, semelhante a um chaveiro. Periodicamente, receberá outra ficha semelhante à primeira, com diferença da cor, para cada período de tempo limpo. Com um mês limpo o membro receberá outra ficha de cor distinta, assim como aos dois, aos três e aos seis meses, e também ao completar um ano, um ano e meio, e dois anos. Depois disto, a cada ano recebe mais uma ficha, mas a partir daí sempre da cor preta. É possível fazer uma

estimativa dos membros que estão atuantes por meio da contagem das fichas que foram entregues. A quantidade de fichas brancas entregues é a mesma quantidade de ingressantes; as fichas cor de laranja são para os membros que permaneceram um mês limpos, e assim sucessivamente.

No questionário que apliquei, em que trinta e oito membros responderam, as informações obtidas foram referentes à idade, grau de escolaridade, estado civil, sexo, tempo de frequência no grupo e tempo limpo (a partir do momento em que um adito consegue abster-se da droga, diz-se que está limpo, a contagem do tempo 'limpo' é interrompida se houver uma 'recaída', mesmo que seja uma única vez e que continue frequentando o grupo). Destes, onze foram entrevistados. Inicialmente apresento os dados quantitativos.

Dentre os que responderam o questionário, seis membros (16%) são do sexo feminino e 32 membros (84%) são do sexo masculino, a predominância de homens é bem marcante, e é perceptível assim que se chega ao grupo.

Quanto ao estado civil, é bem maior o número de membros solteiros, que são 25 (66%) dos membros, e 13 (34%) são casados, a proporção é de dois solteiros para um casado, lembrando que, entre os solteiros, encontram-se os que já viveram um casamento ou pelo menos uma união estável.

Quanto à idade, três membros (8%) têm até vinte anos de idade, 15 membros (40%) têm entre vinte a trinta anos, 10 (26%) têm entre trinta a quarenta anos e 10 membros (26%) têm acima de quarenta anos, a maioria dos membros são jovens entre vinte e trinta anos de idade.

Em relação ao grau de escolaridade, dois membros (5%) não concluíram o Ensino Fundamental, nove membros (24%) têm o Ensino Fundamental completo, 24 membros (63%) concluíram o Ensino Médio e três (8%) têm o Ensino Superior. Muitos membros argumentaram ter voltado a estudar depois que começaram a participar de N.A., inclusive disseram que, alguns, depois que conseguem ficar um tempo limpos, afastam-se do grupo para este fim, e não é raro voltarem depois de uma recaída. Há reuniões em diversos horários para possibilitar que os aditos possam voltar a estudar e trabalhar, pois muitas vezes conciliar os horários de trabalho e estudos é complicado.

Sobre o tempo que participam do grupo, 12 membros (32%) estão em N.A. há até um ano, três membros (8%) estão no grupo entre um a dois anos, nove (23%) frequentam o grupo de dois a quatro anos, nove membros (23%) estão em N.A. entre

quatro e sete anos, e quatro pessoas (12%) acima de sete anos (dentre esses últimos está o fundador com 24 anos, e outros dois membros com 15 e 12 anos de frequência nos grupos).

Quanto ao tempo que estão limpos, é preciso lembrar que a contagem do tempo realizada por eles é interrompida cada vez que se tem uma recaída, independente se foi uma única vez que utilizou a substância, ou se o fez por um período prolongado; por exemplo, houve um membro com sete anos de frequência que teve uma recaída, e agora conta com dez meses limpo; outro estava com sete meses, teve uma recaída e conta com dois meses limpo; outro estava com treze anos de grupo e há um ano e quatro meses teve uma recaída e recomeçou a contagem nesta ocasião. Quando ocorre uma recaída, em muitos casos o membro se afasta por sentir vergonha, ou por não ter forças para retomar o processo de recuperação. Eles contam até mesmo os dias que estão limpos, sem fazer uso de qualquer substância que altera o humor. Dentre os trinta e oito que responderam o questionário, 18 membros (46%) estão limpos há até um ano, quatro (11%) de um a dois anos, oito membros (21%) entre dois a quatro anos, quatro membros (11%) de quatro a sete anos e quatro membros (13%) possuem mais de sete anos de sobriedade, dentre esses últimos há um com 24 anos de sobriedade.

4.5 O processo de recuperação, um novo estilo de vida

Nas entrevistas realizadas me direcionei pelo entendimento dos membros sobre a própria mudança de vida, se houve, e como isso ocorreu. O quanto essa mudança implicou em aprendizagem, e qual a contribuição daqueles aspectos dos grupos anônimos que considerei importantes neste processo: a espiritualidade, a autogestão e a ajuda mútua, como também dos Doze Passos e das Doze Tradições. Uma vez que conheço a dinâmica desses grupos em alguma medida, foi inevitável o confronto do que observei e ouvi nos grupos durante a pesquisa de campo, com a minha experiência e minhas concepções já formuladas, ainda que eu tenha buscado certo distanciamento. De certa forma, além de pesquisadora, me vejo nesse processo, como parte do objeto/sujeito da pesquisa, pois não entrei nos grupos para pesquisá-los e conhecê-los, mas deles eu já tinha um conhecimento empírico de quase dez anos. O diferencial existente entre os grupos de ajuda mútua, com adjetivo anônimo e sem o adjetivo, não

foi de difícil constatação por esse motivo. Foram 11 os membros entrevistados e os dados são os seguintes:

Quadro 2: tabela de dados referente aos membros entrevistados

Entrevistados	idade	sexo	Grau de escolaridade	Tempo de grupo
1	45	M	Ensino médio	24 anos
2	42	M	Ensino médio	8 anos
3	30	M	Ensino médio	10 meses
4	47	M	Fund. incompl.	15 anos
5	20	F	Fund. incompl.	7 meses
6	43	M	Fund. incompl.	6 anos
7	32	M	Superior compl.	5 anos, 5 meses
8	28	M	Ensino médio	6 anos
9	41	M	Ensino médio	7 anos
10	25	M	Ensino médio	2 anos
11	32	M	Superior compl.	14 anos

Dados obtidos nas entrevistas realizadas pela pesquisadora

Como já ficou dito anteriormente, existem grupos anônimos de ajuda mútua voltados para os mais diversos problemas, inclusive de naturezas distintas, como para dependentes, pessoas com doenças crônicas, familiares de dependentes, pessoas com problemas psicológicos etc., e de acordo com o depoimento de diversos membros, eles utilizam o programa de recuperação de N.A., com base nos Doze Passos, em diversas outras situações de suas vidas. Desta forma, neste momento, penso que posso me referir a este programa de forma mais generalizada quanto ao seu público alvo, e objetivo de utilização, obviamente que a dependência química continua em pauta, devido ao objeto/sujeito da pesquisa que se volta para este caso específico, contudo minha sugestão é de que o leitor reflita sob uma perspectiva mais ampla.

Assim como nos grupos de ajuda mútua em geral (inclusive os que não possuem o adjetivo anônimo), em Narcóticos Anônimos é corrente a ideia de que só entra em processo de recuperação aquele que investe na mudança de comportamento. O ‘simples’ fato de se abster da substância química não constitui recuperação, ou seja, a abstinência não basta, é necessário um processo que leve a pessoa a atingir a sobriedade. Além disso, como a dependência química é entendida como uma doença que não tem cura, e esta é uma declaração da O.M.S. desde a década de 1960, é necessário que esse

processo seja ininterrupto, e pelo resto da vida, para que se mantenha a sobriedade alcançada; para ilustrar essa necessidade trago a declaração de um dos entrevistados de que um dos membros mais antigos de N.A. que ele conhece, com mais de vinte anos na condição de limpo, voltou ao uso da substância química; na declaração de outro membro que já passou por uma recaída depois de vários anos limpo, “Neste momento [da recaída] é como se recomeçasse a usar de onde parou, a compulsão é a mesma, a mente fica fechada e a gente esquece tudo o que aprendeu em N.A.” (entrevistado nº 9). De acordo com Barros (2001), esse processo consta de três etapas, que envolvem três aspectos sucessivamente, um processo que não pára na sobriedade. A abstinência está ligada ao aspecto físico, a sobriedade está ligada ao aspecto mental e psicológico, e em terceiro lugar está a serenidade que envolve o aspecto espiritual. O programa de recuperação é entendido como um programa espiritual, que almeja atingir a pessoa em seu espírito. Na concepção dos membros, a pessoa que não desenvolve um relacionamento com O Poder Superior Amável (o Deus de sua compreensão que seja amável, mesmo que seja por substituição), não vai conseguir manter-se limpa, física, mental e espiritualmente.

Concordei com essa afirmação a respeito da serenidade, pois eu a experimento e acompanhei bem de perto a experiência de várias outras pessoas neste sentido, porém meu esforço é no sentido de dar a compreender e defini-la melhor. De acordo com o depoimento de um dos membros:

Eu não conheço o meu Deus, eu não sei o jeito que ele é, o tamanho que ele é, eu sei que tudo [pelo qual] às vezes eu clamo a ele, desde que eu to fazendo tudo certo, eu nunca precisei pedir nada em troca, ele sabe das minhas necessidades, não sou eu, porque se deixar pra mim, eu quero tudo, né? Eu quero tá em primeiro lugar em tudo, eu quero ter tudo que todo mundo tem, eu quero ter as coisas que o outro tem, muitas vezes esses são meus defeitos de caráter, e eu vou buscar a espiritualidade nesse aspecto [...] isso pra mim é espiritualidade é chegar no final do dia, igual hoje, olhar pra trás [e ver] eu não prejudiquei ninguém, não ofendi ninguém, não roubei ninguém, não maltratei ninguém, não machuquei ninguém, não enganei ninguém, coisa que eu fazia tudo ao contrário antigamente (entrevistado nº 4).

Na concepção deste entrevistado, a vivência da espiritualidade está ligada à mudança de comportamento, e essa mudança lhe possibilitou reconquistar a confiança das pessoas; segundo ele, até mesmo as chaves de casa, os seus familiares não deixavam mais em suas mãos. E na declaração de outros “[...] espiritualidade é comportamento” (entrevistado nº 9), “O terceiro passo não se relaciona à religião, mas sim a

comportamento” (entrevistado nº 2), outro declarou que quando identifica um defeito de caráter em si, que fica demonstrado em sua atitude, tenta encontrar um princípio espiritual contrário a esse defeito, e ainda “tem muito adito que é um anjo na sala e um demônio em casa” (entrevistado nº 2), de modo geral busca-se a coerência no novo modo de vida, no novo jeito de viver adquirido pelo adito, que seja perceptível em seu comportamento por onde quer que vá. De acordo com Barros (1997), por meio dos passos cultiva-se o aperfeiçoamento de certas virtudes. Como proposta da vivência de uma espiritualidade, a única oração utilizada nos grupos (todos os grupos de que tenho conhecimento) é a oração da serenidade, e sua fórmula varia de um grupo para outro, permanecendo a idéia central: “Deus, conceda-me *Serenidade* para aceitar as coisas que eu não posso modificar, *Coragem* para modificar aquelas que eu posso e *Sabedoria* para reconhecer a diferença”. A súplica que se faz nesta oração está ligada ao comportamento, ao desejo de se alcançar um modo de proceder com serenidade, coragem e sabedoria, aceitando ou tentando mudar uma determinada situação. De acordo com o comportamento da pessoa no grupo, o pessoal já sabe “ele vai recair e [um membro] recaiu” (entrevistado nº 3), esta afirmação de um membro é comum nos grupos de ajuda mútua em geral, as pessoas que param de usar a substância e não mudam o comportamento são chamadas de adito seco. Da abstinência, que é um aspecto físico, deve-se chegar à sobriedade, que está ligada às emoções, e da sobriedade é importante que se atinja a serenidade, que está no plano espiritual, no comportamento, nesse novo jeito de viver da pessoa que segue esse programa.

O relacionamento com O Poder Superior é sucedido pela mudança de comportamento, a partir da qual pode-se dizer que se alcançou a serenidade, especialmente no que se refere aos relacionamentos. No depoimento de vários membros, para quase todos, há o entendimento de que com o passar do tempo vivendo “para usar drogas” (entrevistado nº 5), eles acabaram se isolando das pessoas e do mundo à sua volta. Perdeu-se o amor próprio, o afeto, o carinho, o respeito, a humanidade, a sensibilidade: “[...] a droga rouba tudo, e você só percebe que roubou quando você pára, você vive em outro mundo paralelo, e fica ali sozinho, pra mim tudo tinha que ser do meu jeito, eu queria era usar o resto não interessava [...] eu não ia nem a festas de família mais” (entrevistado nº 3). Além da incapacidade para o diálogo e a disposição para brigas, o modo de vida na sociedade como um todo, no trabalho, com os amigos, tudo fica deteriorado. “O grande lance do programa está nessa mudança de

vida” (entrevistado nº 8), “O programa de N.A. é um programa de auto-conhecimento, ele nos mostra quem somos de verdade, e não aquele personagem que a gente criava sob o efeito das drogas” (entrevistado nº 7): considerando este depoimento, se o que se vivia nos tempos de adição ativa era representação de um personagem criado para viver sob o efeito da droga, com a mudança de vida o que se manifesta é o verdadeiro eu de cada um. “Os passos me dá a capacidade de voltar para o interior e analisar o que está errado para que eu busque satisfação em certas coisas [exteriores], coisa que não acontece na sociedade em geral” (entrevistado nº 8), com esta afirmação o membro quis dizer que na sociedade não se oferecem a oportunidade e as condições necessárias para uma revisão de vida, isto é, para a busca da serenidade. Ele ainda completa: “Com o programa eu consigo analisar em busca do quê que eu to, e eu não to em busca de fama, de dinheiro, de poder, nada disso, eu to em busca de ser uma pessoa melhor, meu único objetivo é esse” (idem).

Para que a espiritualidade seja vivenciada, para que o adito inicie um processo de recuperação, entre os membros, entende-se que não podem haver imposições, a pessoa tem que querer, por esse motivo nenhum adito jamais é convidado a participar do grupo. A ele as portas sempre estarão abertas, mas a iniciativa tem que ser unicamente dele.

De modo geral, de acordo com muitos aditos, a ausência de imposições é o que os mantém no grupo inicialmente, é comum a afirmação “eu não sou bom em seguir regras, foi por isso que eu fiquei em N.A., porque tudo é sugerido, nada é imposto” (entrevistado nº 3), “geralmente adito odeia seguir regras” (entrevistado nº 9), neste sentido entende-se que “O grande lance é a imposição, ninguém impõe nada a ninguém, os líderes existem, são os membros mais velhos que orientam o grupo de acordo com a experiência” (entrevistado nº 7). A possibilidade de opinar, de manifestar-se nas decisões do grupo é considerada por todos como um fator que gera um sentimento de pertencimento, de que fazem parte de algo maior, do qual dependem as suas vidas. N.A. possui algumas regras para serem seguidas, mas não tem quem manda e, teoricamente, ninguém tem que seguir, porque são apenas sugeridas. Mas no final das contas, todos sabem da necessidade de seguir as regras, que são as Doze Tradições, caso contrário o grupo fecha. Desta forma, todos acabam se comprometendo, é um sentimento que vai se formando no interior da pessoa, sem imposições, e nada é exigido daquele que não se compromete. Em geral, os Passos e as Tradições não são questionados, os membros que

se envolvem com a dinâmica do grupo, inclusive na estrutura de serviço, entendem que se funcionam para que eles se mantenham limpos, como nenhuma outra coisa havia funcionado até então, não tem por que mudar, embora se entenda que se algum dia a maioria das pessoas de N.A. desejar essa mudança, é perfeitamente possível que ela ocorra.

No entendimento de alguns membros, a igualdade de condições dentro do grupo gera um clima amistoso que favorece as partilhas, em que as pessoas se sentem mais à vontade para falar (entrevistado nº 5), porque sabem que não serão coibidos, pois todos têm o direito de se expor (entrevistado nº 6). Vários membros argumentaram que hoje, de modo geral em suas vidas, têm mais facilidade para se comunicar: “Eu não tinha mais diálogo, não sabia mais conversar [...] hoje eu sei me comportar porque N.A. me ensinou” (entrevistado nº 3). De acordo com esse membro, em seu trabalho ele representa uma pessoa capaz de organizar os debates que surgem entre os funcionários, nestes casos ele é sempre chamado a ajudar, a organizar a situação, isso foi possível depois de sua vivência dentro de N.A., que para ele não tem chefe, mas não tem bagunça, “ninguém fala por cima um do outro, o pessoal levanta a mão e espera a sua vez, e quando um recém-chegado vai falar por cima do outro, toma logo uma ‘pancada’, da próxima ele já sabe, tem que levantar a mão, ele pode falar, mas tem que esperar a sua vez” (entrevistado nº 3), embora eu não tenha presenciado uma cena em que um membro atravessa a fala do outro. O andamento das reuniões flui quase naturalmente, quando é o momento de cada um dar o seu depoimento, segue-se a ordem da disposição das cadeiras, Quando alguém não quer falar, todos ficam olhando para ele, esperando a sua reação, por meio de um olhar, um sinalizar de mãos para que outro possa falar. É comum também utilizar a expressão consciência coletiva do grupo: numa situação que presenciei de tomada de decisão, um dos membros perguntou “vamos consultar a consciência coletiva?” (membro não entrevistado, este tem 17 anos e pouco mais de um ano de grupo). O grupo está sempre em primeiro lugar, a partir do entendimento de que o bem de cada um depende do bom andamento do grupo.

A camaradagem existente entre os membros é algo que merece destaque, para exemplificar houve um fato que ilustra bem isto. Em uma reunião aberta um membro estava dando seu depoimento, começaram a lhe fazer perguntas – nas reuniões abertas, ao final, há um tempo para perguntas, o objetivo é a troca de experiência, aprender com a experiência do outro – ele estava respondendo, mas em determinado momento ficou

sem jeito com as palavras e disse “Eu tô um pouco nervoso” (membro não entrevistado, com este não tive nenhum outro contato além desta reunião aberta que registrei no diário de campo). Imediatamente vários membros o apoiaram, dizendo quase ao mesmo tempo “tamo junto aí companheiro”. Ele disse que era justamente essa capacidade do grupo de compreendê-lo, a afetividade e as amizades que tinha feito que o mantinham em recuperação. Um dos entrevistados salientou essa importância também para a sua recuperação, do “tamo junto” (entrevistado nº 7), que se revelou quando ele chegou em N.A. logo pela primeira vez, pois imediatamente alguns membros anotaram alguns telefones e endereços em um folder e o entregaram, anotaram também o dele, dizendo que se precisasse de qualquer coisa poderia contar com eles, que, se quisesse, poderiam voltar ao grupo juntos na semana seguinte.

Em N.A. costuma-se apontar para a existência de uma lista extensa de princípios, um que foi citado por alguns membros é o que se refere à necessidade da honestidade (consigo mesmo), mente aberta e boa vontade. Para N.A., o último aspecto deste princípio é diferente de força de vontade (comumente as pessoas aconselham que se tenha força de vontade para realizar algo, por ser de difícil realização, para além das forças do indivíduo, como parar de beber ou fumar), pois esta idéia leva a pessoa a se voltar para si própria e acreditar que seja capaz de algo sozinha, por si só; ao contrário disto, a boa vontade leva a pessoa a se abrir para ouvir e aprender, nesta perspectiva há a possibilidade de interação. Ao contrário de afirmar a própria força, há que se reconhecer a própria fraqueza, como sugere o primeiro passo que é um “[...] marco decisivo na trilha de volta à sanidade, é também o início da conversão para uma prática filosófica que se contrapõe à perspectiva cultural dominante e representa sua libertação da armadilha em que se transformou, para ele, a proposição de Protágoras” (BARROS, 2001, p. 95), de que o ‘homem é a medida de todas as coisas’, neste sentido a vivência do primeiro passo se opõe à idéia de que o homem está no centro, uma idéia antropocêntrica, a partir da qual acredita que tudo que quer, pode e consegue, acima de qualquer coisa. Por esse motivo, nos grupos, acredita-se que a força de vontade não seja suficiente, é necessário que se tenha boa vontade, que se ‘abra a mente’, e ainda mais, que seja honesto consigo mesmo, que reconheça as próprias fraquezas e até mesmo as recaídas, pois de acordo com um membro “tá todo mundo vendo que a pessoa não tá sendo honesta, mas ninguém vai falar nada, ela tá enganando ela mesma” (entrevistado nº 3).

Um membro declarou que começou a frequentar N.A. porque foi ameaçado de ser colocado para fora de casa pelos pais (entrevistado nº 10). Na declaração de outros, eles não procuraram Narcóticos Anônimos, na realidade o que procuraram foi uma ajuda depois que tudo desmoronou, e foram decidindo ficar por razões diversas. O reconhecimento da mudança no direcionamento da própria vida, nos próprios comportamentos, é geral entre aqueles com os quais tive contato. Nos relacionamentos familiares, nos relacionamentos afetivos, no trabalho. Alguns argumentaram que reconquistaram a confiança da família, um que agora conseguiu permanecer com uma namorada (entrevistado nº 8), que segundo este, antes não conseguia manter por optar pela droga, outros se esforçaram para aproximar-se e serem perdoados pelo pai (entrevistado nº 3), argumentando sobre a melhoria na qualidade deste relacionamento, um afirmou que teve que conquistar aos poucos a confiança dele, pois eram muito distantes um do outro, disse que agora vai pescar com o pai (entrevistado nº 10), coisa que nunca havia feito antes; argumentaram que as explosões de temperamento são menos freqüentes, com menor intensidade, outros dizem que conseguem dialogar, que aprenderam a conversar (entrevistados nºs 3, 5, 6, 7 e 11). Algo que, na afirmação de um membro, foi muito importante, foi o fato de ter adquirido a capacidade de respeitar o outro, o diferente em relação à etnia, sexualidade, religião, entre outros; que hoje possui a ‘mente aberta’ para a revisão de suas concepções, especialmente no que se refere ao preconceito (entrevistado nº 10). Uns dizem que adquiriram a capacidade de entender os problemas das outras pessoas, de se colocar no lugar do outro, um deles afirmou que, no trabalho, era chamado de carrasco, porque não tinha ‘dó’ dos colegas de trabalho (ele é técnico em segurança do trabalho, e os equipamentos de segurança são de sua responsabilidade; quando os trabalhadores apareciam sem o equipamento, ele os mandava para casa, fazendo com que eles perdessem o dia de trabalho), mas afirma: hoje é diferente, porque consegue ver o lado da pessoa. Na declaração de outro, as mudanças ocorreram, mas porque ele mudou, porque o mundo continua o mesmo, o “bar está no mesmo lugar, fui eu que saí daquele mundo” (entrevistado nº 4).

No depoimento dos membros é perceptível a ligação do uso de drogas com seu comportamento, na realidade esse é um discurso de Narcóticos Anônimos, o problema não são as drogas, mas sim o comportamento destrutivo que leva às drogas: “As drogas é apenas uma conseqüência de uma forma inadequada de viver” (entrevistado nº 7), por esse motivo, no primeiro passo de N.A., adaptado de A.A., houve um desvio de foco:

em A.A. o foco é a substância, em N.A. o foco é a adição (a dependência); se em A.A. se diz que “Admitimos que éramos impotentes perante o **álcool** [...]”, em N.A. se diz “Admitimos que éramos impotentes perante a nossa **adicação** [...]”. Esse desvio se deu por dois motivos: em primeiro lugar para resolver o problema da identificação, para não referir-se a apenas uma substância, o que impediria que pessoas com dependências de substâncias distintas da referida no grupo viessem a frequentá-lo, por exemplo, se dissessem que a impotência é perante a maconha, encontrar-se-ia, aí, um impedimento para o dependente de cocaína ser membro. Em segundo lugar, parece que se acredita mesmo que o maior problema não é a droga, mas o comportamento da pessoa. De acordo com um membro, “o problema não é a droga, mas a droga de pessoa que eu sou” (entrevistado nº 2): o depoente não demonstrou, neste depoimento, nenhum sentimento de autopiedade, ele estava querendo apenas dizer que precisa mudar em seu modo de agir e de viver, caso contrário não se livrará das drogas. Para outro membro o motivo que o levou a usar drogas foi o mesmo que o levou a N.A., foi o desejo de mudança de vida, por causa de algo, que não sabia identificar, que estava errado, mas hoje acredita que o ‘algo’ errado era um vazio interior. E o que era para ser uma solução (as drogas), tornou-se um problema ainda maior. Na realidade, nesta mudança de vida ele buscava algo para satisfazer essa carência interior, e, no seu entendimento, o mais

[...] gratificante foi perceber que eu não precisava mudar a sociedade em geral, eu não precisava mudar meu pai ou minha mãe, nem qualquer outra pessoa a minha volta. A única pessoa que eu precisava mudar era eu mesmo e, conseqüentemente, essas outras coisas acabariam, não se modificando, mas a forma como eu enxergava elas mudaria. (entrevistado nº 8).

Associo a sua conclusão com a ideia de Buber (1987), assim como de outros pensadores como Mahatma Gandhi (2004), de que a **única** revolução possível é no nosso interior, conseqüentemente o mundo se torna um pouco melhor se eu me tornar melhor. E o processo de aprendizagem que se estabelece nos grupos possibilita essa mudança de vida (revolução interior), por meio de um programa espiritual, os Doze Passos, e da vivência da autogestão, que é garantida pelas Doze Tradições. Estes aspectos possibilitam a interação, a ajuda mútua, a cooperação, a vivência da dádiva.

Nos depoimentos dos membros é perceptível que há certa coerência, que os membros convergem entre si, por exemplo, no que se refere a não imposição de regras, à necessidade de mudança de comportamento, à necessidade de cooperação entre eles, como também em relação à espiritualidade que não pode ser imposta: “A imposição não

tem espiritualidade” (entrevistados n^{os} 3 e 7). De fato, ninguém pode nos obrigar a ter fé e a vivê-la de alguma maneira. Entendendo a espiritualidade como mudança de comportamento nas coisas mais elementares da vida, como a forma de relacionar-se com as pessoas, na família ou no trabalho, isto também não se obriga, e se em algum momento o adito tomar alguma atitude movido por coação, como ir a reuniões do grupo, isto só resultará em mudança de vida se houver um convencimento interno. Existem algumas comunidades terapêuticas que realizam entrevistas particulares com o adito, pois muitos familiares o pressionam e o levam sob pressão. Depois da entrevista o adito é aceito como interno somente se manifestar uma livre decisão de permanecer em recuperação, este procedimento deve-se ao fato de que a recuperação só se realiza a partir de uma decisão pessoal. Uma mudança de comportamento movida por coação será esporádica, apenas para manter as aparências, ou para evitar ser colocado para fora de casa, por exemplo; esta mudança deve surgir de dentro da própria pessoa, ela tem que estar convicta do que quer. Esse convencimento se dá, em primeiro lugar, quando o adito reconhece a sua necessidade de recuperação e procura o grupo por iniciativa própria, e depois por meio do ‘testemunho’ da vivência de outras pessoas, neste caso, dentro dos grupos, por meio da percepção de que a vivência do programa funciona para viver livre das drogas.

A ajuda mútua é consequência da vivência da espiritualidade, da mudança de comportamento, uma vez que na mudança de comportamento supõe-se uma nova maneira de relacionar-se com as pessoas, com O Poder Superior na forma como cada um O conceba, e consigo mesmo; a autogestão propicia uma interatividade entre os membros, que se expressa na ajuda mútua, pelo fato de não haver um ‘dono’, ou um responsável que seja pago pelos serviços a serem realizados, de não receberem doações de fora, a responsabilidade pela manutenção do grupo é de todos, quanto aos serviços e financeiramente, é necessário que haja cooperação. É uma obrigação não imposta, isto parece contraditório, mas não é, uma vez que quem está ali entende que da manutenção do grupo depende a sua sobriedade, sua serenidade, enfim, a sua vida.

Pensando a partir do discurso dos membros: o que os faz permanecer no grupo é a ausência de imposições, a liberdade de escolha, por assim dizer; essa permanência os faz perceber que algo ali funciona para que os membros mais antigos tenham permanecido e encontrado um novo jeito de viver, essa constatação os convence e faz com que se submetam ao mesmo processo a que os outros aderiram, a vivência dos

Doze Passos, a partir dos quais se cultiva um relacionamento diferente do habitual com O Poder Superior, consigo mesmo e com o outro; em outras palavras, cultiva-se uma mudança de comportamento, a espiritualidade. A vivência da espiritualidade, uma vez que é mudança de comportamento (numa linguagem religiosa diz-se conversão, no sentido de desvio de rota) e inter-relação; isto os leva à vivência daquele aspecto central da dádiva, a ajuda mútua. Mas esse é um processo dinâmico, e não linear, pode ser até mesmo concomitante, da mesma forma que os passos podem ser vivenciados dois ou mais ao mesmo tempo.

4.6 Explicitando o lugar da educação nos grupos anônimos de ajuda mútua

No decorrer de toda a dissertação o aspecto educacional, tanto a partir dos grupos anônimos de ajuda mútua, quanto aquele processo tácito na nossa sociedade, que produz diversos fenômenos sociais anômicos, está colocado, mas de forma implícita. Neste item apresento diversas possibilidades de articulação das práticas de N.A. com a educação de forma explícita, abordando alguns autores e concepções pedagógicas, apenas como possibilidades encontradas e consideradas, para depois me deter em dois autores especificamente (os apresento mais adiante), esta opção se deu pelo caráter não impositivo dos grupos, pela existência de algo que propicie aos membros uma tomada de consciência em um processo de aquisição da autonomia, uma liberdade que torna a pessoa capaz de fazer as escolhas mais adequadas assumindo responsabilidades. Neste processo não está pressuposto o uso de meios coercitivos para que haja aprendizagem e, conseqüentemente, mudança de vida. De acordo com as leituras e observações realizadas até o momento, em minha concepção, a aprendizagem em N.A., de modo geral, se apresenta como uma educação afetiva, filosófica e valorativa, como sugere Bucher (1992b), na medida em que possibilita o estreitamento dos laços entre as pessoas, a revisão de valores, concepções e comportamentos, numa educação mais voltada para valores morais que aos valores não morais¹³, ou seja, que valoriza mais o ser que o ter, em que se busca cultivar valores como honestidade, liberdade, verdade etc, acima do prazer unicamente pelo prazer e a qualquer preço, e o ter pelo ter, como um fim em si mesmo.

¹³ É necessário ressaltar que, valores não morais não é o mesmo que valores imorais.

Para elencar e discutir sobre a articulação da educação na dinâmica dos grupos anônimos de ajuda mútua, ou seja, ao processo de aprendizagem que possibilita a vivência de um novo estilo de vida, essa discussão poderia ser demasiado longa se fosse considerar todas as possibilidades levantadas por mim até este momento de forma mais aprofundada. Penso que a articulação dos grupos com estas possibilidades de abordagens educacionais, ou entre algumas delas, seria possível e até mesmo desejável, mas, da mesma forma, esbarraria na questão do tempo a ser empregado nesta pesquisa.

Depois de todas as reflexões e leituras realizadas, e de quase tudo escrito, consegui acessar a única produção acadêmica de que tenho conhecimento, que relaciona a dinâmica desses grupos à educação (que persegui desde o início do ano de 2010). É uma tese de doutorado de 2001, de Luiz Ferri de Barros, da USP. Faço algumas alusões a este autor, mas sem aprofundamento, nem mesmo no que toca ao essencial de seu texto. Ele faz referência a São Tomás de Aquino, ao pragmatismo de John Dewey, como também a Platão, Sócrates e Aristóteles, entre outros. Anteriormente imaginei a possibilidade de fazer alguma referência à educação salesiana, por causa da espiritualidade, e da tradição educacional dos salesianos, que deu origem à linha de pesquisa do mestrado em educação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL), cujo programa me permitiu a realização desta discussão: a Educação Sócio-comunitária. O primeiro texto que li a esse respeito, de Paulo de Tarso Gomes (2006), faz referência a uma máxima deste sistema educativo, argumentando sobre a síntese existente na educação salesiana, entre as posições aristotélica e platônica, que se expressa no princípio “Educar o bom cristão e o honesto cidadão”.

Em sua interpretação do aspecto educativo dos grupos anônimos de ajuda mútua, Barros (2001) argumenta que a re-educação do membro tem seu começo no reconhecimento de suas limitações frente ao seu problema, iniciada pelo *metron*. De acordo com Barros (2001), em sentido contrário ao Humanismo originário das proposições de Protágoras, o transcendente é um pressuposto deste processo, nos três primeiros passos, a partir de uma proposta de re-educação que se volta para o espírito, em oposição a um processo educacional voltado para o utilitarismo. Nos passos seguintes, propõe-se a busca do autoconhecimento que, no entendimento deste autor, está em consonância com a máxima socrática “Conhece-te a ti mesmo”, e por meio do qual se objetiva criar as condições necessárias para uma profunda transformação, comparada à metanoia, objetivada por Platão (apud BARROS, 2001). Neste processo,

chega-se ao reconhecimento dos próprios defeitos de caráter e, para superá-los, sugere-se o cultivo das virtudes, no qual Barros (2001) identifica as quatro virtudes cardeais definidas por São Tomás de Aquino: prudência, fortaleza, justiça e temperança. De acordo com Barros “[...] o que se pode identificar nos Doze Passos, como preceitos de Santo Tomás, não se refere à sua condição de *filósofo cristão* propriamente dita, mas à de discípulo de Aristóteles.” (2001, p. 98, grifos do autor). De acordo com o direcionamento das discussões deste autor, penso que, também nos grupos anônimos de ajuda mútua, possa ser identificada uma síntese dos pressupostos aristotélicos e platônicos, o que justifica minha decisão de deixar essa discussão para outra ocasião.

No processo de recuperação inerente aos grupos anônimos de ajuda mútua, que tem sua espinha dorsal nos Doze Passos, há algumas práticas importantes para a sua viabilização. Em meu entendimento, o costume do apadrinhamento, de o membro escolher um ‘conselheiro’, uma pessoa com a qual tenha afinidade, que seja de sua confiança e que, acima de tudo, seja alguém capaz de orientá-lo no seu dia-a-dia, mais especificamente no que se refere às dificuldades de se manter limpo e à vivência do programa para alcançar este fim, mas não se restringindo a apenas isto, constitui um meio eficaz de prática educativa. Como em geral esta relação de padrinho e afilhado se dá entre membros de N.A., mas não necessariamente¹⁴, a identificação é garantida, estabelece-se uma relação, entre iguais, de troca de experiência. Ao refletir sobre suas dificuldades para alcançar e manter a sobriedade, Bill Wilson chega à conclusão de que seu amigo Ebby, por ser também um alcoólico, ou seja, uma pessoa que passou pelos mesmos dilemas que ele para viver uma vida saudável e equilibrada, teria as condições necessárias para ajudá-lo, indo ao seu encontro até o fundo da caverna em que está preso e retirá-lo de lá. No meu entendimento, a partir desta constatação, Bill já estava iniciando o costume do apadrinhamento. Nesta analogia realizada por Bill, pode ser identificada a alegoria da caverna de Platão, entendendo que uma pessoa mais experiente pode ajudar um iniciante, por meio da orientação, de uma práxis educativa e até mesmo terapêutica, a libertar-se da adição (esta palavra é definida por N.A., como: escravo de) e de todos os problemas decorrentes dela.

De modo geral, a escolha do padrinho é voltada para aquele membro que passa uma orientação capaz de introduzir o recém-chegado em N.A. neste processo de recuperação, foi exatamente isso o que aconteceu entre Bill e Ebby. Pode ser que isto

¹⁴ Pessoalmente, não conheço, nem de ouvir falar, nenhum caso de apadrinhamento por parte de pessoas que não sejam membros de N.A., mas esta possibilidade existe, não há restrições quanto a isto.

não ocorra logo de início, que leve um tempo para essa escolha, mas esta identificação, a capacidade de passar uma orientação, de assimilação e de troca entre as partes, é indispensável. Por esse motivo essa escolha também não é definitiva, podendo ser ‘revogada’ por ambas as partes. Quando o afilhado considerar que as suas necessidades de orientação não mais estejam sendo supridas pelo padrinho, o que pode se dar por razões diversas, ou quando o padrinho considerar que não está havendo um entendimento entre ele e o afilhado, também por razões diversas, essa relação pode ser rompida e redirecionada de acordo com as afinidades e necessidades do adito a ser apadrinhado. Nestas situações, não percebi a ocorrência de traumas, me parece que, de modo geral, são encaradas com naturalidade, como parte do processo.

No processo educacional do sistema preventivo de Dom Bosco, de acordo com Santos (2000), a orientação um a um encontra valor e significação prática educativa na confissão. Dom Bosco considerava da mais extrema importância o atendimento de confissões e colóquios, que consistia na orientação dos educandos um a um, e insistia em que o confessor fosse estável, para que o educando tivesse a oportunidade de ser acompanhado de perto e atendido em suas necessidades. Esta prática não haveria de se referir apenas à dispensa de um sacramento, mas a uma prática educativa de fundamental importância para Dom Bosco, na acepção da sua ação natural e sobrenatural, oportunizados pelas relações entre o educando e seu diretor espiritual, que deveria ser de abertura sincera de uma parte, e correspondente receptividade e direcionamento, conselhos e animação de outra.

Relacionar as práticas dos grupos com uma pedagogia voltada para a educação do coletivo, como é a proposta de Anton Makarenko (2005) no seu “Poema Pedagógico”, e a proposta de uma educação como prática de liberdade contida na “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire (1987), também são possibilidades que se apresentaram coerentes, mas optei por uma abordagem que, em meu entendimento, não é a única possível e nem mais importante do que as outras, sendo possível até mesmo uma articulação entre elas, mas isto demandaria também mais leituras e tempo para reflexão. No que se refere às diversas possibilidades de debates e relações da aprendizagem ocorrida nos grupos anônimos de ajuda mútua com abordagens teóricas distintas, limito-me às considerações realizadas até este momento, me referenciando, a partir daqui, especificamente a Santo Agostinho e Silvio Gallo.

Não há possibilidade de prescindir do aspecto espiritual como base dos grupos anônimos de ajuda mútua, mas é preciso deixar claro que espiritualidade aqui está muito longe de se referir a uma relação de caráter intimista com o transcendente (mas supõe, sim, intimidade), é uma relação dialógica entre o sobrenatural e o natural, entre o transcendente e o imanente, entre o que está no interior de cada pessoa e no seu exterior, no mundo à sua volta. Partindo desta relação, que pode ser definida como na vertical, há uma valorização e redirecionamento das relações, digamos, na horizontal, ou seja, das pessoas umas com as outras e delas com o mundo que as cerca, e é possível perceber que o processo educativo que aí se verifica tem nestas relações a sua base: de cada um consigo mesmo, com o Poder Superior, com o outro e com o mundo a sua volta.

Para esta abordagem, decidi fazer referência ao texto “De Magistro”, de Santo Agostinho, e a algumas idéias relativas à educação libertária, a partir de leituras de Silvio Gallo. A decisão por essas referências se deu, em primeiro lugar, pelo caráter de autogestão das atividades dos grupos; em segundo lugar, pela observação da importância atribuída, pelos membros, à liberdade e à ausência de imposições, e em terceiro, uma vez que não há imposições, acredito que seja preciso algo que estimule o despertar da consciência, que toque a pessoa em seu interior, para que se torne possível a mudança de vida proposta pelo grupo. A referência à emergência deste ‘algo’ que estimule interiormente o aprendiz e, conseqüentemente, a mudança de vida, encontrei no “De Magistro”, de Santo Agostinho, que faz referência ao ‘mestre interior’. Vou me manter nestas últimas idéias, pelas quais já havia me decidido primeiramente. Espero deixar estas questões mais claras até a conclusão deste capítulo.

Nos depoimentos dos membros durante as entrevistas realizadas, como também em conversas informais, foi geral a referência ao caráter não impositivo das ‘regras’ existentes em N.A., à possibilidade de participação em igualdade de condições entre todos os participantes, e à necessidade de cooperação para que o grupo funcione. De acordo com os membros, N.A. não tem chefes nem donos, contudo, observa-se que “N.A. não tem chefe, mas não tem bagunça, ninguém fala por cima um do outro” (entrevistado nº 3). Uma organização metódica e ritualizada, assimilada por todos, garante a funcionalidade do grupo. É interessante observar que N.A., de acordo com o entrevistado nº 8, é mais do que parece ser, é mais do que uma ‘simples’ reunião (sempre tive essa mesma impressão, mas não sabia defini-la). Inerente à prática simples dos grupos, há uma variedade de práticas que são assimiladas e utilizadas de forma tão

natural e espontânea, que para um visitante, alguém que esteja de passagem, ou um observador desatento, pode passar despercebida.

O caráter autogestionário dos grupos é um desses recursos que, até mesmo para os membros, desligados de suas vivências, não faz sentido, pois a atuação destes recursos está estritamente ligada a uma prática desvinculada de qualquer aprofundamento no que se refere a teorias de qualquer natureza, os estudos e aprofundamentos existentes nas práticas de N.A. voltam-se para a ação direta, como a mudança de comportamento, por exemplo. De acordo com Gallo (2007), a dimensão filosófica e política do anarquismo é constituída pela “[...] negação de toda e qualquer autoridade e a afirmação da liberdade. O próprio ato de transformar essa atitude radical em um corpo de ideias abstratas, eternas e válidas em qualquer situação seria a negação do princípio básico da liberdade” (GALLO, 2007, p. 20). Para este autor, o anarquismo deve ser considerado como um ‘princípio gerador’, uma atitude básica, que pode adquirir as mais variadas características particulares, de acordo com o contexto histórico e social a que está veiculado. Gallo (2007) aponta para quatro princípios básicos da anarquia: autonomia individual, autogestão social, internacionalismo e ação direta. Entendo que nesses princípios estão pressupostas a vivência da liberdade pelo indivíduo e pelo grupo. Nos grupos a aquisição da liberdade do indivíduo ocorre no processo de recuperação, a liberdade e a autonomia do grupo fazem parte deste processo.

No depoimento de um dos membros, ao referir-se à liberdade (entrevistado nº 8), ele a definiu como a aquisição mais importante no seu processo de recuperação, referindo-se a uma capacidade de exercer a sua liberdade com responsabilidade, como uma capacidade de fazer escolhas, que antes não possuía. Neste sentido, a vivência da liberdade a partir dos grupos, em meu entendimento, pode ser definida como uma habilidade que deve ser conquistada no processo de recuperação.

A perspectiva anarquista de educação assume um caráter político, com o objetivo de denunciar as injustiças e desmascarar o sistema de dominação e exploração, que na sociedade atual é fomentado pelo capitalismo – a partir de uma crítica ao sistema educacional vigente, mantido pelo Estado e por instituições privadas de ensino, na maioria dos casos, confessionais – como também de despertar nos indivíduos a consciência da necessidade de uma revolução social. Embora os grupos anônimos de ajuda mútua possuam um caráter autogestionário, e viabilizem uma aprendizagem que propicia uma mudança no estilo de vida da própria pessoa, a ideia de revolução está

estritamente ligada, pode-se dizer assim, à transformação da própria vida, não assume uma posição política de atuação para a transformação social – tomando aqui, como referência, a idéia de Buber (1987) como também de Mahatma Gandhi (2004), de que a única revolução possível é no interior da pessoa.

A convergência do anarquismo e dos grupos anônimos de ajuda mútua está na defesa do direito ao exercício da liberdade, tanto do indivíduo, que não sofre qualquer tipo de imposição, e é estimulado a agir unicamente de acordo com sua vontade e entendimento da sua necessidade de recuperação no grupo, como do próprio grupo, que não se envolve com qualquer assunto que lhe seja externo, justamente para evitar que questões ligadas a dinheiro e poder venham a possibilitar a interferência de outras instâncias nas suas questões, o que poderia submetê-lo a autoridades individuais, direcionando-o de acordo com interesses alheios aos interesses do grupo, de ambição por dinheiro e poder, desta forma a autonomia do grupo estaria em jogo.

Na sua apresentação da educação anarquista, que toma a liberdade como princípio, Gallo (2007) refere-se a duas vertentes diferenciadas, tanto no que se refere à concepção como ao modo de agir. Uma propõe a educação *por intermédio* da liberdade, tomando-a como um *meio*, a outra propõe a educação *para* a liberdade, esta tomando-a como um *fim*.

Pensando a educação por meio da liberdade, Gallo (2007) argumenta que a liberdade é concebida como uma característica natural do indivíduo, o que pressupõe uma pedagogia não-diretiva, em consonância com a perspectiva de Rousseau encontrada no “Emílio”. Para este autor isto é um equívoco, pois, a partir desta perspectiva, o único resultado possível é “[...] aquela suposta liberdade individualizada característica das perspectivas liberais” (GALLO, 2007, p. 24).

Para Gallo (2007), o ideal é tomar a liberdade como um fim, que deve ser conquistado e construído socialmente; a educação não deve partir dela, mas objetivar chegar a ela, desta forma:

Metodologicamente, a liberdade deixa de ser um princípio, o que afasta a pedagogia anarquista das pedagogias não-diretivas, por mais estranho que possa parecer aos olhos de alguns, a pedagogia anarquista deve partir, isto sim, do princípio de autoridade (GALLO, 2007, p. 24).

Mas este ponto de partida se deve ao fato de a escola estar inserida num contexto que tem a autoridade como princípio. Para que a educação anarquista seja coerente com

a sua intenção de transformação das estruturas sociais de dominação e exploração, deve tomar a autoridade como princípio não para justificá-la, mas para superá-la. Desta forma o processo pedagógico deve ser um processo gradual de desconstrução da autoridade. Esta deve ser uma forma de agir positiva e ideológica, tendo em vista que, em nenhum sentido, a educação é neutra, pois sempre está fundamentada “[...] numa concepção de homem e numa concepção de sociedade” (GALLO, 2007, p. 25). Nas palavras de Gallo (2007), de acordo com as concepções de homem e sociedade vigentes, a educação anarquista deve educar um indivíduo “desajustado” para este modelo de sociedade capitalista.

Na concepção anarquista, a única educação possível de levar à transformação é aquela que se faz desvinculada do sistema ao qual se opõe, gerador das estruturas injustas e explorações sociais; uma educação que tenha autonomia, que seja autogestionária. Espontaneamente, os grupos anônimos de ajuda mútua se constituíram como uma ‘organização’ alheia aos esquemas sociais vigentes, sem vínculos, ou seja, autogestionária, e isto é bastante significativo se se entender o contexto social, econômico e cultural atual como um condicionante das compulsividades, como portador de uma doença da qual a adição às drogas, entre outras, é um sintoma. Nesta ‘organização’ está pressuposto um processo ao qual o membro deve se submeter para superar o seu problema, e este “deve” não é uma obrigação, mas uma necessidade ou uma condição à qual o membro se submete se quiser, mas aos poucos vai se convencendo desta necessidade de desconstrução das condições que o mantém vinculado às drogas, que o escraviza. Este processo é, ao mesmo tempo, terapêutico e educacional, em busca da liberdade.

Para relembrar, na perspectiva anarquista de educação, o objetivo primordial é a transformação da sociedade, mas não é este o caso dos grupos anônimos de ajuda mútua, ali a possibilidade está para uma transformação pessoal. De acordo com Gallo (2007), tomar a autoridade como princípio no processo educacional só faz sentido quando se volta para crianças, em um processo em que a sua liberdade é conquistada de forma gradual. Voltando aos grupos anônimos de ajuda mútua, em geral eles são voltados para um público que não é mais, ao menos etariamente, infantil – ainda que seja infantil em outro sentido, já que, normalmente, o dependente se mostra incapaz de fazer uso de sua ‘liberdade’ sem se prejudicar ou prejudicar a outros, ele se acha livre para fazer o que bem entender, o seu processo de construção da liberdade foi

interrompido, se é que teve um início. No entender de um membro de N.A., as suas decisões durante a adição ativa sempre o levaram para os piores lugares; para outro, a liberdade com a capacidade de fazer escolhas, que não implicasse em prejuízos para si ou para outros, foi conquistada no grupo de N.A. – em meu entendimento, foi forjada neste processo educativo ao qual ele aderiu.

Mas se antes da participação em N.A. não existia esta compreensão da liberdade, e a capacidade de utilizá-la adequadamente, se não há nos grupos uma determinação do que deve ser feito, que força há neste processo educativo capaz de provocar mudanças tão radicais na vida das pessoas que a ele aderem? Que força é essa que possibilita a construção da autonomia e da liberdade da pessoa? As explicações acerca de todos os prejuízos que o dependente possa ter em decorrência da adição, sobre o quanto seria vantajoso para ele “simplesmente” deixar as drogas, não são suficientes, pois, sendo desta forma, outro tratamento qualquer poderia resolver o problema em igual medida. De acordo com afirmações diversas, esses grupos são os mais bem sucedidos na sua abordagem do problema em questão, inclusive os seus críticos reconhecem isto, como é o caso de Bucher e Costa (1988). Até mesmo o argumento em favor da própria vida parece não produzir o efeito desejado, haja vista a quantidade de pessoas que são assassinadas por causa da droga, e todos sabem que correm esse risco, como também os que morrem em decorrência de doenças advindas do abuso de substâncias químicas, ou que são agravadas por elas. Conheço inúmeros casos de pessoas que passaram por ambas as situações e mesmo sabendo dos riscos não conseguiram se recuperar. Sensibilizar o dependente acerca do sofrimento que acarreta a outros, de modo geral, é insuficiente, pois como disse um adito “Eu quero que aquele véio morra” (pensava o entrevistado nº 5 em relação ao pai durante a adição ativa), ou “Tudo tinha que ser do meu jeito, que se f..., nada me interessava, eu queria era usar, o resto não me interessava” (entrevistado nº 3), e não só estes, mas tantos outros, quando se referiam às relações familiares num contexto de adição ativa. E o que dizer daquele meu amigo que encontrei em uma festa de N.A.? Depois de várias prisões, inúmeras tentativas de seus familiares para ajudá-lo a se recuperar, ainda assim, durante décadas nesta vida, se tornara um criminoso.

Para me referir a esta questão, a existência desta ‘força’ capaz de tocar interiormente uma pessoa, e suscitar a emergência neste, de uma vontade, de um estímulo que o leve a uma (re) aprendizagem que possibilite uma radical mudança de

vida e a conquista da autonomia e da liberdade com a capacidade de fazer escolhas, quero me referir a Santo Agostinho, mais especificamente ao livro “De Magistro”. Em um diálogo com seu filho, Adeodato, Santo Agostinho (2004b) constrói uma argumentação para demonstrar que Deus é a verdade que ensina interiormente, na medida da capacidade de cada um e de sua fé. As coisas que se podem perceber pelos órgãos dos sentidos, como os próprios sentidos, são mediadoras, ou seja, instrumentos desta aprendizagem. No que se refere às coisas que se pode conhecer pelo uso da razão, aprendemos consultando a verdade interior, o único mestre da verdade que habita em nós. O professor é um orientador do aluno que descobre o conhecimento dentro de si. Nos grupos, o próprio grupo exerce esse papel de facilitador, que estimula, mas é ao estreitarmos a nossa relação com O Poder Superior que esse processo torna-se possível. Neste processo o grupo de N.A. é apenas um facilitador, que não possui a habilidade de ensinar, mas apenas de estimular e facilitar que se aprenda por meio da busca pela própria ‘verdade’, que é distinta de pessoa para pessoa, pois cada um possui a sua história, com suas singularidades. Neste sentido de busca de solução para os próprios problemas, a verdade é subjetiva.

De acordo com N. A. (1993), cabe apenas à pessoa saber se é um adito ou não. Uma vez que se identifique como um adito, o primeiro passo em direção à recuperação é o reconhecimento de sua fraqueza diante de sua adição, de que é impotente e não tem forças para deixar de usar drogas sozinho, o que também pode ser direcionado para diversas outras situações de sua vida. No segundo passo, uma vez que o adito se reconheça impotente, limitado diante de suas dificuldades, é necessário encontrar algo para suprir essa fraqueza, então, neste passo, a sugestão é o reconhecimento da existência de um Poder Superior que possa ajudá-lo a superar as próprias fraquezas. Uma vez que se acredita neste Poder Superior, e que Ele seja capaz de ajudá-lo, nada mais coerente do que entregar-se e deixar que esse Poder Superior Amoroso, como sugere o terceiro passo, o ajude com suas dificuldades que, na compreensão dos próprios aditos, mais do que na própria droga, estão no seu modo de vida, no seu comportamento desregrado, na falta de sensibilidade, entre tantos outros defeitos de caráter potencializados e adquiridos no período de adição ativa.

No entendimento dos membros de N.A., a imaturidade é uma característica do dependente, pois de acordo com eles, quando a pessoa começa a usar drogas, é como se o seu amadurecimento emocional ficasse suspenso. Isto se deve à *compulsão* pela

substância, ou seja, ao fato de não conseguirem ficar sóbrios e estarem sempre sob o efeito da droga, e quando não estão, a única coisa que conseguem fazer é pensar em usar, como uma *obsessão*. Desta forma, as relações ficam destruídas, perde-se a sensibilidade, o amor, perde-se tudo. Os aditos ativos só conseguem pensar em si próprios, em mais nada e em mais ninguém, isto acontece, como já vimos, de acordo com o depoimento de vários membros; para N.A. (1993), é o *egocentrismo* que se manifesta. O amadurecimento psicológico e mental leva à sobriedade, libertando o adito desta obsessão, equilibrando-o. Ao conseguir mudar o seu comportamento diante das pessoas e dificuldades, interagindo mais, superando o egocentrismo, ocorre aqui o amadurecimento espiritual, um aspecto que está ligado à espiritualidade. Neste momento, pode-se dizer que o adito conquistou a serenidade. Esse processo de amadurecimento ocorre por meio da vivência dos passos e, em meu entendimento, além de terapêutico, é um processo educativo, e de acordo com N.A. (1993), “Este é um programa para aprender” (NARCÓTICOS ANÔNIMOS, 1993, p. 17), a partir do qual a pessoa irá aprender a reconstruir suas relações. Mas a primeira relação a ser reconstruída é a relação com um Poder Superior que seja Amoroso, pois “[...] a única diretriz sugerida é que este Poder seja amoroso, cuidadoso e maior que nós” (NARCÓTICOS ANÔNIMOS, 1993, p. 26). Por esse motivo os três primeiros passos se direcionam para este relacionamento. Na vivência dos passos iniciais o adito se abre a essa força, se abre ao Poder Superior Amoroso. No entendimento de Santo Agostinho (2004b), este é o único mestre da verdade. Um mestre capaz de ensinar o adito a viver de modo diferente e construir novos padrões de relacionamento, na inter-relação e cooperação. Somente a partir desta nova forma de relacionar-se, desta aprendizagem primeira, ele se torna capaz de aprender a partir das experiências das outras pessoas.

Quando um adito chega ao N.A., ele encontra um grupo que possui uma dinâmica que flui de forma espontânea. Ali passa a se relacionar com diversas pessoas que passaram pelas mesmas dificuldades que ele em relação às drogas, em que cada um se encontra num momento diferenciado na vivência do programa. Essa dinâmica espontânea se apresenta ao recém-chegado como algo diferenciado de tudo que já presenciou na adição ativa, ele percebe que ali algo funciona, isto facilita sua adesão ao programa, pois, ao ouvir os depoimentos dos outros aditos, o recém-chegado ouve a própria história, e reconhece as histórias que ouve como verdade conhecida pela sua própria experiência. Este aspecto confere à dinâmica do grupo credibilidade, pois,

parafrazeando Santo Agostinho (2004b), quando ouve estas coisas, não acredita pelas palavras de outros, mas pelas próprias experiências. De acordo com um membro antigo e experiente de N.A., que hoje atua como consultor em clínicas de recuperação, quando ele participa de algum debate ou ouve alguém falar sobre a adição, em determinadas situações, percebe que a pessoa “não sabe de nada” (entrevistado nº 1), que “está falando bobeira” (idem), porque essa pessoa nunca viveu na pele o problema da adição. Em sua opinião ela tem muito pouco a oferecer, porque além de não saber, age como se soubesse.

Em N.A. e nos grupos de ajuda mútua (inclusive os que não possuem o adjetivo anônimo) em geral, ninguém vai encontrar respostas prontas, costuma-se evitar até mesmo dar conselhos. O adito é levado a encontrar suas próprias respostas, a partir das quais se elabora a solução para o seu problema nas relações que estabelecem uns com os outros e com o Poder Superior Amável, o único mestre da verdade. O método utilizado pelo grupo neste processo é semelhante à maiêutica socrática, embora não se faça ao adito nenhuma pergunta, mas, na realidade, ele já vem para o grupo com uma série de questões a serem resolvidas, ou seja, as perguntas já estão postas. Neste processo a pessoa é estimulada a extrair de dentro de si a sua ‘verdade’, ou seja, a buscar a solução para o seu problema, um conhecimento no contato com ‘O mestre interior’. Mas o encontro com esta verdade deve, também, ser mediado pelos contatos exteriores, com o mundo. Esta solução difere de pessoa para pessoa, porque cada um tem a sua história, com suas especificidades. De acordo com Santo Agostinho (2004b), a nossa compreensão das coisas ocorre quando, estimulados pelos fatos exteriores, consultamos ‘O mestre interior’, sendo este “[...] a eterna Sabedoria, que toda alma racional consulta, mas que se revela ao homem na medida de sua boa ou má vontade” (AGOSTINHO, 2004b, p. 401). De acordo com Buber (2007), quando uma pessoa realmente tem determinação, chega mesmo a ouvir uma ‘voz interior’ de natureza distinta, que pode ser entendida como sendo a voz da consciência. Para o autor, quando fala o ‘Absoluto’ numa relação mútua, a possibilidade de heteronomia moral é inexistente, pois a reciprocidade que se estabelece não se impõe, mas quer ser abraçada livremente e esta relação “[...] nos dá algo a apreender, mas não nos dá o apreender, nosso ato tem que ser basicamente um ato próprio, para que se nos manifeste o que deve ser manifestado, aquilo que, em cada indivíduo se deve manifestar a si mesmo” (BUBER, 2007, p. 95). A autonomia moral deve ser construída nesta relação, mas de forma consciente e livre.

Os relacionamentos reconstruídos redirecionam a vida do dependente em sentido distinto, é quando argumentam “[...] não precisamos mais usar, e isto é uma grande liberdade” (NARCÓTICOS ANÔNIMOS, 1993, p. 24). Bem sabemos que o motivo que leva essas pessoas a se unirem está longe do altruísmo. A procura se dá por problemas existenciais que são julgados como sem solução, “quando o mundo desmorona” (entrevistados n^{os} 3 e 8), mas basta uma observação um pouco mais atenta para perceber que, ou se constrói essa relação, se não desinteressada, mas que se interesse também pelo outro, em que se descobre que “[...] dar é tão abençoado como tomar” (BUBER, 1987, p. 34), ou não se conquistará a ‘liberdade’ que se procura. Desta forma “[...] que eles se reúnam, então, e se deixem cingir as mãos por um mesmo laço, por causa da liberdade *maior*, eis o que é comunidade” (idem, grifo do autor). É na vivência desta relação entre um Eu e um Tu, entre a pessoa e o seu semelhante, e também entre a pessoa e o seu Deus (segundo a própria compreensão), uma relação que se efetiva horizontal e verticalmente, mas que pertence a um mesmo movimento sem distinção ou cisão, que se concretiza uma comunidade, em que se aprendem novas formas de relacionar-se, de transformação da relação Eu Algo, em uma relação Eu Tu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É na vivência de uma espiritualidade que resulta uma mudança de comportamento e a construção de novos padrões de relacionamentos. É por meio de um sistema autogestionário, de cooperação, que se torna possível a vivência da ajuda mútua. Todos estes elementos se expressam na dádiva, nos quais encontra-se a possibilidade de recuperação de um adito em N.A., como também de outras questões existenciais em outros grupos anônimos de ajuda mútua. Este sistema propicia a formação de comunidade, por meio de uma sociabilidade que se configura como primária, em que a ajuda mútua é primordial. Em uma comunidade como N.A. ocorre a ajuda mútua, que se apresenta no entendimento de Buber (1987), como um processo construtivo no qual o ajudante assume um lugar divino, e esta ajuda propicia a educação mútua para a autodescoberta, o autodesenvolvimento, a capacidade de ajudar é sinal de liderança como um desígnio de Deus, o único que tem o poder para governar ao se manifestar na consciência coletiva do grupo, a liderança é exercida pelos membros mais solícitos para a ajuda.

A educação propiciada neste processo é algo espontâneo e não planejado, cuja intencionalidade não está estabelecida, a intenção explícita é os membros ajudarem-se mutuamente para superarem uma questão existencial comum, de modo geral, é muito mais interpretada como terapêutica do que educacional. Contudo, as condições para que a aprendizagem ocorra estão colocadas, uma vez que há a necessidade de mudança de vida, e se o modo de vida que se sabe viver não é capaz de dar conta dos problemas do adito, para viver de outro modo, é necessário que se aprenda este novo modo de viver, um modo de vida distinto daquele que produziu e produz as compulsões, diferente do modo de vida preponderante na sociedade atual, de cunho capitalista neoliberal. Em N.A. aprende-se um estilo de vida baseado na dádiva, numa perspectiva autogestionária e autossustentável que, aliada à participação por identificação, contribuem de forma bastante significativa para o processo de aprendizagem que ocorre nos grupos, pois a vivência destes aspectos leva os membros a perceberem que o grupo depende de cada um, que todos são corresponsáveis pelo andamento da irmandade, e por isto têm que “arregaçar as mangas”, numa vivência de cooperação em que se aprende por meio das próprias experiências e das experiências dos companheiros partilhadas, como também da partilha da responsabilidade para a manutenção do grupo.

A articulação dos diversos elementos, recursos e práticas existentes em N.A. é uma força capaz de provocar essa mudança no modo de vida do adito, uma transformação no seu interior, uma *revolução* que, sendo no interior, de acordo com Buber (1987), é a verdadeira revolução, a partir da qual, creio que, embora não seja objetivo de N.A. uma revolução social, seja possível uma transformação em âmbitos mais amplos, ou seja, a partir da abertura para que um Poder Superior Amável possa agir, uma vez que redireciona os relacionamentos, conduz à vivência da dádiva, desta forma a comunidade se concretiza em perspectivas distintas das prevalentes na sociedade atual, numa perspectiva que supera o individualismo, o narcisismo, o utilitarismo, entre outros. Assim, a transformação pessoal, do interior da pessoa, é (ou pode ser) sucedida por uma transformação social mais ampla, uma vez que, nos grupos, ao perceber esta mudança nos membros mais velhos, os recém chegados passam a buscá-la também. Mas esta possibilidade surge de uma necessidade; não sejamos românticos a ponto de acreditar que o desejo de mudança seja espontâneo, por abnegação e altruísmo, na realidade ele advém do próprio sofrimento que precisa ser superado. Desta forma, quero crer que o que ocorre é o estabelecimento de uma comunidade consciente da necessidade de sua existência e manutenção, mesmo que depois disto os membros adquiram gosto pelas relações de reciprocidade. A aquisição deste gosto acaba ocorrendo como uma regra, e é desejável que seja assim, mas obviamente tem exceções, como toda regra.

Neste processo o indivíduo tem que assumir a responsabilidade pela própria mudança de vida, sem esperar pela mudança das pessoas ou situações à sua volta. Percebendo que se pode conquistar a liberdade abrindo mão dos velhos padrões apreendidos na vivência em uma sociedade individualista e competitiva, em que as relações estão circunscritas aos próprios interesses imediatos. Em contraposição ao narcisismo é proposta a crença em um Deus pessoal, capaz de se relacionar com o humano e lhe conferir a tão desejada liberdade, mas uma liberdade complementar com a do outro, que agrega e é capaz de criar vínculos, por meio da vivência da dádiva, em que a relação não é pontual, de ruptura, mas pressupõe o estabelecimento dos laços; em certa medida há a percepção de que no consumismo o ter se sobressai ao ser. Neste processo se aprende que o ser é de maior valor, por isto a busca de mudança.

A união a ser estabelecida em uma comunidade como N.A., entre seus membros, deve ocorrer em nome de Deus, da forma como o concebam, no encontro imediato de

uns com os outros, na reciprocidade das relações, em um único movimento que se manifesta em dar, receber e retribuir. A proximidade e o encontro que se estabelecem entre as pessoas se tornam possíveis por elas serem responsáveis por tudo, pois desta forma ocorre a abertura para a cooperação e a ajuda mútua.

Além dos fatores individuais que podem levar uma pessoa à dependência química, os quais não foram abordados neste trabalho, autores diversos apontam para a existência de um conjunto de fatores ambientais, desde as relações primárias, até os contextos sociais, culturais e econômicos como condicionantes do processo de estabelecimento da adição. Para N.A., como para os grupos de ajuda mútua em geral, não importam os fatores condicionantes deste processo, o que importa é a livre decisão de cada um de se pôr a caminho da recuperação, em busca da própria transformação de vida. Isto quer dizer que, se o processo de adição é resultado de um conjunto de fatores, inicialmente, o caminho inverso supõe uma adesão pessoal, mas em seguida supõe um processo de reaprendizagem, em que as relações devem ser reconstruídas sob outras perspectivas que não sejam individualistas e utilitárias, mas na dádiva, que abarca uma espiritualidade pluralista, a autogestão e a ajuda mútua.

Não redutíveis ao modelo utilitário, de cunho capitalista neoliberal, os grupos anônimos de ajuda mútua apresentam-se como uma forma de sociabilidade baseada na dádiva, nas relações que estabelecem vínculos, de cooperação e de ajuda mútua, entre as pessoas e entre as pessoas e o ‘sagrado’, a partir das quais aquela (re) aprendizagem para a vivência em comunidade é possível, à qual a pessoa adere dependendo de sua vontade, ou no exercício de sua liberdade, impulsionada pelo seu Poder Superior Amável, o único e verdadeiro mestre, que se encontra no interior de cada um. Neste processo, ao indivíduo é restituído o caráter de pessoa que passa a pertencer a uma comunidade, consciente da necessidade desta convivência.

É importante ressaltar que, de acordo com o depoimento de diversos membros, para que ocorressem mudanças no estilo de vida do adito “o mundo não mudou” (entrevistado nº 4), quem muda neste contexto é o dependente. Mas como o surgimento e estabelecimento destes grupos e sua dinâmica de atuação ocorreu de forma espontânea, creio que direcionado pelo ‘mestre interior’, pelo Poder Superior Amoroso – e isto não fica difícil de concluir ao analisar a história de Bill Wilson e a proposta de vivência dos Doze Passos. A associação da adição como sintoma de uma doença, que está no âmbito do contexto sócio-econômico-cultural, ou seja, da sociedade capitalista

de cunho neoliberal, individualista, consumista, hedonista, utilitarista, narcisista, que condiciona as relações humanas em todos os setores, não é direta nos grupos, embora se encontrem sinais de referências indiretas. Por esse motivo creio que a possibilidade de se voltar para um ‘velho’ modo de vida cultivado por muito tempo, que faz parte do contexto do adito, excetuando as relações no grupo, e enraizado na sociedade, é como um fantasma que ronda a sua vida, por esse motivo há a necessidade de vigilância constante para não se render aos apelos do dinheiro e do poder, do individualismo e do egoísmo, e conseguir viver com serenidade em meio a uma sociedade que sucumbe a estes apelos constantes, sob pena de recair, de ser levado de volta às drogas, uma vez que a sua compulsividade é entendida como algo sem retorno.

Francamente, não vejo possibilidade de utilizar um programa como este adotado por N.A., estando de fora do contexto em que se quer intervir ou atuar. Uma vez que a proposta é de um programa espiritual pluralista, comunitário e autogestionário, de ajuda mútua e cooperação, não há ruptura entre o que, supostamente, seria ‘contratante’ e aquele que seria o suposto ‘contratado’, entre quem presta um serviço e o que necessita dele, de pessoas que se reúnem em torno de um problema existencial comum a fim de encontrar para ele uma solução. Parece bastante óbvia a ideia de se unir para resolver um problema comum, mas as pessoas demoram tanto a se render a essa ideia, isto quando se rendem. Isoladas cada uma no seu mundo, em meio a uma ‘selva de pedras’ e às multidões das grandes cidades, em muitos casos as pessoas chegam à beira da loucura e da degradação, conforme o caso das diversas compulsividades como a dependência química ou os problemas psicológicos, como a depressão.

Neste sentido, entendo como Buber (1987), que o surgimento da ‘nova comunidade’ deve ser consciente, mas não apenas de sua necessidade para resolver um problema existencial pessoal, embora diversas pessoas possuam o mesmo problema, porém acredito que se possa ir além, entendendo estas questões como sociais, sabendo bem das suas raízes, que se deram na vivência e no cultivo do individualismo, por haver ocorrido uma separação da interdependência ‘natural’ das pessoas. Não há mais a possibilidade de uma volta para uma vida em comunidade como antigamente, mas podemos construir outra totalidade, que se constitua, da mesma forma que antes, espiritualmente autêntica e verdadeira, uma vez que não se pode voltar ao estágio que já foi superado e que a racionalização e a mecanização da sociedade é um processo sem volta. A expectativa é de possibilidade de construção desta nova sociabilidade a partir

do que está posto atualmente, de construir um novo modo de se organizar socialmente de forma consciente, e desta maneira, como no entendimento de Buber (1987), não mais ‘viver-um-no-outro’, como antes, mas de ‘viver-um-ao-lado-do-outro’ adaptado, então seremos ‘um com o outro’ e não apenas ‘um como o outro’.

Para Buber (1987), o desenvolvimento desse novo jeito de ser comunidade é realizável apenas por meio de um processo consciente, que parte da vontade de mudança de cada indivíduo, para a realização de uma verdadeira revolução social que parte do interior da pessoa humana. Uma vez que não deve ser estabelecido pela violência, deve ser produto de uma educação de cunho filosófico, que valorize a afetividade, para suprir o déficit das inter-relações, causado pelo instrumentalismo prevalente na sociedade atual, se faz necessário um processo educativo que seja distinto daquele que foi necessário para o surgimento das condições precisas para o desenvolvimento e estabelecimento daquele *ethos* capitalista apresentado por Weber (2004). Não seria esta uma possibilidade do despontar daquele ‘novo encantamento’ sugerido por Bucher (1992b)?

Uma vez que a adição se configura como um problema coletivo, que se manifesta num contexto social, econômico e cultural, e diante das constatações sobre a atuação dos grupos anônimos de ajuda mútua, creio que uma abordagem que nos é possível para trazer contribuições significativas no enfrentamento desta questão, deve se voltar para o estímulo desta forma de sociabilidade que deve ser baseada na ajuda mútua, na invocação comum do ‘Absoluto’, como na cooperação, ou seja, autogestão, espiritualidade e ajuda mútua. Retomando o já exposto anteriormente, esses três elementos são encontrados na vivência dos grupos anônimos de ajuda mútua, se articulam e, a meu ver, da forma como são vivenciados, podem ser entendidos, não de maneira isolada, ou lado a lado, mas como parte, como componentes da dádiva. Para os especialistas no tema, esta possibilidade é, com certeza, um desafio, pois há a necessidade de se envolverem diretamente num determinado contexto, com questões existenciais, dilemas pessoais, o que não é algo que possa ser tratado por alguém de fora do contexto imediato das pessoas implicadas.

Da parte do governo e da sociedade é necessário pensar, além da perspectiva da educação, também sobre a possibilidade de tratamento a ser oferecido ao adito e suporte para os familiares, pensando a partir da prática dos grupos anônimos de ajuda mútua, creio que educação e tratamento possa se dar num processo articulado, que propicie a

recuperação e a adoção de uma nova postura de vida. Entendo que as abordagens devem ser contrárias ao que acontece e sempre aconteceu; as intervenções repressivas não devem ser o enfoque central (mas também não devem ser negligenciadas), priorizando as intervenções sob a perspectiva do sujeito e não das drogas, pois por mais que se avance no controle da distribuição da substância, quando um adicto precisa obtê-la ele sempre consegue; além disto, acredito que a prioridade deve ser o oferecimento de alternativas de vida saudáveis, em contraposição a um estilo de vida destrutivo que leva à adição.

A oferta desta alternativa de vida saudável pode se realizar por meio de uma educação a ser propiciada em um contexto comunitário, que fomente a sociabilidade primária, com atividades de cultura, esporte, lazer e, especialmente, que valorize a vivência de uma espiritualidade livre de preconceitos, capaz de respeitar as diferentes expressões religiosas. Este processo deve ser articulado de forma que possibilite à pessoa construir a sua liberdade, uma liberdade que abarque a liberdade do outro, que não segregue, mas que estabeleça laços, que torne a pessoa capaz de fazer as escolhas mais adequadas para a sua própria vida, mas que tenha em vista também o bem comum.

As reflexões realizadas neste trabalho suscitaram a necessidade e o desejo de outras mais, especialmente no que se refere à educação, que considero como possibilidades de pesquisas futuras, como é o caso da síntese das posições aristotélica e platônica, que se percebe na educação salesiana, que fica demonstrada no argumento de Gomes (2006), como também nos grupos anônimos de ajuda mútua, que se apresenta a partir da abordagem realizada por Barros (2001). Esta é uma possibilidade que me atrai, mas reservei para um momento posterior à defesa desta dissertação, talvez para o doutorado, uma vez que demandaria um tempo maior para pesquisa, que exigiria outras leituras além das realizadas neste processo.

O caminho percorrido durante esta pesquisa, cujo principal objetivo foi trazer contribuições para reflexão acerca do tema, tendo em vista a necessidade real de intervenções que propicie um avanço positivo no enfrentamento da adição, como também de outras compulsividades, que representam um impedimento para que as pessoas afetadas tenham qualidade de vida, me foi bastante gratificante e revelador, envolvendo diversos aspectos, tornando-o, a meu ver, um tanto complexo, o que permite um olhar da parte de especialistas que se voltam para a área da educação, da prevenção, dos grupos anônimos de ajuda mútua, da dependência química, etc. Espero que este

estudo propicie contribuições, que sejam efetivas, para o embate necessário a um avanço significativo para o enfrentamento da adição, e permita reflexões que sejam pertinentes acerca das diversas questões que foram abordadas neste trabalho.

REFERÊNCIAS

A.A., Alcoólicos Anônimos World Services. *Levar Adiante: a História de Bill Wilson e como a mensagem de A.A. Chegou no Mundo Inteiro*. São Paulo: JUNAAB (Junta de Serviços Gerais de Alcoólicos Anônimos no Brasil), 2004.

A.A., Alcoólicos Anônimos World Services. *Os Doze Passos e as Doze Tradições*. JUNAAB (Junta de Serviços Gerais de Alcoólicos Anônimos no Brasil), 1995.

A.A. Alcoólicos Anônimos. (*Livro Azul*). São Paulo, CLAAB, 1994.

Alcoólicos Anônimos: site oficial de A.A. no Brasil <http://www.alcoolicosanonimos.org.br/>. Consultado em 01 de abril de 2010.

AA 1 de Maio, grupo de Alcoólicos Anônimos on line. <http://www.aa1demaio.no.comunidades.net/index.php> consultado em 2 de maio de 2010

Álcool e Drogas sem Distorção (www.einstein.br/alcooledrogas) / NEAD - Núcleo Einstein de Álcool e Drogas do Hospital Israelita Albert Einstein. Disponível em http://apps.einstein.br/alcooledrogas/novosite/atualizacoes/cl_168b.htm Consultado em 24 de abril de 2010

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: _____; BRANCO, Pedro Paulo Martoni; (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira. Análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Perseu Abramo, Instituto Cidadania, 2005. p. 3-70.

ADORNO, Theodor W. ; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Martin Claret, 2004a.

_____. *De Magistro*. São Paulo: Martin Claret, 2004b.

ANDRADE, Arthur Guerra. SILVEIRA, Camila Magalhães. Álcool e seus efeitos sociais. *Psique Ciência & vida* – ano V – nº 52, 2010.

ANGELO, Claudio. MENA, Fernanda. Garota eu vou pra Califórnia: Legalização da maconha avança no exterior e debate esquenta no Brasil. *Folha de São Paulo*. SP: out. 2010. p. 3-5.

ANTONY, James C. Consumo nocivo de álcool: dados epidemiológicos mundiais. *Álcool e suas conseqüências*. São Paulo, Ed. Manole Ltda., 2009. Disponível em <http://www.cisa.org.br/UserFiles/File/alcoolesuasconsequencias-pt-cap1.pdf> consultado em 4 de março de 2010. p. 1-36.

BAILÃO, André Sicchieri. *A dialética do esclarecimento: o olhar crítico de Adorno e Horkheimer sobre a história do homem*. Disponível em <http://chacombolachas.wordpress.com/>. Consultado em 15 de novembro de 2010.

BALLANI, Tanimária da Silva Lira. OLIVEIRA, Magda Lúcia Félix. Uso de drogas de abuso e evento sentinela: construindo uma proposta para avaliação de políticas públicas. *Texto contexto - enferm.* 2007, vol.16, n.3, p. 488-494. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072007000300015&lng=pt&nrm=iso. Consultado em 10 de outubro de 2010.

BALLONE, G.J. Drogadicção e Personalidade. *PsiquWeb*. Disponível em www.psiqweb.med.br, revisto em 2008. Consultado em 8 de maio de 2010.

BARROS, Luiz Ferri. *A alquimia dos grupos anônimos de auto-ajuda*. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. Prudência, memória e docilidade na recuperação do alcoolismo. *Mirandum – Estudos e Seminários*. São Paulo, Ano I, n 2, maio/agosto de 1997. Disponível em <http://www.hottopos.com/mirand2/prudncia.htm>. Consultado em 15 de novembro de 2010.

BATISTA, Ilza Rosa et al. A. *Neurociências do uso de substâncias*. 2008. Disponível em <http://files.ladeq.webnode.com/200003290-e465dea86a/Neurociencia%20do%20Uso%20de%20Substancias.pdf>. Consultado em 20 de abril de 2010.

BERGERET, Jean. A personalidade do toxicômano. In: BERGERET, J.; LEBLANC, J. *Toxicomanias, uma visão multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 91 a 109.

BEY, Hakin. *Zona Autônoma Temporária*. Trad. Patrícia Decia & Renato Rezende. SP: Ed. Conrad, s/a).

BICCA, Carla; PEREIRA, Márcia Surdo; GAMBARINI, Maria Angélica. Conceitos, Diagnósticos e Classificação. In: PULCHERIO, Gilda; BICCA, Carla; SILVA, Fernando Amarante. (Orgs). *Álcool, outras drogas, informação: o que cada profissional precisa saber*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 3-14.

BUBER, Martin. *Eclipse de Deus*. Trad. Carlos Almeida Pereira. Campinas: Verus, 2007.

_____. *Sobre comunidade*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BUCHELE, Fátima; CRUZ, Débora Domiceli de Oliveira. Aspectos socioculturais relacionados ao uso do álcool e outras drogas. *Prevenção ao uso indevido de drogas: curso de capacitação para conselheiros municipais*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Antidrogas, 2008. p. 65-77.

BUCHER, Richard. A ética da prevenção. Brasília: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 2007, vol. 23, n. especial, p. 117-123. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23nspe/20.pdf>. Consultado em 10 de junho de 2010.

_____. *Drogas: o que é preciso saber*. São Paulo: FUSSESP (Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo), 1992a.

_____. *Drogas e drogadição no Brasil*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992b.

_____. Apresentação. In: _____ (Org.). *Drogas e a Vida: uma abordagem biopsicossocial*./ CORDATO – Centro de Orientação sobre Drogas e Atendimento a Toxicômanos. São Paulo: EPU, 1988. p. IX-XII.

BUCHER, Richard; COSTA, Priscila F. Modelos de atendimento aos usuários de drogas. In: BUCHER, Richard (Org.). *Drogas e a Vida: uma abordagem biopsicossocial*./ CORDATO – Centro de Orientação sobre Drogas e Atendimento a Toxicômanos. São Paulo: EPU, 1988. p. 69-80.

BURNS, John; FILHO, Walter Labonia. Tratamento – Grupos de ajuda-mútua Disponível em http://www.vilaserena.com.br/fundamentos_documentos/ajudamutua.doc. Consultado em 24 de junho de 2010.

CAILLÉ, Alain. *Antropologia do Dom: o terceiro paradigma*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Nem Holismo nem Individualismo metodológico: Marcel Mauss e o Paradigma da Dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Out. 1998. v. 13, n. 38. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300001&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Consultado em 17 de abril de 2010.

CAMARGO, Maria Thereza Lemos Arruda. Contribuição ao estudo Etnofarmacobotânico da bebida ritual de religiões afro-brasileiras denominada "jurema", à base de *Mimosa hostilis* Benth. Leguminosae - Mimosoideae e seus aditivos psicoativos. *Conferência realizada durante o X Simpósio Latinoamericano y VII simposio Argentino de Farmacobotanica* (Comodoro Rivadavia, Argentina 8 a 11 de abril de 2001) Disponível em <http://www.aguaforte.com/herbarium/jurema.html>. Consultado em 24/10/2010. Consultado em 30 de outubro de 2010.

CARDOSO, Ricardo Muniz de Mattos. *Só por hoje: um estudo sobre Narcóticos Anônimos, estigma social e sociedade contemporânea*. 2006, 113f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós graduação em História, Universidade Federal fluminense, Niterói, 2006.

CARLINI, Beatriz. Uso de drogas psicotrópicas no Brasil. *Prevenção ao uso indevido de drogas: curso de capacitação para conselheiros municipais*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Antidrogas, 2008. p. 52- 63.

_____. Jovens e drogas: saúde, política neoliberal e identidade jovem. In ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: Análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Perseu Abramo, Instituto Cidadania, 2005. p. 303-321.

_____ et al.. *I Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 107 maiores cidades do país*. São Paulo: CEBRID – Secretaria Nacional Antidrogas Psicotrópicas: UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo, 2002.

CARVALHO, César. *Contracultura, drogas e mídia*. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002. Disponível em <http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/handle/1904/18955>. Consultado em 24 de outubro de 2010.

COSTA, Ana Carolina L.L.; GONÇALVES, Elizabeth Costa. A sociedade, a escola e a família diante das drogas. In: BUCHER, Richard (Org.). *Drogas e a Vida: uma abordagem biopsicossocial*. / CORDATO – Centro de Orientação sobre Drogas e Atendimento a Toxicômanos; São Paulo: EPU, 1988. p. 47- 54.

DUARTE, Cláudio Elias; MORIHISA, Rogério Shigueo. Experimentação, uso, abuso e dependência de drogas. *Prevenção ao uso indevido de drogas: curso de capacitação para conselheiros municipais*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Antidrogas, 2008. p. 42-49.

DUARTE, Paulina do Carmo Arruda Vieira. Políticas públicas sobre álcool e outras drogas no Brasil. *Prevenção ao uso indevido de drogas: curso de capacitação para conselheiros municipais*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Antidrogas, 2008. p. 174-181.

FEBRAE, Federação Brasileira de Amor Exigente. Disponível em <http://www.amorexigente.org.br/section.asp?sectionID=54> Consultado em 28 de abril de 2010.

FREIRE, Eliana. O modelo Minnesota. *Revista Magis Cadernos de Fé e Cultura*, n. 47, julho 2005. p. 90-94. Disponível em <http://www.clfc.puc-rio.br/pdf/fc47.pdf> Consultado em 10 de março de 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GAABP, Grupo Alcoólicos Anônimos Brasil e Portugal
<http://www.aabrasilportugal.org/historia.htm> Consultado em 2 de maio de 2010.

GALLO, Sílvio. *Pedagogia Libertária: Anarquistas, Anarquismos e Educação*. São Paulo, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

GAMBARINI, Maria Angélica. Alcoólicos Anônimos. In: RAMOS, Sérgio de Paula & BERTOLOTE, José Manoel. *Alcoolismo Hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 217-222.

GANDHI, Mahatma. *A única revolução possível é dentro de nós*. Ed. Projeto periferia, 2004. Disponível em www.4shared.com. Consultado em 2 de janeiro de 2011.

GARCIA, Angela Maria. *E o verbo (re) fez o homem: estudo do processo de conversão do alcoólico ativo em alcoólico passivo*. Niterói: Intertexto, 2004.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2002.

_____. *Para além da esquerda e da direita*. Trad. Álvaro HattnHer. São Paulo: UNESP. 1996.

_____. *A Transformação da Intimidade: Sexualidade Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo, UNESP, 1993.

GODBOUT, Jacques T. Introdução à Dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Out. 1998. v. 13, n. 38. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000300002&script=sci_arttext. Consultado em 24 de março de 2010.

_____. *O Espírito da Dádiva*. Tradução de José Pedro Cabrera. Lisboa, Instituto Piaget, 1997.

GOMES, Paulo de Tarso. Educação Sócio Comunitária e Educação Salesiana. *Revista de Ciências da Educação*. Americana, v. VIII, n. 14, 1o sem. de 2006, p. 19-28.

GROPPO, Luís Antonio. Alienação, fetichismo e emancipação na educação sócio-comunitária. *Revista de Ciências da Educação*. Holambra, v. XI, n. 20, 1o sem. de 2009, p. 199-224.

_____. A modernidade e a sociologia da educação. In: Régis de Moraes; Olinda Maria Noronha; Luís A. Groppo (orgs.). *Sociedade e educação*. Campinas: Alínea, 2008, p. 93-166.

_____. *Autogestão, universidade e movimento estudantil*. Campinas: Autores Associados, 2006.

_____. *Racionalidade e ação social em Weber*. Apostila. Americana, 2003.

GROPPO, Luis Antonio. MARTINS, Marcos Francisco. *Introdução a pesquisa em educação*. São Paulo: Biscalchin Editor, 2009.

GUERRIERO, Silas. Caminhos e descaminhos da contracultura no Brasil: o caso do Movimento Hare Krishna. *Revista Nures* (Online), v. 12, p. 13-21, 2009. Disponível em http://www.pucsp.br/nures/Revista12/nures12_silas.pdf, consultado em 6 de março de 2011.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Trad. Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HALLAL, Ida Ismênia de Lima Curi; HALPERN, Chwartzmann. Abordagem Ecológica: uma visão ampliada do problema da dependência química. In: PULCHERIO, Gilda; BICCA, Carla; SILVA, Fernando Amarante. (Orgs). *Álcool, outras drogas*,

informação: o que cada profissional precisa saber. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 203-212.

HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. Trad. Sebastião Uchoa Leite. São Paulo, Centauro, 2002.

IMESC/INFOdrogas. INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL E DE CRIMINOLOGIA DE SÃO PAULO. Fatores de risco e fatores de proteção: 1999-2003. Disponível em: <http://www.imesc.sp.gov.br/infodrogas/fatores.htm>. Consultado em 29 de abril de 2010.

KALINA, Eduardo et al. *Drogadição hoje: indivíduo, família e sociedade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

_____. *Drogas, Terapia Familiar e outros Temas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 1991.

KEHL, Maria Rita. *Encontros, Perdas e Reencontros: A Vida Cotidiana e Comportamento no Século XXI*. Café Filosófico. Acervo Educacional TV Cultura. São Paulo: Editora Bearare, 2009.

KROPOTKIN, Piotr. *El apoyo mutuo. Um factor de La evolución*. Santiago, Chile: Instituto de Estudios Anarquistas, 2005.

LUEDEMANN, Cecília da Silveira. *Anton Makarenko, vida e obra: a pedagogia na revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

MACRAE, Edward. *Antropologia: aspectos sociais, culturais e ritualísticos*. São Paulo, Atheneu, 2001. Disponível em <http://www.giesp.ffch.ufba.br/textos.htm>. Consultado em 20 de janeiro de 2011.

MAKARENKO, Anton. *Poema pedagógico*. Trad. Tatiana Belinky. São Paulo: Ed. 34, 2005.

MALTA, Deborah Carvalho et al. Impacto da Legislação Restritiva do Álcool na Morbimortalidade por Acidentes de Transporte Terrestre - Brasil, 2008. *Epidemiol. Serv. Saúde* [online]. 2010, vol.19, n.1, p. 78-78. Disponível em <http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/ess/v19n1/v19n1a09.pdf> Consultado em 09 de outubro de 2010.

MARTINS, Marcos Francisco. Responsabilidade Social e Avaliação Institucional: do Valor-de-Uso ao Valor-de-troca. *Revista de Ciências da Educação*. Lorena, v. VI, n. 11, 2o sem. de 2004, p. 175-198.

MARTINS, Paulo Henrique. Prefácio. In: MOTA, Leonardo de Araújo. *A Dádiva da Sobriedade: a ajuda mútua nos grupos de alcoólicos anônimos*. São Paulo: Paulus, 2004 – Coleção Alternativa. p. 13-18.

MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MASCARENHAS, Eduardo. *Alcoolismo, drogas e grupos anônimos de mútua ajuda*. São Paulo: Siciliano, 1990.

MASUR, Jandira. *O que é toxicomania*. São Paulo, Brasiliense, 1995.

MATOS, Maria Lucia G. *Dependência Química: um fenômeno complexo* – entrevista com Eliana Freire. Disponível em [HTTP://.amaivos.uol.com.br](http://amaivos.uol.com.br). Consultado em 20 de outubro de 2010.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva: Forma e Razão da troca nas Sociedades Arcaicas. *Sociologia e Antropologia*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MELLO, Gláucia Buratto Rodrigues. Entrevista: Alain Caillé [PT]. Disponível em <http://www.jornaldomauss.org/periodico/?p=1480>. Consultado em 28 de agosto de 2010.

MENEZES, Mara Silva Carvalho. *Prevenção com amor exigente*. 2ª edição - São Paulo, SP: Edições Loyola, 2007.

MOTA, Leonardo de Araújo. *A Dádiva da Sobriedade: a ajuda mútua nos grupos de alcoólicos anônimos*. São Paulo: Paulus, 2004 – Coleção Alternativa.

MOURA, Yone gonçalves; SILVA, Eroy Aparecida; NOTO, Ana Regina. *Redes sociais no contexto de uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua*. psicologia em Pesquisa, UFJF, 3(01) | 31-46 | janeiro-junho de 2009. Disponível em http://www.sono.org.br/pdf/2009_moura_psicol_pesquisa.pdf. Consultado em 22 de abril de 2010.

NARCÓTICOS ANÔNIMOS. *Texto Básico*. Chatsworth, NAWS, 1993.

NARCÓTICOS ANÔNIMOS. *Guia para Trabalhar os Passos de Narcóticos Anônimos*. Chatsworth, NAWS, 2005.

NARCÓTICOS ANÔNIMOS. *Informações Gerais*. ASR (Associação Serviços Região HOW Brasil), 2009.

NARCÓTICOS ANÔNIMOS. Partilha de Jimmy Kinnon. Região portuguesa. Disponível em: <http://www.na-pt.org/arquivo/jimmyk.php>. Consultado em 10 de dezembro de 2010.

NASCIMENTO, Carlos Arthur. *Filosofia e sabedoria: o legado de Santo Agostinho*. Paradigmas do século XXI. Acervo Educacional TV Cultura. São Paulo: Editora Bearare, 2009.

NICASTRI, Sérgio. Drogas: classificação e efeitos no organismo. *Prevenção ao uso indevido de drogas: curso de capacitação para conselheiros municipais*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Antidrogas, 2008. p. 21-39.

ÓDEA, Thomas F. *Sociologia da religião*. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969.

OLIVEIRA, Edylla Maria Lima Pires. Drogas e seus efeitos. *Drogas e a Vida: uma abordagem biopsicossocial*. / CORDATO – Centro de Orientação sobre Drogas e Atendimento a Toxicômanos; In: BUCHER, Richard (Org.). São Paulo: EPU, 1988. p. 15-25.

O.M.S. – Organização Mundial da Saúde – *Neurociências: consumo e dependência de substâncias psicoativas*. Genebra, 2004. Disponível em http://www.who.int/substance_abuse/publications/en/Neuroscience_P.pdf. Consultado em 15 de abril de 2010.

PERES, Maria Fernanda Tourinho. *Prevenção e controle: oposição ou complementaridade para a redução da violência*. Cienc. Cult. [online]. 2002, v. 54, n. 1, p. 54-55. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252002000100025&script=sci_arttext. Consultado em: 30 de abril de 2010.

RAHM, Haroldo J. *Doze Passos para os Cristãos*. São Paulo, Loyola, 1999.

RAMOS, Sérgio de Paula. Grupoterapia para alcoolistas. In: RAMOS, Sérgio de Paula & BERTOLOTE, José Manoel. *Alcoolismo Hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 197-206.

REHEN, Lucas Kastrup Fonseca. "Receber não é compor": música e emoção na religião do Santo Daime. *Relig. soc.* [online]. 2007, vol.27, n.2, p. 181-212. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872007000200009&lng=pt&nrm=iso. Consultado em 24 de outubro de 2010.

SANTOS, Manoel Isaú Souza Ponciano. *Luz e sombras: Internatos no Brasil*. São Paulo, Ed. Salesiana Dom Bosco, 2000.

SCHENKER, Mirian. MINAYO, Maria Cecília de Souza. A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica. *Ciênc. Saúde coletiva*, Vol. 8 nº1: Rio de Janeiro 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232003000100022&script=sci_arttext&tlng=in. Consultado em 12 de abril de 2010.

SENAD. Legislação e Políticas Públicas sobre Drogas / Brasília, Presidência da República, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2008.

SILVA, Fernando Amarante; SILVA, Eli Sinnott. Como prevenimos o uso indevido de drogas. In: PULCHERIO, Gilda; BICCA, Carla; SILVA, Fernando Amarante. (Orgs). *Álcool, outras drogas, informação: o que cada profissional precisa saber*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 17-37.

SIMMEL, Georg. *Religião: ensaios – volume 1/2*. São Paulo, Olho D'água, 2009.

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: Análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Perseu Abramo, Instituto Cidadania, 2005. p. 130-160.

TOTUGUI, Márcia Landini. Visão Histórica e antropológica do consumo de drogas. *Drogas e a Vida: uma abordagem biopsicossocial*. / CORDATO – Centro de Orientação sobre Drogas e Atendimento a Toxicômanos. In: BUCHER, Richard (Org.). São Paulo: EPU, 1988. p. 1-7

VESPUCCI, Emanuel Ferraz. VESPUCCI Ricardo. *O Revólver que sempre dispara: os dependentes de drogas e os caminhos da recuperação, numa abordagem clínica*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 1999.

VUYLSTEEK, K. Toxicomania e prevenção primária. In: BERGERET, J. ; LEBLANC, J. *Toxicomanias, uma visão multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 289-299.

WEBER, Max. *A ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

_____. A ciência como vocação, In: _____. *Ciência e política: duas vocações*, 9^a ed., São Paulo: Cultrix, 1993, p. 15-52.

WOODCOCK, George. *História das ideias e movimentos anarquistas*. Trad. Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 2002.

ZEMEL, Maria de Lurdes S. Prevenção – novas formas de pensar e enfrentar o problema. *Prevenção ao uso indevido de drogas: curso de capacitação para conselheiros municipais*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Antidrogas, 2008. p. 93-107.

ANEXO I: EXEMPLOS DE ENTREVISTAS COM MEMBROS DE NARCÓTICOS ANÔNIMOS

Entrevista 1

Este depoente tem 32 anos, é solteiro, cursou o ensino superior, na ocasião da entrevista, que ocorreu em novembro de 2010, contava com cinco anos e cinco meses de frequência na sala de N.A., com o mesmo período limpo. Antes da entrevista, falei para ele sobre a pesquisa e os objetivos, embora ele já soubesse por causa de termos nos encontrado várias vezes nas reuniões abertas em que estive presente. Segue o conteúdo da entrevista na íntegra.

PESQUISADORA: Sua vida mudou depois que começou a freqüentar a sala de N.A., em quê mudou?

DEPOENTE: Sim, ela mudou, com o passar do tempo na sala, eu fui compreendendo no que eu deveria modificar, né. A princípio nos mostram, através da experiência coletiva dos adictos que já vem se recuperando há algum tempo, que a gente tem que modificar muita coisa dentro da gente, por causa da doença da adicção ativa, que nos levou a mudança, a nos relacionar de maneira ruim com a sociedade, de maneira terrível com a família, né. Com o passar do tempo, que no meu caso, minha experiência particular, depois de um ano e meio a dois anos que eu fui tomando ciência de quem era eu, do que eu precisava, do que eu necessitava, qual era meu papel dentro da minha família, do meu trabalho, como ser humano, como membro produtivo da sociedade, que a gente costuma dizer, me mostrou que eu tenho defeitos, né, defeitos de caráter, a gente costuma dizer desta maneira também, mais precisamente após o quarto passo sendo feito. Este é um programa de doze passos, o quarto passo a gente escreve desde quando a gente se conhece por gente até nos dias atuais, através deste quarto, num quinto, a gente revela, mostra isto pra um outro adicto mais antigo no programa que veio me mostrar os meus defeitos de caráter, no que eu deveria modificar, quem era o [o próprio nome]. O programa de N.A. é um programa de autoconhecimento, ele nos mostra quem somos de verdade, e não aquele personagem que a gente criava sob o efeito das drogas, e através disso foi fundamental essa mudança de comportamento, mudança de aspecto de vida, a maneira como eu reagia às situações da vida. É muito comum você ver um

adicto chegar na sala, já no começo de recuperação, dizendo que a vida foi difícil pra ele, que a vida só trouxe coisas ruins na vida deles, eu tô dizendo de mim, eu também, no começo cheguei do mesmo jeito, colocando culpa em pessoas da família, desta insatisfação de viver, da insatisfação de estar vivo, então através destes defeitos de caráter... É bacana também falar destes defeitos, dar nomes a esses defeitos, preguiça, mal humor, irritação, ódio, má vontade, mentira, desonestidade, falta de compreensão, falta de amor próprio, são defeitos de caráter, que lá no quarto passo eu mesmo escrevi sem tá atento nisto, que da mesma forma eu escrevi, que no quinto passo um companheiro mais experiente me mostrou quais eram esses defeitos de caráter. O grande lance do programa tá aí, na mudança, nesta mudança de vida, na mudança de parar e ver o que realmente tá acontecendo, parar de buscar culpados ou inocentes, ou o que seja, nem ser vítima da vida. O adicto em busca de recuperação procura realmente isso, modificar, modificar a vida, modificar os pensamentos, modificar as formas como a gente reage, as dificuldades, todo mundo passa por dificuldades, a vida não é um arco-íris como a maioria dos caras que chegam pensando que eles são as vítimas das situações, e não é desta forma, a gente tá lá pra se recuperar, a gente tem que parar e ver se reage de uma maneira melhor diante das preocupações, dos problemas. Depois de um certo tempo no programa, eu vim perceber que as pessoas comuns, que nunca usou drogas, também têm esses defeitos de caráter, também tem essas dificuldades, eles têm medo, têm falta de amor próprio, o que nos diferencia, é a intensidade, é a intensidade que isso nos afeta, a pessoa que nunca usou drogas, se houvesse uma escala, se houvesse um equipamento pra medir, com certeza sofre muito menos do que um adicto, o adicto quando se sente sozinho, ele se sente sozinho muito, mesmo não estando. Quando um adicto se sente faminto, com fome. Nossa! É como a gente vê nos encontros, nos encompasso¹⁵, os companheiros com os pratos gigantes, a intensidade em que sentem os valores, as coisas da vida. É comum pra todo mundo hoje, hoje eu em recuperação depois um tempo, é possível enxergar com os olhos do coração. Meu padrinho fala isso: “Procura enxergar as pessoas com os olhos do coração”, que todo mundo tem defeito, todo mundo tem dificuldade, todo mundo precisa de algo, alguma base algum alicerce pra se manter, pra se manter bem, pra se manter feliz, em paz, né? Não existe fórmula da alegria nem da felicidade, a gente, baseado nesta experiência

¹⁵ Reuniões com duração de dois dias, geralmente aos finais de semana, para aprofundar o conhecimento dos Doze Passos.

coletiva de um pro outro, a gente procura sempre viver o hoje, viver o só por hoje, é fundamental esse só por hoje, poder fazer de uma maneira diferente o meu dia, o meu dia de hoje, é o dia mais importante da minha vida, ontem já passou eu não posso mudar, amanhã a Deus pertence. O que eu posso fazer hoje? Eu posso acordar mais cedo, um pouquinho mais cedo, eu posso praticar uma atividade física, a mudança de vida, a qualidade de vida que é nos colocada no programa de N.A. é essa. Poder praticar atividades físicas, ter uma boa leitura, assistir um bom filme, evitar coisas, né. O programa de N.A. também, tem muito deste evite, evite pessoas, lugares e situações, é a inabilidade de lidar com as situações, eu particularmente, eu tenho assim, um defeito de caráter que a gente vem trabalhando com o tempo, a irritação no trânsito. O evite, eu procuro evitar ficar muito tempo dirigindo no trânsito que eu sei que se eu tomar uma fechada ou outra minha irritação pode, a serenidade pode ir pra goela abaixo num momento desses, são pequenas coisas que hoje, depois de um tempo no programa, é possível, foi visto no quarto passo, é possível eu tá atento nestas minhas reações.

P: Ao você se conhecer é mais fácil lidar com essas situações, é isso?

D: É muito mais fácil. Mas é por isso que a gente fala pra aquele que tá chegando: “Quarto passo, quinto passo, vamos te conhecer, você não se conhece ainda, vamos te conhecer.” Foi dessa forma que eu comecei a me conhecer, dessas inabilidades, desses defeitos de caráter, desse evite que eu falei, evitar coisas e situações. É lógico, isso aqui é experiência minha, é possível ver dentro da sala pessoas evitando boates, evitando outras situações que levam a pessoa perder a serenidade, perder o senso, sabe? Ou até criar um caos, uma briga ou até mesmo beber e usar drogas novamente, são pequenas situações, é ficar atento, o programa é de atenção no só por hoje.

P: É uma vigilância constante?

D: Contínua, 24 horas, é o só por hoje.

P: Você já falou, já entrou nisto, mas o que mais você aprendeu em N.A.?

D: O que mais eu aprendi? É mais baseado nisso aí mesmo, quem é o [próprio nome], o que é a adicção ativa, são três pilares que a gente aprende, pelo menos essa é a minha compreensão. Quem sou eu, quem é um adicto, o que é a doença da adicção e o que é o programa de N.A. Eu busco aprender diariamente com esses três fatores. O que N.A.

tem pra me proporcionar, o que a doença de adicção pode me levar ou leva os outros membros, com anos e anos de recuperação, e quem é o [próprio nome], como que ele deve se portar nas situações.

P: E na convivência diária com as pessoas, de modo geral, na sua vida, mesmo fora do grupo?

D: Experiência minha, aprendi até os limites da minha família, da minha mãe, os limites do meu pai, meu pai também tem problemas com álcool, eu aprendi a lidar, não é que eu aprendi, estou aprendendo, a gente nunca é ponto final em N.A., é uma jornada, não é um ponto final, não é um destino. Aprendendo lidar com as situações com meu pai, né, com a falta de compreensão da parte dele em relação a vida, a maneira... hoje eu aprendo a respeitar outras maneiras de pensar.

P: A conviver com o diferente?

D: A conviver com o diferente.

P: Em N.A. isso é muito visível.

D: Você tá certa, tá dentro da nossa literatura, a respeito disso diz que a diversidade é o que nos une, a diversidade de opiniões, a diversidade religiosa, a diversidade sexual, cada um tem a sua opinião, existe uma diversidade gigantesca, até política, é possível você ver, até alguns membros que trabalham com política, de diferentes partidos, chega na hora do abraço, todo mundo se abraça, todo mundo é companheiro, isso que é bacana. É possível aprender tudo isso, sabe? É possível aprender que hoje eu tenho que ser uma pessoa melhor do que eu fui ontem, eu tenho que aprender a ser uma pessoa mais calma, serena, tenho que aprender que eu preciso sempre tá lendo, sempre tá viajando com os companheiros, aprender que a vida é muito mais do que mesquinha, muito mais do que eu quero, né.

P: Culturalmente, você acha que você melhorou depois que começou a participar de N.A.?

D: Sem sombra de dúvidas. Até meu padrinho fala bastante de que... Eu vi chegando membros lá dentro que mal sabiam ler e escrever, a partir do momento que eles começaram a perceber que a gente lia o texto básico na página 13-10, que a gente lia a

nossa meditação diária, o “Só por hoje”, eles se interessavam em aprender a ler um pouquinho melhor, aprenderam a escrever servindo N.A., a gente tem o serviço N.A. pra que se mantenha o grupo, sempre tem que escrever a ata, sempre tem que tá presente em reuniões e sempre tem que...Isso aí pra mim é um passo gigantesco, sabe? Isso é mudança de vida, isso é qualidade de vida, a pessoa buscar até culturalmente uma melhoria de vida.

P: Isto que eu ia comentar, que o serviço, pela participação no IP, no H&I, no serviço de Área, essas prestações de serviço vai ajudando a pessoa a se organizar, a aprender a se organizar, a organizar a própria vida, de maneira que isso vai trazendo contribuições até para a vida profissional dela.

D: A princípio, o membro que começa a servir, ele pensa, ele acha que quem é o beneficiário é o grupo, e não é, é ele mesmo, é ele mesmo, ele vai tá se dedicando, ele vai começar a ter essa preocupação de poder ser um cara mais organizado, ser um cara mais pontual. Que o serviço em N.A. a gente preza muito pela pontualidade, pela organização, pela recuperação, isso é recuperação.

P: A honestidade, lidar com o dinheiro, como isso é difícil pro adicto!

D: Exatamente, ele tá aprendendo, a partir do momento que ele ergue o braço pra ser tesoureiro do grupo, ele vai começar a fazer conta melhor, ele vai começar a organizar o dinheiro do grupo, ele vai começar olhar lá na sétima quanto que deu, ele vai olhar o que tá precisando comprar de material, de material de limpeza, automaticamente ele trás isso pra vida dele, ele trás pra profissão, ele trás pra dentro da casa dele, então o serviço de N.A. não é pra N.A. é pra ele mesmo, por isso que é vantagem da gente sempre continuar servindo, é a gratidão também, de dar um pouquinho do que a gente recebeu. Isso tudo é aprendizagem em N.A. e muito mais, é sempre aprendendo, né.

P: Tem alguns aspectos de N.A. como de outros grupos anônimos, que são a ajuda mútua, a espiritualidade e a ausência de hierarquia. Em primeiro lugar eu gostaria que você falasse um pouco da ajuda mútua.

D: É bacana a gente ir por partes aí. Talvez até vai alongar um pouco aí, é algo que... a ajuda mútua. Meu, é aquele... é o tal de “tamo junto”, eu preciso falar estamos juntos (riso). São pessoas compartilhando da mesma doença, somos iguais, né, o que eu devo

fazer? Eu devo fazer o que fizeram comigo quando eu cheguei, disseram pra eu continuar voltando, que iriam me ajudar, que iriam passar um pouco da experiência deles pra mim. Nossa! Parece até que foi ontem, né, quando eu cheguei ergui o braço, já havia algumas pessoas conhecidas, assim, de longa data, daí os cara: “Meu, tamo junto, cara, continua voltando que do que você precisar pode contar comigo”, e já escreveram no nosso folder de literatura, um telefone e endereço, “Ó, se você precisar, você pode ligar pra mim, me dá o seu telefone que eu também vou te ligar pra gente vim semana que vem na reunião”, isso eu acredito que tenha sido uma das coisas que eu continuei voltando no início. Esse abraço essa preocupação, de outros membros. Aí, com o passar do tempo, eu fui perceber que realmente eles precisavam fazer isso é pra se manter limpo também, um ajudando o outro, e é um prazer continuar a fazer o que fizeram comigo, fazer hoje, poder ajudar quem tá chegando ou quem tá voltando de alguma recaída, um ajudando o outro, o valor terapêutico das nossas reuniões estão nessa questão, na ajuda mútua.

P: E a espiritualidade.

D: Ela é bem caracterizada de adicto pra adicto, cada um tem uma maneira de pensar com relação a espiritualidade. Eu posso dizer assim o que entendi do programa, do texto básico, do “Isto resulta”, com relação a espiritualidade. Eu acho que é bom, antes de focar nisso daí, a gente dizer que N.A. não é religioso, é um programa espiritual, não é baseado em nenhum dogma, não é baseado em nenhuma religião. Nós acreditamos... cada um acredita num Deus de cada concepção, né. No começo da minha recuperação eu tive que emprestar um Deus de outro companheiro, que na época eu não acreditava em nada, tinha perdido tudo, já não tinha fé mais em nada, nem em mim mesmo, nem em ninguém, nem em religião e nem nada. Como nada daquilo que eu fiz um tempo atrás não deu certo, eu falei: “Não! Eu vou acreditar no Deus desse cara que tá compartilhando experiência, desse companheiro”. Que engraçado, hoje ele é o meu padrinho. Ele falou: “Companheiro, se quiser pegar emprestado o meu Deus, a minha fé, pode pegar, pode pegar, acredite, vai dar certo, continue voltando, tenha fé de que algo muito maior de que a adicção ativa vai te levar pra algo melhor na sua vida, mas você tem que continuar voltando e continuar a praticar os passos”. Com o tempo, a gente realmente vai adquirindo, vai dando certo um monte de coisa na vida, vai tendo alegria, vai acordando de uma maneira melhor, vai criando dentro da gente uma fé,

temos a nossa oração da serenidade, que ela é fantástica: “Deus conceda-me serenidade para aceitar as coisas que eu não posso modificar, a coragem para modificar aquelas que eu posso e sabedoria para reconhecer a diferença”, só por hoje, funciona. Ela é fantástica, que ela nos deixa a possibilidade de deixar tudo aquilo ali que nos atormenta, que a gente não consegue modificar, pra acreditar em algo muito maior a partir do momento que a gente tem fé. Meu, é isso aí, hoje eu tenho uma concepção muito diferente do que eu tinha de Deus, não vejo mais aquele Deus castigador, a nossa espiritualidade me passa essa maneira de pensar, um Deus amantíssimo, como está no “Isto resulta”, Deus amantíssimo que faz parte da minha vida pra me poupar e até pra me revelar coisas que talvez eu não veja, me poupar de problemas, me poupar de mim mesmo, e nós temos o nosso décimo segundo passo, que é o contato direto com esse poder superior, com essa busca de espiritualidade, paz, serenidade, escutar um pouco o que esse Deus, que hoje, o da minha compreensão, tem pra me dizer. Basicamente isso daí sobre espiritualidade.

P: E sobre a ausência de hierarquia, que você já falou antes de começar a gravar.

D: Todos somos adictos em busca de recuperação, estamos lá sempre pelo mesmo propósito, então não existe um porque alguém ficar apontando o dedo, ou nos impor alguma coisa, não é? O objetivo de N.A. não é imposição, é tudo sugestão, tudo é sugerido, nós seguimos nossa literatura, nossa literatura é escrita por membros bem antigos, lá detrás de 1952, com Jimmy K., né, até hoje sendo revista sendo alterada, todo membro que realmente busca recuperação, ele pode e faz parte da construção de tudo que tá dentro do programa de N.A. no mundo inteiro, se eu quiser ir hoje pro Japão falar de N.A. se eu for eleito por uma consciência coletiva, eu posso ir lá falar, independente de tempo limpo, somos todos iguais, somos adictos buscando recuperação, cheio de defeitos, mas também cheio de qualidades. É lógico que existe um bom senso com relação ao adicto que tá chegando agora com poucos meses de recuperação, ele já ser tesoureiro do grupo é inviável, porque tem a inabilidade de lidar com o dinheiro, aí a gente busca não eleger esse tipo de gente, esse tipo de companheiro para exercer esse tipo de função. O grande lance é a imposição, ninguém impõe nada pra ninguém, mas as lideranças existem em N.A. é até natural que alguém, como o passar do tempo em recuperação, comece a servir, comece a aprender um pouco mais da vida, começa a se autoconhecer, comece a lidar com coisas maiores em N.A., Núcleo, Região, Área e por

aí vai, são líderes, não são governantes, eles não governam. Mas é natural para o próprio N.A. que existam líderes pra tomar uma certa direção na hora que o grupo estiver passando por problemas, é fundamental isso pra continuidade de N.A. até o fim dos tempos, né.

P: Por fim, eu gostaria de saber qual a contribuição dos doze passos e das doze tradições para o seu processo de recuperação.

D: Eu acredito que você queira saber de uma maneira prática da minha vida, né?

P: Isso.

D: Quando eu costumo falar do programa pra um público, dificilmente eu coloco a minha experiência, eu consigo colocar isso de uma forma geral, sem colocar a minha própria experiência, quando o público é externo, mas vamos tentar. Os doze passos na minha vida é o que faz a diferença, de viver o só por hoje, viver um momento de cada vez, não tomar decisões precipitadas. Os passos, desde o primeiro até o décimo segundo, me mostra que nessas minhas 24 horas vão acontecer um monte coisas, tanto coisas ruins, quanto coisas boas, eu tenho que saber lidar e reagir com todas essas coisas, eu tenho que continuar levando a mensagem, eu tenho que ser uma pessoa mais calma no trânsito, eu tenho que ser um funcionário que não atrase no meu horário de entrada no meu emprego, eu tenho que ser uma pessoa que tem que sempre buscar ler, sempre estudar, a minha profissão exige muito que eu estude, que eu continue estudando, lendo bastante, fazendo cursos, isso faz parte da qualidade de vida, isso faz parte da nova maneira de viver que tanto falam do grupo de N.A., que não se resume em sentar na sala de N.A. e ficar murmurando coisas da vida, ficar choramingando, mas não propondo soluções, propondo alternativas, buscando ajuda, o adicto em recuperação tem que buscar ajuda contínua, sempre ligar pro padrinho, algum problema na família, vamos ligar lá, vamos ver se ele já passou por isso, algum problema no emprego, vou ligar pro meu padrinho. Recentemente pensei em ligar pro meu padrinho, vou ligar inclusive. Apareceu outra oportunidade de emprego. Coisa boa que a gente também tem que ligar pro padrinho, pedir sugestões, ver se ele passou por aquilo ali, a ajuda mútua que falamos um pouco atrás, a ajuda mútua: “E aí, já aconteceu com você? Que você faria, o que você fez? Deu certo o que você fez?”. São as minhas 24 horas, não interessa o amanhã. Então eu tenho que fazer da melhor forma possível, aplicando os doze

passos, as tradições, também tem recuperação nas tradições, quem pensa que não, né! Ela preserva muito, ela trata muito de personalismo, o que é defeitos de caráter, viver de princípios e valores. Hoje a vida, você vê aí fora competição, concorrência, disputa, as tradições nos mostram que o grupo só existe até hoje por causa da cooperação, da amizade, do carinho, do respeito, são coisas que estão, a gente vê, assim, até com tristeza que o ser humano já não leva mais nem valores nem princípios de porta pra fora de casa, e até de porta pra dentro da própria residência, foi passado, foi perdido com o tempo, até o próprio sistema impõe coisas pras pessoas, orgulho, ganância, dinheiro, o acúmulo de bens, e pra gente que realmente quer uma maneira de viver diferente não vale de nada. Até viveu isso um tempo atrás quando usava, ou quando pensava de maneira diferente, hoje a maneira mais sóbria de pensar as coisas, de vivenciar é cooperar realmente com o adicto, de cooperar com o ser humano, de cooperar com o amigo, com a amiga, sair um pouco deste círculo cheio de personalismo, colocar realmente os princípios acima das personalidades, é isso aí, as tradições é isso que me mostra e muito mais a gente iria ficar até amanhã aqui.

P: Algo que a gente percebe neste processo de recuperação é que tem que ir além da abstinência, entrar em outras áreas da vida da pessoa. Você demorou pra perceber isto ou não?

D: Sim. Depois de uns três anos limpo, eu acredito que eu vim a perceber que a doença da adicção é muito mais do que o uso de droga, o uso de drogas na nossa concepção, na concepção da grande maioria, foi apenas algo que aconteceu, que deveria acontecer mesmo, mas a gente tinha... Já nascemos adictos, a adicção ativa é a doença do comportamento, adicção é escravidão, esse é o significado da palavra adicção. Adicto: escravo, escravo de, de alguma situação. Então são os nossos... É o nosso comportamento que é doentio, foi um fator usar drogas, foi apenas um fator, o grande lance tá dentro da gente. A abstinência, não basta parar, porque é possível ver isso dentro de sala, é possível, eu vi isso daí um tempo atrás na minha vida, que eu apenas tinha parado de beber, de usar outras substâncias que me alteravam, eu tinha que modificar dentro de mim, eu tinha que modificar meu comportamento, comportamento destrutivo, comportamento nada conveniente, nada coerente como o programa de N.A. que é mudança de vida. Mudança de vida não é só parar de usar drogas, o adicto seco, a

gente costuma chamar assim. Ele tá apenas abstinência de drogas, mas ele tá cheio de defeitos, ele tá passando por um milhão de dificuldades e não tá sabendo reagir a essas dificuldades. O programa me dá todas essas possibilidades de fazer a coisa diferente de que eu fiz ontem, que não deu certo. A grande possibilidade tá no dia de hoje, é o programa da superação, superar um dia de cada vez, superar os problemas e sempre conquistar, eu gosto muito da palavra conquistar, e a coragem que tá dentro da nossa oração da serenidade, duas palavras, assim, fundamentais pra quem quer realmente mudar de vida, não apenas parar de usar drogas, ter coragem e superar a cada dia que passa, “Só por hoje”.

P: Obrigada, era isso.

D: De nada. Acabou? Já?

P: Se você tiver mais alguma coisa pra dizer, que você queira falar, que você acha importante que eu não lembrei de perguntar ...

D: O que a gente costuma dizer sempre no final é que, assim como eu fiz, como outras pessoas vêm fazendo no mundo inteiro, que a mensagem de N.A. saia fora da sala, daquelas quatro paredes, que atravessasse hospitais, instituições, escolas, delegacias presídios, que essa mensagem chegue a quem tá precisando que chegue, que acreditem que realmente vale a pena viver sem uso de substância nenhuma que altere o nosso humor, vale a pena dar continuidade, vale a pena ter fé, e vale a pena fazer parte deste mundo, “Só por hoje”, de Narcóticos Anônimos. É isso aí.

P: Valeu, obrigada.

Entrevista 2

Este depoente tem 30 anos, é solteiro e cursou o ensino médio completo. Frequentava N.A há dez meses e na ocasião da entrevista, que ocorreu em outubro de 2010, contava com cinco meses e doze dias limpo.

PESQUISADORA: Sua vida mudou depois que começou a frequentar N.A, e em que mudou?

DEPOENTE: Sim, minha vida mudou, você sabe por quê? Eu procurei N.A., né. Na verdade a gente não procura N.A. a gente procura ajuda, depois que a vida desmorona. Na verdade você não sente mais nada, tanto faz, você não sabe que rumo que vai, se tá indo, se tá voltando, nossa N.A. na minha vida profissional me ajudou muito, você sabe lidar com as pessoas, em casa também. Mudou bastante, sim, depois que conheci N.A.

P: Você consegue me dizer em quê, especificamente? Pode dar exemplos de alguma situação.

D: Ah, sim, eu consigo ter mais serenidade. Quando acontece alguma coisa eu já não explodo. Tem princípios que a gente segue, mentira mesmo, não pode mentir em hipótese alguma, então, quando eu comecei o programa eu achava que... Ahh, mentir um pouquinho, pode. Não pode frequentar pessoas e lugares, eu ia, sabe? E acabei recaindo, então, muda, a gente tem uma estrutura de vida diferente, né? Você querendo ou não, tem pessoas que eu não posso frequentar, tem lugares que eu não posso ir, tem lugares que eu vou e não me sinto bem, eu tenho que ir embora. Na verdade, hoje eu vou em qualquer lugar, só que eu chego lá e começo a não me sentir bem, entendeu? Então, hoje eu sei quando eu tô bem num lugar e quando eu não tô.

P: [Você] Sabe qual é o seu limite em relação ao seu problema.

D: É mais ou menos assim, tem um alerta dentro de mim que fala: “Viu, vai embora.”

P: Este não estar bem, tem a ver com uma possível recaída?

D: Lógico, é isso aí.

P: O que você aprendeu na sala de N.A.?

D: Lá nada é obrigado, tudo é sugerido. Tanto que foi por isso que eu fiquei. Porque se me fala: “Você tem que fazer isso aqui.” Ahh, eu num...

P: Se for imposto?!

D: Não! Aí, eu não fico. E todo mundo chega numa ideia dessa daí, se você impor a pessoa vai embora, inclusive a doença trás isso daí, isso aí é da doença [adição], então, se você impor a pessoa vai embora. Então, lá, na verdade, a gente aprende a viver, você tem uma vida totalmente diferente quando você conhece N.A.. Eu me sinto totalmente [diferente], tanto que eu achei que, pra mim ficar cinco meses limpo! Eu achei que nunca ia acontecer, porque eu uso droga desde os quatorze anos de idade, né. Fiquei quase quinze anos usando, pra depois poder falar: “Nossa! Um dia eu não vou conseguir”, claro que não é a mesma droga, vai aumentando o negócio, mas quando você pára, você tem uma percepção diferente das coisas, quando a pessoa fala: “Não pode fazer”, você aprende a respeitar, né, a respeitar os outros. Então lá tem doze passos e doze tradições que não pode ser quebrados, então no caso igual eu falei... mentir. Não pode mentir, não pode enganar, porque isso vai levar você a recair.

P: Isso é algo que faz parte do seu processo de recuperação?

D: Faz parte do processo de recuperação. Não pode mentir, de jeito nenhum, não pode mentir, bebida alcoólica é droga, bombom de licor não pode, sabe aqueles bombons com licor? Bala de licor não pode, nada assim que controla a mente não pode.

P: Mas isso não é uma imposição?

D: Não, nada impõe lá dentro, tudo é sugerido. Sugere que você não frequente pessoas e lugares, tipo lugar que é ativa [de acesso e uso de drogas] eu não frequento porque eu não me sinto bem, né. Eu não frequento porque eu não me sinto bem, só de eu chegar lá no lugar, alguma coisa já fala: “Olha, não fica, vai embora”. Aí vai da pessoa, né? E lá dentro você aprende com a experiência dos outros, quando você senta lá o cara fala: “eu fiz isso, aconteceu isso”. Aí você fala: “pra mim não dá”. Aí você vai e cai. Aí você volta e aprende de novo. Você aprende bastante com isso daí.

P: No seu entendimento, qual a importância da ajuda mútua no processo de recuperação, esse ajudar-se um ao outro na recuperação e no processo de mudança de vida, qual a importância que você dá pra isso?

D: A ajuda mútua é um propósito primordial de N.A. quando uma pessoa chega no primeiro dia na sala, fala-se que ela é a pessoa mais importante naquele dia, porque ela ensina, pra gente que tá lá dentro, que lá fora não tá fácil, porque tem gente chegando com dificuldade. Se não aparecesse nenhum recém chegado, você iria falar: “Porra, né, acabou, vou voltar, e aí como que tá?” Então, quando vem o recém chegado, você fala: “Nossa! O negócio lá fora tá feio”.

P: É como uma lembrança?

D: Isso. Quando o recém chegado chega e fala: “Aconteceu comigo isso, eu perdi isso, atingi o fundo do poço”. Aí você fala: “Nossa! Eu fiz isso também”. Então, é uma ajuda mútua. Então o recém chegado fala: “O que você fez pra ficar limpo?” E muitas vezes o que eu falar pra ele, pode num funcionar, mas pra outra pessoa funciona, porque eu não consigo ir pra nenhuma clínica pra ficar limpo. Eu já fui, de livre e espontânea vontade, direto pra N.A., e fiquei. Tem gente que fala que dá certo, tem gente que fala que não dá certo, pra mim é o que tá dando certo. Então cada um segue um roteiro: “Porra, pra mim isso aqui vai dar certo? Isso aqui num vai dar certo. Isso aqui eu faço, isso aqui eu num posso fazer.” Só que tem coisas... Por isso mesmo que tem doze passos e doze tradições, tem coisa que é pra todo mundo, que você não pode fazer, não pode de jeito nenhum. Cerveja sem álcool? Não tem álcool, mas não pode beber. Na verdade, você tá tomando sem álcool, mas você não quer parar de beber, você tá se enganando.

P: Na verdade, parece que é alguma coisa que interfere no psicológico.

D: Na verdade assim, com cinco meses limpo, de vez em quando eu sinto que estou sob o efeito [da droga], mas não é, a mente manipula, principalmente dinheiro.

P: Se você não for honesto com você mesmo?!

D: Então, é mais ou menos isso aí, você começa a mentir, e uma hora você fala: “Ahh, só hoje, né?”, “Só amanhã”, e não tem esse processo, isso dentro de N.A. não existe. A doença é progressiva, não tem cura e mata, então da onde eu parei, há cinco meses atrás, ela vai continuar, vai retomar.

P: E a espiritualidade, Qual a importância da sua relação com Deus?

D: Na verdade, quando eu cheguei o pessoal falou: “Ó, isso aqui é um programa espiritual, você fica, você não é obrigado a vir, você não precisa dar dinheiro, não tem matrícula, não tem taxa”, e falam: “é um programa espiritual, só que não segue nenhuma religião e tal”. Isso foi um fator que fiquei, porque eu não me identifico muito com religião, e quando eu comecei a freqüentar N.A. o pessoal falava: “Eu tenho um Deus da minha compreensão”. Se eu achar que N.A. é um Deus pra mim, que tá me mantendo limpo, então, é um Deus da minha compreensão, é espiritual pra mim, tanto que eu fui, há uns cinco ou seis meses que tava freqüentando N.A. com um tempo limpo, que eu fui numa temática e uma moça falou pra mim: “A hora que eu vou sair de casa, eu tenho que arrumar a cama, porque se eu não arrumar a cama, o anjo que vai me acompanhar fica dormindo, então, pra mim, o meu Deus é arrumar minha cama, e trago o anjo junto comigo, e se eu não arrumar a cama ele fica dormindo”. Daí parece que eu compreendi mais, assim, não preciso assim, ir numa igreja, ficar com uma devoção, então pra mim é assim, se eu compreender e ter fé no “Só por hoje”, já vale. E hoje o “Só por hoje” me ajuda muito. A oração da serenidade, 24 horas de serenidade.

P: E ausência de hierarquia em N.A.?

D: Olha, eu freqüento N.A. e freqüento um braço de N.A. também, que é o H&I (Hospital e Instituição), que vai nos hospitais e nas instituições levar a mensagem de N.A. pra pessoa que tá interna e não tem livre acesso, e lá também não tem chefe, e não pode ter chefe, porque dentro de N.A. você aprende a lidar com dinheiro, aprende a lidar com pessoas, lá dentro você compõe uma vida que lá fora você não tinha. Então lá dentro eu dou um dinheiro na sacolinha, mas no final do mês todo mundo tem que prestar conta: “Olha, foi um real pra comprar ficha, cinco real pra aquilo lá, dinheiro pra comprar café”, então ali dentro você aprende a se manter.

P: E esse controle é feito pelo grupo todo?

D: Pelo grupo todo, todo dinheiro que você dá, lá marca. A gente paga o aluguel, compra ficha, manda dinheiro pra outros grupos que estão precisando pra pagar aluguel, então não tem um chefe ali dentro, ali dentro todo mundo é chefe, representa N.A. como um todo. Todo mundo ali dentro representa o grupo. E o H&I é a mesma coisa, chega lá não tem chefe, tem um coordenador, mas também não tem voz ativa nenhuma, ele coordena a reunião, anota quanto tem de dinheiro.

P: É mais pra efeito de organização?!

D: Sim, ele não apita nada, não tem voz ativa pra falar assim: “Isso aqui a gente não vai fazer, isso também aqui a gente não vai.” Ele não pode fazer isso daí, é o grupo que manda, na verdade eles falam assim: consciência coletiva. “Ahh, pessoal... quero mudar a primeira tradição ali, eu acho que não tá legal”. “Você acha que não tá legal? Então beleza, quem concorda?” Aí vai a consciência coletiva, se a maioria concordar, o grupo é obrigado a acatar. Aí o grupo acata e tem que ajudar. E isso é legal também porque, mesmo você tendo uma decisão contrária, se foi acatada pela maioria do grupo, você tem que ajudar, e ninguém vai falar assim: “Viu, você tem que ajudar”. Você ajuda devido a espiritualidade, é uma coisa assim que não dá pra explicar. É bem espiritual assim. Quando vai ter eleição para ter um coordenador do grupo, o que vai abrir a sala, tal: “Todo mundo concorda?”. Levanta a mão, então tem que tirar o cara pra fora, e quando a pessoa vai pra fora, vai pro [?] da serenidade, porque às vezes o cara recai e não fala, então ali é falado e depois é exposto pra pessoa. Na verdade o pessoal fala: “Então agora nós vamos martelar ele, né.”. Então fala: “Ó, você fez isso e isso”, e a pessoa não tem revide. Claro que tem gente que fica bravo, mas a maioria não fica, aceita. Eu mesmo quando cheguei, falei: “Nossa! Duas vezes por semana, vou vir uma só”, aí eu recaí. Aí eu falei [novamente] “Nossa! Duas vezes por semana, não vou!” Recaí de novo. Aí eu comecei a freqüentar duas vezes por semana. Temática. Aí o pessoal: “Ou, vamos em outro grupo pra você conhecer outras pessoas.” Eu não sou muito fã disso aí, sabe, mas da onde eu vim eu já sei, e eu não queria voltar, então: “Ah, vamos”. E hoje se eu puder ir em reunião todo dia, eu vou, não vou porque eu não tenho possibilidade, então, segunda freqüento H&I, na quarta-feira eu freqüento lá no [local da reunião], na sexta também, dia de domingo de vez em quando eu vou lá no centro, no [outro grupo], quando eu não vou, eu sinto falta, sabe? Eu não posso faltar. Parece que tá faltando alguma coisa, então você vê que é espiritualidade, tem gente que vai aí, vai duas reunião e vai embora, aí eu falo assim: “Nossa! Vamos ajudar o cara”. Os caras falam: “Não, deixa ele”. Aí depois de um tempo a pessoa volta, sabe, não adianta, a pessoa tem que saber, é espiritual, é de cada um, não adianta você levar pra dentro da sala. Não adianta o cara vim, sentar lá, você vai falar e ele vai sair vazado, igual eu mesmo, pra mim quando eu cheguei uma hora falei: “Não dá mais, o que eu vou fazer?” A hora que falou que eu tinha que ir pro grupo, falei: “Nossa! Não quero, né.”, mas eu não tinha outra saída, pra onde eu tava indo, eu ia acabar em nada, aí chega lá: “Nossa!

É espiritual.” Eu falava: “Nossa! Pára!” Eu cheguei lá e falei: “Esses cara tá mais louco que eu”, eu não tava muito [convencido], agora, hoje não, hoje eu levo a sério, sabe! Depois, assim, acho que de um tempo, que eu fui, tipo, aí que eu peguei a espiritualidade do negócio mesmo, como que é a ajuda, como que é... Inclusive outro dia foi um rapaz ele ficou lá na porta, sabe? Olhando, ele queria entrar, mas não queria, então, ele tava meio em cima do muro e eu vi que, tipo, ninguém fazia nada, sabe? Ninguém foi lá chamar ele, ninguém foi, aí eu falei: “Por que ninguém chamou?”, “Por quê? Se ele quiser ajuda, a gente tá aqui pra ajudar”.

P: Tem que partir dele?

D: Tem que partir dele.

P: E no teu processo de reconstrução, de mudança de vida, vamos dizer assim, além da recuperação, o que você pode me dizer das doze tradições e dos doze passos?

D: Olha, os doze passos é mais complicado do que doze tradições. Na verdade, hoje com cinco meses e alguns dias limpo, eu fiz só o primeiro passo, que é admitir que eu não posso mais usar. Isso foi o que eu fiz. Agora o segundo passo, já é uma coisa assim, que você tem que se entregar, tem que escrever, sabe, já é uma coisa mais profunda, você precisa de um padrinho.

P: Você ainda não tem um padrinho?

D: Não. Não porque você tem que se identificar com uma pessoa, e eu tô procurando essa pessoa pra eu me identificar. Na verdade, assim, tem pessoas que com doze anos limpo fala que se você fizer o primeiro passo bem feito, o resto...

P: Vai acontecendo?

D: Acontece, né, então. Agora doze tradição, é tradição, assim, pra não..., você vê que é pra não virar bagunça. Pô! É como se fosse uma política, N.A. não pode emprestar o nome pra ninguém, você vê, imagina agora um político falar em N.A.: “Votem no Paulo de N.A.”, quem é do partido do cara vai votar, quem não é, já não frequenta mais N.A. Que o pessoal é meio assim, sabe, fala: “Opa!”. Aí não, então já tá impondo alguma coisa. N.A. não financia nome de ninguém, quando vai na clínica, então, tem que rezar o pai nosso pra começar. Não! Então N.A. sai fora. Não pode. N.A. não tem questão

sobre opinião nenhuma, é isso que é a tradição, o fundamento das tradições é isso daí, pra não deixar N.A se perder. Os passos já trata mais do tratamento, já é uma coisa mais... Entregar a vontade a Deus, admitir que a gente é impotente, escrever tudo que acha que tá de errado na vida. Isso que é o passo, agora a tradição não, a tradição é para o recém chegado, pra onde vai o dinheiro, pra onde vem, o anonimato, né, então tem tudo isso aí.

P: Tem algo que você já citou, mas eu gostaria que falasse mais um pouco sobre isto, em relação a convivência em sociedade, com as pessoas, isto mudou pra você?

D: Ah, mudou. Na verdade, é o seguinte, muda dos dois jeitos, porque você vai deixar de ter os amigos, que você acha que é amigo, e vai passar para o outro lado agora, logo quando eu comecei o pessoal ía lá em casa e falava: “Não, não”, e eu falava: “não, cara, agora eu tô em outra, tal”, e o pessoal dá risada, sabe, e [diz]: “Deixa disso daí, pára, meu, vamo lá, tal” e eu falava: “Não, não!”, sabe? Hoje muda, hoje eu tenho, nossa! Minha vida hoje com meu pai é outra, na verdade, assim, pra mim, quando eu resolvi entrar mesmo em recuperação, foi um dia que eu cheguei em casa e meu pai falou... e eu tava, né, aí eu fui pedir perdão e ele falou: “Não vou dar, não”. Eu falei: “Não, pai!”. E ele falou: “Não, não tem perdão!”. Aí eu falei: “Ah, não, né. Nossa! Como eu posso não ter o perdão do meu pai”. Aí eu falei: “Então eu vou provar pra ele, né, pra mim mesmo”. Porque eu já sabia também que pra mim já não tava dando mais. Você começa com, tipo, uma curtição, e a hora que você vê, você tá num mundo fechado, perdido, sabe, é uma coisa bem... Só quem passou, mesmo assim, não tem como explicar, sabe? Não tem como explicar e falar assim: “Eu fui porque aconteceu isso”, mas na verdade, você sabe a hora que você fala assim: “Ó, tô f...”, né. Não conversava mais com meu pai, não conversava mais com minha mãe, não parava dentro de casa, sabe? Quando saía usava, não tinha hora pra voltar, sabe? Não tava nem aí. “Não, mas tem que fazer” “Sabe, num interessa, sabe”, pra mim não interessava. “Ah, mas tem que fazer...” “Não!”, sabe, eu não fazia mais a vontade de ninguém, era o que eu queria, é usar, o resto se f..., sabe? Não tava nem aí. Então, aí eu percebi que eu já não era mais aquele [próprio nome], que falavam: “Pô, cara legal”. Eu não tinha mais isso aí, pra mim, nem família, churrasco de família, eu não aparecia mais, porque eu não conseguia mais conviver, sabe? Pra mim, nossa! Eu ficava ali no meio, ali, eu ficava...: “Aqui ninguém usa, eu vou embora”, então, eu já tava numa situação...

P: Não era mais o seu meio.

D: É. Agora hoje não, agora hoje, né, hoje eu tenho tanta convicção no programa que hoje eu encontro pessoas adictas, da minha época de ativa: “Ou, como que é, tal? Vamo lá” [ele responde] “Não, não, obrigado”, hoje eu nego numa boa, assim, antigamente eu falava Assim: “Nossa! Eu vou negar, o cara não vai mais conversar comigo”, e na verdade, não é assim, até um certo ponto, assim, a pessoa que vai usar, respeita, assim, tipo: “Ó, não quero!”.

P: Respeita a sua decisão.

D: Lógico. Ninguém, sabe, essa história que: “Ah, o cara força, o cara te dá de graça”. Isso daí é mentira. Isso daí é mentira. Isso aí você vai se você quiser. Primeiro porque custa dinheiro e ninguém vai te dar de graça, né, [em] segundo [lugar] o cara só chama você, se você chamou ele, se você pagou pra ele, ele vai e paga uma hora pra você, que você não tem, então fica uma coisa meio assim, mas ninguém dá de graça. Essa história que o traficante vem e dá uma de graça é mentira, isso aí não existe, isso aí é dinheiro, o negócio dos cara é dinheiro, se não tem dinheiro, dá alguma coisa então, mas não tem dá de graça, é mentira, entendeu? Então, hoje mesmo, eu encontrei uma pessoa que foi da minha época de ativa, gosto do cara pra caramba, considero ele, encontrei e ele: “Ou, e aí?” Eu falei: “Tô sossegado”. Ele falou: “Não, beleza”, e tipo, ele saiu, ele não tem raiva de mim, e eu também não tenho raiva dele, a hora que ele chegar no grupo, ele vai ser acolhido, igual eu fui acolhido, mas eu não posso arrastar ele pra dentro do grupo, porque ele não quer, ele não quer. Na verdade é o seguinte, se você impor não tem espiritualidade, tipo assim, você empurra o cara lá dentro, ele vai sentar com a mente fechada, eu também não entendia esse negócio de mente fechada, quando eu cheguei lá: “Mente fechada, não sei o quê”. Aí eu falava: “Pára, esses cara fica falando groselha!” E não é, hoje eu entendo, sabe? Hoje quando a pessoa chega, eu sinto que a pessoa tá de mente fechada, entendeu? Então, é diferente, sabe, é uma coisa assim, que não tem explicação, então, mas, aí eu convivo hoje na sociedade, eu saio pra comer lanche, saio daqui e vou embora.

P: E sobre o isolamento em época de ativa.

D: Na verdade, é o que eu tava falando pra você. Não é que ele se isola, ele só quer usar, ele só vai onde tem droga. Na casa dele não tem, então ele não fica, não é que ele

se isola, ele usa e quando ele usa, ele volta. Acabou, não tem conversa, sabe? É assim, eu percebi, assim tipo, eu não tinha mais diálogo, sabe, eu fechei, sabe, eu não tinha mais diálogo, eu não sabia mais falar nada, parece que... eu perdi, eu não tinha mais nada. Na verdade ela [adição] te rouba amor, aí quando você percebe, você não tem mais amor por nada, você não tem mais nada, não tem sentimento por outra pessoa, sabe, você quer mais é que se f...: “É, mas, não..” “Se f...”, eu quero usar, tipo hoje, é diferente pra mim, então quando... Claro que eu vou carregar isso pro resto da minha vida, mas eu penso lá atrás e falo: “Nossa!”. De vez em quando vem uns flash: “Nossa! Eu fiz isso aí”. Tanto que tem um passo que eu vou ter que me retratar com as pessoas que eu fiz mal, vou ter que me retratar, não me retratei ainda, tem uma pessoa que eu tô ensaiando pra me retratar com ela, mas não tenho coragem, sabe? Tenho medo assim, na verdade, mudou assim, ele foi o único amigo que eu carreguei muitos anos que nunca foi de ativa, tanto que eu usava e ia com ele, e pra ele, não fazia diferença nenhuma, e quando o bicho pegou mesmo, eu afastei dele, então eu sinto assim que eu tenho que me retratar com ele, mas não tenho coragem, já partilhei lá [no grupo], então eu tô procurando, assim, ver se eu consigo um padrinho, pra trabalhar este lado, então, não chegou a hora, porque eu não fui nem no segundo e terceiro passo ainda.

P: Vai fazer um de cada vez.

D: É, na verdade, quando eu cheguei, eu falava: “Nossa! Tenho cinco meses limpo, não fiz isso, não fiz isso” e tem gente lá com quatro anos limpo que não fez o segundo passo, nem o terceiro ainda, né, porque tá trabalhando o primeiro. O pessoal fala: “Não importa quanto tempo você leva pra mudar o passo, desde que o outro passo esteja concreto, então você nunca vai voltar pra trás, se você fizer um passo anterior mal feito, você tem grande chance de voltar pra trás, então você não pode, tem que ir devagar, então hoje eu vou ajudar hospital e instituição [H&I], hoje assim, quando eu chego em um lugar assim, eu observo e falo: “Nossa! Aquele cara lá, é igualzinho eu, eu fazia isso aí”. Principalmente no NAIA , ali, na Febem, né, molecada, tipo assim, quatorze e quinze anos: “Éh, éh! Não sei o que, não tem nada a ver” e eu falo assim: “Nossa! Eu fazia a mesma coisa e hoje eu tô aqui falando pra eles e eles falando pra mim que não tem nada a ver”. Pra você ver como que é difícil, né? E hoje eu observo bem isso daí, mas eu não aceitava isso aí, não. Não aceitava, não. Tanto que eu tenho dez meses,

quase onze meses de irmandade e cinco meses limpo, cinco meses e pouco, porque eu demorei pra aceitar.

P: É o que falamos do fundo do poço, cada um tem o seu, enquanto não chegar lá.

D: Isso! Na verdade, é o seguinte, tem, assim, vários tipos de drogas, tem gente que acha que o fundo do poço é um tipo de droga, na verdade pode ser fundo de poço qualquer tipo de droga, se a pessoa, tipo, achar que não tá fazendo bem pra ela, é o fundo do poço dela. Igual, eu chego lá no grupo, tem gente que roubou o pai, roubou a mãe, tem gente que vendeu tudo que tinha, tem gente que mora assim, vendeu móveis, colchão, cama, sabe? Eu não cheguei nessa situação, mas foi um fundo de poço diferente, o fundo de poço dessa pessoa foi esse, tem várias situações, várias. Tem gente que chega a pedir dinheiro em semáforo, rouba mesmo, aí volta pro grupo e não tá nem aí, sabe? Então, tem vários fundo de poço, tanto que quando a pessoa chega e fala assim: “Será que eu sou adicto ou não?”. Ninguém responde, só ele que sabe se ele é ou não, só ele fala: “Ó, eu admito que eu sou. [ou] Não, não sou” é a pessoa que admite: “Eu sou”. Ninguém pode julgar ninguém, não julga ninguém. Tem pessoas que fala: “Ó, eu cheguei no grupo descalço, eu vendi tudo o que eu tinha, hoje eu tenho carro, tenho ‘pá’, hoje eu ando, tenho quatro cinco anos limpo”, então tem vários fundo de poço, e eu cheguei no meu, eu cheguei numa hora que eu falei: “Peraí, tô perdendo tudo”, daí eu falei: “Não. Dá pra usar mais um pouquinho”, aí usava, daí eu falava: “Não, nossa! Tá f..., tem isso, tem isso, mas eu vou usar”, aí chegou uma hora que..., porque é o seguinte, eu fui criado dentro de casa, sempre com meu pai com minha mãe, eu perdi isso daí, sabe, eu senti que eu não tinha mais pai, não tinha mais mãe, não tinha mais nada.

P: E os seus pais começaram a freqüentar [NAR ANON] depois que você foi [para N.A.]?

D: Depois que eu pedi ajuda. Na verdade, eu cheguei, e disse: “tá acontecendo isso, isso”. Aí meu pai: “Ah, eu já sabia”, aí começa toda aquela... chora, tudo, aí eu falei: “Eu quero ajuda, o que eu faço?”. Ele falou: “Vamos internar”. Eu falei: “Internar eu não vou, eu tenho medo, eu não vou, se trancar eu lá dentro, eu não vou ficar”, aí ele falou: “Então tem um grupo de N.A., vamos lá”, eu falei: “Então, vamos lá em N.A.”.

P: Ah! Vocês foram juntos.

D: Ele falou: “Eu liguei lá, tal hora e tal hora”. Eu falei: “Tá bom, vamos lá”. Aí a gente começou a ir junto. Ele foi por livre e espontânea vontade e eu também. Nunca me deixou, mesmo quando eu recaí, eu recaía num dia, e no outro dia eu falava: “Nossa! Tem que ir no grupo hoje e falar que eu recaí, p... vergonha”, né, e voltava de novo, então os cara falava assim: “Você chegou com uma espiritualidade, porque você voltou, tem gente que não volta”, tem gente que recaí e não volta, não. Por vergonha ou a pessoa não tá nem aí.

“Terminamos a entrevista, mas o entrevistado voltou a falar e eu voltei a gravar.”

D: Acho que 50% da minha vida profissional, hoje eu devo a N.A. O que eu melhorei nestes últimos cinco meses na minha vida profissional, não tem explicação. Sabe, hoje eu consigo conversar com as pessoas problemas imensos, assim que [alguém diz]: “Não, não tem solução”, eu digo: “Calma! Não é assim, tem solução, vamos fazer assim”. Hoje eu aplico consciência coletiva com pessoal: “Pô, tá assim”, [eu digo] “Não, não, calma aí, vamos fazer o seguinte, vamos fazer uma votação, aqui, vamos trabalhar em grupo, vamos fazer assim”. Hoje eu consigo lidar com as pessoas, principalmente o chefe, o chefe que... Eu digo: “Calma, cara”, pra mim mudou muito, e eu percebo que é de lá [de N.A.], porque eu não tinha atitude igual essas. Tanto que antigamente, há um tempo atrás, o pessoal chamava eu de carrasco, a hora que eu vinha, o pessoal falava: “Vichi! O carrasco chegou, fica quieto que ele...”. Não, pra mim não tinha meio termo, eu já dava logo uma..., pô, eu vou, ou c... ou sai da moita, eu não tinha paciência pra resolver as coisas, né? Hoje, eu sou carrasco também, mas pras coisas certas, então eu chego: “Ó, é assim”, “Não. É assim que funciona, não adianta você vim com meio... não é assim”, N.A. trás isso aí, não adianta você querer enganar uma tradição.

P: E as pessoas com quem você convive, percebem isto?

D: Lógico que percebem, percebem, percebe tanto que hoje quando tem debate eles falam: “Ou, chama o cara lá, que ele...” eles falam: “Não, ele vai por ordem aqui pra nós aqui que não tá...”, ou então o chefe chega e fala: “Ó, tá acontecendo, vai lá, dá uma força pra mim, lá”. Então você tem que chegar e de uma certa forma, ajudar e não deixar a pessoa bagunçar, porque N.A., mesmo não tendo chefe, não tem bagunça: “Ou, é assim, ó, per aí”, “É, mas”, “Não, calma aí, todo mundo vai falar, só tem que [levantar a mão]”, N.A. ninguém fala por cima do outro, quando vai falar tem que levantar a mão,

tem que pedir a vez, ninguém fala por cima do outro, e quando um recém chegado vai falar por cima do outro, já toma logo uma pancada, então da próxima vez, ele já sabe: “Peraí, tem que levantar a mão”, aí o cara aprende, ele pode falar, ele pode falar, só que tem a hora de falar. Mesmo que for na partilha, na partilha não tem retorno, tipo se fala: “Ah, eu fiz isso e isso”, você não pode falar: “Nossa, cara eu também fiz”, não tem isso daí, a partilha é momento da pessoa. Aí, acabou a reunião, lá fora: “Nossa, cara, eu fiz isso, tal”, aí beleza, mas aquele momento é da pessoa, então você não pode. E lá no serviço: “Putz, cara”, “Pó pára, nós viemos aqui pra resolver isso, e isso aí não tem nada a ver, vamos parar, pessoal, quem quiser pode levantar a mão, tem a vez, tal”, aí já começa um por cima do outro e já dou uma logo... uma cacetada, “Ó, perai, calma aí, então pode falar”, “Não”, “Não! Calma! Primeiro você, depois você, fica calmo aí, com a mão levantada que todo mundo vai falar”. Então o pessoal acaba te respeitando, porque fala: “Pô, o cara não é de brincadeira!”, e antes eu não tava nem aí, se fazia bagunça, eu tava no meio da bagunça também, eu não tinha..., aí que eu queria bagunçar mais ainda, então, hoje, N.A. proporcionou... Nossa! Demais isso daí pra mim, até, eu tô dando aula numa escola, hoje tenho outra postura, até os outros professores percebem, eu dou aula só dia de sábado, mas eles percebem, só de chegar na sala, eles já... “O que aconteceu?”, inclusive a inspetora lá, a coordenadora veio perguntar: “Aconteceu alguma coisa? Você tá...”, “Não, por quê?”. Tenho outra postura hoje. Hoje eu chego, sei conversar, sei ir embora, o que eu não quero: “Não!” Se eu quero, corro atrás, então, é bem diferente, eu sinto... Nossa! Pra mim, hoje eu sinto realizado assim, hoje eu sei me comportar, porque N.A. me ensinou isso daí, quando eu quero, é assim, tem que seguir isso daqui, não adianta você querer. Então, né, nossa, pra mim, eu me realizei profissionalmente em N.A., se for ver, de você ajudar outras pessoas, você saber a dificuldade que a pessoa tá passando, né. Antigamente chegava no serviço e os cara: “Nossa! Cara, molhou meu uniforme”, “então agora vai, se vira, vai embora, perde o dia”, eu não tava nem aí, hoje: “Peraí.” Aí o que acontece? Você começa analisar a pessoa, a pessoa mora sozinha, veio lá da Bahia, não tem onde lavar, não tem quem lava, não tem como fazer comida, então é outra situação. Então você analisa de outra maneira, né, pra mim...

P: Você falou em algum momento que perdeu a sensibilidade, então você retomou essa sensibilidade.

D: Retoma. Antes você não sente amor, você não sabe o que é tipo, um afeto, carinho, o amor mesmo de ser humano assim, você perde tudo.

P: A humanidade?

D: Rouba, rouba, e você só percebe que roubou a hora que você pára, aí você fala: “P..., meu, verdade, eu fazia isso aí mesmo”. Porque quando você tá na ativa, você não percebe, de vez em quando, hoje, eu falo: “Quanta cagada que eu fiz”. Você perde o amor, você vive em outro mundo, na verdade, você cria um mundo paralelo e fica vivendo nele, sozinho, sabe? Pra mim tudo era do meu jeito: “Não quero, vou embora, se f...”, pra mim não interessava, eu queria era usar, não interessava pra mim, até que você vai e fala: “F...”, chega uma hora que [não dá mais]... Você vê, tem um exemplo no grupo, o cara tem família, tem tudo, o cara tem emprego bom, o cara usa, né, sabe que tá errado, volta pro grupo, e o cara saiu de uma internação voltou pro grupo, e as próprias pessoas do grupo fala: “O cara vai recair”, a pessoa sabe, na verdade o pessoal fala assim: “Adicto é terrível”, porque sabe até quando a pessoa tá mentindo, quando tá manipulando, sabe? Porque a gente manipulou, quanto tempo eu manipulei? Então quando a pessoa começa a manipular você pega, e o pessoal falava: “O cara vai recair, o cara vai recair” e recaiu. Aí o cara volta e falam: “Companheiro, você não tava fazendo o que é sugerido, é assim e assim”, “É, mas pra mim não dá”, “Então, cara, é o seguinte, você não quer recuperação”. Tanto que teve um rapaz que foi lá: “É, mas porque quando eu traficava, eu fazia...”, “Não, peraí, beleza, mas o que você quer fazer a respeito do seu problema?”. “Não, porque eu traficava”. “Não, beleza, eu sei que você traficava, mas o que você quer fazer? Você quer mudar ou você quer... O que você quer fazer? Fala pra mim”. “Não. Porque eu vendia não sei quanto, eu fazia tanto dinheiro”. “Mas você quer mudar o seu problema ou não?”. “É, porque”. “Ó, cara, então você tá no lugar errado”. E a pessoa vai embora. Sabe, não tem... Lá, quando a pessoa vai lá, a pessoa quer se tratar, sabe? Os próprios adictos não admite chegar uma pessoa de fora pra fazer bagunça, não tem bagunça. Sabe, a pessoa tem que chegar ali com um propósito, e a pessoa tá ali, a pessoa vai e ajuda. Tanto que teve um tempo que eu falei: “Nossa!”. Eu partilhando, né: “Às vezes de final de semana, não tem nada pra fazer eu pego meu carro, eu saio vou dar um rolê pra ver e tal, tal”, aí depois lá fora, um cara com quase nove anos limpo, falou assim pra mim: “Ó, quando você não tem nada pra fazer, você não pode pegar o seu carro e sair, você tem que falar assim, ‘eu vou lá’, e

você pega e vai, porque se você sai sem fazer nada e alguém chamar você pra usar, você vai usar, porque sua cabeça tá assim ‘ó, não to fazendo nada, então vamo usar?’ Vamo usar, não tô fazendo nada”. Então, você age meio que por impulso. Só que tem pessoas que não quer ajuda. Muitas vezes você vai falar isso pra uma pessoa, e a pessoa não gosta.

P: Ele te mostrou que este era um momento propício [para recaídas] e isto de ajudou?

D: Nossa! Abriu minha mente, porque eu não sabia. Pra mim, sabe. Na verdade, você acaba fazendo isso aí, assim, porque você tá perdido, e o pessoal sabe, eu vou no grupo, vou no H&I, e o pessoal acaba falando: “Ó, cara, não faz assim, faz assim”. Agora tem pessoas que a gente não fala, e falam assim: “Esse cara vai recair”.

P: Porque não tá sendo honesto?

D: Porque não tá sendo honesto. O pessoal fala assim: “Esse cara não tá sendo honesto com ele mesmo”.

P: É com ele mesmo, não é com o grupo?

D: Não. Eu posso usar aqui e chegar lá e falar: “Não usei”. Ninguém vai questionar, ninguém vai questionar. Ninguém vai falar nada. Tanto que essa pessoa recaiu, voltou no grupo, e não falou que recaiu, e já tava todo mundo sabendo que ele recaiu, e ninguém questionou, sabe. Aí ele falou: “Tá difícil, tal, não sei o que”, aí na outra semana ele voltou e falou: “Ó, recaí, cara, aconteceu assim e assim, tal”. “Mas e aí companheiro, como você tá?”. “Não, agora beleza”. “Então beleza”. Já não veio no grupo, entendeu? Então o cara não tá no propósito ainda. Então o pessoal fala: “Calma, que ele vai, ele vai chegar, ainda não chegou o fundo de poço dele”, então a pessoa perde família, perde tudo, tem pessoa que o fundo de poço é terrível, eu mesmo. Nossa! Morro de medo.

P: Obrigada pela sua disposição.